

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

Adriana Angélica Ferreira

A EXPERIÊNCIA, A METRÓPOLE E O VELHO

Belo Horizonte
Minas Gerais - Brasil
Maio - 2013

Adriana Angélica Ferreira

A EXPERIÊNCIA, A METRÓPOLE E O VELHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Belo Horizonte
Instituto de Geociências da UFMG
2013

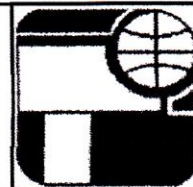
F383e	<p>Ferreira, Adriana Angélica A Experiência a Metrópole e o Velho / Adriana Angélica Ferreira. - Belo Horizonte, 2013. 336f. enc.: il.</p> <p>Tese (Doutorado): UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins.</p> <p>1. Experiência de vida. 2. Metrópole - narrativas. 3. Belo Horizonte - memória. I. Título. II. Martins, Sérgio Manuel Merêncio. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências</p> <p>CDD: 301.5 CDU: 304.3</p>
-------	--

Catálogo na fonte: Biblioteca do Centro Pedagógico / UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

A EXPERIÊNCIA A METRÓPOLE E O VELHO

ADRIANA ANGELICA FERREIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 14 de junho de 2013, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sergio Manuel Merencio Martins - Orientador
UFMG

Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa
UFMG

Prof(a). Claudinei Lourenço
UFMG

Prof(a). Heinz Dieter Heidemann
Universidade de São Paulo

Prof(a). Odette Carvalho de Lima Seabra
Universidade de São Paulo

Belo Horizonte, 6 de maio de 2013.

Ao meu pai, Aderito Ant4nio Ferreira.
(*In memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Apanho emprestadas as palavras de Alfredo Bosi, proferidas no seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, para agradecer a todas as pessoas que, de um modo geral, me ajudaram nesse longo processo de aprendizagem. Assim como ele diz, a palavra que agora me cabe dizer é a mais simples e ao mesmo tempo a mais densa: OBRIGADA!

Palavra simples: dizemo-la a toda hora, sinal de reconhecimento do outro; gota de óleo quase imponderável na leveza da sua matéria, é, no entanto, preciosa no momento de amaciar a difícil engrenagem que são as relações humanas. Moeda corrente do cotidiano, traz, porém, no metal em que se fundiu o compromisso ético que lhe vem da ideia de obrigação. Dizê-la é também um dever.

Dever ao qual não me furtarei nesse momento em que tenho de agradecer a tantos...

À minha família, numerosa e barulhenta, que ainda representa o meu mais doce descanso em meio à loucura. Na casa do meu pai, reduto do nosso encontro, a existência metropolitana não me trouxe tão absurdamente, e eu posso me reunir com meus tios(as), primos(as), meus queridos irmãos e irmãs, meus sobrinhos, os sobrinhos-netos e até bem pouco tempo com o meu pai, para rir, escutar histórias, bordar e “*cambiar*” experiências, durante os festivos e intermináveis feriados e dias de domingo.

Ao Eliano, à Malba e à Mariana, que me encorajaram a retomar os caminhos desta pesquisa, quando do meu ingresso no segundo processo de seleção para o doutorado, momento em que achava que já não era possível o (re)encontro com ela.

Ao Péricles, por ser meu companheiro e pelo fato de, nos últimos anos, ter conseguido me trazer de volta o riso e alguma leveza. Também lhe agradeço pela ajuda durante a formatação final desta tese e pelo tratamento de algumas das imagens nela contidas.

Ao meu orientador Sérgio Martins, que também foi meu orientador no mestrado, eu agradeço pela dupla confiança, por mais essa valorosa orientação e pela compreensão. Desculpo-me pelo que não foi possível realizar, uma vez que, tratando-se de uma tese sobre a velhice e ao modo de Roland Barthes, creio que “fracassa-se sempre ao falar do que se ama.”

Aos meus amigos, pela colaboração, generosidade, discussão e afetividade. Citar seus nomes sempre deixa o risco de um ou outro ficar de fora, mas tentarei ser o mais fiel possível. À Maiza, Sônia, Tieko, Miriam Hermeto, Karine Luíza e João, Bianca, Rita Durso, William Rosa, Ivanice, Luciana Oliveira, Elânia, Dília, Adair, Priscila, Dante Ozzetti, Ricardo Salles, Wellington, Carlos Mitraud, Mauro, Sérgio Vaz, Eliane: Obrigada!

Aos meus colegas do Centro Pedagógico da UFMG. Meu agradecimento para alguns destes antecede a minha volta a essa instituição como professora efetiva no ano de 2006, mas é fruto de uma recordação da maneira benévola como me trataram quando ainda era uma recém-formada e vivia nessa escola a minha primeira experiência como professora.

Novamente, à Karine Luíza, minha sobrinha, por ter compartilhado comigo os sentimentos proporcionados pela escuta das entrevistas realizadas e também pela difícil tarefa de sua transcrição. Ainda à Miriam Hermeto, pela ajuda com as discussões relativas à História Oral. E, de novo, à Malba, pela preciosa ajuda na edição dos depoimentos que me foram narrados.

Ao Wallison Gontijo, pelas ilustrações feitas especialmente para esta tese.

À Luciana Lobato, pela revisão final desta escrita, feita com tanto cuidado e generosidade.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, ao Pedro Resende, pelas discussões realizadas nos últimos tempos e por ter-me colocado em contato com a obra de Siegfried Kracauer, ao Pedro Denski, pela consideração a mim destinada, e à Ana Carolina Andrino, por ser uma pessoa adorável.

Aos professores Odette de Carvalho Lima Seabra e Claudinei Lourenço, sou grata pelas contribuições durante o exame de qualificação desta pesquisa.

Agradeço também aos professores Heloísa Soares de Moura Costa e Heinz Dieter Heidemann, pela participação na banca examinadora final desta tese.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que me receberam para a realização da pesquisa e contribuíram de alguma forma.

Às irmãs Raquel Aparecida Fialho e Maria Terezinha de Souza, que, um dia, fizeram parte da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Casa Santa Zita”, que me receberam com a atenção e a disposição características de quem se dedica à vida religiosa.

Ao Emerson Ribeiro, que me ajudou a entender que eu podia finalizar esta tese, pois arrastá-la não faria com que os velhos presentes ao meu lado deixassem de partir.

E, finalmente, a todos os velhos com os quais eu convivi ao longo da minha vida, aqueles que entrevistei, aqueles que apenas ouvi, aqueles que fotografei, aqueles que cruzaram e ainda cruzam comigo pelas ruas, por terem mudado a minha vida radicalmente.

Termino estes agradecimentos dizendo que, com esta tese, quis reproduzir o eco das vozes conjuntas de várias pessoas velhas. Assim como o escritor José Saramago, “não tenho, a bem dizer, mais voz que a voz que elas tiverem. Perdoai-me se vos pareceu pouco isto que para mim é tudo.”

...A MEIO PAU

“SE MORRE UM ser humano muito próximo de nós, há nos desenvolvimentos dos meses seguintes algo do qual acreditamos notar que — por mais que gostássemos de tê-lo partilhado com ele — só podia desdobrar-se pelo seu estar-longe. Acabamos por saudá-lo em uma língua que ele não entende mais.”

(Walter Benjamin, *Rua de mão única*)

RESUMO

Abrigado no seio de uma teoria narrativa, o conceito de experiência tem seus contornos (re)definidos na contemporaneidade. Com base no arcabouço teórico oferecido pela constelação do pensamento de Walter Benjamin, é possível analisar o que se constituiu enquanto processo de declínio da experiência no tempo histórico atual. O exercício da narração, resultado da partilha coletiva da memória e de palavras comuns, que caracterizou a experiência humana, já não se configura enquanto o principal elo de ligação entre as gerações, como acontecia no passado. Assim, a resposta à pergunta formulada por Benjamin, que indaga “Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?”, já não aponta mais para os velhos, figura antropológica do narrador, como uma das chaves de resposta. Nesse contexto, torna-se necessária a análise de outras vertentes desse conceito que ainda o coloque em cena na relação dos velhos com a metrópole moderna. Calcada em uma investigação memorialística sobre a metropolização de Belo Horizonte, na perspectiva daqueles que a viveram ao longo de suas vidas, os velhos são os sujeitos da enunciação que conferem existência a esta pesquisa. Valendo-me do que foi possível apreender através de suas narrativas, apresento relatos das trajetórias de vidas de depoentes velhos, com a intenção de transmitir o íntimo de suas experiências. Para tanto, lanço mão do caráter autobiográfico e testemunhal presente nesses depoimentos, que, a partir da evocação das lembranças do vivido, revelam os possíveis traumatismos, ferimentos, cicatrizes, que mais de meio século de urbanização arrastam consigo. No entanto, a enunciação da aventura de suas vidas exige um posicionamento que afasta a perspectiva piedosa de qualquer possível reflexão e/ou recepção dos relatos. Ao contrário, a rememoração proposta tem sentido benjaminiano e atesta a necessidade de transformação do presente e da retomada do passado e das possibilidades que ficaram soterradas nas ruínas do *continuum* da História.

Palavras-chave: Velhice. Experiência. Metropolização. Memória. Narrativas. Enunciação.

ABSTRACT

Embedded in a narrative theory, the concept of experience has its boundaries (re)defined in contemporary times. Based on the theoretical framework offered by Walter Benjamin's ideas, it is possible to analyze what constituted as a process of experience decline in the present time. The practice of narrative, the result of collective memory and the sharing of common words that characterized the human experience, is no longer set as the main link between the generations, as in the past. So the answer to the question posed by Benjamin, who asks "Who will try to deal with youth invoking your experience?", no longer points to the elders, the narrator anthropological figure, as a key response. In this context, it becomes necessary to examine different aspects of this concept that still put it into play in relation to the elders with the modern metropolis. Grounded in an investigation on the memorial metropolis of Belo Horizonte, in the perspective of those who lived there throughout their lives, the elders are the subjects of enunciation that give life to this research. Using what was possible to depict from their narratives, I present reports of the trajectories of the elders' lives with the intention to convey the depths of their experiences. I make use of the autobiographical and testimonial elements found in these statements, which reveal possible traumas, wounds and scars, brought with them for more than half a century of urbanization. However, the assertion of their lives' adventure requires a positioning which excludes any possible perspective of pious reflection and/or reception of the reports. Differently, the proposed recall makes sense in a Benjaminian way and attests to the need for transformation of the present time, the retaking of the past and the possibilities that were buried in the ruins of the history *continuum*.

Keywords: Old age. Experience. Metropolization. Memory. Narratives. Enunciation.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Begriff Erfahrung, im Schoß einer narrativen Theorie geborgen, hat seine Konturen in der heutigen Zeit (neu) bestimmt. Basiert auf dem theoretischen Rahmen, der von Walter Benjamins Gedankenkonstellation angeboten wird, ist es möglich, zu analysieren, was der Prozess des Niedergangs der Erfahrung in der jetzigen historischen Zeit darstellte. Das Erzählen, Ergebnis der kollektiven Mitteilung der Erinnerung und der gewöhnlichen Wörter, welches die menschliche Erfahrung gekennzeichnete, stellt nicht mehr das Hauptbindeglied zwischen den Generationen dar, wie es in der Vergangenheit geschah. So verweist die Antwort auf Benjamins Frage "Wer wird es im Umgang mit der Jugend wagen, wenigstens seine Erfahrungen hervorzurufen?" nicht mehr in Richtung der Alten, anthropologische Figur des Erzählers, als Antwortschlüssel. In diesem Zusammenhang wird es notwendig, andere Aspekte dieses Begriffs, der in der Beziehung der Alten mit der modernen Metropole noch in Szene gesetzt wird, zu analysieren. Basiert auf einer memorialistischen Untersuchung über Belo Horizontes Metropolisierung in der Perspektive derer, die sie im Laufe ihres Lebens erlebten, sind die Alten die Subjekte der Aussage, die dieser Untersuchung das Bestehen ermöglichen. Darauf zurückgreifend, was ich ihren Erzählungen entnehmen konnte, präsentiere ich die Berichte der Lebenswege älterer Zeugen, mit der Absicht, das Intimste ihrer Erfahrungen weiterzugeben. Dafür benutze ich den autobiographischen und zeugenartigen Charakter, der in diesen Aussagen vorhanden ist, denn nachdem die Erinnerungen des Erlebten herbeigeholt werden, enthüllen sie die möglichen Traumata, Verletzungen, Narben, die eine mehr als ein halbes Jahrhundert lange Urbanisierung mit sich zieht. Jedoch fordert die Darlegung des Abenteuers ihrer Leben eine Haltung, die die mitleidige Perspektive irgendwelcher Reflexion und /oder Rezeption der Berichte ablehnt. Im Gegenteil, die vorgeschlagene Wiedererinnerung hat einen bejaminianischen Sinn und beweist die Notwendigkeit der Veränderung der Gegenwart und der Wiederaufnahme der Vergangenheit und der Chancen, die in den Ruinen des *Continuums* der Geschichte begraben sind.

Schlüsselwörter: Alter. Erfahrung. Metropolisierung. Gedächtnis. Erzählungen. Aussage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Wallison Gontijo/ <i>Ausência e experiência</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297 mm/2008 _____	15
Figura 2 - Wallison Gontijo/ <i>Sem título</i> / Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297 mm/2013_____	30
Figura 3 - <i>Experiência e memória</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/297x210 mm/2008_____	36
Figura 4 - Wallison Gontijo/ <i>Minha vida, olha o que é que eu fiz</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297mm/2008 _____	65
Figura 5 - Wallison Gontijo/ <i>Ausência</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297 mm/2008_____	94
Figura 6 - Montagem fotográfica: depoentes da pesquisa e outros velhos _____	147
Figura 7 - Gráfico de composição melódica da canção “Pro bem da cidade” _____	249
Figura 8 - Montagem fotográfica de velhas senhoras atravessando a Avenida Afonso Pena - Praça Sete _____	263
Figura 9 - Wallison Gontijo/ <i>Sem título</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297 mm/2013_____	309
Figura 10 - Wallison Gontijo/ <i>Sem título</i> /Aquarela e nanquim sobre papel canson/210x297 mm/2013_____	315

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
- ASCOAP - Associação dos Comerciários Aposentados e Pensionistas de Belo Horizonte
- BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
- COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
- COMFORÇA - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho
- IAPC - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários
- IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ILPIs - Instituições de Longa Permanência para Idosos
- INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
- IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
- LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - Lei n. 8.742/93
- PNAD - Pesquisa Nacional de Domicílios
- PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
- PBH - Prefeitura de Belo Horizonte
- PIS - Programa de Integração Social
- PNI - Política Nacional de Idoso - Lei n. 8.842/94
- SESC - Serviço Social do Comércio
- SESI - Serviço Social da Indústria
- SMAAS - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
- UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Fragmentos do Pensamento I	16
Fragmentos do Pensamento II	31
Introdução	37
Capítulo 1: A experiência e o cotidiano da vida moderna	66
Capítulo 2: Colhendo narrativas	95
2.1 “Existindo um falar, por que o escrever?”	97
2.2 Trajetórias de vida e escrita	115
2.3 Velhice e testemunho	135
Capítulo 3: Narrativas de velhos	148
3.1 A ILPI Casa Santa Zita: Dona Yara e Dona Jacinta	148
3.1.1 Depoimento: Yara Coelho de Sant’Anna (21/03/1925)	159
3.1.2 Experiência e conselho	173
3.1.3 Depoimento: Jacinta Francisca Costa (★1923 a †2009)	194
3.1.4 Experiência e aventura	203
3.2 Um som da Vila do Cafezal: Dona Jovelina	224
3.2.1 Depoimento: Jovelina Avelino da Silva (07/07/1940)	235
3.2.2 Experiência e perigo	247
3.3 Um comerciário na cidade em construção: Sr. Francisco	267
3.3.1 Depoimento: Francisco Afonso Moura (15/06/1926)	277
3.3.2 O saber da experiência	288
3.4 A peça de costura que não fica pronta: Dona Alaíde	300
3.4.1 Depoimento: Alaíde Silva (★1913 a † 2009)	304
Considerações finais	310
Referências bibliográficas	316
APÊNDICE A - Autorização de uso de imagem	336
APÊNDICE B - Cessão de direitos sobre depoimento oral	337



William
Gardner

FRAGMENTOS DO PENSAMENTO I

“ENQUANTO O ORADOR, pela voz e pelo jogo fisionômico, apoia as frases isoladas, mesmo nos casos em que elas não têm autonomia, e as articula numa sequência de pensamentos muitas vezes vacilante, como se esboçasse um desenho de ampla respiração com um único traço, assim também o próprio da escrita é, a cada frase, parar para recomeçar. A representação contemplativa deve, mais do que qualquer outra, seguir este princípio. O seu objetivo de modo nenhum é o de arrastar o ouvinte e de o entusiasmar. Ela só está segura de si quando obriga o leitor a deter-se em ‘estações’ para reflectir.”¹

(Walter Benjamin, *Origem do drama trágico alemão*)

O desejo de apresentar esta pesquisa exigiu de minha parte grande esforço em busca dos sentidos e fundamentos que a originaram e que me impulsionaram a escrever uma tese sobre velhice, metropolização e experiência.

O primeiro desses sentidos se enquadra em um patamar muito além da aparente necessidade de um pesquisador em se qualificar, de acordo com as exigências que lhe são impostas pela instituição acadêmica. Ele pode ser associado àquilo que, nesta pesquisa, talvez constitua um exercício de recordação, na medida em que minhas lembranças me conduziram para o que, possivelmente, esteve guardado, desde tenros tempos, no meu inconsciente. Buscando “no fundo do baú” das minhas reminiscências, arrisco-me a dizer que esta tese esteve inscrita na criança que fui um dia, fruto de uma infância marcada pelo medo que ronda a velhice, que significava, para a menina que eu era, perder os pais, já avançados em idade. Ou que ela nasceu a partir das histórias que me foram contadas por meu pai e minha mãe, acerca das alegrias e sofrimentos vivenciados no ato de assentar a vida nesta cidade, que caminhava para seu futuro como metrópole.

Antecipando em muito o “trabalho de luto” que viveria anos depois, por ocasião da perda concreta de minha mãe, aprendi, desde cedo, o que afirma Ângela

¹ BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p.15.

Mucida, segundo a qual “não existe velhice sem o trabalho de luto, já que o envelhecimento implica também perdas inevitáveis, impondo a construção de um saber sobre o que se perde”.²

No entanto, a descoberta, “sempre sabida, só escondida, de que esta pesquisa era o chamado da ausência de minha mãe e o medo de uma anunciada certeza de que uma hora acontecerá a ida de meu pai...”, “a agarrada tentativa de consolo... de respostas... de procura... de volteios...”,³ só saiu de seu lugar recôndito após um longo processo, que exigiu a coragem necessária para admitir que a realização deste trabalho estava diretamente ligada à existência de meus pais e ao desejo de instaurar uma discussão sobre o quanto todo trabalho acadêmico tem de pessoal.

Buscando um diálogo com aqueles que compartilham da ideia de que o trabalho acadêmico guarda correspondência com aquilo que existe de pessoal na vida do pesquisador, encontrei, na obra *Pedagogia da esperança*, do educador Paulo Freire, o relato de como a sua experiência existencial influenciou o desenvolvimento do seu pensamento pedagógico e a sua prática educativa. Segundo Freire, os “momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo de qualquer forma referido a algo do passado.”⁴ Nesse relato, o educador busca entender os motivos pelos quais, durante sete anos de sua vida, em determinados momentos do ano, se via tomado por uma sensação de desesperança, tristeza e acabrunhamento, que o fazia sofrer enormemente. Após longos anos, ele se dá conta de que tais sensações lhe chegavam em um contexto específico, composto por um conjunto de elementos, dos quais faziam parte o período das chuvas, a lama, o verde das plantações e o céu escuro.⁵ Contexto este

² MUCIDA, Ângela. Entrevista: sexualidade madura. *Estado de Minas*, mai. 2007, p.9.

³ Reflexão produzida por minha amiga Malba, a quem confiro os créditos desta abordagem, que me foi transmitida através dessas belas palavras, seguidas de um precioso conselho.

⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.28.

⁵ “Foi sob a chuva forte que visitei o Morro da Saúde onde, menino, vivi. Parei em frente à casa em que morei. A casa em que meu pai morreu no fim da tarde do dia 21 de outubro de 1934. ‘Revi’ o gramado extenso que havia na época em frente à casa, onde jogávamos futebol. ‘Revi’ as mangueiras, suas frondes verdes. Revi os pés, meus pés enlameados, subindo o morro correndo, o corpo ensopado. Tive diante de mim, como numa tela, meu pai morrendo, minha mãe estupefata, a família perdendo-se em dor” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.31).

que, ao final desse processo de busca implementado por Freire, lhe exigiu um encontro com sua infância, uma visita à sua cidade natal, Jaboatão, para um possível enfrentamento do núcleo central daquilo que lhe causava tamanha dor. Daquilo que lhe tocava dentro de circunstâncias que remetem a um verdadeiro estado melancólico.

Valendo-me ainda da experiência citada, cabe dizer que a intenção do autor, ao trazer parte de sua história para reflexão, resulta da sua necessidade de apontar os nexos existentes entre a possibilidade de apreensão clara de um problema por parte dos sujeitos e a instituição dos primeiros passos para a sua provável superação. No seu caso específico, desvelar a razão de ser de sua experiência de sofrimento foi suficiente para superá-lo. No entanto, levando-se em consideração a trajetória política de Paulo Freire, não é possível dizer que seu intento fosse somente apontar a necessidade de que os sujeitos tenham clareza dos processos que lhes afligem, sendo necessário sempre um passo adiante, uma vez que, alcançar a apreensão “[...] mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvendá-la, contudo, dão um passo para superá-la, desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão”.⁶

Ao buscar, como Paulo Freire, recompor a arqueologia dos meus sentimentos perante os diferentes contextos em que visualizei relações de estranhamento dos velhos de Belo Horizonte frente à metrópole, muito antes do meu ingresso no doutorado, rememoro um episódio que me aconteceu no turbilhão da vida moderna e metropolitana, anos atrás, ao atravessar a Rua da Bahia e escutar um motorista de táxi, depois de buzinar muito, gritar para quem passava a passos lentos: “Quer morrer, velho?” A indignação que explodiu dentro de mim veio da minha percepção de como, nesta sociedade, produz-se a intolerância com quem não tem mais o seu ritmo característico, ou seja, rápido e produtivo, sob o ponto de vista único e exclusivamente econômico. Aí se incluem as mulheres, as crianças, os velhos, os portadores de mobilidade reduzida, os cegos, os surdos e todos aqueles que possuem algum tipo de fragilidade. Nesse episódio, poder-se-ia muito bem

⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.33.

reconhecer, por meio de um sentimento egoísta, uma preocupação que se estendia aos meus pais. Continuei andando, depois do episódio, e, como naqueles raros momentos de encontro com a “verdade”, peguei-me refletindo sobre os fundamentos dessa sociedade e de sua intolerância, que englobam mesmo aqueles que, de alguma maneira, estão inseridos no circuito produtivo econômico, a exemplo dos motoboys, vistos como um mal necessário, em decorrência da urgência do processo de circulação das mercadorias nas metrópoles. Eles, por sua vez, “costuram”, apressados, por entre os carros, para que nenhum minuto seja desperdiçado no trânsito metropolitano. E, sendo assim, não seria diferente com os velhos, com as crianças e demais pessoas que apresentam suas particularidades. Tudo isso constituiu, para mim, uma descoberta dolorosa, uma demonstração da nossa carência, que se espraiava para muito além da estritamente material, pois envolve a insuficiência de alguns sentimentos humanos, contrapostos por outros, também humanos, como o desrespeito. Desde então, os velhos, como parte desse mundo moderno, têm-me chamado a atenção, nesse processo de pensar o urbano, por intermédio da lente oferecida pelo seu modo de vida e suas práticas espaciais e sociais.

O segundo sentido para a realização desta tese pode ser recuperado à luz da epígrafe desta apresentação, cujo resgate faz-se necessário neste momento. Proponho um retorno ao que Walter Benjamin apresenta no “Prólogo epistemológico-crítico” da sua obra *Origem do drama trágico alemão*,⁷ em que realiza a difícil tarefa de se colocar como um crítico do método de pesquisa e do processo de produção do conhecimento, advogando em defesa do método dos tratados, como caminho não direto, não linear. Segundo Benjamin, a quintessência desse método é a representação,⁸ que, tomada como um desvio, renuncia ao contínuo da intenção. No

⁷ BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. Esta edição corresponde à premiada tradução portuguesa, de João Barrento. No Brasil, foi muito comum a utilização da tradução de Sérgio Paulo Rouanet, na qual o título utilizado é: *A origem do drama barroco alemão*. Recentemente, a Editora Autêntica reeditou, no Brasil, a tradução de João Barrento (Cf. BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011).

⁸ Jeanne-Marie Gagnebin alerta para o fato de que, na tradução de Rouanet, não por falta de conhecimento do tradutor, a palavra representação (*Darstellung*), presente em toda a primeira parte do prefácio da obra sobre o drama barroco, foi traduzida de maneira pouco precisa. De acordo com Gagnebin, a tradução dessa palavra por “representação” induz a contrassensos, porque poderia levar à conclusão de que Benjamin se inscreve na linha da filosofia da representação — quando é

tratado,⁹ o pensamento, incansavelmente, começa sempre de novo, regressando com minúcia à própria coisa.¹⁰ Esse movimento incansável em busca da própria coisa é a mais genuína forma de *contemplação*,¹¹ uma das principais características do método benjaminiano. A busca da coisa em si não pode ser confundida com o movimento de retorno a uma suposta origem. Ela recupera o movimento do pensamento a partir de saltos que não obedecem à linearidade proposta pelos métodos de pesquisa tradicionais.

A partir dessa reflexão, é possível chegar ao sentido que esse pensador atribui aos fragmentos do pensamento, que, assim como os pequenos pedaços de vidro presentes em um mosaico, compõem o todo. Do mesmo modo, também se pode chegar ao entendimento do motivo pelo qual a ideia do mundo todo nos detalhes do cotidiano¹² sempre esteve presente em seu pensamento, conferindo uma importância significativa aos “detalhes, dos objetos e dos costumes cotidianos, das coisas pequenas que passam despercebidas de tão familiares que são”.¹³

exatamente desta, da filosofia da representação, no sentido clássico de representação mental de objetos exteriores ao sujeito, que Benjamin toma distância (Cf. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.46, n.112, p.183-190, p.184, dez. 2005). Para Gagnebin, a tradução mais próxima do sentido empreendido por Benjamin seria “apresentação” ou “exposição”, uma vez que a sua intenção é realçar a importância decisiva da distinção clássica existente entre método de pesquisa e método de exposição. Distinção que julgava imprescindível à redação dos trabalhos universitários. Dando uma importância relevante à exposição, Benjamin acreditava que: “é na exposição/ordenação do material pesquisado que, geralmente, se manifesta a contribuição singular do autor. Em suas escolhas narrativas e argumentativas, pode o autor reinterpretar a profusão do material pesquisado e lançar uma nova luz sobre ele” (GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.46, n.112, p.185, dez. 2005). A crítica realizada por Gagnebin à tradução brasileira pode ser estendida à tradução de João Barrento, que também utiliza a palavra representação como fora utilizada na edição brasileira.

⁹ Gagnebin, ainda no artigo resgatado na citação anterior, esclarece que o prefácio dessa obra prossegue com a reflexão sobre o valor da “exposição” na filosofia e elabora uma teoria da escrita filosófica, em particular, da forma do “tratado”, que Adorno deverá retomar, mais tarde, nas suas famosas reflexões, muito ligadas às de Benjamin, sobre *O ensaio como forma* (Cf. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n.112, p.183-190, dez. 2005).

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004. p.14.

¹¹ BENJAMIN, *loc cit*.

¹² A expressão aqui utilizada faz uma alusão ao título do artigo “Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano?”, que foi apresentado no Simpósio *Sete perguntas a Walter Benjamin*, realizado pelo Instituto Goethe de São Paulo, em 1990, e que, posteriormente, foi reunido na *Revista da USP – Dossiê Walter Benjamin* (Cf. GARBER, Klaus; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Por que o mundo todo nos detalhes do cotidiano? *Revista da USP*, São Paulo, n.15, p.38-47, set./out./nov. 1992).

¹³ *Ibidem*, p.44.

Isso que, em alguma medida, o salvou do obscurantismo da história¹⁴ é também o que, para muitos, o condenou, já que, ao rejeitar o “[...] conceito estruturado e mediado da totalidade em favor de uma sempre e mutável ‘constelação’ em que a relação entre os objetos e a perspectiva do espetacular está sempre em estado de fluxo”,¹⁵ Benjamin, segundo Stephen Eric Bronner, deixou de situar os objetos de suas preocupações com o que Karl Marx chamou de “conjunto das relações sociais”.¹⁶

Sem adentrar no acirrado debate sobre o marxismo em Walter Benjamin, o intuito da reflexão até aqui realizada consiste na tentativa de recuperação do espólio de sua elaboração teórica, que aponta para a necessidade da exposição dos elementos recolhidos no processo do pensar,¹⁷ e também do fato de o pensamento incansavelmente começar sempre de novo. Avaliando como preciosa a não linearidade por ele defendida e também a possibilidade de que o método seja o caminho não direto, recolho e acolho o processo do pensar que orientou esta pesquisa, os fragmentos de um pensamento que, ao longo desse processo de doutorado, exigiu outras incursões e encaminhamentos.

A necessidade de um constante recomeçar, em um processo de produção do conhecimento, corrobora o fato de que a pesquisa, que não se propõe a ser mera demonstração, mas sim a se constituir como pensamento, em alguma medida, é um vir a ser. A possibilidade de retornar à própria coisa ininterruptamente sempre evidencia potencialidades que antes não estavam dadas.

Nesse sentido, o que estou aqui chamando de recomeço mantém relação direta com um repensar acerca do objeto da pesquisa, neste caso, os velhos. O que

¹⁴ Na mesma *Revista da USP* encontra-se o artigo “Por que os herdeiros de Walter Benjamin ficaram ricos com o espólio?”. A riqueza aludida constitui, entre outras, a contribuição que este pensador conferiu às ciências da cultura no Brasil e no mundo. A riqueza do espólio contrasta com as condições de pobreza do seu escrito, que, durante muito tempo, teve sua obra não reconhecida no seu próprio país de origem (Cf. GARBER, Klaus; BOLLE, Willi. Por que os herdeiros de Walter Benjamin ficaram ricos com o espólio? *Revista USP*, São Paulo, n.15, p.8-23, set./out./nov. 1992).

¹⁵ BRONNER, Stephen Eric. Recuperando os fragmentos: sobre o materialismo messiânico de Walter Benjamin. In: BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas: Papyrus, 1997. p.161.

¹⁶ BRONNER, *loc cit*.

¹⁷ Para Walter Benjamin, a exposição não diz respeito apenas à ordenação de elementos já escolhidos, mas ao próprio recolher e acolher desses elementos pelo pensar (Cf. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.46, n.112, p.183-190, dez. 2005).

orientou, primeiramente, as elaborações propostas por este trabalho foi o propósito de elucidar aspectos da metropolização de Belo Horizonte a partir da relação que os velhos estabeleceram com a cidade que se transformou em metrópole. Rever essa questão foi possível quando o conceito de experiência¹⁸ foi incorporado como ponto de partida para o entendimento da metropolização. Desse modo, a pesquisa não tratará da velhice como algo em si, mas da experiência dos velhos na metrópole de Belo Horizonte, que se constitui como “porta de entrada” para uma compreensão da urbanização. A orientação que passa a fazer parte do pensamento direciona-se para a busca das contradições da experiência na e com a metrópole.

O diálogo efetuado até aqui com os fundamentos da obra de Walter Benjamin não ocorre somente em virtude de uma mera exigência em apontar a gênese dos processos que orientam o pensamento. Esse diálogo também anuncia a importância da construção teórica desse autor para a realização da tese aqui apresentada, uma vez que a incorporação do conceito de *experiência*, associado ao processo de construção de narrativas, está abrigado por uma corrente teórica que orientou tanto a formulação de hipóteses iniciais quanto a interpretação final dos dados obtidos. Tal possibilidade só se fez presente após um mergulho no pensamento desse controverso autor, bem como no pensamento daqueles que, de alguma maneira, com ele dialogaram. Essa opção oferece possibilidades, mas também aponta riscos.

Uma das grandes estudiosas da obra de Walter Benjamin no Brasil, Jeanne-Marie Gagnebin, chama a atenção para o fato de que a retomada do pensamento de Benjamin deve “significar mais do que parafraseá-lo com entusiasmo, ou seguir uma moda ditirâmbica”.¹⁹ Para Gagnebin, entusiastas e ditirambos não faltaram nos países de línguas latinas quando descobriram, um pouco tardiamente, esse autor alemão.²⁰ Refletindo sobre essas palavras, torna-se possível dizer que o diálogo com o pensamento desse intelectual tem sido encarado, constantemente, com desconfiança, como pertencente a um modismo recorrente no meio acadêmico

¹⁸ Experiência em uma acepção que difere de experimento e que será debatida no primeiro capítulo.

¹⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. p.1. (Coleção Estudos, v.142).

²⁰ GAGNEBIN, *loc cit.*

brasileiro. A meu ver, esse é um risco que todo trabalho que se propõe a enveredar por esse caminho tende a enfrentar. O Brasil constitui o país onde Walter Benjamin tem uma das maiores recepções de sua obra, que penetrou em autores brasileiros, principalmente críticos e teóricos de literatura e estética.²¹

Assumi tal risco! Partirei da crença de que meu encontro com a obra de Walter Benjamin realizou-se para além do simples entusiasmo com um escritor cujos textos, por vezes, atraem o leitor, por sua beleza, que remete ao universo literário.²² Leandro Konder, que também se dedicou à difusão do pensamento de Benjamin no Brasil, defendeu que o maior mérito do contato com esse autor está em se deparar com sua capacidade de nos desafiar a abandonar o lugar confortável criado por nossas convicções mais profundas. Para Konder, a figura desse intelectual é perturbadora, já que, ainda hoje, “seus escritos, suas atitudes – as posições que assumiu – são capazes de despertar viva curiosidade e até mesmo alguma perplexidade nas pessoas, sacudindo-as e desafiando-as a reexaminar suas convicções sedimentadas”.²³

Fechando esse parêntese, que situa o diálogo com o pensamento de Benjamin, retorno às ideias que compunham, muito inicialmente, este trabalho, buscando, inclusive, a coerência com aquilo que foi apresentado acerca do método que regressa incansavelmente à própria “coisa”. Recomeçar não significa desprezar o já construído, mas, ao contrário, trata-se de resgatar o percurso do pensamento na sua busca de conhecimento do real. Um dos elementos que aponta para a necessidade desse regresso parte também do fato de que o que será apresentado a partir de agora é o resultado do meu diálogo inicial com uma obra clássica que se

²¹ Cf. PRESSLER, Günter Karl. *Benjamin, Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005* – um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

²² Apesar da atração que os textos de Benjamin provocam, pelo arranjo das palavras e pela enunciação de uma voz quase literária, Hannah Arendt esclarece que: “Para descrever adequadamente sua obra e seu perfil de autor, dentro de nosso quadro habitual de referências, seria preciso apresentar uma série imensa de declarações negativas, tais como: sua erudição era grande, mas não era um erudito; o assunto dos seus temas compreendia textos e interpretação, mas não era um filólogo; [...] era um escritor nato, mas sua maior ambição era produzir uma obra que consistisse inteiramente em citações; [...] resenhava livros e escreveu uma série de ensaios sobre autores vivos e mortos, mas não era um crítico literário; [...] literato ou o que for; tentarei mostrar que ele pensava poeticamente, mas não era poeta, nem filósofo” (ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.135).

²³ KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p.7.

dedicou à tarefa de pensar a velhice e, por que não dizer, a cidade, em uma perspectiva memorialística, a saber, o livro *Memória e sociedade: lembranças de velhos*,²⁴ de Ecléa Bosi, que serviu de base para a formulação das minhas primeiras elaborações teóricas sobre a velhice.

A decisão de realizar uma pesquisa que partisse para a análise da metropolização de Belo Horizonte, sob a perspectiva da experiência dos velhos que moram nessa cidade há muitas décadas, e que por isso vivenciaram diretamente esse processo, não aconteceu por influência da conjuntura sociopolítica afeita ao momento do meu ingresso no programa de Pós-Graduação, caracterizada, entre outras coisas, pela aprovação do Estatuto do Idoso,²⁵ fato que propiciou, ou, mesmo, culminou (pois o Estatuto é também o produto de um processo político) em um debate acerca desse segmento da população em âmbito nacional. Tampouco pela emergência dessa discussão no contexto da mudança da estrutura etária da população brasileira.

Essa decisão surgiu a partir da constatação de uma presença relevante dos velhos em algumas das atividades desenvolvidas por um projeto de educação ambiental, intitulado *Projeto Manuelzão*, que foi objeto direto de análise da minha pesquisa de mestrado.²⁶ A presença dos velhos, constatada, naquele momento, pelo que pude perceber, estendia-se para outros momentos e movimentos sociopolíticos da/na metrópole. Eles atuavam, ao mesmo tempo, como membros das Comissões Regionais da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo (COMFORÇA), das Associações de Moradores de Bairros, do Conselho Municipal de Habitação, do Conselho Municipal de Transporte e, no momento da pesquisa, como delegados da II Conferência Municipal de Políticas Urbanas de Belo Horizonte. É certo que tal fato não deve ser tomado como regra, refletindo um padrão de participação majoritário de velhos em movimentos sociais, ou em instâncias pertencentes às políticas de Estado, uma vez que existe uma série de obstáculos a serem vencidos para que sua inserção nos processos de discussão a

²⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁵ O Estatuto do Idoso foi aprovado em setembro de 2003, após sete anos de debates no Congresso Nacional.

²⁶ FERREIRA, Adriana Angélica. *Limites e possibilidades da educação ambiental no conhecimento sobre a metropolização: um estudo a partir do Projeto Manuelzão*. 2002. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

respeito da metropolização de Belo Horizonte ocorra de forma efetiva. Para isso, será necessária a realização de uma reflexão que traga à luz a situação de confinamento a que os velhos são submetidos, impostas, muitas vezes, entre outros aspectos, pela dificuldade de deslocamento na metrópole, onde os ritmos acelerados lhes negam o ritmo próprio, já mais lento. Ou mesmo uma reflexão que atente para o fato de que existe uma anulação da fala do velho, baseada no princípio de que esse sujeito representa um momento histórico que já passou e não pode mais ser resgatado, alguém que já teve a sua vez.

Logo após o reconhecimento de que essa presença tão marcante deveria ser mais bem entendida dentro daquela pesquisa de mestrado, um outro aspecto que me chamou atenção a partir do contato com esses velhos possui relação direta com a percepção deles sobre aquilo que ficou guardado em suas memórias, a respeito da espacialidade da cidade de Belo Horizonte de muito antes, que já não existe mais, senão residualmente. Essa percepção me soava quase como uma evocação saudosa e romântica da cidade, que, no decorrer da urbanização, virou metrópole.

Ecléa Bosi, ao desenvolver sua pesquisa, verificou a existência de um processo de desenraizamento, vivenciado por seus interlocutores, resultado, entre outras coisas, da perda dos suportes materiais de suas memórias em decorrência da urbanização. Assim como a autora, desenvolvi um questionamento que girava em torno do modo como a metropolização, em Belo Horizonte, ao demolir “referências espaciais” de uma vida inteira, em obediência às exigências de modernização da realidade urbana, possibilitou aos velhos que aqui moram a vivência desse sentimento de desenraizamento. Valendo-se da construção teórica de Maurice Halbwachs, a autora contribui para o entendimento do fato de que as “pedras da cidade” (em uma referência ao espaço urbano) ganham sentido para seus moradores a partir do momento em que são associadas ao que foi vivido, “[...] mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens”.²⁷

²⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p.136.

De acordo com as disposições preliminares do Estatuto do Idoso²⁸ (em seu art. 2º), os velhos têm assegurado, por lei ou outros meios, “todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.²⁹ O art. 4º das mesmas disposições preliminares diz que: “Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma de lei”.³⁰ Ao que parece, tendo em conta o fato de que a metropolização se constitui enquanto processo opressor, que resulta no aniquilamento da memória dos velhos, como bem demonstrou a autora mencionada, dificilmente o pressuposto nas disposições preliminares dos art. 2º e 4º será assegurado, pois, para que isso acontecesse, ele deveria interferir diretamente na metropolização, evitando os prejuízos³¹ dela decorrentes para a integridade da saúde física e mental dos velhos. Assim, o Estatuto do Idoso já surge enquanto Lei aprovada em Congresso sem considerar uma questão

²⁸ A opção por utilizar a palavra “velho” para designar a fase final da vida dos seres humanos, como é usual ao longo do texto, será motivo de debate na introdução deste trabalho. A palavra “idoso” também será usada, porém quando estiver fazendo uma alusão à designação através da qual os velhos são tratados na maioria dos documentos institucionais brasileiros.

²⁹ BRASÍLIA. Senado Federal. Parecer nº 1301. Relator: Comissão Diretora. 23 set. 2003. p.2. Disponível em: <http://www.diap.org.br/agencia/anexos/Red_final_Estatuto_Idoso.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2003.

³⁰ *Ibidem*, p.3.

³¹ O apontamento desses prejuízos não é resultado de um entendimento unilateral, que não reconhece os elementos positivos e as potencialidades da urbanização a partir da modernização. Teresa Pires do Rio Caldeira, ao analisar “A implosão da vida pública moderna”, aponta o fato de que alguns analistas da moderna vida urbana têm sido convincentes ao enumerar os valores positivos da cidade, ao defender o espaço público moderno. Os elementos básicos da experiência de vida pública, apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões de modernidade, para Teresa Caldeira, é consensual. Esses elementos são: “a primazia e abertura de ruas, a circulação livre, os encontros impessoais e anônimos de pedestres, o uso público de ruas e praças, e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações ou usando espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições)” (Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Ed. 34, 2000. p.302). A despeito de todo o processo de encurtamento dessas possibilidades de realização no e do urbano, algumas virtuosidades ainda permanecem. A presença constante de um grande número de velhos belorizontinos em um dos cafés da cidade, o *Café Nice*, localizado na Praça Sete, vem demonstrar uma das possibilidades de experiência básica da vida pública, como aponta Teresa Caldeira. Em que pese o fato de a rua há muito ter deixado de ser o lugar de encontros, ao ser reduzida ao fluxo de tudo e todos. “A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas)” (LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.28).

fundamental: a urbanização e o lugar dos velhos nesse processo. Quando essa discussão é realizada, ela se circunscreve no âmbito de espaços públicos, logradouros, enfim, às questões de acessibilidade. Não se trata de dizer, com isso, que tais pontos não devam ser motivos de discussão, mas de reforçar a ideia de que estes podem, na verdade, embotar a necessária reflexão sobre o processo de reprodução da vida na e pela metrópole.

Outro aspecto levantado por Ecléa Bosi é o da opressão à qual a memória do velho é submetida, para além da que se viabiliza pela mudança espacial, mas que se processa através da substituição da sua lembrança pessoal pela história oficial celebrativa. Marilena Chauí, ao apresentar essa obra de Ecléa Bosi, afirma que, ao apontar esse segundo tipo de opressão, a autora mostra como os recordadores da pesquisa, após terem sido capazes de reconstruir e interpretar os acontecimentos de que foram participantes ou testemunhas, restauram os estereótipos oficiais, necessários à sobrevivência da classe dominante.³² Continuando com as observações de Marilena Chauí, ao acontecer isso, “as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra história, por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade”.³³

Não foi difícil identificar, ao escutar as falas de alguns dos velhos que encontrei durante o mestrado, o reforço dos estereótipos oficiais. Naquele caso, não só proveniente da história oficial celebrativa, mas do discurso ambiental institucional, que invade as lembranças pessoais e grupais, roubando-lhes seus sentidos, transparência e verdade. Assim, esses velhos, oriundos de uma camada social altamente empobrecida, repetiam o discurso da necessidade de se evitar a impermeabilização dos solos da metrópole, clamando por uma lei punitiva aos responsáveis por isso, esquecendo-se, por exemplo, que, desse modo, contribuem para a punição de seus próprios familiares, que, não raro, adensam suas moradias, edificando a quase totalidade dos lotes nas áreas de periferia onde moram.

Refletindo sobre os sentidos da participação dos velhos em movimentos sociais urbanos, pensava ser possível indicar um aspecto otimista que a situasse

³² BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.19.

³³ BOSI, *loc cit.*

como uma tentativa de resgate, por parte desse grupo, de “coisas preciosas que se perderam”.³⁴ Para Ecléa Bosi, uma vez destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância do seu morador, algo de si morria junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados. Mas a tristeza e as lamentações do indivíduo não mudam o curso das coisas: só o grupo pode resistir e recompor traços da vida passada. Sem essa resistência coletiva, os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas.³⁵ Sendo assim, julgava que esses velhos, ao participarem de todos esses movimentos, estavam oferecendo uma resistência a esse processo de desenraizamento do qual são tanto vítimas quanto, de certo modo, agentes. Naquele momento, todas essas questões foram traduzidas, para mim, pela seguinte frase: “Mas a tentativa de melhor entendimento dessa questão fica para outra pesquisa”.

A despeito das mudanças no modo de refletir sobre essa questão, decorrente da minha inserção no doutorado, ainda me parece que o sentido da luta por uma “cidade melhor” (para usar os termos de Ecléa Bosi) esteve presente em cada um dos velhos encontrados no momento do mestrado e também em boa parte dos que pude encontrar neste processo de doutorado, ainda que, muitas vezes, a ideia de qualidade tenha sucumbido ao ideário institucional e/ou oficial e remetido ao passado supostamente glorioso que se foi em decorrência da modernidade.

Muito do que compareceu aqui, como esboço de uma reflexão acerca da velhice, iniciado em outro processo, persistiu ou ganhou corpo nesta tese. Algumas novas perguntas ainda ficarão pendentes, uma vez que, enquanto buscava entender as várias temáticas relativas à velhice, neste tempo de pesquisa, enfrentava “limitações” e “obstáculos”, palavras essas que traduzem, com bastante propriedade, as dificuldades decorrentes do processo de envelhecimento. Se, para muitos velhos, a “lembrança do vivido é menos esclarecedora do que a lembrança do que não se viveu – o que poderia ter sido e não foi e já não pode ser”,³⁶ a frustração pelo que não foi apreendido no processo de esclarecimento proporcionado por este esforço de

³⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.452.

³⁵ BOSI, *loc cit.*

³⁶ BARRETO, Maria Letícia Fonseca. *Velhice, fantasia e realidade social*. 1988. 350f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988. p.3.

reflexão e já não o pode ser também se faz presente. Nesse tempo, presenciei o descompasso entre o tempo acadêmico, de limites e prazos (circunscrito dentro de uma vida metropolitana), e o tempo de vida do velho, a quem dedico esta pesquisa: meu pai. Durante os últimos anos, ele foi acometido de uma enfermidade que o levou à debilidade e à crença de que lhe faltava pouco tempo para ser vivido. Dentro dessa crença, encontrava-se a certeza construída por ele de que a presença era o seu melhor remédio e também a melhor forma de sentimento. Tal conflito me fez pensar, muitas vezes, que a velhice, enquanto realidade incômoda, estava bem mais perto de mim do que poderia suspeitar. Em diversos momentos, as minhas promessas de visitas que não foram cumpridas e a frustração que essas promessas causaram (em ambos) me faziam lembrar os muitos relatos lidos sobre os velhos abandonados em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs),³⁷ que esperam longos dias pelos filhos, que, ao deixá-los ali, lhes prometem retornar para buscá-los e nunca o fazem. Por vezes, persistir nesse estudo era, de certa maneira, atestar que não existe tempo-espço para o velho na vida de quem, querendo ou não, é fruto do “tempo da grande indústria”, no qual a experiência da partilha tem sucumbido a tantas outras necessidades. A minha resposta sempre foi a de que o breve futuro (incerto para ele) reservaria momentos preciosos de compartilhamento. Enfim, estou disponível. Já posso compartilhar, pois “longa é a arte/tão breve a vida”.³⁸

Belo Horizonte, Agosto de 2008.

³⁷ ILPI: Esse é o termo utilizado atualmente para as Instituições Asilares. No entanto, a modificação do modo de designação desses lugares está longe de anunciar uma mudança nos seus princípios fundamentais.

³⁸ Trecho da canção *Querida* de Antonio Carlos Brasileiro de Almeida Jobim (Tom Jobim). Disponível em: <http://www2.uol.com.br/tomjobim/ml_querida.htm>. Acesso em: 02 jan. 2013.



William
Gunn

FRAGMENTOS DO PENSAMENTO II

“O INVERNO SEGUINTE vivi na calma e graciosa baía de Rapallo, não longe de Gênova, entalhada entre Chiavari e o promontório de Porto Fino. Minha saúde não era a melhor; o inverno frio e chuvoso ao extremo; um pequeno albergue situado à beira do mar, de modo que, à noite, a maré alta tornava o sono impossível, oferecia em quase tudo o oposto ao que seria desejável. Apesar disso, e como para demonstrar minha tese de que tudo decisivo acontece apesar de tudo, foi nesse inverno e nesse desfavorecimento das circunstâncias que meu Zaratrusta nasceu.”³⁹

(Friedrich Nietzsche, *Ecce homo*: como alguém se torna o que é)

Longe dos determinismos que uma leitura leviana da sentença de Nietzsche pode indicar, recupero-o para dizer que o decisivo se fez presente com a retomada deste processo de doutorado, que se interrompeu em 2008. O “apesar de tudo”, no meu caso, relaciona-se ao meu desligamento do programa de Pós-Graduação deste Instituto, sem ter concluído esta tese, por uma série de razões, e à necessidade de realizar novo exame de seleção. Entre essas razões, destaco, nesse meu inverno, o ingresso no quadro de professores desta universidade e tudo que isso significa em termos de atribuições impostas a quem vive o seu estágio probatório de docência.

No entanto, não posso me deter nessa estação de pensamento, sem considerar dois outros motivos para esse afastamento e a não conclusão desta pesquisa até o momento. Motivos que não são somente de ordem prática, mas que remetem aos efeitos afetivos que o tema em questão desperta em mim, como já mencionado.

O primeiro desses afetos já era uma constante naquele primeiro processo de doutoramento e retorna a esta escrita depois de um percurso analítico pessoal de complexa elaboração. Considero difícil, mas necessário, admitir que, em alguma

³⁹ NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo*: como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.80. (Coleção Companhia de Bolso).

medida, o fato de esticar a tese, ao longo destes últimos anos, assumiu o mesmo sentido de tentar estender a vida dos velhos que sempre estiveram perto de mim. Terminá-la significava liberá-los para partir. E, de fato, dolorosamente, alguns deles partiram: recentemente meu pai, tios e tias tão queridos, alguns vizinhos, depoentes da pesquisa. “Dos apagamentos do que se vai, do que deixa de existir com quem morre... isso muito me inquieta. Das dores que na gente fica, das saudades de quem se vai, isso me dói.”⁴⁰

Para identificar o segundo afeto mencionado, naquilo que o mesmo me envolveu sobremaneira, produzindo certa imobilização, recorro à obra de Sigmund Freud, nas elaborações que comparecem no seu texto de 1936, “Um distúrbio de memória na Acrópole”.⁴¹ Nesse texto, Freud explica o sentimento a que foi submetido quando de sua visita à Acrópole. Assim que decide pela viagem à Acrópole de Atenas, quando ainda se encontrava na província italiana de Trieste, Freud é tomado por um estado de espírito deprimido, que, posteriormente, se converterá (a partir de sua memória) em um fenômeno a ser investigado e compreendido teoricamente.

Para explicar esse “incidente”, Freud toma emprestado dos ditos populares a formulação comumente expressa nos casos em que os seres humanos vivenciam certa incredulidade para com algo que lhes acontece, ou seja, a expressão: “bom demais para ser verdade”. Ao visualizar a Acrópole, Freud experimenta esse sentimento de incredulidade, que formula da seguinte maneira: “Pela evidência dos meus sentidos, estou agora na Acrópole, mas não consigo acreditar nisto.”⁴²

A dúvida que fomenta parte das conclusões a que Freud chega fica por conta dos motivos pelos quais os seres humanos são afetados por sentimentos de incredulidade quando se referem a algo que promete trazer elevado grau de prazer.⁴³

⁴⁰ Este trecho reflexivo também me foi enviado pela minha amiga Malba Tahan Barbosa, via e-mail, por ocasião de um dos nossos debates sobre uma perda dolorosa ocorrida em nossas vidas.

⁴¹ FREUD, Sigmund. Um distúrbio de memória na Acrópole. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p.291-303. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XXII). Trabalho dedicado a Romain Rolland por ocasião do seu setuagésimo aniversário. De acordo com nota do editor inglês das obras completas de Freud, este tinha por Romain Rolland profunda admiração e lhe dedicou ao longo da vida inúmeras cartas além de uma passagem no começo da obra “O mal-estar na civilização”.

⁴² *Ibidem*, p.298.

⁴³ *Ibidem*, p.296.

A tentativa de repelir parte da realidade, por meio da incredulidade, quando essa ameaça causar desprazer, é um fenômeno compreensível para Freud. Mas o que dizer exatamente do contrário?

Outro exemplo de “bom demais para ser verdade” é acrescido ao texto por meio da expressão “não mereço tanta felicidade”. Os casos, analisados por Freud, de pessoas que são arrasadas pelo sucesso complementam seu raciocínio. Estas são assaltadas por sentimentos de culpa ou de inferioridade e não se permitem a concretização de suas realizações. Assim, segundo Freud, a negação da realidade/felicidade, nesses casos, “[...] é a materialização de nossa consciência, do severo superego que há dentro de nós, sendo ele próprio um remanescente da instância primitiva de nossa infância”.⁴⁴ Para Freud, isso explica o comportamento deprimido que experimentará na província italiana, frente à possibilidade de visitar Acrópole. Não podia acreditar que lhe seria dada a alegria de ver Atenas.⁴⁵

Finalizando seu texto, Freud (que, quando o escreveu, já estava na casa dos 80 anos⁴⁶) relata como se deparou com a solução para o problema relativo à causa pela qual, já em Trieste, ele e seu irmão⁴⁷ não se permitiam o regozijo pela viagem a Atenas, a saber, o sentimento de culpa por terem chegado tão longe, por terem realizado muito mais do que o próprio pai.⁴⁸

⁴⁴ FREUD, Sigmund. Um distúrbio de memória na Acrópole. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p.297. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XXII).

⁴⁵ FREUD, *loc cit.*

⁴⁶ “E agora o senhor [Neste trecho Freud se dirige a Romain Rolland, a quem dedicou o texto] não mais haverá de se admirar de que a lembrança desse incidente na Acrópole me tenha perturbado tantas vezes, depois que envelheci, agora que tenho de ter paciência e não posso mais viajar” (*Ibidem*, p.303).

⁴⁷ O irmão mais novo de Freud foi seu companheiro em inúmeras viagens e, entre estas, a mencionada nesse texto.

⁴⁸ “Pode ser que um sentimento de culpa estivesse vinculado à satisfação de havermos realizado tanto: havia nessa conexão algo de errado, que desde os primeiros tempos tinha sido proibido. Era alguma coisa relacionada com as críticas da criança ao pai, com a desvalorização que tomou o lugar da supervalorização do início da infância. Parece como se a essência do êxito consistisse em ter realizado mais do que o pai realizou, e como se ainda fosse proibido ultrapassar o pai. Como acréscimo a esse motivo, cuja validade é geral, estava presente um fator especial, em nosso caso particular. O próprio tema referente à Atenas e à Acrópole continha provas da superioridade do filho. Nosso pai se dedicara ao comércio, não tinha tido instrução secundária, e Atenas podia não ter significado muito para ele. Assim, o que interferia em nossa satisfação de viajar a Atenas era um sentimento de *respeito filial*” (FREUD, Sigmund. Um distúrbio de memória na Acrópole. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p.302-303. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XXII).).

A partir disso, chego, então, a uma aproximação entre a análise efetuada por Freud e a minha inconsciente tentativa de repressão de parte de uma realidade que a concretização efetiva desta tese poderia apresentar. Concretizá-la significa realizar muito mais do que os meus pais realizaram, e, assim como eles, uma grande maioria dos velhos a que tive acesso, nessa busca de compreensão da velhice na metrópole. Significa, de alguma maneira, superá-los! É por isso também que tem sido tão complexo finalizar este texto. Colocar o ponto final significa romper com a tensão psíquica que uma superação da figura paterna enquanto instância da lei representa.

Entendi, através desta análise, que os olhos do pai, arregalados, sempre olham para a gente por decreto de seu pátrio poder. No conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, esses olhos fincavam no filho abandonado o sentimento de culpa: “De que era que eu tinha tanta, tanta culpa? Se o meu pai sempre fazendo ausência: e o rio-rio-rio, o rio — pondo perpétuo. Eu sofria já o começo da velhice — esta vida era só o desmoronamento. [...] Sou o culpado do que nem sei, de dor em aberto, no meu foro.”⁴⁹

Silvana Maria Pessôa de Oliveira, ao analisar o conto de Guimarães Rosa, situa a imobilização a que o narrador da história é submetido, fazendo-se sempre presente às margens do rio, à espera da travessia de seu pai. Ele não se casou, não teve descendência, mas, por legado patriarcal, exerce o ato narrativo da história de suas vidas.⁵⁰ Cabe a ele transmitir a experiência individual do pai, que optou pelo silêncio, enquanto tentativa de organização da própria existência. Desse modo, e contraditoriamente, rompe com a imobilização que chega a declarar e a desejar para si: “Sou o que não foi, o que vai ficar calado”.⁵¹

Assim como, na ficção, a narrativa se apresenta como porta de saída para o estado de inércia a que o narrador é submetido, encontro, na possibilidade de construção de narrativas sobre os velhos, o sentido para a superação da dificuldade aqui apresentada.

⁴⁹ ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.36.

⁵⁰ OLIVEIRA, Silvana Pessôa de. Narrar? Não mais... In: OTTE, Georg; OLIVEIRA, Silvana Pessôa de (Orgs.). *Mosaico crítico: ensaios sobre literatura contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica/Núcleos de Estudos Latino-Americanos (NELAM-FALE), 1999. p.43-46.

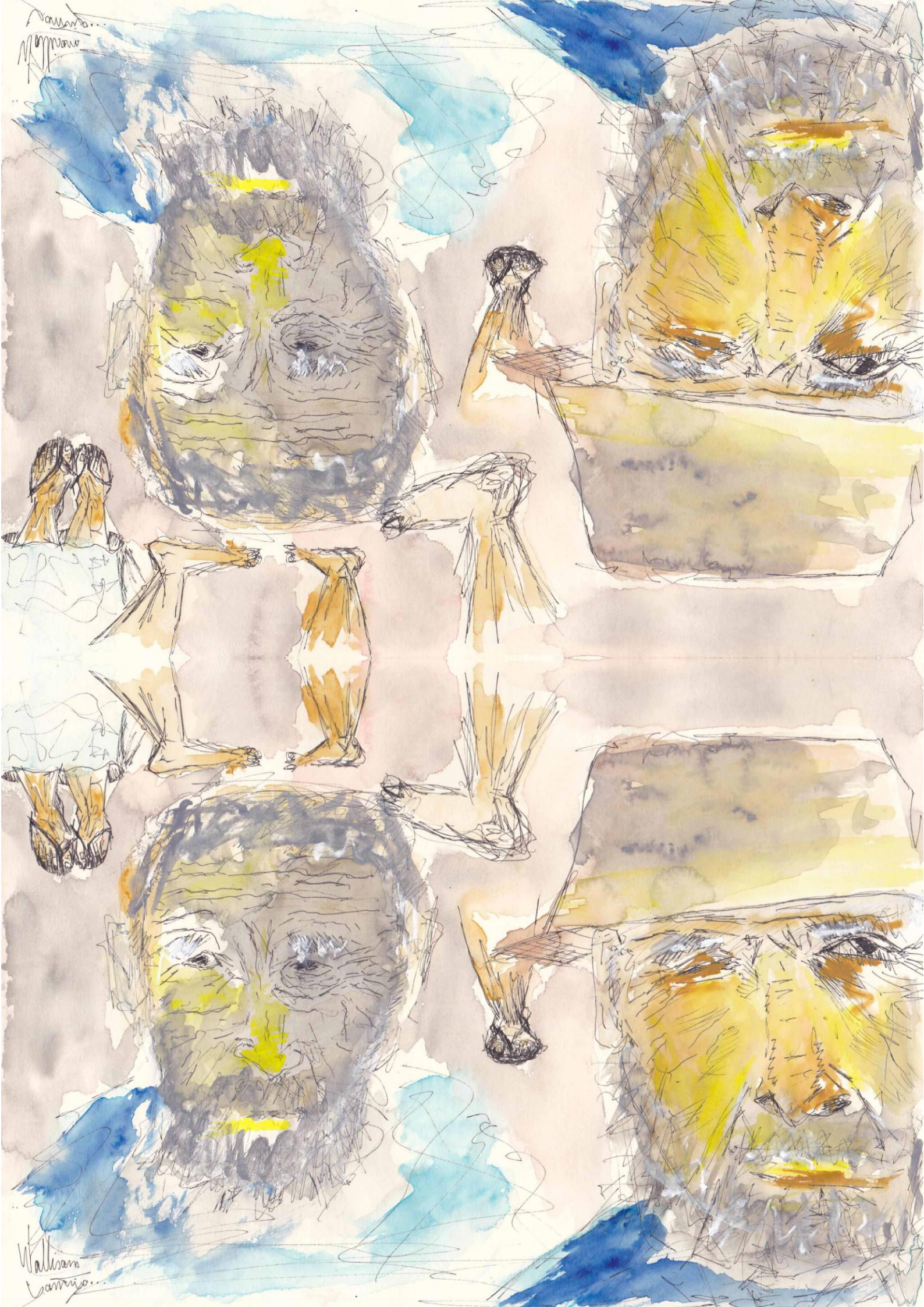
⁵¹ ROSA, *op. cit.*, p.37.

A partir do pensamento de Émile Benveniste, alcanço a formulação de que aquele que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, faz os indivíduos se enunciarem.⁵² De posse dessa premissa, situo a perspectiva deste trabalho, que contará com as narrativas de depoentes velhos sobre sua experiência urbana, como parte desse esquema de enunciação. Por meio da minha escrita, pretendo enunciar os relatos contendo as trajetórias de velhos que, a partir da evocação das lembranças do vivido, revelam os possíveis traumatismos, ferimentos, machucamentos,⁵³ cicatrizes que mais de meio século de urbanização da capital mineira os fez arrastarem consigo. As virtuosidades desse processo também se fazem presentes. A enunciação da aventura de suas vidas exige um posicionamento que afasta a perspectiva piedosa quanto a qualquer possível reflexão e/ou recepção dos relatos. Ao contrário, a rememoração proposta tem sentido benjaminiano e atesta a necessidade de transformação do presente e da retomada do passado e das possibilidades que ficaram soterradas nas ruínas do *continuum da História*.

Belo Horizonte, Abril de 2013.

⁵² BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.90.

⁵³ Tomo emprestada a palavra “machucamento” da análise que Antônio Candido faz do processo de violência imposto ao narrador do livro *Infância*, de Graciliano Ramos. De acordo com Antônio Candido, nesse livro, “um dos traços mais constantes é o sentimento de humilhação e de machucamento. Humilhação de menino fraco e tímido, maltratado pelos pais, extremamente sensível aos maus-tratos sofridos e presenciados. Por toda parte, recordações doídas de alguma injustiça” (Cf. GINZBURG, Jaime. Graciliano Ramos: infância e violência. *Expressão*, Santa Maria, v.1, p.130, jan./jun. 2000).



William...
Lam...
Lam...

William
Lam...

INTRODUÇÃO

À guisa de uma explicação necessária...

Curiosamente, a exposição desta pesquisa e o impacto causado pelo seu título recaem sempre na escolha e utilização da palavra “velho” para a designação do ciclo final da vida dos seres humanos, assim como para a avaliação do estágio degradado de objetos e tantas outras coisas. Mas, no que se refere à velhice humana, invariavelmente, as produções a esse respeito que predominam no mercado editorial têm ganhado outra roupagem no plano do discurso, pois se utilizam, com frequência, de termos que exprimem a racionalidade empresarial em vigor na sociedade na qual os velhos estão inseridos. Dentre essas roupagens, “velhos-jovens”, “terceira idade”, “quarta idade” são sempre encontradas. De certo modo, causa estranhamento o emprego da palavra “velho”, pois esta é tomada como sinônimo de ultrapassado, de antiquado, de obsoleto, de decrépito, em uma acepção altamente pejorativa. Esta só é permitida quando acompanhada de um complemento que a nega, como, por exemplo, na expressão “velhos-jovens”.

Segundo Rosana Figueiredo Vieira, a diferenciação entre as designações atribuídas à velhice só pode ser entendida no interior da nossa cultura, posto que essa diferença foi construída histórica e socialmente, a partir da discussão que coloca a velhice no topo das contradições modernas. Para essa autora, “concentrar a análise apenas na concepção cronológica seria reduzi-la a uma generalização estéril”.⁵⁴ Ainda segundo essa autora, os termos “idoso”, “ancião”, “geronte”, “velho”, “velhote” e “velhusco” “fazem parte de um conjunto de palavras que designam uma pessoa que possui idade avançada”,⁵⁵ muito embora a maior parte desses termos não seja comum à sociedade brasileira.

Diversos autores analisam como, ao longo dos séculos XIX e XX, as diferentes classificações das fases da vida de uma pessoa passam a ser gerenciadas pelos sistemas modernos dominantes, por meio das ideias defendidas por

⁵⁴ VIEIRA, Rosana Figueiredo. *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p.20.

⁵⁵ *Ibidem*, p.19.

instituições e áreas do conhecimento, tais como: a escola, o hospital, o asilo, a pedagogia, a psiquiatria, a demografia, a sociologia, a psicologia, a gerontologia e a geriatria.⁵⁶ Esses sistemas se encarregam da elaboração de construções discursivas acerca das etapas que demarcam o tempo de vida dos indivíduos, em detrimento da própria condição antropológica do ser inerente a cada uma das etapas de sua existência: infância, juventude, maturidade, velhice.

Clarice Peixoto⁵⁷ considera a trajetória da formulação institucional de termos, conceitos ou noções vinculadas ao envelhecimento no Brasil e na França, apontando as suas devidas aproximações. O que fica claro, a partir de sua produção, é o fato de que a distinção entre os termos usualmente utilizados sempre esteve associada à possibilidade ou não de os indivíduos com mais de 60 anos assegurarem sua existência através do trabalho, ou seja, estarem inseridos ou não no processo de produção social de riquezas que, nessa forma histórica de sociedade, concerne à generalização da produção de mercadorias. Isso possui uma relevância significativa no processo de entendimento do lugar social atribuído à velhice, pois é em decorrência da incapacidade dos sujeitos de assegurarem sua sobrevivência a partir de certa idade, que as políticas assistencialistas para a velhice passam a compor o plano dos direitos a serem assegurados pelo Estado.

No século XIX, na França, designava-se como velho (*vieux*) ou velhote (*vieillard*) os indivíduos que não detinham estatuto social. Ao contrário disso, os indivíduos que detinham tal estatuto eram geralmente designados como idosos (*personne âgée*).⁵⁸ Ou seja, as designações não correspondem a uma diferença propriamente dita, mas sim à desigualdade! Somente a partir dos anos 60 do século XX, em virtude da consolidação de uma nova política social para a velhice, a partir da qual ocorre uma elevação do valor das pensões recebidas pelos velhos, tem-se, na França, a transformação dos termos classificatórios, e a palavra “idoso” passa a ser predominante.

⁵⁶ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13-23. (Família, geração e cultura).

⁵⁷ PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de. (Orgs.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.69-84.

⁵⁸ *Ibidem*, p.71.

No Brasil, segundo a autora citada, a conotação negativa do vocábulo “velho” seguiu processo semelhante ao da França. O percurso que substitui esse termo pela palavra “idoso” aqui também foi desenvolvido, sendo o primeiro desses termos banido dos documentos oficiais no final da década de 60. A justificativa para essa substituição sempre guarda a premissa de que o termo idoso atesta um caráter de respeitabilidade que não é assegurado pela designação de velho.

Da contribuição oferecida por essa elaboração, destaco, ainda, a análise que nela comparece a respeito da inclusão da designação “terceira idade”, como sinônimo de velhice. Segundo Peixoto, essa noção constitui, aqui no Brasil, um decalque do vocábulo francês, adotado após a implantação das políticas sociais para a velhice na França. Enquanto a palavra idoso designa “os velhos respeitados”, o termo “terceira idade” designa os “jovens-velhos”, os aposentados dinâmicos,⁵⁹ que compõem um mercado promissor. A construção dessa representação, segundo Myriam Moraes Lins de Barros,⁶⁰ faz-se a partir de um processo de reprivatização da velhice, da apreensão de valores cada vez mais individualistas afeitos à sociedade moderna e da atribuição da responsabilidade aos velhos pelo seu próprio bem-estar durante esse ciclo de sua vida. Dentre as responsabilidades que estes passam a assumir, encontram-se os cuidados com a saúde física e psíquica, as atividades de lazer, os cuidados corporais, a frequência dos contatos sociais, dentre outras. Ao encontro de tudo isso, nota-se a criação de um mercado propício que se encarrega de cada uma dessas responsabilidades. A família, nesse sentido, assume um lugar periférico em muitos lares, e seus membros não podem dar continuidade às histórias narradas pelos mais velhos, visto que estas não são verbalizadas com frequência nessas circunstâncias.

Mariele Rodrigues Correa,⁶¹ ao cartografar a velhice no Brasil, aponta para o momento de transição que estamos vivendo no país, onde o *status* da velhice

⁵⁹ PEIXOTO, Clarice Ehlers. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de. (Orgs.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.81.

⁶⁰ BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13-23. (Família, geração e cultura).

⁶¹ CORREA, Mariele Rodrigues. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice, terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

avança de um lugar desprestigiado para outro mais valorizado, dentro de uma demanda social de refuncionalização do idoso. “Em nossos dias, o mercado não descarta mais qualquer espécie de consumidores, criando necessidades específicas e realizando a inserção social baseada no consumo”.⁶²

Os velhos brasileiros contam, hoje, com espaços monitorados de lazer, chamados de *clubes de terceira idade*, seletivos, visto que a maior parte das atividades desenvolvidas por esses clubes, como exercícios físicos, visitas a museus e viagens, se faz possível, na maioria das vezes, através da mediação do dinheiro.⁶³ Dentro dessa lógica, a programação de suas vidas cotidianas visa a inseri-los nos circuitos de valorização do capital, e ser identificado como um senhor ou uma senhora da terceira idade é tomado como sinônimo de inserção em tal circuito.

Nesse contexto, destaca-se também a perspectiva exclusivista predominante em muitos desses clubes. Eles rompem com a possibilidade de que os velhos vivenciem trocas intergeracionais, uma vez que concebem uma velhice prisioneira no gueto da terceira idade.

“Eu acho uma indecência esses clubes da terceira idade! Pode ser a salvação para muita gente, mas eu acho que a gente tem que aceitar a convivência entre as idades e a sociedade como um todo. Então, se você tem 40 anos, só se relaciona com pessoas de 40 anos? E se você tem 20 anos, só com pessoas de 20 anos? Isso não existe!”, critica Odette Ernest, 71 anos.⁶⁴

⁶² CORREA, Mariele Rodrigues. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice, terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p.32-33.

⁶³ No Brasil, a oferta de entretenimento para os velhos constitui quase um monopólio de duas grandes organizações, o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio), sendo que essa última instituição é a mais reconhecida socialmente, atuando desde 1970. Essas organizações abriram espaços para que seus associados de idade avançada pudessem reunir-se e realizar atividades definidas como de lazer. As atividades nas áreas culturais, sociorrecreativas, físicas e esportivas, informativas e filantrópicas, bem como cursos e oficinas de trabalhos manuais e artesanato, são sua prioridade. Segundo Guita Grin Debert, além do SESC, duas outras organizações foram pioneiras na promoção de programas como esses no Brasil: a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e as Universidades para a Terceira Idade (DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004. p.145). A criação de cursos oferecidos para alunos da dita terceira idade, como parte dos programas universitários, passou a ser genericamente denominada de Universidade Aberta à Terceira Idade e, hoje, ocorre tanto em universidades públicas quanto privadas.

⁶⁴ Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,7743,00.html>>. Acesso em: 11 fev. 2007. Texto que compõe parte do programa de televisão exibido entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007, pertencente à série do Fantástico: “Tempo, o dono da vida”.

Mas, se, por um lado, as práticas que agregam os velhos em grupos, que se viabilizam a partir dos *clubes de terceira idade*, podem remeter a uma guetificação, com a possível anulação das diferenças pessoais e padronização de comportamentos, a constituição desses grupos também contribui para o rompimento com o isolamento a que muitos velhos estão submetidos, principalmente nas grandes metrópoles, onde, afastados do mundo do trabalho, circunscrevem a sua vida ao espaço doméstico.

É possível observar que a inserção dos velhos do Brasil nas práticas sociais, principalmente nas urbanas, acontece a partir de dois circuitos diferentes (que se entrecruzam). Um desses, como já dito, é o circuito da demanda solvável que envolve os velhos que dispõem de recursos financeiros (por diversos motivos, dentre eles os próprios direitos de cidadania, como as aposentadorias) e que, por se constituírem como consumidores, são um dos “alvos” das indústrias do entretenimento, do lazer, do turismo, dos bancos (que lhes apresentam os créditos consignados...). Já o outro envolve os velhos que, apesar de não comporem essa demanda solvável, conseguem fazer parte desses “circuitos” através da participação na riqueza socialmente produzida propiciada pela cidadania, ou mesmo por outros “caminhos”, como a organização em torno das igrejas, por exemplo.

Assim como em outras metrópoles brasileiras, em Belo Horizonte, vem-se constituindo, nas últimas décadas, aquilo que ficou conhecido como *grupos de convivência de idosos*. Esses grupos de convivência na capital mineira surgem, inicialmente, em função da necessidade de constituição de espaços e possibilidades de encontro dos seus moradores de idade avançada, principalmente aqueles do sexo feminino. A maior parte dos velhos que se agrega a esses grupos pertence às camadas sociais mais empobrecidas da cidade, ou, quando não o são, sentem-se encorajados nesse sentido, devido a alguma eminente vantagem proporcionada por tal inserção. Por exemplo, em pesquisa de campo, foi possível perceber que a criação de alguns desses grupos, que contam com a participação de velhos detentores de recursos financeiros mais elevados, foi motivada por uma espécie de desconto especial oferecido por determinados planos de saúde privados a seus participantes.

Em um segundo momento histórico, tais grupos assumem um caráter institucional, quando a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) decide abrigá-los, no

conjunto de suas políticas públicas, através da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS). Desse modo, eles passam a ser acompanhados e a ter suas ações enquadradas dentro de um modelo organizacional. Segundo os últimos dados obtidos através dessa secretaria, mais especificamente em fevereiro de 2013, atualmente, existem 72 grupos de convivência de idosos conveniados à Prefeitura, abarcando um total de 4.853 participantes. No entanto, esses números não revelam a totalidade desses grupos, nem o número total de seus participantes, uma vez que muitos deles não são cadastrados na Prefeitura Municipal. O cadastramento na Prefeitura exige dos grupos algumas tarefas que muitos deles não têm a pretensão de assumir, por exemplo, participação em reuniões periódicas, dentro das regionais da Prefeitura de Belo Horizonte, com os responsáveis pelo acompanhamento das ações realizadas pelo grupo. Porém esse não é o único motivo para o não cadastramento dos grupos, como defende a pesquisadora Geisa Maria Emília Lima Moreira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que, por intermédio do Programa *PUC mais idade*, coordena e desenvolve projetos de pesquisa junto aos *grupos de convivência de idosos de Belo Horizonte*. Dentre os resultados das pesquisas desse programa, pode-se citar a elaboração do *Diagnóstico situacional dos Grupos de Convivência da cidade de Belo Horizonte* (já finalizado) e o *Diagnóstico situacional dos Grupos de Convivência de Idosos na RMBH* (em elaboração).

De acordo com a pesquisadora, dentre outras coisas, muitos desses grupos se localizam, dentro de suas respectivas regionais, em locais considerados muito distantes do centro administrativo da regional da qual fazem parte. Isso dificulta a inserção do grupo no aparato formal que a Prefeitura oferece e no atendimento ao que esta exige em contrapartida.⁶⁵

Nesta tese, será tomada, deliberadamente, a denominação de “velho” para a referência às pessoas de idade avançada, que constituem o principal objeto da pesquisa, em detrimento de outras designações, pois, assim como Guite Zimerman desenvolveu em seu livro, tal denominação não tem um caráter depreciativo, pelo

⁶⁵ Segundo o que foi possível apreender a partir de uma entrevista informal com essa pesquisadora.

contrário, depreciativo torna-se a substituição da palavra velho por eufemismos, “como se ser velho fosse um defeito que devesse ser escondido”.⁶⁶

Segundo Giorgio Agamben, a formação de um eufemismo, “ao implicar a substituição da expressão própria por algo de que, realmente, não se quer ouvir falar, com uma expressão atenuada ou alterada, sempre traz consigo ambiguidades”.⁶⁷ No caso da substituição da palavra velho por expressões atenuadas, como terceira idade, idosos, velhos-jovens, observa-se, nitidamente, uma tentativa de evitar o reflexo daquilo que se revela no espelho através de rugas e marcas de expressões, ou seja, a proximidade do fim. Uma das ambiguidades que essa substituição pode revelar é a de que a face que se quer deixar escondida do espelho talvez não seja tão temível quanto se supõe e guarde surpresas ricas em experiências, que exigem de um velho ser somente o que ele é.

Normalmente, o enfoque dado à discussão sobre a velhice, nos estudos afeitos à Geografia, se detém nos aspectos demográficos inerentes ao processo de envelhecimento. Atestar a importância desse enfoque passa, inclusive, pelo reconhecimento de que a perspectiva de que os indivíduos cheguem à velhice pode ser considerada uma consequência da modernidade, já que, durante séculos, essa possibilidade foi negada a um conjunto significativo da humanidade. Simone de Beauvoir, recuperando o pensamento do economista e demógrafo Alfred Sauvy, avalia que, de todos os fenômenos contemporâneos, “[...] o menos contestável, o mais certo em sua marcha, o mais fácil de prever com antecedência, e talvez, o de consequências mais pesadas é o envelhecimento da população”.⁶⁸

Tomando a velhice sob essa ótica, os dados dos últimos censos brasileiros, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são reveladores, destacando duas características na população investigada: o seu processo de envelhecimento e a feminização.

Segundo os dados do IBGE, nos anos de 1960, a população total brasileira era de, aproximadamente, 70 milhões de pessoas, sendo que 4,7% desse total eram

⁶⁶ ZIMERMAN, Guite. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p.x.

⁶⁷ AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008. p.40.

⁶⁸ BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.271.

compostos por idosos acima dos 60 anos. A expectativa de vida era de 53,1 anos para os homens e de 56,1 anos para as mulheres. Desde esse período, já se começava a observar que a população apresentava uma tendência à feminização. No início dos anos 2000, o percentual de idosos na população total brasileira atingiu a marca de 8,5%, representando 14.536.029 velhos, diante de um contingente de 169.799.170 de pessoas. A expectativa de vida também aumentou nesse período, com os homens vivendo, em média, 66,7 anos, e as mulheres, aproximadamente, 74,4 anos.

O censo de 2010 revelou uma expectativa de vida ainda maior, sendo que os homens atingiram uma média de vida de 68,5 anos, e as mulheres, 76,7 anos. Com isso, a participação dos velhos no total geral da população também aumentou, passando para 20.590.599, em um total geral de 190.732.694 brasileiros. Ou seja, 10,8% desse total. Esse censo também contribuiu para a confirmação do processo de feminização da população brasileira, revelando a predominância das mulheres idosas em nossa sociedade.

Essa mudança no padrão de envelhecimento da população levou o IBGE a redefinir os critérios de contabilização da população idosa. Em 1960, quando o envelhecimento e a feminização eram apenas uma tendência, o órgão governamental trabalhava apenas com a faixa etária de 70 anos ou mais. Entretanto, nos censos de 2000 e 2010, passou a ocorrer uma separação de cinco em cinco anos, a partir dos 70 anos, e foi colocada como limite a idade de 100 anos.

Em 2009, a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), também realizada pelo IBGE, revelou a seguinte distribuição dos idosos pelo território brasileiro: região Sudeste (12,7%), Sul (12,3%), Nordeste (10,5%), Centro-Oeste (9,5%) e Norte (7,3%). Nessa pesquisa, foi possível identificar que os velhos se concentram nas áreas urbanas, pois são nessas áreas que estão os melhores serviços de saúde e toda uma rede social com diversas atividades de lazer, cultura e ligadas às religiões, que envolvem com mais intensidade o público dessa faixa etária.

O censo de 2010 revelou, ainda, que, em Belo Horizonte, há uma predominância da população idosa residindo na regional Centro-Sul, com destaque para o Bairro Cidade Jardim, que apresenta 331,9 idosos para um grupo de 100 pessoas com até 14 anos. (Um índice semelhante ao apresentado para o Bairro de

Copacabana, no Rio de Janeiro). Nesse bairro, um quarto dos moradores possui idade superior a 65 anos. Os outros bairros que apresentam elevado índice de idosos também estão localizados na referida regional. O Bairro Cidade Jardim ocupa a oitava posição nesse quesito em todo o território nacional.

As principais causas para esse envelhecimento da população decorrem das melhorias de acesso aos benefícios da modernidade ao longo dos últimos anos. Entre os aspectos da vida dos brasileiros que contaram com tais melhorias destacam-se: a alimentação, o número de domicílios com acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário e o acesso a medicamentos e aos tratamentos médicos, embora muitas áreas do território nacional ainda sofram com a falta de saneamento básico e de serviços de saúde, principalmente os preventivos.

Segundo especialistas da área de demografia, a feminização da população pode ser explicada por dois fatores. O primeiro deles começa a ocorrer na faixa etária de 20 a 24 anos, quando os homens morrem em número maior por se envolverem em crimes violentos e em acidentes de trânsito com mais frequência do que as mulheres. A partir dessa faixa etária, começa a ocorrer uma inversão na pirâmide demográfica brasileira, apesar de o número de nascimentos de homens ser maior que o de mulheres. Tal inversão é agravada no início da velhice, quando os homens passam a apresentar um número maior de problemas de saúde, principalmente, os ligados às doenças cardiovasculares. O resultado desse processo é uma população feminina maior que a masculina em 3,9 milhões de pessoas, segundo censo de 2010.

Há, ainda, uma perspectiva de que haja um envelhecimento, em 2025, três vezes maior que o registrado em 2000, com mais de 50 adultos acima de 65 anos ou mais, para um total de 100 jovens abaixo de 15 anos de idade. Assim, a expectativa, para o ano de 2050, é de que a população de idosos no país, com mais de 70 anos, ultrapasse 13% do total da população brasileira.

Tudo isso em um contexto em que aumenta a pressão sobre o Estado brasileiro para o desenvolvimento de políticas que assistam os mais velhos. Hoje, já se observa um número cada vez maior de consultas médicas para essa faixa etária, um consumo elevado de medicamentos, o aumento da demanda por exames complementares e hospitalizações, além do aumento da pressão sobre a previdência

social, cujo resultado tem sido a investida dos sucessivos governos federais para modificar a legislação, retardando o tempo de aposentadoria.⁶⁹

O apontamento das informações anteriores visa a estabelecer um panorama geral da velhice no Brasil, no que se refere ao aumento da população brasileira considerada idosa, do ponto de vista cronológico. No entanto, o universo da tese aqui proposta não pretende abarcar a velhice enquanto categoria analítica, levando-se em conta os índices estatísticos que se originam a partir das pesquisas demográficas, das quais o censo é um dos suportes. Esta pesquisa tem acento em aspectos referentes à condição antropológica do ser velho, na qual alguns indivíduos particulares assumem a representação daquilo que é inerente a um vasto grupo, na relação com as possibilidades de realização da experiência na metrópole.

Para chegar a esse indivíduo, que, hoje, se encontra na condição de um velho, na metrópole de Belo Horizonte, retomo seu processo de chegada à capital mineira, a partir daquilo que a bibliografia sobre a conformação demográfica dessa cidade apresenta, ainda que essa abordagem, que compõe o conjunto de análise sobre a urbanização, possa ser inscrita entre aquelas consideradas clássicas e que explicam o urbano sob a ótica da industrialização.

De acordo com o pesquisador Frederico Poley Martins Ferreira,⁷⁰ historicamente, o crescimento populacional de Belo Horizonte acompanha o

⁶⁹ Os documentos bibliográficos consultados para a elaboração de parte deste texto referente aos dados demográficos oriundos dos censos brasileiros foram:

BERCOVICH, Alícia Maria. Características regionais da população idosa no Brasil. *Revista brasileira de estudos populacionais*, Campinas, n.10, p.125-143, 1993;

CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_Content&view=article&id=4401>. Acesso em: 30 abr. 2013;

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago; COSTA; Carolina Souza. O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/abep2006_81.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013;

LAMARCA, Gabriela; VETTORE, Mario. *O envelhecimento da população brasileira: a nova transição demográfica*. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2012/07/o-envelhecimento-da-populacao-brasileira-a-nova-transicao-demografica/>>. Acesso em: 30 abr. 2013;

LIMA-COSTA, Maria Fernanda *et al.* Tendências em dez anos das condições de saúde de idosos brasileiros: evidências da pesquisa nacional por amostra de domicílios (1998, 2003, 2008). *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.9, v.16, p.3689-3696, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n9/a06v16n9.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

Foi realizada, ainda, consulta ao sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

⁷⁰ FERREIRA, Frederico Poley Martins. Evolução urbana e demográfica do envelhecimento em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n.4, p.71-82, maio 2001.

desenvolvimento econômico da cidade, a partir da instalação, em suas imediações, de um parque industrial dinâmico (Cidade Industrial), na metade do século passado. Segundo esse autor, a partir desse período, o núcleo urbano belorizontino passa a receber sucessivas levas de imigrantes, que modificaram a sua estrutura demográfica e espacial. O interesse nas observações que Frederico Ferreira realiza para esse período parte da caracterização etária dos migrantes que aqui desembarcaram: “Por receber uma grande quantidade de imigrantes, normalmente em idade de trabalho, a estrutura etária da população era basicamente jovem”.⁷¹

Tal processo se estende até os anos 70, momento a partir do qual diversas mudanças demográficas tornam-se mais visíveis para esse autor, tais como: “[...] queda da fecundidade e diminuição das taxas migratórias para a cidade, o que tem como consequência a diminuição das taxas de crescimento e o início de um processo de envelhecimento populacional”.

Em se tratando da maior parte dos velhos aos quais tive acesso no decorrer da pesquisa que esta tese representa, a maioria deles faz parte desse contingente populacional que migrou para Belo Horizonte no período mencionado, que corresponde às décadas de 1930 a 1970. Entre eles, estão aqueles que farão parte da análise empírica apresentada no Capítulo 3. Quando aqui chegaram, alguns já com suas próprias famílias e outros ainda por constituí-las, eram jovens e formaram o operariado urbano, assim como todo um circuito informal de prestação de serviços, que contribuiu para dar uma silhueta à cidade e, posteriormente, à metrópole, que veio a se definir como nova forma urbana. Portanto, eles viveram a transformação/metamorfose dessa cidade em uma metrópole e foram vivenciando algumas crises decorrentes dessa transformação.

⁷¹ FERREIRA, Frederico Poley Martins. Evolução urbana e demográfica do envelhecimento em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n.4, p.71-82, maio 2001. p.73.

A partir dessa avaliação, passo a refletir sobre a crise das cidades e a urbanização crítica no que se refere às implicações decorrentes de tais processos na configuração da metrópole contemporânea, enquanto espaço de realização da “experiência” no contexto da vida moderna.

Para avançar nessa tarefa, partirei da premissa de que Belo Horizonte, já há algumas décadas, vivencia a urbanização na sua perspectiva *crítica*,⁷² como resultado, entre outras coisas, das profundas mudanças que a modernização centrada, principalmente, na industrialização foi capaz de propiciar. Definir também o que se entende por crise das cidades, na sua relação com a urbanização crítica, torna-se um exercício importante, com vistas ao melhor entendimento da reflexão a ser desenvolvida.

Os diferentes problemas comumente associados aos núcleos urbanos, em particular, os metropolitanos, deflagram o que se entende, convencionalmente, por crise das cidades. No transcurso da história, tais problemas assumiram conotações próprias de seu tempo e, por vezes, persistiram enquanto objeto de preocupação de sucessivas gerações. O saneamento das cidades, por exemplo, é um problema que se afirma enquanto elemento dessa crise, desde a *Cidade Política*,⁷³ e não deixa de ser uma prerrogativa da metrópole contemporânea. Na atualidade, por exemplo, tem sido possível perceber que o entendimento desses problemas, a cada dia, tem-se reduzido àquilo que se compreende por crise ecológica.

Até aqui, o que quis dizer é que as cidades viveram suas crises conforme a dinâmica da formação social em que se inseriram. Mas a crise das cidades que pretendo tomar como parâmetro de análise se relaciona diretamente com o resultado da urbanização crítica, deflagrando o fato de que nos encontramos no “[...] limite da

⁷² A decisão por tomar a urbanização de Belo Horizonte, sob a orientação da elaboração teórica que aponta para a *urbanização crítica*, não significa o desconhecimento de todo o processo que a determina. No entanto, tratar do momento em que a cidade de Belo Horizonte começa a se converter em uma metrópole por si só já comporia o universo de uma pesquisa, que, nesse caso, não faz parte da iniciativa deste trabalho. Essa discussão comparecerá de forma tangencial, subsidiando a reflexão acerca das preocupações centrais pertencentes a esse processo de investigação.

⁷³ Tomando como um elemento para essa análise o eixo espaço-temporal proposto por Henri Lefebvre, a *cidade política* pode ser colocada perto do ponto de origem. O eixo elaborado por Lefebvre vai da ausência de urbanização (a “pura natureza”, a terra entregue aos “elementos”) à culminação do processo. “Arrisquemo-nos, então, a colocar a cidade política no eixo espaço-temporal perto da origem. [...]” (LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.21).

perda dos significados sociais desta grande conquista da história humana, que é a cidade”.⁷⁴ Ou seja, aproxima-se da ideia de que a urbanização crítica comporta em si diferentes tipos de crises, uma vez que essa urbanização se apresenta como síntese contraditória das (im)possibilidades oferecidas pelo capitalismo.

Como exercício de reflexão sobre a urbanização crítica, recupero a elaboração teórica realizada pela geógrafa Odette de Carvalho Lima Seabra,⁷⁵ que analisa o processo de metamorfose da cidade de São Paulo em metrópole. Um processo que não é exclusivo dessa capital, mas que abarca outras cidades do país.

A transformação de uma cidade em metrópole, até onde foi possível perceber, tem representado mudanças qualitativas dos modos de vida dos velhos, tanto para os que vivem em Belo Horizonte, quanto para aqueles que moram em outras metrópoles brasileiras, mudanças que são identificadas por eles como perdas e que, por isso, podem ser inseridas na perspectiva de uma crise urbana.

No entanto, essa metamorfose não pode ser entendida como algo absoluto, como se a transição da forma histórico-geográfica da cidade para a forma histórico-geográfica da metrópole pudesse ser tomada como sinônimo de perdas definitivas. Isso porque a metrópole, segundo Odette Seabra, comporta, residualmente, “[...] uma tessitura fina de acúmulos históricos guardados de outras épocas como ambiências de vida que em confronto com a lógica geral do valor insistem em permanecer.”⁷⁶ Tais acúmulos históricos que persistem são chamados pela autora de “continuidades históricas”, conceito que será retomado ao final desta Introdução, a partir do diálogo com a obra de Walter Benjamin.

Para Odette Seabra, o entendimento da metamorfose da cidade em metrópole deve-se dar a partir da compreensão da base genética da própria metrópole, uma vez que é nessa base que se encontram os fundamentos que permitem certas continuidades atravessarem os diferentes tempos e espaços sociais:

⁷⁴ DAMIANI, Amélia Luisa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.125.

⁷⁵ SEABRA, Odette de Carvalho Lima. *Urbanização e fragmentação*. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir de estudo do bairro do Limão. 2003. 453f. Tese (Livredocência em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁷⁶ SEABRA, Odette de Carvalho Lima. De cidade a metrópole. *Revista Geografares*, n.9, p.54, jul./dez. 2011.

Disso deriva nossa única pressuposição, a qual consiste em admitir que a gênese da metrópole, com a funcionalidade/desfuncionalidade que a caracteriza, só pode ser compreendida nas metamorfoses da cidade porque, em primeiro lugar, não existe ruptura absoluta entre o antes e o agora, assim como não existe também continuidades ou descontinuidades absolutas. E das entranhas da cidade que vai formando a metrópole num processo marcado por continuidades e descontinuidades relativas.⁷⁷

A compreensão da gênese dessa mudança faz-se como um processo de produção do conhecimento e não pertence às reflexões da maioria das pessoas que vive no espaço urbano e o experimenta. No entanto, isso não exime, por exemplo, os velhos de sentirem que algo se perdeu no espaço urbano, no transcurso de sua existência. Ainda que não identifiquem suas perdas como parte de um amplo processo, aqui denominado como perda da cidade pela imposição da metrópole, eles revelam esse sentimento por meio das narrativas nas quais comparam o tempo de antes e o tempo de agora e as reduções de sentidos que o espaço urbano adquire — algo que será possível identificar em suas narrativas sobre as trajetórias de vida que apresentaram desde a chegada à capital mineira até o momento atual. Mas, também, revelam aquilo que, nessa transição, se apresenta como uma positividade.

As mudanças relatadas do perfil das famílias, a distinção das classes sociais, a violência, os comportamentos de grupos, o fluxo do tempo — que parece correr cada vez mais rápido, assim como o trânsito — são tomados dentro de uma mesma perspectiva que ora é tomada como perda, ora como ganho, mas que, no seu bojo, entende a cidade/metrópole como lugar do caos.

Apesar de todo o caráter concreto dessa problemática urbana, ela tem-se realizado, para esses velhos, como uma abstração, no âmbito do discurso de uma urbanização desordenada.⁷⁸ Disso resulta uma contradição: os problemas expressos

⁷⁷ SEABRA, Odette de Carvalho Lima. De cidade a metrópole. *Revista Geografares*, n.9, p.54, jul./dez. 2011.

⁷⁸ A respeito dos termos como a crise frequentemente é apresentada no plano do discurso, Amélia Damiani apresenta a seguinte elaboração: “Não se trata de negar ou mesmo de reunir essas abordagens, e tantas outras, que chegam no limite de falar em desorganização, caos, desordem, que representam as grandes cidades, quando inversamente, houve e há, embora transformadas, uma ordem estatista e do planejamento determinantes nas representações do espaço produzidas nessas cidades, mesmo que comprometidas em suas propostas mais abrangentes” (DAMIANI, Amélia Luisa.

no vivido têm uma concretude inegável, mas não se constituem em potência positiva, no campo da elaboração⁷⁹ de uma crítica aos processos mais amplos de definição da vida moderna, entendida como vida burguesa.

Parte dos “Fragmentos do Pensamento”, que compõem a apresentação desta tese, atesta essa reflexão. Isso fica claro a partir do exemplo apontado, no qual a substituição da memória pessoal dos velhos que se fizeram presentes no processo de pesquisa do mestrado sucumbiu à imposição do discurso institucional ambiental. A concepção que o termo “terceira idade” adquiriu, nas últimas décadas, também pode ser recuperada como exemplo do modo através do qual as discussões relativas às reais condições de vida ficam aprisionadas em elaborações discursivas que não refletem a condição real dos sujeitos que lidam com os efeitos dessas elaborações cotidianamente.

Henri Lefebvre contribui, de forma relevante, para o entendimento desse tipo de abstração, na medida em que se propõe, em diferentes momentos de sua obra,⁸⁰ a discutir como o prático-sensível é vivido sob inúmeras mediações. De acordo com sua produção, ao mesmo tempo em que importantes virtuosidades da modernidade atravessam a cotidianidade dos seres humanos (como, por exemplo, a que se efetiva a partir das inovações advindas da eletricidade e que vão modificar as relações do dia e da noite, a percepção dos contornos, etc.), a partir das mesmas, temos o aumento da capacidade de interpretação, pelo ouvido, das percepções visuais, e, pelos olhos, das sensações auditivas.⁸¹

A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.59).

⁷⁹ De acordo com Henri Lefebvre, é tarefa do conhecimento resgatar o urbano da sua abstração. “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem” (LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.28).

⁸⁰ Na tentativa de discutir a problemática espacial que se coloca a partir de um conjunto de problemas parciais que têm um traço que os aproxima – a “espacialidade” – Henri Lefebvre dialoga com as perspectivas das diferentes disciplinas parcelares. Sua intenção pode ser traduzida, entre outras coisas, a partir da necessidade de demonstração de como os sentidos tornaram-se teóricos. “O interesse teórico geral dessas pesquisas, a gestual e a lateralização do espaço, a semiologia e a leitura dos espaços, é o de mostrar como e por que, hoje, e agora, os sentidos tornam-se imediata e diretamente teóricos, como disse Marx (Manuscritos de 1844)” (LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins (do original: *Espace et politique*). Paris: Éditions Anthropos, 1972. p.21).

⁸¹ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.123.

As percepções visuais e sensações auditivas se tornam, assim, os signos umas das outras. Aumenta o grau de educação dos sentidos e da sua capacidade teórica. Os sentidos tornam-se “teóricos”, afastando-se do imediato, eles trazem mediações, e a abstração se associa à imediatividade para construir o concreto⁸² (Grifo meu).

Esse distanciamento dos sentidos do prático-sensível potencializado por mediações ideológicas e de outras naturezas permite que não só as crises referentes ao urbano se realizem como abstrações, mas também que as apreensões acerca das próprias perdas decorrentes das transformações que se processaram no urbano sejam escamoteadas. A perda das possibilidades de realização da experiência, como será discutido no capítulo seguinte, pode ser incluída no rol das dificuldades dos indivíduos modernos quanto à identificação daquilo que se perdeu. Associada à troca de narrativas, a experiência sofre abalos em função dos processos de compreensão do tempo e do espaço em função da modernidade. A percepção dessa carência narrativa comparece de forma sutil, uma vez que nunca o ser humano se dedicou tanto a expressar o seu pensamento, quanto na sociedade de massas e de consumo dirigido da qual fazem parte. Porém, a comunicação de informações não se aproxima da narrativa que tem por finalidade um ensinamento que pode ser passado de geração a geração. Por enquanto, resumo essa discussão, que é central na tese, por meio da ideia de que a perda da experiência não chegou no nível do percebido para as pessoas mais simples, cuja experimentação de uma vida autômata caminha rumo ao empobrecimento espiritual que a reprodução do capital também pode significar.

Assim, é possível afirmar (ainda que sob a forma de um fértil campo de estudo a ser desenvolvido) que a melancolia pode ser considerada um modo patológico através do qual muitos velhos lidam com a perda da experiência, no que esta tem de concernente à perda da cidade e de suas relações constitutivas, que não se davam somente no âmbito de relações monetárias.

A melancolia, de acordo com a definição clínico-instrumental, para além daquilo que ela representou na Antiguidade, é muito confundida com a depressão. A

⁸² LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.123.

psicanalista Urania Tourino Peres⁸³ diferencia a melancolia da depressão ao situá-la no campo de estudo psicanalítico, dentro do qual a palavra depressão é usada para designar sintomas e não a patologia propriamente dita. Definida como dor aguda, de ordem não física; distúrbio do espírito, etc., a melancolia apresenta-se como um desamparo, uma complexa e problemática relação com a perda, a falta, o vazio estrutural do ser humano.⁸⁴ Resumidamente, os sintomas a ela relacionados apresentam-se como inibição motora e afetiva, dentro de uma cronicidade que pode alternar-se em períodos de exaltação maníaca e de paralisia.

O conceito de melancolia é um tema caro à literatura e desde a Antiguidade foi tomado como sinônimo de genialidade intelectual, já que o desespero da alma do melancólico encontrava o seu refúgio na atividade criativa, gerada pela incessante busca de sentido para a existência. Walter Benjamin pode ser considerado um claro exemplo dessa associação entre melancolia e produção teórica. Situado entre os melancólicos, Benjamin foi apontado como aquele cujas qualidades de melancólico favoreceram o brilhantismo da sua produção intelectual. Mas, a meu ver, essa discussão também pode ser um importante suporte de análise para além do campo literário.

O motivo que originou o interesse pela reflexão acerca da melancolia reside no fato de que, constantemente, os velhos são acusados de serem melancólicos e românticos. A melancolia relacionada à velhice fica expressa, para o senso comum, no estado de tristeza⁸⁵ que alguns velhos apresentam, e o romantismo, no caráter nostálgico de sua memória, que é permeada por resgates históricos apaixonados e saudosos.

As interpretações da melancolia realizadas historicamente na cultura ocidental, da Antiguidade clássica até a época moderna, apresentam diferentes significados. Estes são resultantes da reflexão de médicos que a entendem sob os condicionantes das doenças do corpo, assim como de filósofos e escritores, que a

⁸³ PERES, Urania Tourino. *Depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.7-8.

⁸⁴ *Ibidem*, p.10.

⁸⁵ É importante salientar que o espectro de significações recoberto pelo termo melancolia é muito amplo, como atesta Susana Kampff Lages, podendo ir “de uma simples propensão temporária a estados de tristeza, passando por numerosas afecções de caráter psicossomático, até chegar aos casos mais graves de psicose” (LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.31-33).

analisam de modo diferenciado, sem excluir a acepção médica por completo. O termo aparece ao longo da história, ocupando regiões de fronteira, como aponta Susana Kampff Lages,⁸⁶ uma vez que é tratado, sobretudo, levando em consideração as doenças do corpo e da alma humana como intimamente interligadas.

Nesse processo de “produção de um sentido obscuro que simultaneamente afeta o corpo e a mente, e deles parece emanar”, o corpo funciona apenas como receptáculo reflexo da afecção psíquica. Portanto, parece que tanto a medicina moderna quanto a psicanálise, por diferentes caminhos, levaram à compreensão de que a melancolia provém, sobretudo, da mente como sede da imaginação, e não de perturbações de caráter orgânico-corporal.⁸⁷

Um dos referenciais utilizados para a análise da melancolia, no contexto moderno, é o propiciado pela abordagem psicanalítica, que tem, na obra de Sigmund Freud,⁸⁸ “Luto e melancolia”,⁸⁹ escrita entre 1914 e 1917, uma importante contribuição. Nessa obra, Freud analisa a correlação existente entre a melancolia⁹⁰ e o luto, apontando como, em ambos os casos, os sujeitos sofrem em decorrência de determinadas perdas. Para Susana Lages, o pressuposto fundamental da teoria freudiana é o de que há uma melancolia que poderíamos denominar de “positiva”, que vem a ser superada pelo sujeito (produzida pelo luto ocasionado a partir da perda de um ente querido),⁹¹ e uma melancolia considerada “negativa”, da qual o

⁸⁶ LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.31-33

⁸⁷ *Ibidem*, p.33-43.

⁸⁸ Susana Lage adverte para o caráter omisso da obra de Freud em relação a todo o conhecimento acerca da melancolia que já vinha sendo produzido por uma infinidade de pensadores, artistas e cientistas, que, de alguma forma, já se preocupavam com essa questão. Recuperando Giorgio Agamben e Massimo Riva, a autora chama a atenção para o fato de que o ensaio de Freud constitui a retomada e a formalização de um saber muito mais antigo, que atravessa o século desde a Antiguidade clássica (*Ibidem*, p.31).

⁸⁹ FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia (1914-1917)*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. (Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud). CD-ROM.

⁹⁰ Para Freud, os traços mentais da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade e uma diminuição dos sentimentos de autoestima, a ponto de encontrar expressão em autorrecriação, autoenvilecimento, culminando numa expectativa delirante de punição (*Ibidem*, sem paginação).

⁹¹ Freud aponta o fato de que o luto pode ser a reação à perda de um ente querido, mas também de alguma outra abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como um país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante (*Ibidem*, sem paginação).

sujeito tem grande dificuldade para sair, sem entrar no círculo vicioso da melancolia-mania.⁹² O percurso adotado por Freud para esclarecer a relação binominal existente entre o luto e a melancolia relaciona-se ao esclarecimento dos motivos pelos quais, em algumas pessoas, as mesmas predisposições (ou seja, o enfrentamento das perdas) produzem melancolia em vez de luto.

Um primeiro aspecto utilizado por Freud para distinguir as feições melancólicas das propiciadas pelo luto, que é exatamente o que aqui interessa, reside no fato de que a melancolia pode corresponder a uma perda objetal retirada da consciência, em contraposição ao luto, no qual nada existe de inconsciente em relação à perda. Segundo Freud, apesar de, em um conjunto de casos, a melancolia corresponder à reação à perda de um objeto amado, é possível observar também que, para muitas outras situações, existe uma perda que se apresenta idealizada, ou seja, o objeto perdido, talvez, não tenha morrido de fato, mas se perdeu enquanto objeto de amor (como no caso, por exemplo, de uma noiva que tenha sido abandonada). Partindo da análise empírica realizada a partir do atendimento clínico, Freud afirma se sentir tentado a justificar a sustentação de que, embora, em muitos casos, a perda ocorrida seja objetal, não é possível identificar o que foi perdido, sendo razoável supor que o paciente também não pode perceber, conscientemente, o que perdeu. Ainda que apresentado com um grau de incerteza, Freud expõe o fato de que, mesmo que o paciente esteja cômico da perda que deu origem à sua melancolia, ele a compreende apenas no sentido de que sabe quem ele perdeu, mas não o que perdeu nesse alguém.⁹³ Essa falta desconhecida resultará em inibição e perda de interesse, que aparecem como algo enigmático, uma vez que não é possível visualizar o que absorve tão completamente o melancólico.

Partindo do pressuposto de que o elemento perdido pelo velho melancólico seja o urbano, na perspectiva de uma práxis narrativa afeita a uma coletividade, seria possível dizer, tomando como referência as elaborações

⁹² LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.58-59.

⁹³ FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia (1914-1917)*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. (Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud). CD-ROM.

freudianas, que isso não significa que o velho tenha consciência do que perdeu nesse urbano, podendo ser motivo da sua melancolia a perda da experiência.

As formulações de Freud no campo da psicanálise não lhe renderam uma grande premiação ao longo de sua vida. A grande menção honrosa que ele recebeu foi o *Prêmio Goethe de Frankfurt*, em 1930, que, apesar do contexto conturbado que o envolveu (foi escolhido por uma margem de votos muito pequena em relação ao outro candidato, devido a uma divergência que tinha como pano de fundo a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha), atesta a importância do pensamento de Freud acerca da humanidade. Embora a maioria dos agraciados com o *Prêmio Goethe* tenham sido escritores e poetas, este não é unicamente literário. A genialidade de Freud, cujo prêmio Goethe é um reconhecimento, não passa despercebida para Michael Foucault, que o indica, juntamente com Karl Marx, como um dos “fundadores ou instauradores de discursividade” do século XIX.

Esse preâmbulo sobre a premiação de Freud tem como objetivo justificar a importância do seu texto “Sobre a transitoriedade” (*Vergänglichkeit*),⁹⁴ que foi escrito a convite da Sociedade Goethe de Berlim, para um volume comemorativo a ser lançado em 1916 – período de plena Primeira Guerra Mundial. Esse ensaio, entre outros, indica a aproximação de Freud da sociedade literária, que, possivelmente, conduziu à indicação para a premiação posterior. Seu texto denominado “Escritores criativos e devaneio”,⁹⁵ de 1907/1908, é muito utilizado entre os literatos pela sua importante caracterização de como determinadas obras literárias possuem um estreito laço com o universo psíquico de seu criador. No pequeno texto “Sobre a transitoriedade”, Freud antecipa as elaborações referentes ao luto que vieram a compor o texto já analisado anteriormente. O luto, nessa elaboração, comparece no sentimento de perda que a transitoriedade das coisas representa. O texto se desenvolve, inicialmente, a partir da apresentação do pesar que o companheiro de caminhada de Freud, um poeta, revela, mediante a possibilidade de desaparecimento da beleza do cenário de verão à sua volta, quando sobreviesse o inverno. A partir

⁹⁴ FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade. Disponível em: <<http://www.freudiana.com.br/destaques-home/sobre-transitoriedade.html>>. Acesso em: 31 jun. 2012.

⁹⁵ FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneio (1908). Rio de Janeiro: Imago, 1970, p.135-143 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.IX).

desse sentimento, Freud inicia a elaboração que aponta a necessidade de que a transitoriedade das coisas não impeça que desfrutemos da sua beleza. Ele afirma que era incompreensível que o pensamento sobre a transitoriedade da beleza fosse capaz de interferir na alegria que dela derivava. Assim também se pode pensar em relação ao que acontece com a beleza da forma e da face humana, que: “[...] desaparece para sempre no decorrer de nossas próprias vidas; sua evanescência, porém, apenas lhe empresta renovado encanto. Uma flor que dura apenas uma noite nem por isso nos parece menos bela”.⁹⁶

Ao avançar para as considerações finais do seu texto, Freud conclui que a percepção de uma possível perda é o fator emocional que dificulta a fruição da beleza, funcionando como uma espécie de luto antecipado pelo que está fadado à morte. Mas o luto, como já foi resgatado a partir do texto “Luto e melancolia”, tem um fim espontâneo. Uma vez liberta desse sentimento, a libido pode-se entregar a novos objetos de afeição, talvez, ainda mais preciosos, para substituir aqueles que foram perdidos. O final do texto é realizado no formato de uma chamada otimista àqueles que estavam vivendo sob o imperativo da Primeira Guerra Mundial e, em função disso, experimentavam o luto ocasionado pela grande quantidade de perdas que esse conflito ocasionou:

Quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura do que antes.⁹⁷

O otimismo freudiano desse momento cedeu lugar a elaborações bem diferentes em seus escritos posteriores, até mesmo mais pessimistas. Mas esse texto convida o pensamento intelectual a se inserir em um movimento que situe, para os enlutados pela perda de referenciais humanos, presentes, por exemplo, no urbano, o apontamento de novos objetos de afeição aos quais possam entregar-se. Nessa

⁹⁶ FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade. Disponível em: <<http://www.freudiana.com.br/destaques-home/sobre-transitoriedade.html>>. Acesso em: 31 jun. 2012.

⁹⁷ *Ibidem*, sem paginação.

perspectiva, retomo o diálogo com as reflexões de Odette Seabra, procurando situar, nas continuidades históricas, as possibilidades de identificação de fragmentos daquilo que, recuperado, pode-se revelar como novos elementos de afeição ainda portadores de virtuosidades.

Para essa tarefa, resgato, do pensamento de Walter Benjamin, aquilo que permite uma aproximação com a reflexão supracitada, a partir do conceito de rastros (*spuren*), que também pode significar traços, vestígios. Segundo a definição de Benjamin, presente no fragmento da obra “Passagens”, os conceitos de rastro e aura podem ser tomados, respectivamente, como:

O rastro é a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja aquilo que o deixou. A aura é a aparição de algo longínquo, por mais próximo esteja aquilo que a evoca. No rastro, apoderamo-nos da coisa; na aura, ela se apodera de nós.⁹⁸

Para lidar com os conceitos de rastro e de aura, que foram elencados como contrários, a exemplo da definição acima, Walter Benjamin lança mão da discussão sobre o tempo, as continuidades e rupturas, unidade e dispersão. Sabrina Sedlmayer e Jaime Ginzburg atestam que “o estudo do tempo em Benjamin ganha dimensões políticas, em especial no que se refere às suas teses sobre o conceito de história”, dentro dessa perspectiva apontada.⁹⁹

A discussão política que permeia as teses citadas realiza-se, entre outras coisas, a partir de uma crítica à marcha ingloria do progresso, que não atenta para as simultaneidades históricas nas quais os sujeitos estão imersos.

Ao analisar o fluxo do tempo, nas teses “Sobre o conceito de História”,¹⁰⁰ um de seus últimos escritos, Walter Benjamin recupera o conceito de ruínas, que é basilar na sua obra sobre a *Origem do drama trágico alemão*. É nesse texto que Benjamin

⁹⁸ BENJAMIN, Walter. Passagens. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgária. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.490.

⁹⁹ SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. A fala do indizível. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.8. (Coleção Humanitas).

¹⁰⁰ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.222-232 (Obras escolhidas, v.1).

revela a necessidade de *fazer explodir o continuum da história*, que tanto o historicismo clássico quanto o materialismo histórico, na sua concepção, não ousaram propor.

Essa crítica fundamenta-se na percepção do autor sobre a compreensão dos seus contemporâneos de que o progresso era uma condição indissociável do tempo. O destino final da história. De acordo com Georg Otte,¹⁰¹ a partir da percepção de Benjamin, fazia parte dessa ideologia progressista a compreensão de que o sujeito, enquanto gerador do progresso, ocupava o lugar de mero observador, tal como um observador na beira do rio, que assiste ao fluxo progressivo do tempo, sendo que as coisas trazidas por esse fluxo aparecem e desaparecem diante de seus olhos.¹⁰² Segundo esse autor, Benjamin contrariava essa ideologia por dois motivos: o primeiro deles baseava-se na crença de que o passar do tempo não significava a perda definitiva das coisas passadas, pois o sujeito não ocupa um lugar fixo na beira da história, mas também é sujeito dessa história, portanto, também fazia parte do conjunto de coisas que eram arrastadas pelas águas caudalosas; e o segundo centrava-se na ideia de que a concepção linear da passagem do tempo, em geral, é inadequada, ou insuficiente, para uma compreensão do presente, que tem suas dívidas com o passado.¹⁰³

Dando sequência a essa análise, a compreensão de tempo histórico em Benjamin aponta para o presente, como acumulação do material do passado:

Benjamin não nega o dinamismo do tempo, mas valoriza os obstáculos que interrompem seu fluxo, pois são estes obstáculos que fazem com que o material do passado, até então, distante, se acumule e revele constelações inesperadas, o choque da interrupção faz com que os restos, as “ruínas” do passado se aproximem, formando a imagem do passado. O encontro destas ruínas no mesmo espaço gera a simultaneidade que Benjamin já viu no drama barroco [trágico]: “pois o procedimento mais radical para tornar o tempo presente no espaço é apresentar todos os acontecimentos como simultâneos”.¹⁰⁴

¹⁰¹ OTTE, Georg. *Linha, choque e mônada*: tempo e espaço na obra tardia de Walter Benjamin. 1994. 277f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada: Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. p.8.

¹⁰² OTTE, *loc. cit.*

¹⁰³ OTTE, *loc. cit.*

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.9.

Essa simultaneidade que Benjamin defende pode ser interpretada como as “continuidades históricas” referidas anteriormente, que, do mesmo modo, marcam a presença de acúmulos de tempos diferenciados na metrópole, guardados em rastros (*spuren*), cujas conotações são diferenciadas, na obra de Benjamin:

[...] uma narrativa apresenta os rastros do narrador; no presente, encontramos ecos, “vestígios” do passado. Ruínas ou escombros, também fragmentos aparentemente insignificantes, se revelam como vestígios, apontam para a presença do passado, etc.¹⁰⁵

No entanto, para que esses rastros se configurem como descobertas é necessário que tenhamos um papel ativo, de identificação do rastro, de sua leitura e de apoderamento da coisa para a qual ele nos leva, como sinaliza Rolf- Peter Janz.¹⁰⁶

Tais tarefas resumem bem a intenção deste trabalho, que pretende lançar mão de narrativas de velhos, para encontrar, através dos rastros presentes em cada uma delas, as possibilidades de realização da experiência na metrópole moderna. Esse trabalho exige a compreensão do caráter frágil do rastro, que só pode ser tomado como tal porque, na verdade, sempre está ameaçado de ser apagado ou de não ser mais reconhecido como signo de algo que assinala, como atesta Jeanne Marie Gagnebin.¹⁰⁷ Tal fugacidade atribuída a esse conceito indica a necessidade e urgência de pesquisas que recolham, dessas continuidades históricas, simultaneidades, ruínas, rastros, seja por qual nome essas permanências do passado sejam reconhecidas, aquilo que se preservou de forma fragmentada, nas práticas residuais cotidianas, fundamentos que possam contribuir para a valorização humana daqueles que habitam esse espaço urbano, e, neste caso, em especial, os velhos belorizontinos.

Na tentativa de auxiliar o leitor quanto à estruturação da tese, apresento um pequeno resumo de cada um dos seus três capítulos. Apesar da crença em uma ciência que não se pautar apenas na construção de um pensamento pretensamente

¹⁰⁵ JANZ, Rolf-Peter. Ausente e presente: sobre o paradoxo da aura e do vestígio. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.20. (Coleção Humanitas).

¹⁰⁶ JANZ, *loc. cit.*

¹⁰⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.27-38. (Coleção Humanitas).

linear, mas que busque nos fragmentos, nos cacos daquilo que foi estilhaçado na vida moderna, as respostas às indagações sobre como partilhar a experiência com os velhos, proponho que esta tese seja lida, de modo linear, seguindo o percurso indicado no seu próprio sumário.

O primeiro capítulo, chamado “A experiência e o cotidiano da vida moderna”, contém as reflexões resultantes do processo de revisão bibliográfica sobre o conceito de experiência. Avalio como necessário explicitar que o suporte teórico que deu origem a esse capítulo baseia-se, essencialmente, na obra de Walter Benjamin e naqueles autores que têm dialogado com esse filósofo mais verticalmente. Em que pese o fato de esse conceito estar presente, tradicionalmente, nos estudos filosóficos mais clássicos, foi necessária a realização dessa opção metodológica em função dos limites de ordem prática impostos ao fazer acadêmico. Para além desses limites, também a compreensão de que a obra de Walter Benjamin lançaria luz sobre as minhas aporias a respeito do velho e da metrópole, no enalço da experiência, despertou-me o desejo de aprofundamento nas elaborações teóricas desse autor.

Ao longo dos últimos anos de estudo intenso da produção intelectual benjaminiana, participei de diferentes encontros acadêmicos e de três colóquios internacionais¹⁰⁸ dedicados inteiramente a Walter Benjamin. A partir desses colóquios, alguns temas aqui já apresentados e que serão retomados posteriormente, como *limiar*, *rastros*, *experiência* e *vivência*, ganharam intensidade e puderam ser relacionados à pesquisa e aos relatos de velhos que a compõem. Assim como esses encontros contribuíram para um aprofundamento no pensamento de Benjamin, também me colocaram em contato com o inquietante debate sobre a suposta banalização que a obra desse pensador vem sofrendo ao longo dos últimos anos, em diferentes países da América Latina, fato para o qual Beatriz Sarlo, estudiosa de Walter Benjamin na Argentina, tem chamado atenção. Na linha de Beatriz Sarlo e

¹⁰⁸ Os colóquios mencionados foram organizados, prioritariamente, pelo Núcleo de Estudos Walter Benjamin, da Faculdade de Letras da UFMG, em parcerias com outras instituições, e se dedicaram às temáticas que ficam expressas em seus próprios títulos: I Colóquio Internacional do Núcleo Walter Benjamin - *O Limiar*, 2008; II Colóquio Internacional do Núcleo Walter Benjamin - *Spuren: rastros, traços e vestígios*, 2010; III Colóquio Internacional do Núcleo Walter Benjamin - *Nachleben: escrita e imagem em Walter Benjamin e Aby Warburg*, 2012.

como fruto dessa inquietação, Ralph Buchenhorst¹⁰⁹ advoga em defesa de uma recepção anárquica da obra de Benjamin, que se destaque do seu contexto moderno europeu e que recrie seu legado, confrontando-o com as situações de colonialismo, dependência, governos militares, hibridismo cultural, situações nas quais os países da América Latina estiveram e/ou estão envolvidos e que por isso exigem uma nova leitura da obra de Walter Benjamin.

A partir desse mergulho no texto benjaminiano, espero retornar à superfície, que, nesse caso, constitui a realidade dos velhos belorizontinos, com a proposição de um pensamento que fuja de uma mera repetição daquilo que, em Walter Benjamin, tem-se demonstrado tão sedutor, mas que dialogue com as fantasmagorias do ser moderno em uma metrópole jovem e que ainda guarda tanto da cidade planejada que um dia ela foi.

O segundo capítulo, “Colhendo narrativas”, dedica-se à descrição de como o processo de recolhimento, edição e análise dos depoimentos dos cinco velhos que fizeram parte da pesquisa empírica aconteceu. Porém, mais do que simplesmente descrever um percurso metodológico, dediquei-me às questões teóricas que justificam a inclusão de tais relatos pessoais em um processo enunciativo e, para tanto, detive-me nos aspectos que apontam para o caráter autobiográfico e testemunhal desses depoimentos. A partir do que apreendi com Bruno Leal sobre narrativas, situo esse capítulo como parte de uma busca do desenvolvimento de um *olhar narrativizante* enquanto pesquisadora.¹¹⁰ Para esse autor, frente à dispersão da vida social, a intervenção do pesquisador tem um papel determinante, pois

[...] ao eleger as narrativas como objeto de pesquisa, marca-se por um *olhar narrativizante*, que faz emergir as formas de articulação do cotidiano. Com isso, “narrar” apresenta-se como metáfora de “articular” e o trabalho do pesquisador funda-se na apreensão dessas relações. As narrativas emergem como resultado da inter-relação das forças sociais, as mais diversas; caracterizam equacionamentos

¹⁰⁹ BUCHENHORST, Ralph. El ensueño del mapa integral: Benjamin y la ciudad híbrida. In: BUCHENHORST, Ralph; VEDDA, Miguel. (Eds.). *Observaciones urbanas: Walter Benjamin y las nuevas ciudades*. Buenos Aires: Gorla, 2008. p.131-144. (Tensiones del pensamiento, v.4).

¹¹⁰ LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.19-27.

possíveis dessas forças, em pontos particulares do fluxo histórico e social.¹¹¹

Para apresentar o terceiro e último capítulo, denominado “Narrativas de velhos”, lanço mão de uma das muitas narrativas de outros autores que foram transcritas na obra de Walter Benjamin, na sua incansável defesa da tradição de se contar histórias como uma forma de transmissão da experiência. Essa narrativa, Walter Benjamin a recupera de Heródoto, que foi quem a contou inicialmente, seguido de Montaigne, e relata a história do rei egípcio Psammenit, quando este foi derrotado e capturado pelo rei persa Cambises. No intuito de humilhar seu cativo, o rei Cambises ordenou que Psammenit fosse posto na rua e que presenciasse o cortejo triunfal dos persas, no qual a própria filha de Psammenit seria conduzida na condição de criada, indo ao poço, carregando um jarro, para buscar água. Prosseguindo na descrição, Heródoto, a partir de Benjamin, revela que, enquanto todos os egípcios se lamentavam com essa situação, Psammenit permaneceu silencioso e imóvel, com os olhos no chão, comportamento que repetiu, ao ver seu filho caminhando no cortejo, para ser executado. Mas, quando viu um dos seus servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou sinais de profundo desespero.¹¹²

Apesar de toda a discordância quanto às versões dessa narrativa em Heródoto, Montaigne e Benjamin, sobre a verdadeira relação entre o rei egípcio e o velho, que ora remete a uma relação apenas de criadagem e, por vezes, à de amizade, como demonstra Aparecida de Fátima Bueno,¹¹³ é grande a minha tentação de interpretar a reação do rei egípcio como uma demonstração de reconhecimento do papel e do lugar dos anciãos em uma sociedade. Mas a intenção de trazer aqui esse relato não tem relação com uma possível defesa da ideia de que o rei Psammenit compartilha comigo o respeito aos mais velhos, e sim consiste na utilização do

¹¹¹ LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.22.

¹¹² BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.197-221. (Obras escolhidas, v.1).

¹¹³ BUENO, Aparecida de Fátima. A história do rei egípcio em sucessivas vozes: Heródoto, Montaigne e Walter Benjamin. *Revista de Ciências Humanas, Viçosa*, v.1, n.1, p.80-88, 2001.

caráter instrutivo que Benjamin atribui a essa narrativa. Recobrando a interpretação que Montaigne faz dessa narrativa histórica, Walter Benjamin explica que, em Montaigne, as reações do rei Psammenit são atribuídas a uma sobrecarga de tristeza, e que apenas uma gota a mais, nesse caso, representada pela humilhação do velho servo, foi necessária para derrubar as suas comportas, e, por isso, presumidamente, ele chorou.¹¹⁴ Todos se perguntam por que terá chorado o rei Psammenit. Além dessa possível interpretação, Benjamin acrescenta outras, de sua própria autoria, com o objetivo de afirmar que essa história trata-se de uma verdadeira narrativa, pois não explica os motivos das ações dos personagens, abrindo uma gama de possibilidades de interpretações. As melhores narrativas não são aquelas que têm um sentido claro, mas as que podem sempre ser reinterpretadas. Para Benjamin, a história do rei egípcio se assemelha às sementes de trigo “que, durante milhares de anos, ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas forças germinativas.”¹¹⁵

Lançando mão dessa narrativa, gostaria de invocar uma leitura do terceiro capítulo desta tese como parte dessa premissa benjaminiana, ou seja, de que as respostas e interpretações que serão lançadas às narrativas recolhidas no processo de pesquisa sejam apenas uma das possibilidades de entendimento da realidade e dos temas ali contidos, tão caros à ciência geográfica. Espero que os depoimentos aqui presentes tenham tantas novas leituras possíveis quanto forem o número dos leitores

¹¹⁴ Ecléa Bosi igualmente recupera essa história em um diálogo direto com Walter Benjamin e também realiza tentativas de explicar por que o rei sentiu tanta dor no desfecho da história, a ponto de derramar lágrimas. Todas as suas tentativas colocam a situação do velho como central, dando-lhe um destaque, como era de se esperar em um trabalho sobre velhice. Interessante também é a associação que a autora realiza entre o choro do rei Psammenit e o choro dos seus depoentes. “Por que chora o narrador em certos momentos da história de sua vida? Esses momentos não são, com certeza, aqueles de que esperaríamos lágrimas e nos desconcertam. O Sr. Ariosto vai contar-nos seus primeiros anos rondados pela fome quase corporificada na narrativa, a perda de seus parentes, a ruína. Sendo uma pessoa gentilíssima, sua narração procura não abalar o ouvinte em momento algum, mas ele chora quando nos conta que seu pai sustentava a família como mestre de caligrafia. Como seria a vida de um mestre de caligrafia no início do século? A informação só nos interessa enquanto novidade e só tem calor no instante em que surge. Ela se esgota no instante em que se dá e se deteriora. Que diferente a narração! Não se consuma, pois sua força está concentrada em limites como a da semente e se expandirá por tempo indefinido” (BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.86.).

¹¹⁵ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.205. (Obras escolhidas, v.1).

que tiverem acesso a este trabalho, na intenção de compreender o processo de viver o período da velhice em uma metrópole.



William
Luntz

CAPÍTULO 1: A EXPERIÊNCIA E O COTIDIANO DA VIDA MODERNA

Abrigado no seio de uma teoria narrativa, o conceito de experiência tem seus contornos (re)definidos na contemporaneidade. Com base no arcabouço teórico oferecido pelo pensamento de Walter Benjamin, é possível dizer que o processo de declínio da experiência se acentua no tempo histórico atual. A elaboração que se pretende produzir aqui desloca essa discussão das reflexões que consideram as (im)possibilidades de realização da experiência para as que se dedicam à análise das dificuldades relacionadas à sua transmissão.

O exercício da narração, como resultado da partilha coletiva da memória e de palavras comuns, que caracterizou a experiência humana, já não se configura como o principal elo entre as gerações, como acontecia no passado. Assim, a resposta à pergunta formulada por Benjamin, que indaga “Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?”,¹¹⁶ já não aponta mais para os velhos como chave preferencial de resposta.

Colocando-se como um crítico das narrativas escritas, do nascimento do romance moderno como um gênero, Walter Benjamin admite que “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores.”¹¹⁷ No entanto, entre as narrativas escritas, Benjamin ainda considera como valiosas aquelas que “menos se distinguem das histórias orais contadas¹¹⁸ pelos inúmeros narradores

¹¹⁶ BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.114. (Obras escolhidas, v.1).

¹¹⁷ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.198. (Obras escolhidas, v.1).

¹¹⁸ Edson Rosa da Silva destaca o fato de que a tradução francesa do ensaio “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” recebeu recentemente o título “Le conteur”. Segundo o autor, essa mudança de título na tradução francesa não é sem importância, pois nos leva a refletir sobre a diferença entre “contador” de histórias, cujo conhecimento e experiência o habilitam como voz e lhe dão crédito, e “narrador”, personagem de papel, porta-voz do relato romanesco (SILVA, Edson Rosa da. Da impossibilidade de cantar e de contar: um olhar benjaminiano sobre a literatura. *Alcohol and Alcoholism*, Rio de Janeiro, v.10, p.93-106, 2004).

anônimos.”¹¹⁹ Entre esses narradores anônimos, destacam-se o camponês sedentário e o marinheiro.

Ainda atestando o caráter essencial da narração, a sentença popular, resgatada por Walter Benjamin, segundo a qual “quem viaja tem muito que contar” aponta duas perspectivas de entendimento para o termo “viagem”, que pode apontar para aquele que viaja no espaço e para aquele que viaja no tempo. Tanto o narrador que viaja no tempo, ou seja, os velhos, quanto o que viaja no espaço, os marinheiros, são, para Benjamin, figuras que personificam o sujeito da experiência. Daí sua defesa dos conselhos emitidos pelos velhos agonizantes e moribundos, que, no momento da morte, transmitem um legado, um conselho, uma experiência, tema ao qual retornarei oportunamente.

O livro *O velho e o mar*,¹²⁰ de Ernest Hemingway, a partir da perspectiva anunciada acima, representa duplamente a figura do narrador. Sua personagem principal, Santiago, é, ao mesmo tempo, um velho e um marinheiro. De acordo com a história, após um longo período de má sorte, no qual fica sem pescar um único peixe, Santiago lança-se na aventura solitária, buscando uma pescaria bem-sucedida.

A outra personagem principal da história, o garoto e aprendiz de pescador Manolín, tem de se afastar de Santiago e de seu saber, pois sua família assim o exige, em função da falta de sucesso do velho pescador. Assim se interrompe, na ficção, a experiência de partilha entre o velho e o garoto, restando ao primeiro uma experiência individual e solitária.

Durante a viagem através da qual pretende retomar seus dias de vitória, Santiago rememora e narra seus feitos do passado. Sua narrativa solitária mostra o que foi apreendido ao longo de uma vida no mar, ou seja, o conhecimento sobre as marés, as mudanças climáticas, a localização dos cardumes e o comportamento dos peixes, enfim, tudo aquilo que contribuiu para que tivesse um passado glorioso.

O fim da história apresenta o trágico no romance, pois, apesar de apanhar/pescar o maior peixe da sua vida e amarrá-lo em seu barco, ele não

¹¹⁹ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.198. (Obras escolhidas, v.1).

¹²⁰ HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

consegue trazê-lo inteiro à costa de Havana, onde mora, chegando apenas com a carcaça do peixe que perdera na luta contra os tubarões. No entanto, ao chegar à praia, tem sua fama restituída entre os pescadores, que atestam nunca terem visto peixe tão grande.

A figura do marinheiro como sujeito da narração e da experiência tem inspirado a produção de diferentes obras na literatura. Por vezes, essas produções expressam a contradição existente entre: a possibilidade de realização da experiência da partilha dos feitos ocorridos na viagem empreendida e a possibilidade de realização de uma experiência que se restringe ao âmbito do individual, ou seja, possível apenas ao que realiza a viagem. No livro de Hemingway, a narração de Santiago, na travessia marítima, não tem um ouvinte, ela se dá apenas para o sujeito daquela experiência, como garantia de sobrevivência, diante dos inúmeros perigos enfrentados no mar.

Por vezes, a imensidão do rio, do mar, com seus perigos e desafios, traga para dentro de si as personagens literárias, compondo a teia de seu prazer e da sua experiência, como acontece no conto “A terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa,¹²¹ um exemplo da experiência individual e solitária do ser humano.

Na aventura literária de Guimarães Rosa, essa temática não comparece somente nesse conto, mas compõe também elemento da narrativa “Homem, intentada viagem”.¹²² Nesse conto, José Osvaldo, brasileiro, sem bagagem e pacotilha, mete-se constantemente como clandestino em navios que partem rumo à Europa, desprovido de passaporte e de outra identificação. Sem ideia do que existe por debaixo dos enredos de sua vida, o escritor presume que talvez esteja buscando “conseguir-se no sulco pessoal do próprio destino, que é naturalmente encoberto”.¹²³ Partindo sempre do Rio de Janeiro, onde não tinha ninguém, segue a trilha dos que se lançam à aventura individual, decorrente de inúmeros sufocamentos que lhe acometem:

¹²¹ ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.32-37.

¹²² ROSA, João Guimarães. Homem, intentada viagem. In: ROSA, João Guimarães. *Ave palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p.215-217.

¹²³ *Ibidem*, p.215.

Tinha aquilo, que lhe vinha repetidamente sempre, tãntalas vezes: a necessidade de partir e longinqüir, se exportar, exairar-se, sem escopo, à lontanía, às penúltimas plagas. Apenas não a simples veiedade de fugir do normal, a lengalenga lógica, para espriar cuidados, uma maneira prática de quimerizar. Mas, o que se tornava a princípio uma maneira pacífica, ia-se tornando energia enorme de direção, futurativa, distanciada – a fome espacial dos sufocados.¹²⁴

Após sucessivas extradições, faz a derradeira viagem para o velho continente, donde novamente é enviado para o Rio de Janeiro e encontra seu destino final:

Sim que, anos depois, realmente retornou à Europa, não lhe puderam tolher a emprêsa. De nôvo, também, foi repatriado, para a epilogação. O nada acontece muitas vêzes. Assim – na entrada da Guanabara – sabe-se que êle atirou de bordo; perturbado? Acabou por começar. Isto é, rematou em nem-que-quando, zéosvaldo, mar abaixo, na caudalosa morte. Só morreu, com as coisas todas que não soubesse. Inconseguir-se?¹²⁵

Assim como a imensidão do mar se coloca como alternativa para as personagens apresentadas, talvez a imensidão da metrópole inspire aos sufocados pela modernidade as experiências individuais que não estão na esfera da partilha e da troca.

Retomando a discussão sobre a narração e a figura antropológica do narrador, representada por aqueles que viajaram no tempo, os velhos, e que por isso podem vir a ser considerados portadores da experiência em seu sentido tradicional, tem-se, a partir de diferentes obras de Walter Benjamin, o apontamento de um percurso analítico desse tema.

Ao ler o primeiro texto de Walter Benjamin, em que este se dedica à discussão sobre o conceito de experiência, intitulado exatamente com o nome “Experiência”, encontra-se certa distinção entre o que se apresenta como importante, naquele texto de sua juventude, e aquilo que depois veio a se constituir enquanto base das suas reflexões.

¹²⁴ ROSA, João Guimarães. Homem, intentada viagem. In: ROSA, João Guimarães. *Ave palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p.215.

¹²⁵ *Ibidem*, p.217.

De acordo com Marcus Vinicius Mazzari, responsável pela nota introdutória do livro *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, que reúne diferentes ensaios de Benjamin, algumas posições defendidas nos trabalhos de juventude desse autor ganharam novas nuances e inflexões, o que não significa que estas tenham sido renegadas ou incendiadas completamente pelo Benjamin maduro.¹²⁶ A percepção do próprio Benjamin sobre essa mudança também se faz presente, nas suas declarações acerca do ataque que empreendeu à palavra experiência no ensaio citado. De acordo com Mazzari, em uma nota escrita provavelmente em 1929, Benjamin lança um olhar retrospectivo a esse texto de 1913, ao declarar:

Num de meus primeiros ensaios mobilizei todas as forças rebeldes da juventude contra a palavra 'experiência'. E eis que agora essa palavra tornou-se um elemento de sustentações em muitas de minhas coisas. Apesar disso, permaneci fiel a mim mesmo. Pois o meu ataque cindiu a palavra sem a aniquilar. O ataque penetrou até o âmago da coisa.¹²⁷

Para Mazzari, Benjamin permaneceu coerente ao longo de toda a sua vida, com o que comparece nos versos do poeta alemão Friedrich Schiller, citados nesse ensaio sobre experiência, os quais vieram a se revelar como emblema e programa para os anos vindouros: "Diga-lhe/ Que pelos sonhos da sua juventude/ Ele deve ter consideração, quando for homem".¹²⁸

O próprio verso em questão se assemelha a um conselho precioso, prática tão valorizada nos textos posteriores, nos quais Benjamin não perde de vista e converte-o em teoria ao escrever também os aforismos biográficos de *Infância em Berlim por volta de 1930*, publicado no Brasil no conjunto de obras de Walter Benjamin, do qual faz parte também os aforismos e fragmentos denominados *Rua de mão única*, que dá nome ao volume.¹²⁹ A obra *Infância berlinense*, como também é conhecido, coloca em cena um Benjamin adulto, que procura reencontrar, entre as lembranças de

¹²⁶ MAZZARI, Marcus Vinicius. Nota introdutória. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002. p.8.

¹²⁷ BENJAMIN, Walter. Experiência. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002. p.21-25. p.21.

¹²⁸ *Ibidem*, p.24.

¹²⁹ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

sua infância e juventude, aquelas que corresponderiam a anúncios ou promessas que se acabaram cumprindo, como demonstra Michel Collomb.¹³⁰

É possível dizer que, quando Benjamin afirma que cindiu a palavra experiência sem, contudo, aniquilá-la, no seu primeiro texto sobre o tema experiência, ele o faz reconhecendo a existência da experiência enquanto um conhecimento propiciado a partir do que foi vivido. Ao levantar, nesse texto, aquilo que o adulto experimentou e que, de alguma maneira, quer impor ao jovem, Benjamin não deixa de reconhecer que esse adulto tenta intercambiar um tipo de experiência, apesar de não reconhecê-la como importante para os jovens. A transmissão da experiência, nesse sentido, já se fazia presente:

O que esse adulto experimentou? O que ele nos quer provar? Antes de tudo, um fato: também ele foi jovem um dia, também ele quis outrora o que agora queremos, também ele não acreditou em seus pais; mas **a vida também lhe ensinou que eles tinham razão.**¹³¹ (Grifo meu).

Dentre outros ensaios que escreveu, dedicando-se a esse tema, “Experiência e pobreza”, de 1933, e “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”¹³² (que, de agora em diante, será citado apenas como “O narrador”), escrito entre 1928 e 1935, constituem ainda hoje a principal referência para quem se dispõe a discutir sobre o declínio da experiência, sofrido pelos que estão inseridos nas condições modernas de existência. Além desses textos, também se pode citar os ensaios produzidos, entre 1935 e 1938, sobre Charles Baudelaire¹³³ (que fazem parte do projeto mais amplo que seria o “Trabalho das passagens”, voltado para a descrição das “passagens” parisienses, ou seja, galerias repletas de lojas que ligavam entre si alguns caminhos da cidade) e o ensaio sobre o conceito de experiência em

¹³⁰ COLLOMB, Michel. Limiares, aprendizagem e promessa em *Infância em Berlim por volta de 1930*. In: OTTE, Georg. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.113-126.

¹³¹ BENJAMIN, Walter. Experiência. In: BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002. p.21-25. p.21.

¹³² Ambos publicados em: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

¹³³ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras escolhidas, v.3).

Kant, de 1917, “Sobre o programa de uma filosofia vindoura” (*Ueber das programm der kommenden philosophie*). As suas teses “Sobre o conceito de História”,¹³⁴ texto de 1940, também são de grande importância para os estudos sobre a narração, a história e a memória, na articulação com a reflexão sobre a experiência no mundo moderno.

Ao analisar o iluminismo visionário de Benjamin, na sua leitura de Descartes e Immanuel Kant, Olgária Matos realiza um resgate da crítica endereçada a Kant, que não se restringe exclusivamente a este, mas se dirige a todos os neokantianos. Essa crítica consiste na ênfase dada por eles à noção de objeto da experiência circunscrito exclusivamente no padrão conceitual de objeto científico.¹³⁵ Para Benjamin, o conceito de experiência, no que concerne às concepções kantianas, possui um caráter medíocre e raso, tributário do Iluminismo, “que concebe o conhecimento como uma relação entre um qualquer sujeito e um qualquer objeto.”¹³⁶ Benjamin considera, no entanto, o fato de que uma elaboração diferente dessa seria extremamente difícil naquele contexto histórico e científico do Século das Luzes, do qual Kant era herdeiro.

Relacionado à consciência pura e à empírica, o conceito de experiência em Kant já comparece em seus textos pré-críticos como resultado de um entendimento lógico:

Mas nos dados próprios ao conhecimento sensível e nos fenômenos, ao que precede o uso lógico do entendimento chama-se aparência; e ao conhecimento reflectido que resulta da comparação de várias aparências por meio do entendimento, chama-se experiência. Não se pode, portanto, passar da experiência à aparência a não ser pela reflexão, segundo o uso lógico do entendimento. Aos conceitos comuns da experiência, chamamos empíricos, e aos seus objectos fenômenos.¹³⁷

Ainda que na obra *Crítica da razão pura*, Kant tenha-se mantido fiel ao seu tempo, respaldado pela premissa de que, nessa “época, era permitido assumir, sem

¹³⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.222-232. (Obras escolhidas, v.1).

¹³⁵ MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.129.

¹³⁶ MATOS, *loc. cit.*

¹³⁷ KANT, Immanuel. *Textos pré-críticos*. Porto-Portugal: Res-Editora, 1983. p.195.

dor, de maneira firme e tirânica, uma experiência cuja quintessência se encontrava no que ela possuía de melhor, uma certa física newtoniana”,¹³⁸ Walter Benjamin encontra ali indícios para a necessidade de construção de uma filosofia vindoura, naquilo que Kant denominou de dialética transcendental, embora considerada por este como produtora de ilusões.

Ao acessar o conceito de experiência em contraposição ao que se realiza mediante a estreiteza do pensamento iluminista, que, em alguma medida, condiciona o empreendimento kantiano, Benjamin delinea o caminho que viria a se tornar central na sua filosofia. Pensando a experiência para além do campo da razão transcendental, Benjamin propõe um alargamento desse conceito, explorando-o no plano religioso, linguístico,¹³⁹ estético e histórico. Pode-se dizer também que, dentre os conteúdos dos quais ele passa a se ocupar, sobretudo ao analisar a obra de Charles Baudelaire, o entendimento da dimensão espacial também passou a fazer parte das reflexões sobre a experiência humana.

As elaborações que se originam a partir da incursão nesse caminho filosófico culminam em uma teoria que, entre outras coisas, se destinou a pensar a metrópole moderna do século XIX, diante do impacto das forças técnicas. Os ensaios sobre Charles Baudelaire podem ser indicados por conter elaborações maduras acerca da relação entre a metrópole moderna e o “tempo da grande indústria”, termo através do qual as relações técnicas de reprodução também são identificadas nos escritos benjaminianos.

O percurso inicial para a discussão sobre a relação existente entre o que os críticos da modernidade chamam de declínio da narrativa e a pobreza da experiência, por exemplo, no contexto da urbanização, passa pelo apontamento do modo como a modernidade, na sua relação com a metropolização, a partir do viés da

¹³⁸ MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.129.

¹³⁹ Segundo Benjamin, Kant teria negligenciado o fato de que todo o conhecimento filosófico tem sua expressão na linguagem e não em fórmulas e números. Razão pela qual um conceito de conhecimento adquirido através de uma reflexão acerca da essência linguística permitiria a Kant alcançar um conceito de experiência que englobaria domínios que ele não conseguiu formular de forma sistemática (*Ibidem*, p.136).

concentração do capital e dos fenômenos decorrentes dessa concentração, incide sobre o cotidiano de quem tem no urbano o seu *habitat*.¹⁴⁰

Discutir sobre a modernidade não é uma empreitada simples, nem mesmo inédita. No entanto, não é possível contá-la sem um “clamor de revolta contra a modernidade industrial, contra a quantificação da vida e mercantilização da alma”,¹⁴¹ contra o que Michel Leiris traduziu como “merdonidade” e que foi recuperado por Michael Löwy.

A partir do binômio modernização-industrialização, pode-se chegar ao processo de concentração do capital, que, segundo Amélia Damiani, permite dizer que, na cidade, mais particularmente na metrópole, as classes sociais, em particular a classe trabalhadora, massificada, se reproduz de modo concentrado:

[...] Trata-se de uma exigência do processo de circulação do capital, mesmo com os avanços da divisão do trabalho no processo produtivo, avanços que propõem a desconcentração; o processo do capital é concentrador: de trabalhadores, de mercadorias, de dinheiro, de finanças, de fluxo de capital, de signos; da força de trabalho como potência.¹⁴²

A concentração do processo econômico avança sobre outras esferas da vida, chegando ao vivido e reduzindo-o, através de estratégias de organização, controle, regulação, entre outros. Estamos diante da entrada da vida cotidiana na modernidade. Assim como Henri Lefebvre afirma, a palavra cotidiano designa:

[...] a entrada dessa vida cotidiana na modernidade: o cotidiano enquanto objeto de uma programação cujo desenrolar é comandado

¹⁴⁰ Henri Lefebvre, dissertando sobre os níveis de compreensão do fenômeno urbano, chega no nível do privado a partir do domínio do edificado, colocando em oposição os conceitos de *habitar* e *habitat*. Segundo este: “No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconscientemente redutor, pôs de lado e literalmente entre parêntesis o habitar. Ele concebeu o habitat, função simplificada, restringindo o ser humano a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se. Nem ao menos se pode dizer que os atos funcionais elementares sejam animais. A animalidade tem uma espontaneidade mais complexa” (LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p.80). O contexto em que se situa essa análise permite dizer que, na urbanização crítica, experimenta-se a redução, aludida por Lefebvre, do *habitar* ao *habitat*.

¹⁴¹ LÖWY, Michael. Le marxisme romantique. *M (mensuel, marxisme, mouvement)*, Paris, n.50, p.6, dez. 1991. Traduzido do original por Sérgio Martins.

¹⁴² DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.83, p.79, dez. 2006.

pelo mercado, pelo sistema de equivalências, pelo marketing e a publicidade.¹⁴³

Modernidade cujo compromisso não se assenta no desenvolvimento progressivo do ser humano rumo à sua plenitude de homem, mas, nas palavras da filósofa e educadora Caroline Mitrovitch, sinaliza a experiência da pobreza relacionada à incompletude, ao desassossego, à perdição: “Não há sujeito nessa dialética de ruínas, há, em contrapartida, o ‘sobrevivente’ que vive o cotidiano, vive o inefável, vive o transe de pensar o destino de sua história individual, na rememoração coletiva, como esquecimento.”¹⁴⁴

É a partir desse ponto que chegamos a mais uma das crises das cidades aludidas anteriormente, que se relaciona à realização da experiência como algo que, para um número grande de estudiosos da obra de Walter Benjamin, não nos é dado fazer com facilidade, isso porque, como aponta Giorgio Agamben, para a destruição da experiência, uma catástrofe¹⁴⁵ não é necessária, e a simples existência cotidiana, em uma grande cidade, é perfeitamente suficiente para esse fim.¹⁴⁶

Agamben relaciona o cotidiano do homem contemporâneo à completa ausência do que poderia ser traduzido em experiência. Segundo este, o homem moderno volta para casa à noite, extenuado por uma mixórdia¹⁴⁷ de eventos, entretanto, nenhum deles se tornou experiência.¹⁴⁸ Pode-se inferir, a partir do

¹⁴³ BLUMER, Maria Lúcia. (Trad.). *Entevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989. p.134.

¹⁴⁴ MITROVITCH, Caroline. *Experiência e formação em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. p.76.

¹⁴⁵ A associação feita por Agamben entre a interdição da experiência e a ocorrência de uma catástrofe tem acento na análise da obra de Walter Benjamin, que, em duas produções específicas, refere-se ao fato de que a guerra mundial, de cujos campos de batalha os soldados voltavam emudecidos, era uma das causas da perda da experiência no contexto moderno. Essas obras são: “Experiência e pobreza” e “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

¹⁴⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p.21.

¹⁴⁷ A definição desse termo, também utilizado por Benjamin para se referir aos acontecimentos que permeiam a vida moderna, pode ser bem elucidativa de como esse autor representa o cotidiano urbano: *Mixórdia. (De mexer). S.f. 1. Mistura desordenada de coisas diversas; maçarocada, miscelânea, misturada, mistifório, massagada, salsada, tiborna, tibornice. 2. Confusão, embrulhada; tiborna, tibornice. 3. Comida ou bebida mal preparada ou repugnante; mistela.*

¹⁴⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p.22.

exposto por esse autor, que todas as demais crises vivenciadas na metrópole sucumbem à imposição dessa realidade:

É esta incapacidade de traduzir-se em experiência que torna hoje insuportável – como em momento algum no passado – a existência cotidiana, e não uma pretensa má qualidade ou insignificância da vida contemporânea confrontada com a do passado [...].¹⁴⁹

A reflexão de Giorgio Agamben inibe, nas interpretações recentes, a possibilidade de realização da experiência no contexto moderno, ainda que sob outros formatos, como indica Paola Jacques Berenstein.¹⁵⁰

Contudo, antes de apontar a crítica que essa autora endereça a Agamben, convém recuperar a definição do conceito de experiência que se tornou basilar no pensamento de Walter Benjamin, bem como apontar o modo através do qual a filosofia de Benjamin sinaliza outras perspectivas para a instrumentalização desse conceito no âmbito da modernidade.

O entendimento acerca do conceito de experiência em Benjamin, como já anunciado, tem lastro em uma teoria narrativa. A experiência (*Erfahrung*), no sentido forte do termo desenvolvido pela filosofia, pode ser associada à possibilidade de compartilhamento de uma *tradição* por parte de uma comunidade humana. Tradição que é retomada e transformada, em cada geração, na continuidade das palavras transmitidas de pai para filho. O exercício da narração enquanto partilha coletiva de uma memória e de palavras comuns é que confere sentido a essa experiência.¹⁵¹ O declínio da experiência (*Verfall der Erfahrung*) pode ser associado ao declínio da arte de contar no mundo capitalista moderno – no tempo da grande indústria – em detrimento da ascensão da experiência vivida, ou seja, a vivência (*Erlebnis*), característica do indivíduo solitário.

¹⁴⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. p.22.

¹⁵⁰ BERENSTEIN, Paola Jacques. Experiência errática. *Redobra (Revista Dobra)*, Salvador, v.9, p.192-204, 2012.

¹⁵¹ Essa interpretação reproduzida com frequência pelos estudiosos da obra de Benjamin é realizada por Jeanne Marie Gagnebin, no prefácio do Volume I - Obras escolhidas, intitulado: "Walter Benjamin ou a história aberta" (BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.7-19. p.9 (Obras escolhidas, v.1)). Também pode ser encontrada no texto: GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.49-57.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin,¹⁵² antes do individualismo típico da modernidade, não existia a palavra vivência (*Erlebnis*). Quando se consulta um dicionário, percebe-se que essa é uma palavra recente, em alemão, e corresponde à experiência vivida, a partir do século XIX, portanto, a partir de certa superação da sociedade capitalista anterior a esse período e a imposição dos novos elementos do capitalismo moderno. Para essa autora, o capitalismo, antes do século XIX, já apresentava os elementos do individualismo e da concorrência, que se tornam mais presentes no capitalismo moderno, o que significa dizer que, antes da criação da palavra *Erlebnis*, enquanto um conceito, a realidade a ela correspondente já existia. Mas a sua institucionalização decorre do fato de que o conceito de experiência vivida é cada vez mais forte no contexto moderno, exigindo a sua demarcação até mesmo do ponto de vista gramatical.

De acordo com Gagnebin, o cenário que marca a imposição da experiência vivida (*Erlebnis*) sobre a experiência (*Erfahrung*) foi muito bem estudado, por exemplo, por Georg Simmel, a partir das grandes cidades modernas, quando as pessoas começam a viver em multidões. Multidões de pessoas anônimas, que não se correspondem mais e que não podem mais ter uma ligação comunitária orgânica. Assim, o conceito *Erlebnis* condensa em si as experiências ligadas ao choque, à solidão e ao enclausuramento do indivíduo na sua maneira de viver, o que interfere diretamente na sua capacidade de se comunicar, que passa a ocorrer cada vez mais de uma maneira empobrecida.

A comunicação, em meio às condições mencionadas, em que cada indivíduo está inserido em um processo de solidão anônima, ao mesmo tempo em que vive no seio de uma multidão também anônima, torna-se muito difícil. Desse modo, esse indivíduo passa a comunicar apenas coisas amenas. Porém não se dedica a trocar experiências no sentido da *Erfahrung*, que era inerente a uma sociedade mais tradicional, na qual as pessoas, por exemplo, compartilhavam de uma mesma

¹⁵² Os próximos três parágrafos foram transcritos e adaptados a partir da palestra proferida pela professora Jeanne Marie Gagnebin, denominada *Memória e experiência de choque*, no evento organizado pelo grupo Desvios, entre abril e maio de 2010, no formato de um minicurso composto por cinco aulas sobre o pensamento do filósofo Walter Benjamin. (Disponível em: <<http://interludium.com.br/2013/01/05/video-walter-benjamin-aula-3-memoria-e-experiencia-de-choque/>>. Acesso em: 06 jan. 2013).

religião, ou de uma mesma experiência em relação aos seus rituais. *Erfrahrung* designa também não só a grande experiência no sentido comunitário, mas a grande experiência no sentido filosófico – do ponto de vista da experiência sensível – comum a todos, a partir da qual se constrói a sensibilidade e também a razão e o entendimento.

É nesse sentido que, no texto “Sobre alguns temas em Baudelaire”,¹⁵³ Walter Benjamin apresenta o conceito de vivência (um novo formato da experiência), como parte da discussão sobre a modernidade, por meio da análise da introdução do mesmo na poesia de Charles Baudelaire. Como fruto de um diálogo com a psicanálise, a reflexão sobre o choque traumático, associado ao excesso de estímulos sob as condições atuais de existência, contribui para que Benjamin chegue ao entendimento do conceito de vivência, *Erlebnis*:

Quanto maior é a participação do fator choque [*choc*] em cada uma das impressões, tanto mais constante deve ser a presença do consciente no interesse em proteger contra os estímulos; quanto maior for o êxito com que ele operar, tanto menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão ao conceito de vivência.¹⁵⁴

A reflexão sobre o estado de choque inerente à vida moderna, segundo Benjamin, incide nas condições de florescimento da memória involuntária. Assim, com o advento da modernidade, ocorre uma ruptura entre a “memória voluntária” e a “memória involuntária”, sendo que a primeira passa a predominar sobre a segunda. Nesse sentido, a “memória voluntária” estaria ligada à esfera da consciência desperta, da qual dependeria a proteção contra os estímulos externos (*chocs*), sem a qual estes poderiam vir a causar efeitos traumáticos no indivíduo. Para Eide Sandra Azevêdo Abrêu, Benjamin contribui, para a elucidação do modo através do qual, uma vez ampliadas as circunstâncias em que o indivíduo se depara com a necessidade de se proteger em relação aos choques extremos, devido à imposição do tempo da grande indústria, reforça-se o âmbito da consciência e da “memória

¹⁵³ BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3).

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.9.

voluntária”. Isso restringiu o processo de resgate do passado, através da lembrança inconsciente que passa a sofrer um processo de esterilização.¹⁵⁵

Tendo feito esse percurso, torna-se possível retomar a crítica que Paola Berenstein faz a Giorgio Agamben, para quem, na contemporaneidade, vigora uma total incapacidade de se fazer e de se transmitir a experiência. Segundo a autora, a grande questão, para Benjamin, não estaria tanto no depauperamento, menos ainda na destruição da experiência vivida, como Agamben aponta, mas na incapacidade de transformá-la em experiência acumulada, coletiva, transmissível.¹⁵⁶ Para Berenstein,

Benjamin relaciona diretamente a questão do empobrecimento da experiência (que não pode ser confundida com a sua destruição) com a perda da capacidade narrativa. Para o autor, mais do que a experiência propriamente dita (em termos de vivência), era a arte de narrar que estaria em vias de extinção.¹⁵⁷

A discussão sobre o fim da narrativa tradicional direciona o olhar da autora para a necessidade de o pensamento contemporâneo buscar identificar outras formas através das quais seja possível compartilhar experiências, que passem pela busca também de outras possibilidades narrativas, que, no seu caso particular, remete ao seu objeto de estudo, o urbano. Nesse sentido, a autora busca encontrar, no que chamou de “narrativas da experiência urbana nas grandes cidades”, formas diferenciadas de narrativas urbanas.

Dando continuidade à definição do conceito de experiência no domínio da vida moderna, a partir de autores que dialogaram diretamente com Walter Benjamin, é possível situar o pensamento de Jorge Bondía Larrosa. De acordo com Larrosa,¹⁵⁸ a experiência pode ser traduzida como aquilo que nos passa, nos acontece e nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. Segundo ele, a cada dia,

¹⁵⁵ ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. Walter Benjamin e o tempo da grande indústria. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02_atg2.htm>. Acesso em: 21 jun. 2006.

¹⁵⁶ BERENSTEIN, Paola Jacques. Experiência errática. *Redobra (Revista Dobra)*, Salvador, v.9, p.192-204, 2012.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.196.

¹⁵⁸ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Nesse artigo, Jorge Larrosa se propõe a realizar um apanhado das diferentes possibilidades de definição da experiência, do sujeito da experiência e do saber de experiência.

passam-se muitas coisas, mas quase nada nos acontece. Sua elaboração aproxima-se, em um primeiro momento, à efetuada por Agamben, que não vê correspondência entre o nível imediato da vida cotidiana e a experiência. A impossibilidade de existência de uma correspondência entre o vivido no urbano moderno e a realização da experiência localiza-se na instauração do cotidiano programado, que estende a reprodução capitalista para além dos lugares e momentos do mundo do trabalho. Lidamos com a (re)orientação da vida cotidiana, que vai sendo reproduzida de forma cada vez mais reduzida ao concebido.

O concebido, que realiza a mediação da relação entre sujeito e objeto, reproduz-se no contexto das fantasmagorias do mundo capitalista produtor de mercadorias. A informação, que propicia a afirmação do sujeito teórico, inibe a experiência, pois experiência não corresponde à informação. Assim como experiência não corresponde ao domínio de informações, o saber de experiência, segundo Larrosa, não significa saber coisas, estar informado:

É a língua mesmo que nos dá essa possibilidade. Depois de assistir a uma aula ou a uma conferência, depois de ter lido um livro ou uma informação, depois de ter feito uma viagem ou de ter visitado uma escola, podemos dizer que sabemos coisas que antes não sabíamos, que temos informação sobre alguma coisa; mas, ao mesmo tempo, podemos dizer, também, que nada nos aconteceu, que nada nos tocou, que, com tudo o que aprendemos, nada nos sucedeu ou nos aconteceu.¹⁵⁹

Aproximando a elaboração de Larrosa da reflexão de Henri Lefebvre, chega-se ao plano do discurso e, por conseguinte, à discussão sobre a metalinguagem, tal qual o discurso sobre o que já está realizado e sobre os discursos que acompanham a realização, que vieram substituir a linguagem.¹⁶⁰ É nesse sentido que Lefebvre afirma, por exemplo, que o consumo cultural é consumo de signos. Em uma viagem a Veneza, o turista não devora Veneza, mas o discurso sobre Veneza, reproduzido por guias (escritos), por conferencistas (orais), por gravadores, por

¹⁵⁹ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.22, jan./fev./mar./abr. 2002.

¹⁶⁰ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.146.

discos.¹⁶¹ Concebe-se Veneza teoricamente, mas a coisa em si escapa ao consumo, ficando limitada ao discurso. Pode-se dizer que o turista, apresentado por Lefebvre, aprendeu muitas coisas, mas não realizou a experiência porque dessas coisas nada o tocou ou lhe aconteceu.

Situada no plano da paixão, a experiência não pode ser captada sob a lógica da ação, sob a reflexão do sujeito sobre si mesmo enquanto sujeito agente, a partir de uma teoria das condições de possibilidade da ação.¹⁶² Analisada sob a luz da experiência, a paixão pode ser relacionada, entre outras coisas, a um sofrimento, a um padecimento, processo no qual o sujeito assume uma postura não ativa, que, todavia, não significa simplesmente passividade. Para Larrosa, o sujeito passional não é agente, mas paciente, porque há, na paixão, uma postura de assumir os padecimentos como uma forma de viver, experimentando-os, suportando-os, aceitando-os. No entanto, no contexto do racionalismo moderno, as paixões são colocadas como perturbadoras da ordem da razão e, por isso, devem ser refutadas, o que remete a mais uma das objeções à possibilidade de realização da experiência: o medo.

[...] o desejo condenado pela razão dominadora, representa uma espécie de resistência marginal e interrogativa com relação à racionalidade. As paixões são aquilo que lateralmente vêm perturbar a ordem da razão, enclaves nunca de todo colonizados e que retornam vagamente rebeldes.¹⁶³

Entender a reprovação à paixão, no conjunto da sociedade moderna, exige, novamente, um retorno à reflexão sobre o projeto filosófico e científico iluminista. Para Olgária Matos,¹⁶⁴ através de diálogo com Adorno e Horkheimer, o Iluminismo,

¹⁶¹ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.144.

¹⁶² LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. p.26.

¹⁶³ MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.154. A opção da autora pela discussão do desejo e da paixão no contexto do iluminismo decorre da sua necessidade de apresentar Ulisses, personagem da tragédia homérica, a partir do que Adorno e Horkheimer apresentam na obra *Dialética do esclarecimento*.

¹⁶⁴ MATOS, *loc. cit.*

assim como a mitologia, encontra suas raízes nas seguintes necessidades básicas: sobrevivência, autoconservação e medo.¹⁶⁵

Theodor Adorno e Max Horkheimer iniciam a reflexão sobre o conceito de esclarecimento, na livro *Dialética do esclarecimento*, apontando o fato de que, no “[...] sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na condição de senhores”.¹⁶⁶ O impulso de conservação nasceria do medo mítico de perder o próprio eu, medo da morte e da destruição, que se manifesta em toda a circunstância que determina sua diminuição ou opressão, gerando um recolhimento do sujeito sobre si mesmo. A opção pela ciência foi a de vencer o medo através do desvendamento daquilo que é considerado ignoto e estranho: “Do medo o homem presume estar livre quando nada há mais de desconhecido”.¹⁶⁷ Nesse processo, a natureza foi objetualizada para ser dominada intelectualmente.

A ideia de que, a partir desse processo histórico, foi possível uma penetração no segredo da natureza faz com que a felicidade e o sofrimento (que, à luz do que foi visto a partir da obra de Larrosa, estou compreendendo como a paixão na sua relação com a experiência) sejam tomados como “anomias inquietantes, como excesso ou falha não contabilizáveis que ameaçam e geram medo”.¹⁶⁸ Para vencer esse medo, nos termos expostos por Olgária Matos, a razão tem de exercer um processo de vigília que lhe possibilite desfazer-se de tudo o que venha a provocar desequilíbrios.

Antes de prosseguir com a reflexão sobre o conceito de experiência, torna-se necessário também esclarecer que este difere totalmente do que se entende por *experimento*, algo que está implícito no projeto moderno de ciência, como já foi apontado em relação ao pensamento de Immanuel Kant. Para Agamben, “a experiência, se ocorre espontaneamente, chama-se acaso, se deliberadamente

¹⁶⁵ MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.155.

¹⁶⁶ ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p.19.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.29.

¹⁶⁸ MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.156.

buscada, recebe o nome de experimento”.¹⁶⁹ É ainda Jorge Larrosa quem auxilia nessa distinção a partir da reflexão que aponta para o fato de que a ciência moderna, a que se inicia em Bacon e alcança sua formulação mais elaborada em Descartes, desconfia da experiência, tratando de convertê-la em um elemento do método, isto é, caminho seguro da ciência.¹⁷⁰

A experiência já não é o meio desse saber que forma e transforma a vida dos homens em sua singularidade, mas o método da ciência objetiva, da ciência que se dá como tarefa à apropriação e o domínio do mundo. Aparece assim a idéia de uma ciência experimental. Mas aí a experiência converteu-se em experimento, isto é, uma etapa no caminho seguro e previsível da ciência.¹⁷¹

Recuperando o que já foi exposto sobre o método benjaminiano, que, em alguma perspectiva, se aventura na crítica à razão científica do método, enquanto caminho direto, e por que não dizer, seguro, não causa estranhamento o fato de a obra de Benjamin assumir uma feição canônica no contexto da discussão afeita à experiência. Isso porque esse conceito ganhou lugar central na sua produção, atravessando toda a sua obra. Desde o início desta pesquisa até o seu momento final, o conceito de experiência ganhou uma notoriedade que fica evidente no número de publicações que o tomaram como tema central. Assim como esse conceito se apresentou a mim como uma categoria analítica, ele tornou-se objeto de estudo de inúmeros pesquisadores, que escreveram e publicaram textos, livros e palestras sobre essa temática. O que essas produções apresentam de comum é a constatação de que a transmissão da experiência é algo cada vez mais raro no contexto atual, chamado ou não de “pós-moderno”. Algo que permite, inclusive, entender a narração de histórias pertencente ao campo da experiência como um rastro (*spur*) que, por sua fragilidade, é constantemente ameaçado. O apagamento desse rastro apresenta-se como parte de um imperativo histórico-mundial em curso, levado a cabo pela (re)produção capitalista, cujo resultado comparece no empobrecimento das relações sociais.

¹⁶⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.p.25.

¹⁷⁰ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

¹⁷¹ *Ibidem*, p.28.

O que vai conferir um caráter de raridade à narrativa, ou seja, à arte de contar, segundo Jeanne Marie Gagnebin,¹⁷² é o fato de que ela parte da transmissão de uma experiência no sentido pleno, cujas condições de realização já não existem na sociedade capitalista moderna devido a três principais fatores.

O primeiro desses aspectos aludidos por Gagnebin, no contexto da obra benjaminiana, relaciona-se à incapacidade de que a experiência transmitida pelo relato seja comum ao narrador e ao ouvinte:

A distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, transformou-se em abismo porque as condições de vida mudam em ritmo demasiadamente rápido para a capacidade humana de assimilação.¹⁷³

Essa realidade, a partir do exposto por Benjamin, incide diretamente na discussão sobre a velhice, uma vez que, enquanto, no passado, o ancião que se aproximava da morte era um depositário da experiência a ser transmitida aos mais jovens, na atualidade, ele não passa de um velho cujo discurso é inútil.¹⁷⁴

Essa contradição remete à discussão que aponta para a existência de uma função social da velhice, que, invariavelmente, é colocada nos termos da propagação de uma memória coletiva. Isso significa que os velhos, apesar de não serem mais mantenedores das condições materiais da vida de seu grupo social, adquirem uma nova função social: lembrar e narrar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

A função social atribuída à velhice, por meio do ato de narrar, encontra acolhida nos “trabalhos de memória”.¹⁷⁵ O próprio termo utilizado para a ação de evocar o passado a partir das lembranças é interessante para a discussão que se realiza neste momento.

¹⁷² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.7-19. (Obras escolhidas, v.1).

¹⁷³ *Ibidem*, p.10.

¹⁷⁴ GAGNEBIN, *loc. cit.*

¹⁷⁵ A maioria dos estudos memorialísticos utiliza esse termo para designar a ação de lembrar. Esse termo foi adotado primeiramente por Ecléa Bosí.

Isso porque a tentativa de restituição de alguma estima para a velhice, nas “sociedades fundadas no mundo do trabalho”, tem-se orientado muito a partir da atribuição de um valor para o velho, denominado idoso, como já exposto, mediante a sua capacidade de perpetuação da memória. A tendência é a de que as consequências da impossibilidade de inserção do indivíduo no processo produtivo, que lhe confere o *status* de velho, seja redimida, caso essa improdutividade se converta em uma contribuição efetiva. Tal barganha é apresentada de forma cada vez mais natural, até mesmo por aqueles que fazem a crítica ao modo como o velho tem sido tratado socialmente. Ao se afirmar que as especificidades da velhice devem ser respeitadas, pois cada velho é depositário de lembranças que são importantes, opera-se com a lógica de que este ainda é útil e por isso deve ser defendido e preservado. A concepção que aponta para a troca do respeito por um possível legado histórico pode ser considerada bem característica das sociedades em que tudo é convertido em mercadoria, em valor de troca.

Todo esse legado adquirido ao longo da existência recebe, por vezes, o nome de experiência de vida, que, nesses casos, é entendida como conhecimento sobre alguma coisa e, portanto, digno de alguma utilidade. A experiência que comparece nesse discurso não se relaciona diretamente com o ato de narrar e de apontar as possibilidades de romper com o *continuum* da história, formulação desenvolvida por Walter Benjamin, mas se relaciona com um saber sobre as coisas e com as informações sobre aquilo que está sendo narrado, ou seja, pura metalinguagem.

Esse saber não pode ser confundido com o saber da experiência. Segundo Larrosa, o saber da experiência, diferente do saber científico, do saber da informação, provém de uma práxis distinta daquela que se funda a partir da técnica e do trabalho.¹⁷⁶ Sua essência está vinculada ao modo como os seres humanos respondem àquilo que lhes acontece ao longo da vida, atribuindo sentido a esses acontecimentos. É um saber que revela ao homem o seu sentido ou o sem sentido da sua existência.

¹⁷⁶ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

Desse modo, é um saber singular. Se o conhecimento é comum, o saber da experiência é singular.

A impossibilidade de que a transmissão da experiência seja comum ao narrador e ao ouvinte relaciona-se ao fato de que as condições de vida mudam em ritmo demasiadamente rápido para a capacidade humana de assimilação. Isso coloca em pauta a dimensão temporal como elemento bloqueador da experiência. Jorge Larrosa desenvolve essa ideia a partir do entendimento de que “a experiência é cada vez mais rara pela falta de tempo”.¹⁷⁷ Tudo se passa de modo cada vez mais depressa. O acontecimento nos é dado na forma de choques, do estímulo da sensação pura, na forma da vivência instantânea, pontual e fragmentada.¹⁷⁸ A ausência de tempo entre um acontecimento e outro impede a memória.

Para Larrosa, o excesso de estímulos e a decorrente incapacidade dos indivíduos de vivenciarem o silêncio apontam para o fato de que a velocidade e o que ela provoca são inimigos da experiência. De acordo com Benjamin:

O tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência. O menor sussurro nas folhagens o assusta. Seus ninhos – as atividades intimamente associadas ao tédio – já se extinguiram na cidade e estão em vias de extinção no campo. Com isso desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes.¹⁷⁹

De acordo com Ivan Antônio Isquierdo,¹⁸⁰ médico especialista nos mecanismos da memória, o “*estresse*” de informação é nocivo à memória. Quando um fato não nos toca o suficiente para ser arquivado, a amígdala (parte do cérebro também responsável pelo armazenamento da memória) não atua. Ao contrário, quando esse fato é chocante demais, essa parte do cérebro também entra em hiperatividade. Em ambos os casos, a memória é cancelada. Para Isquierdo, são

¹⁷⁷ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.23, jan./fev./mar./abr. 2002.

¹⁷⁸ LARROSA, *loc. cit.*

¹⁷⁹ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.204. (Obras escolhidas, v.1).

¹⁸⁰ ISQUIERDO, Ivan Antônio. Esquecer é tão bom quanto lembrar. *Revista Época/Nacional*. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/comunicacao/ass-imp/clipping/1999/jan99/jan2599.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

necessárias entre três e seis horas para que a memória de um fato se torne uma memória de longa duração. Desse modo, pode-se dizer que, clinicamente, a vida moderna, permeada por estímulos excessivos e momentâneos, da qual a metrópole é uma expressão cabal, é inimiga da memória.

A respeito do excesso de estímulos, característico da vida moderna, Georg Simmel,¹⁸¹ de quem Walter Benjamin foi aluno, apresenta uma importante contribuição a partir do trabalho “A metrópole e a vida mental”.¹⁸² Para Simmel, o tipo metropolitano de homem “desenvolve um órgão que o protege das correntes e discrepâncias ameaçadoras de sua ambientação externa, as quais, do contrário, o desenraizariam. Ele reage com a cabeça, ao invés de reagir com o coração”.¹⁸³ Assim como Lefebvre, Simmel também atesta a redução do prático-sensível decorrente das inúmeras mediações vivenciadas na metrópole, ao afirmar que a “reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade”.¹⁸⁴ A intelectualidade, nesse contexto, se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder da vida metropolitana. A intensificação da intelectualidade metropolitana, segundo Simmel, é associada à atitude “*blasé*”, uma espécie de “*anestesia*” que faz com que o tipo metropolitano não se espante com estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compreensão concentrada, são impostos aos nervos.¹⁸⁵

¹⁸¹ A obra de Georg Simmel, sociólogo, psicólogo e filósofo alemão, foi recuperada pelos pensadores da Escola de Chicago. Essa Escola se encarregou de trazer para a Sociologia a preocupação com o cotidiano, entendendo o fenômeno urbano como um modo de vida distinto, um estado de espírito, um conjunto de costumes e de equipamentos coletivos, aberto ao cosmopolitismo e à excentricidade. A cidade, para um de seus principais teóricos, Robert Ezra Park, pode ser associada à figura de um “*cadinho*” (expressão que vem da definição de um pote em que se misturam várias coisas). Diferente das cidades/comunidades pequenas, que não toleram essa excentricidade, a cidade urbana (que podemos aqui chamar de metrópole) a recompensa e é exatamente dessa sensação de liberdade que deriva o provérbio: “*O ar da cidade liberta*”. Por outro lado, a liberdade traz em si algumas contradições, como a que fica evidente a partir da dificuldade de comunicação nesse espaço urbano, por parte dos indivíduos.

¹⁸² SIMMEL, Goerg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Guilherme Otávio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.13-28.

¹⁸³ *Ibidem*, p.15.

¹⁸⁴ SIMMEL, *loc. cit.*

¹⁸⁵ A atitude *blasé* — de reserva — segundo algumas concepções, não pode ser tomada como atitude de total negação, pelo contrário, esta pode ser encarada como uma espécie de resposta ao processo de metropolização. Pois, “ao mesmo tempo em que a cidade dá ao indivíduo uma maior liberdade, ela lhe dá igualmente uma sensação de indiferença quanto ao papel que este desempenha” (PEREZ, Léa

A reflexão sobre o choque traumático associado à substituição de uma experiência no sentido que o termo *Erfahrung* representa, pela *Erlebnis*, ou seja, a experiência vivida, teve uma grande influência do pensamento de Georg Simmel, além de um suporte teórico advindo das discussões da psicanálise realizadas por Sigmund Freud e seus discípulos. Benjamin incorpora de tal maneira esse conceito e, a partir dele, institui em sua produção o conceito de estética do choque, que utilizará, por exemplo, para analisar a poesia de Charles Baudelaire.

A emergência do homem teórico decorrente do excesso de estímulos no contexto moderno remete à elaboração filosófica acerca da antítese existente entre o dionisíaco e o apolíneo. Sócrates, assim como outros filósofos que se dedicaram com ênfase à proposição apolínea, na elaboração de Friedrich Nietzsche, correspondem não apenas a figuras históricas, mas representam todo um tipo cultural, ou seja, o homem teórico em oposição ao homem estético.¹⁸⁶ Para Nietzsche, isso constitui a destruição da filosofia.¹⁸⁷

A filosofia, para Nietzsche, começa e termina com os filósofos pré-socráticos, isto é, com todos os filósofos que fizeram da dualidade entre o dionisíaco e o apolíneo o núcleo da própria natureza e da realidade. Sócrates, Platão e Aristóteles, na opinião de Nietzsche, preocupados apenas com o apolíneo, teriam destruído a filosofia, que era a luta interminável entre o dionisíaco (a fúria dos contrários e da desordem) e o apolíneo (o desejo de harmonia, luz e ordem).¹⁸⁸

Georg Otte, ao buscar encontrar os elementos de aproximação da obra de Nietzsche e de Walter Benjamin, encontra, na discussão do mito em Nietzsche e da experiência em Benjamin, um ponto de partida. Segundo Otte,¹⁸⁹ a “abstração” que caracteriza o pensamento teórico deve ser entendida literalmente, pois demonstra que o ser humano foi retirado do seu fundamento mítico e jogado numa solidão que

Freitas. Dois olhares sobre o urbano: Max Weber e a Escola de Chicago. *Revista Veritas*, Porto Alegre, n.39, p.621-637, dez. 1994).

¹⁸⁶ OTTE, Georg. *Mito e experiência em Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin*. Disponível em: <<http://georg.otte.sites.uol.com.br/publicacoes/BenjaminNietzsche.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

¹⁸⁷ CHAUÍ, Marilena de Souza. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.27.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.27-28.

¹⁸⁹ OTTE, Georg. *Mito e experiência em Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin*. Disponível em: <<http://georg.otte.sites.uol.com.br/publicacoes/BenjaminNietzsche.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

impede, inclusive, a comunicação com seus pares. A falta de comunicação impõe-se sobre a transmissão das narrativas, que incide diretamente na expropriação contemporânea da experiência, ou, em outras palavras, na sua esterilização, como sugere Paola Berenstein.

Retomando a discussão sobre os impedimentos que assombram a realização da experiência, a partir do plano teórico da obra de Benjamin, o segundo aspecto relaciona-se à dificuldade de instituição de uma comunidade de vida e de palavra. Essa comunidade, potencializada nas formas de organização pré-capitalista, de trabalho artesanal, rompe-se com o processo de trabalho industrial totalitário. O ritmo do trabalho artesanal, segundo Benjamin, se inscreve em um tempo mais global, tempo em que se tinha, justamente, tempo para contar, o que foi subvertido pela industrialização. A experiência, nesse sentido, torna-se mais rara pelo excesso de trabalho. O sujeito moderno é um ser que trabalha, “[...] que pretende conformar o mundo, tanto o mundo ‘natural’ quanto o mundo ‘social’ e ‘humano’, tanto a ‘natureza externa’, quanto a ‘natureza interna’ segundo o seu saber, seu poder, sua vontade”.¹⁹⁰ Se, para Walter Benjamin, o trabalho moderno constitui um entrave à narração na sua relação com a experiência, em Larrosa, o trabalho, que coloniza a vida desse homem moderno, impede que este adquira gestos de interrupção, gestos estes que são imprescindíveis para que algo nos aconteça ou nos toque. A partir desse ponto, chega-se a uma das reflexões que permeiam a discussão da experiência na velhice, ou seja, se a experiência exige gestos de interrupção, exige o tempo desvinculado das determinações da valorização capitalista, poder-se-ia dizer que o velho, por estar vivendo esse tempo, seria o sujeito da experiência em potencial. No entanto, da afirmativa dessa possibilidade à sua realização, existem inúmeros obstáculos.

E, por último, as possibilidades de realização da experiência, no entender de Benjamin, levam à discussão de que a comunidade da experiência funda uma dimensão prática da narrativa tradicional. Aquele que conta transmite um saber, um conselho, que seus ouvintes podem receber como proveito. O conselho, segundo

¹⁹⁰ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.24, jan./fev./mar./abr. 2002.

Benjamin, não consiste em intervir na vida de outrem, mas em fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada.

A relação que muitos avós protagonizam, na contemporaneidade, aponta para a possibilidade de transmissão de um saber, recuperada enquanto possibilidade de se fazer junto. Avós que transmitem a seus netos diferentes tipos de saberes, que seus filhos, devido ao fato de estarem inseridos no movimento da reprodução da vida, crescentemente tragada pela reprodução capitalista, não conseguiram adquirir, de alguma maneira, apontam para o fato de que o limite imposto pelo tempo da grande indústria não possui uma totalidade tão rígida e intransponível.

É a partir da obra de Ecléa Bosi que se pode recuperar essa possibilidade, com base na seguinte reflexão:

A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória. Enquanto os pais se entregam às atividades da idade madura, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados.¹⁹¹

A contribuição de Benjamin ao entendimento da experiência remete a um processo que a concebe enquanto uma dimensão da partilha comunitária da memória, palavras e práticas sociais. A partir de sua elaboração, a experiência não pode pertencer à esfera individual.¹⁹² Desse modo, estaríamos diante de uma das principais contradições a que o termo remete, uma vez que as condições de vida

¹⁹¹ Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.73.

¹⁹² O texto "Narrar? Não mais...", de Silvana Maria Pessôa, aponta para a possibilidade de que a experiência também se processe como algo pertencente à esfera individual. Ao se dedicar à análise do conto "A terceira margem do rio", de Guimarães Rosa, a autora discute o lugar da figura paterna, de um pai que abandona família e fazenda e passa a vagar numa pequena canoa no rio perpetuamente. Ao abdicar do pátrio poder, este também abdica de sua autoridade, preferindo o silêncio, apontando a morte de um tipo de experiência baseada em trocas culturais coletivas. Segundo Silvana Maria Pessôa, a figura desse pai atesta que: "[...] a única experiência passível de ser transmitida é a da impossibilidade de se narrar a experiência, da interdição da partilha, da ausência de uma memória que possa ser compartilhada. O silêncio que lhe é característico ensina que a significação do ato de viver é dada pelo próprio indivíduo" (OLIVEIRA, Silvana Pessôa de. Narrar? Não mais... In: OTTE, Georg; OLIVEIRA, Silvana Pessôa de. (Orgs.). *Mosaico crítico: ensaios sobre literatura contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica/Núcleos de Estudos Latino-Americanos (NELAM-FALE), 1999. p.44).

instituídas pela modernidade, que privilegiam o individual sobre o coletivo, não nos permitiriam alcançar o posto de sujeitos da experiência.

Ecléa Bosi, ao tecer considerações sobre a velhice na sociedade industrial, analisa as dificuldades do velho, que, sentindo-se diminuído, luta para continuar sendo homem, diante de inúmeras desventuras, dentre as quais a dificuldade de comunicação. Segundo um dos depoentes que a autora entrevista, “a mão trêmula é incapaz de ensinar o apreendido”,¹⁹³ frase que retrata a impotência de transmitir a experiência, quando os meios de comunicação com o mundo falham. Instala-se, assim, a impossibilidade de ensinar aquilo que se sabe e que levou toda uma vida para ser aprendido.

Para finalizar a apresentação teórica do conceito de experiência, na sua acepção mais abrangente, *Erfahrung*, recupero o conteúdo dos ensaios “Experiência e pobreza” e “O narrador”, cujo ponto de partida é o mesmo (com trechos inclusive idênticos), a saber, a constatação do declínio da experiência e da narração tradicional, mas cujo desenrolar adquire percursos diferenciados.

No primeiro texto, Walter Benjamin aponta como a pobreza de experiência se processa no plano das artes contemporâneas, colocando-se ao lado das vanguardas artísticas e contra a estética da interioridade e da harmonia, presente nas moradias burguesas. Desfere contra a modernidade, expressa na arquitetura moderna, a crítica sobre o apagamento dos rastros (*spuren*) humanos nas grandes cidades. Já o texto “O narrador” formula outra exigência crítica, como assinala Jeanne Marie Gagnebin. Esse ensaio, segundo Georg Otte,¹⁹⁴ apresenta as possibilidades de outra narração, inscrita nas ruínas da narrativa, e de um novo tipo de transmissão a partir dos cacos de uma tradição em migalhas.¹⁹⁵

Em contraposição às grandes narrativas épicas, Walter Benjamin indica, ao final desse ensaio, a emergência de um narrador mais humilde e menos triunfante, exemplificado através da figura secularizada do Justo, originária da mística judaica e

¹⁹³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.79.

¹⁹⁴ OTTE, Georg. Vestígios da experiência e índices da modernidade. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.61-85. (Coleção Humanitas).

¹⁹⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.49-57.

cuja característica mais marcante é o anonimato.¹⁹⁶ Segundo Gagnebin, o narrador também pode ser entendido a partir da figura do trapeiro, do *Lumpensammler* ou do *Chiffonnier* (alusão ao poema de Charles Baudelaire “Le vin des Chiffonniers”).¹⁹⁷ Sobre esse narrador sucateiro, tomo a liberdade de citar longamente sua caracterização:

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um *Lumpensammler*) não tem por alvo recolher grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra de discurso histórico? A resposta de Benjamin é dupla. Em primeiro lugar, o sofrimento, o sofrimento indizível que a Segunda Guerra Mundial levaria ao auge, na crueldade dos campos de concentração [...]. Em segundo lugar, aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste — aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém se lembra de seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido.¹⁹⁸

É desse narrador anônimo, desconhecido, que recolho as narrativas nesta tese. Eles são velhos e já foram: professora e secretária, empregada doméstica, cambista, comerciário e costureira. São mães, pais, avós, vizinhos, amigos, caminhantes, etc. Seus relatos apresentam narrativas monadológicas, que condensam o amplo universo da experiência humana. As migalhas da tradição comparecem em suas trajetórias de vida através de lampejos, indicando a sobrevivência de costumes e determinadas práticas. Lampejos que remetem metaforicamente aos dos vaga-lumes. Tal imagem chega para esta pesquisa a partir da obra *Sobrevivência dos vaga-lumes*, do historiador da arte Georges Didi-Huberman,¹⁹⁹ que também endereça sua crítica a Giorgio Agamben e sua leitura radical da experiência no contexto moderno,

¹⁹⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.53.

¹⁹⁷ GAGNEBIN, *loc. cit.*

¹⁹⁸ *Ibidem*, p.54.

¹⁹⁹ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

resguardando a existência de um núcleo indestrutível da experiência histórica a partir de Benjamin, ou seja, a beleza profética existente naquilo que desaparece, que é transitório, mas que, por isso mesmo, deve ser preservado contra o esquecimento.



William
1970...

CAPÍTULO 2: COLHENDO NARRATIVAS

Partindo da crença de que os velhos, ao realizarem narrativas a partir das lembranças dos eventos de suas vidas, podem assumir o posto de sujeitos da experiência, seria contraditório realizar uma pesquisa que não ouvisse o que eles têm a contar, no sentido de verificar se a faculdade de intercambiar experiências, por meio da narração, ainda é algo presente na metrópole moderna.

Desse modo, precisei aproximar-me do nível mais íntimo da vida dos indivíduos velhos, o nível do privado, entendido, aqui, também, a partir do que Henri Lefebvre aponta. Em diferentes obras, Lefebvre se dedica à reflexão de que a compreensão acerca do fenômeno urbano depende de noções metodologicamente conhecidas, chamadas por ele de “níveis” e “dimensões”. Nesse contexto, encontram-se três níveis de análise e caracterização, partindo do mais global (G), que se concentra no poder e em tudo o que o envolve, representado pela figura do Estado, até o nível privado (P), no qual se dá ênfase ao *habitar*. Esse *habitar* está relacionado às relações, até certo ponto ditas por ele como desconhecidas, da cotidianidade, e não deveria ter sido simplificado pela representação contida no termo *habitat*, que reduziu a ideia a alguns atos elementares dos seres humanos: comer, dormir, reproduzir-se...²⁰⁰ Para o entendimento do que vem a compor o nível misto, mediador ou intermediário (M) – que, para Lefebvre, corresponde ao nível da cidade, na acepção corrente do termo – o autor propõe aos seus leitores um exercício, no qual o pensamento opera retirando do plano de uma cidade (muito grande para que essa abstração tenha sentido), de um lado, “[...] o que depende do nível global, do Estado e da sociedade, a saber, os edifícios, tais como ministérios, prédios públicos, catedrais, e, de outro lado, o que depende do nível P, os imóveis privados.”²⁰¹ Aquilo que sobra e que se refere tanto a um domínio edificado quanto ao domínio não edificado pertence ao nível M.

²⁰⁰ Cf. LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

²⁰¹ *Ibidem*, p.79.

No entanto, nesta pesquisa, não foi suficiente analisar a relação entre o nível mais privado, o *habitar*, e os outros níveis, para entender como os velhos se colocam na metrópole e conseguem ou não vivenciar experiências. Por vezes, a dimensão do privado não pôde ser encontrada no nível do *habitar*, pois se limitou ao próprio corpo dos velhos — a exemplo daqueles que vivem em instituições asilares — e sua linguagem. Para alguns velhos que conheci, apesar de não terem sido entrevistados, o que lhes resta são apenas as lembranças do vivido e que ficaram guardadas em suas memórias. É comum encontrar, em instituições asilares, situações em que o nível privado imediato de cada velho se restringe à sua cama e a um móvel, geralmente uma cômoda, com poucos pertences,²⁰² uma vez que, em grande parte dessas instituições, os dormitórios são coletivos. Assim, foi necessário aproximar-me daquilo que foi dito através de palavras, da evocação da memória, mas também daquilo que ficou subentendido a partir de uma postura corporal desses velhos, expressa, entre outras coisas, em seu modo de narrar, em sua postura ao andar, enfim, em todo o seu gestual.

No sistema silábico chinês, cada caractere corresponde, pelo menos, a uma unidade de sentido. Assim, os caracteres chineses utilizados para a designação do saber pela experiência, ou seja, (*Tihui*), carregam consigo, ao mesmo tempo, o caractere da palavra corpo, 体会. O seguinte caractere, 体, também quer dizer corpo,

²⁰² Ao longo deste processo de elaboração teórica sobre a velhice, deparei-me com situações que, algumas vezes, me indicavam uma redução drástica de possibilidade de realização da experiência por parte dos velhos com os quais tive contato. No entanto, à medida que mergulhava na pesquisa bibliográfica e acentuava o diálogo com aqueles para quem a experiência tornou-se um objeto caro, fui-me dando conta das possibilidades, ainda que embotadas sob uma metropolização que garantia acesso desigual às conquistas da modernidade, de que a experiência pode dar-se nas situações mais inusitadas possíveis. Por exemplo, quando cheguei à narrativa de Primo Levi, a redução dos pertences de um velho a um único móvel, que foi descrita acima e que para mim parecia um aniquilamento dos seus suportes de memória, dificultando o seu resgate em uma perspectiva mais plena, se atenuou. Avaliando melhor, chego à formulação de que o problema não consiste na quantidade reduzida dos pertences, mas na dificuldade de encontrar aqueles que tenham tempo ou disposição para ouvir, através dos relatos desses velhos, o significado que um dia tais pertences tiveram. Primo Levi chama a atenção para a relevância dos nossos pequenos hábitos, dos nossos objetos, em um contexto em que, destituído de todos eles (pois foi prisioneiro em Auschwitz), clamou pela sua importância: “Mas que cada um reflita sobre o significado que se encerra mesmo em nossos pequenos hábitos de todos os dias, em todos esses objetos nossos, que até o mendigo mais humilde possui: um lenço, uma velha carta, a fotografia de um ser amado. Essas coisas fazem parte de nós, são algo como órgãos do nosso corpo; em nosso mundo é inconcebível pensar em perdê-las, já que logo acharíamos outros objetos para substituir os velhos, outros que são nossos porque conservam e reavivam as nossas lembranças” (LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p.25).

palavra que, normalmente, é composta por 身体. O símbolo 会 é utilizado no sentido de capacidade, de saber afeito à realização de algo. Quando os chineses querem saber se você já vivenciou algo, eles usam os dois símbolos, 体会, como se o mais importante fosse o saber pela experiência corporal; isso seria o vivenciar, o saber corporal ou a vivência do corpo.²⁰³

Para verificar se a metrópole configura-se, ainda que de forma fragmentada, enquanto um *locus* de possibilidade de realização da experiência para os seus velhos, dediquei-me à busca de narrativas de velhos. Valendo-me da expressão utilizada por Ecléa Bosi, que afirma não ter realizado nem um trabalho sobre memória nem sobre velhice, ao escrever o livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*,²⁰⁴ mas sim que colheu memórias de velhos, penso que simplesmente colhi narrativas de velhos. Narrativas com as quais dialogo e cujos testemunhos de vida na metrópole apresentarei no terceiro capítulo desta tese.

2.1 “Existindo um falar, por que o escrever?”

A pergunta foi feita pela poetisa e filósofa espanhola Maria Zambrano, e, a partir desse mesmo questionamento, o educador Jorge Larrosa²⁰⁵ se dedica à reflexão sobre a capacidade de escuta como uma possibilidade pedagógica relacionada à oralidade e à linguagem.

A questão filosófica, formulada como pergunta, relaciona-se ao repúdio que a filósofa direciona à escrita originada de uma verborreia insubstancial e sempre excessiva, do falar vazio e ruidoso, “meramente comunicativo e, portanto, preso às circunstâncias e à premência da vida, no interior da qual emerge a necessidade de escrever.”²⁰⁶

²⁰³ Informação fornecida pelo historiador José Marcello Salles Giffoni, estudioso da cultura chinesa.

²⁰⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.39.

²⁰⁵ LARROSA, Jorge. Aprender de ouvido. In: LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.33-46. (Educação: Experiência e Sentido).

²⁰⁶ *Ibidem*, p.35.

Citada por Larrosa, Maria Zambrano defende que escrever é, primeiro, um impor silêncio, um calar as palavras “da comunicação mais banal, a que responde às necessidades da vida mais banais, para buscar, em uma solidão silenciosa, o que não se pode dizer: [...] mas isto que não se pode dizer é o que se tem que escrever.”²⁰⁷

A opção metodológica de compreensão da obra zambraniana, utilizada por Larrosa, parte então para a análise de trechos de seus textos pertencentes ao livro *Claros del bosque*,²⁰⁸ que apresenta as aulas universitárias como lugares da voz, lugares em que é possível se aprender de ouvido. Entre os vários diálogos que Jorge Larrosa estabelece com o texto de Maria Zambrano (que é apresentado literalmente), interessam-me as reflexões sobre o que está contido na voz e não pertence ao sistema da língua, ou seja, não está na letra.

Lendo a sentença de Zambrano à luz da premissa aristotélica, Larrosa aponta a diferenciação entre a *phoné* animal e o *logos* humano, uma vez que o que está na voz constitui o símbolo dos *pathemas*²⁰⁹ (ou os padecimentos da alma), e o que está escrito representa o símbolo daquilo que está na voz.

Partindo disso, Jorge Larrosa insiste que existem elementos da voz, como

[...] o gemido, o sussurro, o balbucio, o soluço, talvez o riso, que não se podem escrever, que necessariamente se perdem na língua escrita, assim como se perdem também os elementos estritamente musicais, como o ritmo, o sotaque, a melodia, o tom.²¹⁰

Desse modo, um pensar que se disponha a refletir sobre os padecimentos da alma, sobre o que o ser humano sente, tem de ser capaz de se expressar com um

²⁰⁷ LARROSA, Jorge. Aprender de ouvido. In: LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.35. (Educação: Experiência e Sentido).

²⁰⁸ ZAMBRANO, Maria. *Claros del bosque*. Barcelona: Seix Barral, 1977.

²⁰⁹ Derivada do termo grego *Páthos*, que, na definição de Marilena Chauí, é: paixão ou sentimento; emoção; aquilo que se sente; aquilo que se sofre; ânimo agitado por circunstâncias exteriores; perturbação do ânimo causada por uma ação externa; acontecimentos ou mudanças nas coisas; doença (donde patológico, patologia); emoção forte causada por uma impressão externa (donde: patético); passividade física e moral; sofrimento. O verbo *páskho* significa: ser afetado de tal ou qual maneira, experimentar tal ou qual emoção ou sentimento, sofrer alguma ação externa, padecer (em oposição a agir). Oposto à *práxis* (Cf. CHAUI, Marilena de Souza. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.508).

²¹⁰ LARROSA, Jorge. Aprender de ouvido. In: LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.39. (Educação: Experiência e Sentido).

amplo registro de tons, com todos os matizes do que se sente. Tem de ser capaz de fornecer uma palavra que conserve a dimensão musical-passional que “nos dá o tom da voz, a mudança de tom, o contraste entre tons, tudo o que a palavra tem de voz, o que se perde ao tomá-la ao pé-da-letra, sem atender à música, sem atender ao tom, calando nela tudo o que não seja inteligível.”²¹¹

Émile Benveniste, ao analisar o aparelho formal da enunciação, destaca, como seu objeto de reflexão, a produção mesma do enunciado, em detrimento do seu próprio texto. Sua atenção, portanto, está voltada para a mobilização que o locutor faz da língua, na constituição daquilo que denomina de enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.”²¹² Foi a esse ato individual de mobilização da língua que procurei dar significado neste percurso de pesquisa.

O entendimento de que existe legitimidade na análise apresentada, acerca da dificuldade de expressar com palavras os *pathemas* humanos, colocou-se como elemento indispensável para uma revisão do movimento da história oral,²¹³ que parte da ciência historiográfica compreende como redentor da voz humana no registro escrito.

O referencial teórico-metodológico, baseado nos pressupostos da história oral e de suas metodologias próprias, é caracterizado como detentor de uma abrangência interdisciplinar. A sua utilização recente, como fonte de pesquisa e como fonte documental, viabiliza-se através da realização do registro de depoimentos orais pessoais, por meio de entrevistas, além de outras estratégias. Para além da atividade de realização de entrevistas, o trabalho com história oral é descrito como um processo mais amplo, que envolve outras questões práticas, conceituais e éticas, atribuindo-lhe o caráter de uma pesquisa qualitativa. Em vista disso, existe uma recusa dos historiadores oralistas em dizer que esta se trata apenas de uma metodologia, preferindo conferir-lhe o caráter de referencial teórico-metodológico.

²¹¹ LARROSA, Jorge. Aprender de ouvido. In: LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.43. (Educação: Experiência e Sentido).

²¹² BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.82.

²¹³ As pesquisas envolvendo a oralidade não são exclusivas da História e de seu campo científico que ficou reconhecido como história oral. Diferentes campos do conhecimento, sobretudo nas ciências humanas, têm utilizado narrativas orais como objeto de análise.

Alessandro Portelli pode ser apontado como um dos reconhecidos historiadores que entendem a história oral para além de uma perspectiva metodológica, mas sim inscrita na esfera de uma ação, que é também política:

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar [...].²¹⁴

O *boom* da história oral, segundo Sônia Maria de Freitas, está ligado às pioneiras pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, no final dos anos 60 e início dos 70, sendo que, no primeiro país, voltava-se para a pesquisa com os *great men*, ou seja, os homens socialmente reconhecidos e, no segundo, buscava o testemunho de pessoas comuns, *ordinary people*, marginalizadas pelo poder, e de idosos, já despossuídos de força para o trabalho e por isso não reconhecidos como sujeitos pelos historiadores tradicionais.²¹⁵

Tal descrição faz parte do contexto recente de utilização das narrativas em pesquisa, mas o uso da oralidade em processos investigativos historiográficos não se limita a esse momento. Paul Thompson, no livro *A voz do passado*,²¹⁶ situa igualmente o reflorescimento da história oral ocorrido na América do Norte, mas também realiza um histórico detalhado acerca da utilização da tradição oral como fonte de conhecimento desde a Antiguidade. Esse histórico possui riqueza de exemplos e aponta tanto o teor de algumas pesquisas como os historiadores que se valeram dessa tradição no momento de realização de seus estudos.

Retrocedendo a algumas das sociedades pré-letradas, por exemplo, o autor recupera uma importante figura da tradição oral africana, o *griot* (portador-de-tradição do clã), e demonstra o prestígio de que desfrutava essa espécie de

²¹⁴ PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.6, p.3, 2010.

²¹⁵ FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.14-19.

²¹⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

historiador oral, antes que a disseminação da documentação, nas sociedades letradas, tornasse supérfluos os momentos públicos de revelação histórica que eram de responsabilidade desses portadores-de-tradição.²¹⁷

Ao mesmo tempo em que demonstra os primórdios dessa tradição oral, Paul Thompson indica o caminho através do qual a transmissão oral passa a depender do documento enquanto instrumento de legitimação, conferindo a este a autoridade final e a garantia de transmissão para o futuro. Segundo Thompson, a opção pela tradição documental, que emergiu, durante o século XIX, como herança do ceticismo negativista do Iluminismo e do sonho arquivista do Romantismo, rendeu à História uma nova disciplina profissional.²¹⁸ Reconhecer tal percurso, no entanto, não significa dizer que a história oral, como ela se tem apresentado na atualidade, é um processo histórico exclusivamente moderno. Para esse autor, a história oral foi uma primeira espécie de história, e “[...] muito recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do grande historiador”.²¹⁹

Valendo-se do pressuposto de que a realização da história oral, na atualidade, rompe com a tradição historiográfica do século XIX, que elegeu como modelo de documento histórico o testemunho escrito,²²⁰ os historiadores oralistas entram no cenário acadêmico moderno advogando em defesa de uma práxis historiográfica realizada a partir da recuperação de testemunhos relegados pela

²¹⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.50.

²¹⁸ *Ibidem*, p.75. Sobre esse profissionalismo que assaltou a História, Paul Thompson o associa às seguintes razões: “O método documental não só oferecia um campo ideal de treinamento, como também oferecia três outras vantagens essenciais para o historiador profissional. Em primeiro lugar, o teste da capacidade de um jovem acadêmico podia passar a ser a redação de uma monografia, o estudo de um recanto do passado, minúsculo talvez, mas baseado em documentos originais e, por isso, pelo menos nesse sentido, original. Em segundo lugar, isso dava à disciplina um método que lhe era próprio, o qual – diferentemente da utilização da evidência oral – podia afirmar-se como uma especialidade, não partilhado por outros. Essa auto-identificação em torno de um método distinto – como a escavação arqueológica, o levantamento sociológico, a viagem de estudos do antropólogo – é típica do profissionalismo do século XIX [...]. Em terceiro lugar, para o crescente número de historiadores que preferiam trancar-se em seus gabinetes a misturar-se com a sociedade dos ricos e poderosos, quer com as pessoas comuns, a pesquisa documental constituía uma proteção social inestimável, isolando-se, podiam também arrogar-se uma neutralidade objetiva e, pois, chegar até mesmo a crer que seu isolamento em relação ao mundo social era uma virtude profissional positiva” (*Ibidem*, p.79-80).

²¹⁹ *Ibidem*, p.45.

²²⁰ FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.39.

História clássica, que “permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo poder, estariam condenados ao esquecimento.”²²¹

Como parte da contextualização moderna da história oral, ou seja, o momento que coincide com o seu reflorescimento, datado do final da década de 1960, pode-se dizer que tal prática não alcançou um grande espaço nas pesquisas brasileiras, uma vez que o Brasil se encontrava sob forte regime ditatorial, e as pesquisas envolvendo relatos pessoais eram consideradas perturbadoras e perigosas. As universidades brasileiras enfrentavam, nesse período, forte vigilância por parte dos militares, e aquilo que foi silenciado, nessa época, retorna ao ambiente universitário, em décadas posteriores, com forte acento no caráter de denúncia dos processos de tortura e perseguição política ocorridos no país. Dessas narrativas traumáticas, faz-se o substrato para a emergência do gênero literário testemunhal – ou *Testimonio* – nos países da América Latina que enfrentaram regimes ditatoriais, como será apontado posteriormente.

Também avalio como importante a retomada do pensamento de Beatriz Sarlo,²²² que aponta o reordenamento ideológico e conceitual do passado, ocorrido no seio das ciências humanas, entre as décadas de 1960 e 1970, e que se estendeu para os estudos culturais do presente. De acordo com Sarlo,²²³ esse reordenamento, também chamado de “guinada subjetiva”, coloca em cena os processos de investigação que se propõem a reconstituir a textura da vida de sujeitos marginais, assim como a verdade subjetiva contida nos seus relatos, ou seja, abrigada na lembrança de uma experiência.²²⁴

No âmbito dessa análise, diferentes teóricos passam a atribuir às metodologias da história oral um caráter redentor da voz humana no registro escrito: “Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa

²²¹ FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.48.

²²² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Nessa obra, Beatriz Sarlo não deixa de apresentar incômodos diante do pensamento que se refere ao lugar atribuído à subjetividade no conhecimento produzido sobre o passado à luz do aparato fornecido por uma cultura de memória.

²²³ *Ibidem*, p.18.

²²⁴ SARLO, *loc cit.*

primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.”²²⁵

No entanto, por mais que faça parte das reflexões da história oral, ou das pesquisas que se valem da oralidade como fonte de análise, a necessidade de que a voz humana seja restituída nos processos de pesquisa, algumas questões podem ser colocadas para o debate.

Ao escutar os depoentes entrevistados, dei-me conta da dificuldade de que os elementos tonais de suas vozes sejam de fato transformados em uma escrita que resgate o vivido em sua multiplicidade de sentimentos. Percebi que o registro escrito dessas narrativas é muito pequeno em relação à dimensão que envolve o fazer dos próprios relatos orais. Dificuldade que se refere àquilo que foi apontado por Larrosa, mas também ao que compõe toda a tessitura de um processo de rememoração. O registro escrito, invariavelmente, não tem a dimensão do olho lacrimejando, da mão trêmula, das pausas necessárias para se recompor dos efeitos que a rememoração de um acontecimento acarreta, da voz que imita o som contido na fala que foi proferida tantos anos antes.

Acrescentam-se a essa dificuldade de transposição do relato oral para o documento os dilemas decorrentes da crença de que o registro de depoimentos orais não restitui as perdas dos processos narrativos no seio da sociedade moderna. Não aponta a pobreza no emprego do tempo, que roubou dos seres humanos a possibilidade de escutar o outro no seu ato de narrar.

A fim de realizar uma breve ilustração acerca daquilo que se perde na transcrição das informações transmitidas no formato oral para o registro escrito, realizo um exercício de análise sobre uma das contradições existentes entre o que os historiadores que fazem uso da tradição oral elegem como princípio, a saber, a importância dos relatos orais em um processo de pesquisa, e aquilo que buscam negar, ou seja, a invencibilidade do registro escrito como a fonte mais confiável e duradoura. Parece-me que, ao se dedicarem à institucionalização dos procedimentos que envolvem a história oral, estes se perdem em uma verdadeira ânsia

²²⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.19.

metodológica e procedimental que os impede de usufruir daquilo que existe de mais rico nesse modo de pesquisar, a própria relação que se estabelece com o entrevistado e o ato da enunciação em si.

Citando ainda a historiadora Sônia Maria de Freitas, resgato, no seu pensamento, um posicionamento sobre a desvantagem do processo de transcrição de uma entrevista, que, ao adotar normas e padrões cultos e rigorosos, acaba descaracterizando a fala original e o contexto em que ela foi produzida: “A desvantagem da transcrição de uma entrevista é que essa, de uma certa forma, impede a percepção de elementos importantes como o tom, a velocidade da voz, as pausas, as lágrimas, etc.”²²⁶

Ao mesmo tempo em que se percebe um claro posicionamento por parte dessa pesquisadora, encontra-se, em sua elaboração, uma série de prescrições sobre o modo como um pesquisador deve proceder no momento dessa transcrição. Dentre as sugestões dadas, encontra-se a recomendação para que as palavras ou expressões repetidas, bem como aquelas que foram retificadas pelo entrevistado, sejam retiradas do texto final. A justificativa para esse procedimento pode ser entendida à luz daquilo que é considerado supérfluo e, portanto, parece não ser merecedor de uma transcrição literal:

No discurso oral, é muito comum as pessoas recorrerem a palavras ou expressões de função fática, que não têm um valor semântico no discurso: *por exemplo, quer dizer, entendeu?, justamente, realmente, assim, aí, sabe, não é?, então* — são vícios de linguagem ou palavras de apoio. São comuns e recorrentes na comunicação verbal, correspondendo à função fática da linguagem e servem “para prolongar ou interromper a comunicação, para verificar se o canal funciona, para atrair a atenção do interlocutor ou confirmar sua atenção continuada” (Jakobson, 1969:126). Verificamos que, muitas vezes, o orador busca ganhar tempo para articular o que tenciona dizer.²²⁷

A recomendação para a retirada, no depoimento escrito, das palavras ou expressões repetidas — palavras de função fática — atesta, por exemplo, a

²²⁶ FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.102.

²²⁷ *Ibidem*, p.101-102.

importância atribuída ao caráter informativo da entrevista em detrimento da função social inerente a ela. Émile Benveniste,²²⁸ ao discutir criticamente a função utilitária e prática conferida à comunicação entre os indivíduos, que entende o diálogo como resultado de uma necessidade sem levar em conta outras variáveis, recupera, a partir do pensamento do antropólogo e etnólogo Bronislaw Malinowski, o conceito de comunhão fática, um fenômeno psicossocial com função linguística. Para descrever o papel que a linguagem desempenha nesse processo de comunicação, o autor recupera e cita fragmentos inteiros da obra de Malinowski que refletem situações em que a linguagem não é utilizada com a intenção de informar, coordenar as pessoas em ações ou expressar qualquer pensamento. Nesse contexto, inserem-se as palavras ou frases de simples cortesia, as palavras proferidas quando em volta de uma fogueira nas aldeias (há que se ressaltar o teor etnográfico clássico das pesquisas de Malinowski), ou aquelas ditas como um verdadeiro tagarelar no momento de realização de um trabalho manual, ou ainda aquelas que são frutos de um bate-papo nos momentos de descanso do trabalho. A mera troca de palavras, nesses discursos, tem a intenção de estabelecer laços de união.

As palavras, na comunhão fática, são usadas, principalmente, para transmitir uma significação, a significação que é, simbolicamente, a delas? Certamente que não. Elas preenchem uma função social e esse é o seu principal objetivo, mas não são o resultado de reflexão intelectual nem despertam, necessariamente, qualquer espécie de reflexão no ouvinte.²²⁹

Guardando os devidos cuidados no manuseio desse conceito, avalio como importante explicitar em que medida a retomada do pensamento de Malinowski se coloca como um reforço à crítica destinada às orientações acerca da transcrição do relato oral para o escrito, que elimina as palavras e expressões de função fática. Essas expressões, na linha desse teórico, cumprem a função de unir o locutor ao seu

²²⁸ BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.88-90.

²²⁹ MALINOWSKI, Bronislaw. The problem of meaning in primitive languages. In: OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. (Ed.). *The meaning of meaning*. London: Routledge & Kegan Paul, 1923. p.313, *apud* BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.89.

ouvinte, como consta na própria definição da historiadora citada. Sendo assim, deveriam também ter um peso no registro escrito, uma vez que informam sobre a linguagem que se estabeleceu entre o entrevistador e seus depoentes, no formato de uma verdadeira ação.

Cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação.²³⁰

Considero importante também confrontar esse modo de entender a comunicação com o pensamento de Walter Benjamin. É difícil imaginar que, durante os momentos de comunicação descritos por Malinowski, em que impera a comunhão fática, não se imponha a figura de um narrador nato que conte uma história originária de sua experiência. A imagem de pessoas reunidas em volta de uma fogueira invoca a figura antropológica do narrador como uma parte constitutiva desse cenário. Ainda que o tagarelar sem intenção informativa seja uma realidade nas situações invocadas por Malinowski, o quadro social que ele comporta favorece a troca de experiências comunicáveis, ponto central da teoria benjaminiana da experiência. Ao contrário do que afirma Malinowski, a comunicação compreendida a partir de Benjamin nunca tem um caráter meramente intencional e informativo. Para Benjamin, a narrativa sempre tem uma dimensão utilitária, que é transmitida através de um ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio, um conselho. Na modernidade, é esse tipo de faculdade interativa e formativa do diálogo que sofre grandes modificações e passa a ser reconhecida como uma vivência do indivíduo, que vive isolado, mesmo em meio às multidões. Reconheço, a partir da realização de trabalhos manuais, ocorrida no seio de grupos de convivência de idosos de Belo Horizonte, principalmente compostos por mulheres, a criação de uma oportunidade essencial à transmissão da experiência no contexto moderno, em um sentido que se aproxima muito mais de Benjamin do que de Malinowski.

²³⁰ MALINOWSKI, Bronislaw. The problem of meaning in primitive languages. In: OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. (Ed.). *The meaning of meaning*. London: Routledge & Kegan Paul, 1923. p.313, *apud* BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.90.

Persistindo na análise sobre as recomendações impostas à tarefa de transcrição de entrevistas ou depoimentos, que comumente constam nos manuais da história oral, destaco a indicação de que as palavras retificadas pelo entrevistado sejam retiradas da edição final. Ainda que tais retificações não sejam apontadas no texto final dos depoimentos de forma literal, entendo que elas não devem ser suprimidas da análise, mas, ao contrário, devem ser registradas em algum momento do trabalho. A retificação de informações, em um ato enunciativo, tem um grande valor no processo de entendimento do eu (*self*) mental, pois alimenta as análises psicanalíticas que envolvem denegações, atos falhos, chistes, negativas e outros mecanismos, que, quando estudados, revelam aquilo que está no plano do inconsciente. Aquilo que, à primeira vista, comparece, em um relato, e que, depois, é retificado pelo depoente pode ser bastante revelador da pessoa que está por trás de uma enunciação. Durante a primeira conversa que mantive com uma das depoentes deste trabalho, moradora de um aglomerado, a mesma se encarregou de me dizer, mesmo afirmando que eu já deveria saber, “que agora não se usa mais falar favela e sim vila”. No entanto, em diferentes momentos, presenciei a correção automática que ela realizava na sua fala, quando ia me dizer a palavra favela e pronunciava apenas a sua primeira sílaba, “fa”, seguida do termo vila. Tal ato falho aponta para o fato de que a substituição da palavra no cotidiano dessa senhora tem um caráter muito simbólico e discursivo, de negação da representação que o espaço da favela assumiu na sociedade, mas não representa uma verdadeira mudança de apreensão acerca do seu local de moradia. A vila ainda é uma favela com tudo que isso pode significar para essa moradora.

Mesmo tendo realizado todas essas ressalvas sobre a produção do registro escrito a partir de um processo de recolhimento de depoimentos orais, a opção adotada foi a de tentar fazer um registro escrito que primasse por uma aproximação do que foi possível apreender de ouvido, nos moldes daquilo que foi levantado a partir da leitura indireta de Maria Zambrano. Para isso, vali-me das “metodologias” da história oral, considerando necessário, entretanto, ainda realizar diferentes questionamentos sobre elas.

Uma das críticas que deve ser apontada consiste naquilo que também pode ser considerado uma espécie de abuso²³¹ da memória que a história oral tem cometido, ao instrumentalizar depoimentos, fruto da memória de diferentes grupos, para fins privativos, sem uma preocupação com o sujeito que está por trás desse depoimento, ou com os contextos sociais em que estes estiveram inseridos.

Os depoimentos de ex-funcionários da Companhia Mineradora Vale do Rio Doce são reveladores a esse respeito. Eles fazem parte de um projeto de história oral cujo título é *Vale Memória* e que foi realizado pelo Museu da Pessoa. Ao mesmo tempo em que o projeto recolhe, por meio de depoimentos, os sentimentos a respeito daquilo que foi vivido por esses funcionários, utiliza-os com a clara intenção de se afirmar que a construção da empresa mudou o país, “que ela permitiu a construção de um destino melhor para muitas pessoas, num volume tal que trouxe benefícios para todo o país”.²³²

O depoimento de Carlos Nunes de Lima, ex-chefe da divisão de engenharia civil da Companhia Vale do Rio Doce, acerca da destruição do Pico Cauê, no qual o entrevistado relaciona o desaparecimento dessa feição geomorfológica com o progresso da nação, exemplifica, de forma bastante clara, essa intenção. Apesar de comparecer, na sua narrativa, o sentimento de perda de um elemento de afeição e de reforço de sua memória e/ou história pessoal, o acento dado à sua fala, pela produção escrita, concentra-se em outra direção:

— O marco de triangulação no Pico Cauê conta a minha história. Porque não existe mais o Cauê, eram 1.363 metros. Pedem até para eu não ir mais lá, porque eu posso morrer de choque! Tem um buraco enorme lá. Quer dizer, o Cauê já se deu pelo Brasil.²³³

²³¹ As reflexões sobre os abusos da memória acontecem no lastro dos trabalhos publicados sobre a égide de *Mnemosyne*. Dotados de uma função ética, os estudos sobre a memória assumem a tarefa de preservação, salvação, contra o desaparecimento, conservação do passado, resgate das tradições. No entanto, essa discussão, ao mesmo tempo em que atesta o caráter indispensável do passado, comporta possibilidades de que este determine o presente. A condescendência para com o passado, a celebração desse passado, em detrimento do presente, da ação, foi denunciada por Tzvetan Todorov, como um dos aspectos concernentes aos abusos da memória (Cf. TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000). Paul Ricoeur também se dedica à reflexão sobre esses abusos na seguinte publicação: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

²³² MAYRINK, Geraldo. (Ed). *Histórias da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2000. p.11.

²³³ *Ibidem*, p.40.

Na verdade, todos os depoimentos parecem ter sido selecionados com essa intenção, romper a relação existente entre perda e progresso a fim de se afirmar o valor das ações da companhia mineradora para a nação, intento declarado explicitamente.

Em direção oposta à avaliação sobre a atuação da companhia mineradora que comparece no livro citado, a conversa com a itabirana Mariza Guerra de Andrade sugere-me outra possibilidade de leitura para a destruição do Cauê. Dizia-me ela: “Com a destruição do Cauê eu perdi a minha referência do tempo, se ia chover, se ia fazer frio, referências que eu usava para decidir até mesmo o que vestir”. Talvez seguindo os sentimentos de seu tio, Carlos Drummond de Andrade, essa itabirana possa dizer também que o Pico Cauê, hoje, é apenas uma fotografia na parede. E como dói!

Muito diferente da orientação que gerou o livro de Ecléa Bosi, a produção do projeto *Vale Memória* não aponta para qualquer perspectiva de análise do que existe de oficial, roubando o sentido, a transparência e a verdade das histórias pessoais. Muito pelo contrário, ela se constituiu de forma abusiva, realizando a leitura da História que convém à companhia mineradora, contratante do grupo que organizou os depoimentos memorialísticos que foram recolhidos.²³⁴

O Museu da Pessoa, segundo um de seus materiais de divulgação, é um museu virtual constituído por depoimentos, imagens, áudios, vídeos, e tem como objetivo possibilitar a todo e qualquer indivíduo integrar sua história à memória social. Além de coletar e organizar histórias de vida de pessoas comuns, o que é louvável, ele tem-se dedicado também ao trabalho com a memória empresarial, justificada pelos seus coordenadores como algo necessário, do ponto de vista financeiro, à sustentação das outras atividades desenvolvidas pela entidade.

Entre as empresas que contrataram os serviços do museu, encontram-se: Vale do Rio Doce (a partir do trabalho já mencionado, entre outros), Petrobrás, Samarco, Ambev, Votorantim, Fundação Bradesco, Pão de Açúcar, Odebrecht, entre outras. As pesquisas realizadas sobre a denominação de memória institucional

²³⁴ Para um aprofundamento da discussão sobre os abusos da história oral, indica-se a seguinte obra: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

resultam em diferentes produtos, como livros, calendários, exposições, sites, museus virtuais (como, por exemplo, o Museu Clube da Esquina), documentários.

Entre as práticas desse museu, está inserida a realização de cursos voltados para empresas, fruto de uma parceria com a Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial), cuja temática é voltada para o debate das práticas empresariais que ligam a história e a comunicação: *Celebrações – como usar a história de sua empresa nos grandes eventos comemorativos*. A chamada para o curso demonstra um caráter abusivo do trabalho com o resgate da memória, cujos interesses obedecem à esfera do econômico: “As celebrações que resgatam a trajetória de uma empresa, as grandes datas, publicações históricas e mesmo os projetos de memória são momentos oportunos para uma empresa marcar seu diferencial na sociedade.”²³⁵

Processos como esses apontam para a captura e transformação das lembranças em memória, mas com o claro sentido de uma apropriação. Uma memória que inclusive pode ser vendida empresarialmente.

Outro problema que visualizo nas pesquisas que se valem da história oral relaciona-se à existência de um caráter nostálgico, existente no momento de recuperação dos relatos orais, sem que estes estejam inseridos no bojo de uma discussão mais ampla da sociedade.

Segundo Henri Lefebvre, a nostalgia inspira, em nossa sociedade, uma “crítica de direita”, uma consciência boa e uma consciência má, sempre em menosprezo às possibilidades explicativas contidas na *história da vida cotidiana*.²³⁶ A mesma crítica realizada por Lefebvre ao passadismo e a uma história possível que não se prenda ao global faço às possibilidades de compreensão afeitas à história oral, que corre o risco de: “[...] perder-se em minúcias descritivas (os objetos) ou nos mal-entendidos, se ela não se prender ao global em cada sociedade, para cada época, isto é, as relações sociais, os modos de produção, as ideologias.”²³⁷

Antes, porém, de passar ao detalhamento dos aspectos práticos que foram adotados no recolhimento dos depoimentos orais, considero importante um breve

²³⁵ Disponível em: <http://www.aberje.com.br/novo/detalhes_cursos_nao.asp?id=8>. Acesso em: 20 set. 2005.

²³⁶ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p.86.

²³⁷ *Ibidem*, p.86.

resgate dos processos afeitos à memória, que representam a base das narrativas recolhidas.

Ainda que o resgate da memória individual possa ser questionado sob o ponto de vista da sua abrangência acerca dos fenômenos sociais, é possível, a partir da contribuição de Maurice Halbwachs, resgatada por Ecléa Bosi, esclarecer que a memória do indivíduo está atrelada ao “[...] seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo.”²³⁸ Nesse sentido, é possível dizer que existe um caráter coletivo na memória, o que lhe atribui uma função social.

Não deve ser menosprezado também o fato de que a memória comporta esquecimentos, uma vez que o sujeito que narra aquilo que viveu o faz dentro de uma estrutura criada por ele mesmo para que as lembranças aconteçam, mas que possui lacunas. É por intermédio de uma alegoria que Walter Benjamin permite uma análise desse processo de esquecimento e lembrança.

No texto “Manhã de inverno”,²³⁹ parte integrante da obra *Infância berlinense*, Benjamin indica, por meio da percepção sensível da criança berlinense, a dificuldade enfrentada pelos sujeitos no ato de ressignificação e rememoração da sua experiência. Nesse texto, as reflexões realizadas por um adulto que retoma o tempo da infância para compor uma escrita apontam a clara negociação entre o esquecer e o lembrar, tônica permanente nos estudos sobre a memória.

A fada, por intermédio da qual alguém satisfaz um desejo, existe para todo o mundo. Só que são poucos os que sabem se lembrar do desejo formulado; por isso, só poucos são os que, mais tarde, na própria vida, reconhecem a satisfação proporcionada.²⁴⁰

Valendo-se da prerrogativa de que há uma negociação entre o esquecer e o lembrar, retiro da literatura uma demonstração de como essa negociação, na velhice, privilegia elementos de favorecimento da vida. É o velho Halim, personagem do

²³⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.54.

²³⁹ BENJAMIN, Walter. Manhã de inverno. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.83-84. (Obras escolhidas, v.2).

²⁴⁰ *Ibidem*, p.83.

livro *Dois irmãos*, de Milton Hatoum, quem negocia com a lembrança os “anos do seu desfecho”:²⁴¹

“Fez os diabos, o Omar... mas não quero falar sobre isso”, disse ele, fechando as mãos. “Me dá raiva comentar certos episódios. E, para um velho como eu, o melhor é recordar outras coisas, tudo o que me deu prazer. É melhor assim: lembrar o que me faz viver mais um pouco.”²⁴²

Para finalizar, cabe também uma distinção entre o que compõe o ato elaborado de recordação e a lembrança, enquanto fruto de uma afecção, ou evocação,²⁴³ nos termos de Paul Ricoeur. Ao analisar a obra de Aristóteles, *De memoria et reminiscencia*, Paul Ricoeur inicia a reflexão a partir da própria duplicidade indicada no título da obra em questão, que designa duas possibilidades através das quais é possível a recordação, no tempo presente, de algo anteriormente percebido, adquirido ou apreendido. É Aristóteles que, segundo Ricoeur, fundamenta a discussão temporal nos estudos sobre a memória, uma vez que toda lembrança é

²⁴¹ Expressão retirada do próprio livro de Milton Hatoum, em referência a Halim, que afirmava poder passar o resto do seu tempo, **os dias ou anos do desfecho**, entre as tabernas do porto, o labirinto da Cidade Flutuante e o leito conjugal, não fossem os atritos entre os gêmeos e o ciúme louco que Zana sentia do caçula (HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.122).

²⁴² *Ibidem*, p.53.

²⁴³ Invariavelmente, os trabalhos que se dedicam ao estudo da memória a partir da evocação do passado apresentam o exemplo das *madeleines*, uma das chaves para a interpretação da literatura proustiana. O resgate do processo de rememoração que a personagem de Marcel Proust experimenta a partir do contato com os bolinhos é algo recorrente, como aponta Jeanne Marie Gagnebin: “Marcel Proust é conhecido demais pela sua ‘madeleine’. Mesmo quem não leu *Em busca do tempo perdido* conhece o famoso episódio: voltando para casa numa noite fria de inverno, o escritor aceita a oferta de sua mãe de lhe preparar um chá. Ele é servido com um bolinho seco, tipo nossa broa de milho, cujo nome é ‘madeleine’. O primeiro gole de chá, misturado ao sabor desse bolo bastante comum na França, produz uma impressão como que mágica na alma do narrador, há pouco ainda submersa pela melancolia e pela escuridão de uma triste tarde chuvosa. De repente, ele vê a luz, sente calor, alegria, um prazer intenso o atravessa cuja causa ele ignora. Percebe-se, então, depois de um longo esforço de atenção espiritual, que a ‘madeleine’ ressuscitou uma lembrança, esquecida no fundo da memória: o sabor do mesmo bolinho misturado ao chá que ele tomava enquanto criança, na casa de veraneio de sua família, aos domingos, quando ia cumprimentar sua tia-avó, a Tante Léonie. Esse episódio, situado no fim do primeiro capítulo do primeiro livro *Em busca do tempo perdido*, desencadeia uma avalanche de lembranças que vão constituir a matéria-prima dessa imensa obra. Proust opõe a ressurreição casual e involuntária dessas lembranças autênticas, vivas, frescas como o olhar da criança de outrora, ao vão esforço voluntário e inteligente do adulto que tenta lembrar de sua infância e só encontrava detalhes insignificantes e mortos” (GAGNEBIN, Jeanne Marie. *O rumor das distâncias atravessadas*. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.145). No próximo capítulo, retomarei essa discussão, desenvolvendo-a à luz dos depoimentos analisados nesta tese.

acompanhada da noção de tempo.²⁴⁴ As possibilidades de recordação, indicadas no tratado aristotélico, distinguem-se da que se processa a partir da simples lembrança, que surge à maneira de uma evocação, designada como *menme*, e a que provém de uma pesquisa ou busca ativa, chamada de *anámnese*.²⁴⁵

Walter Benjamin, à luz da obra de Marcel Proust, de quem foi tradutor, dedica-se à elaboração de importantes reflexões sobre a memória involuntária, que serão retomadas oportunamente. Tais reflexões asseveram a relevância do esquecimento na formação da memória, como dito anteriormente:

Cada manhã, ao acordarmos, em geral fracos e apenas semiconscientes, seguramos em nossas mãos apenas algumas franjas da tapeçaria da existência vivida, tal como o esquecimento a teceu para nós.²⁴⁶

Assim, a lembrança involuntária, enquanto fruto de uma evocação, rompe com a morte dos eventos do passado que o esquecimento representa, sem, contudo, se restringir à busca de (re)encontros felizes entre as sensações vivenciadas no presente e o olvido. Muito do que vem à tona em processos de rememoração, inscrito nessa estrutura, pode ser fruto de momentos que os sujeitos desejam esquecer perpetuamente, para que a vida persista.

O teórico literário suíço Paul Zumthor, no pequeno livreto chamado *Tradição e esquecimento*,²⁴⁷ apresenta um ensaio sobre a necessidade do esquecimento como parte da construção da memória que mantém o fluxo da vida.

[...] a vontade de esquecimento se identifica figuralmente à morte da frágil experiência pessoal afim, e para além, que possa fazer renascer, no seio da linguagem, uma vida mais segura, quase imóvel, onde desabrochará apenas aquilo que faz a comunidade dos homens. A reminiscência se faz iniciação; do tempo fugitivo dos trabalhos e dos

²⁴⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p.34-35.

²⁴⁵ *Ibidem*, p.37.

²⁴⁶ BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.37. (Obras escolhidas, v.1).

²⁴⁷ ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo: Hucitec, 1997.

dias ela nos guia em direção às longas durações iminentes: não fica abolido aquilo que uma reconstrução não siga.²⁴⁸

Dissertando a respeito da tradição, Zumthor descreve o papel que é imposto à memória pela cultura. Apesar de ciente do fato de que o esquecimento pode ser fruto da opressão exercida por uma cultura hegemônica, que exclui da tradição elementos da memória coletiva que lhe são indesejáveis, o autor aposta no aspecto positivo do esquecimento como fundamento da ficção, no seu aspecto imaginário e discursivo.²⁴⁹ Transpondo a análise crítica que esse autor realiza para a poesia medieval aos aspectos da vida cotidiana, o entendimento sobre as aporias do esquecimento e da lembrança me parece importante para a compreensão daquilo que é tido como não legitimidade do saber produzido a partir das narrativas provenientes da memória involuntária. Na arena da memória, o campo do involuntário, no qual o intelecto humano não tem domínio sobre as imagens trazidas à tona pela lembrança, gerou, durante longo período, muita desconfiança sobre o ato mesmo de lembrar, que resulta em um saber em relação ao qual não há como ter garantias epistemológicas à luz da academia e da ciência.

No entanto, é nessa esfera de incertezas quanto à validade do que é narrado, ou seja, as lembranças, em uma acepção acadêmica, que emerge a força do modo de lembrar no contexto da teoria da história, que Benjamin desenvolve nas suas teses “Sobre o conceito de história”. Teoria da história que advoga a favor de uma disponibilidade atenta para a transformação do presente.

Apesar de entender a importância das lembranças que se processam como fruto de uma evocação e pelo seu próprio caráter involuntário, ao realizar as entrevistas desta pesquisa, vali-me da *anámnesi*, uma vez que, ao solicitar aos entrevistados a produção de narrativas sobre seu passado, envolvi-os ativamente no empenho de recordar o passado por meio de um esforço intelectual. Os possíveis deslizos quanto à nomenclatura que confundam esse ato de cunho mais formatado com a lembrança espontânea assentam-se na dificuldade de distinguir até que ponto o fio da memória, puxado no momento da entrevista, não guarda também

²⁴⁸ ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.16.

²⁴⁹ ZUMTHOR, *loc. cit.*

rememorações involuntárias, como as que serão tão ricamente exemplificadas pelo depoimento de Dona Yara, uma das senhoras a quem entrevistei, e sua bela narrativa sobre os sequilhos confeccionados para uma festa tradicional em sua família.

2.2 Trajetórias de vida e escrita

De acordo com a historiadora Lucilia de Almeida Neves Delgado, entre os processos de pesquisa que se valem da história oral como suporte metodológico, costuma-se identificar dois tipos de entrevistas como sendo as mais utilizadas para a produção de fontes orais, a saber: depoimentos de história de vida e entrevistas temáticas.²⁵⁰

Os depoimentos de história de vida, segundo Lucilia Delgado, caracterizam-se por serem aprofundados, prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, e por objetivarem a reconstituição da trajetória de vida de sujeitos (anônimos ou públicos), desde a sua infância até os dias presentes.²⁵¹ Por sua vez, as entrevistas temáticas referem-se a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados.²⁵² Essas entrevistas (ou depoimentos, como também são denominados) auxiliam em trabalhos acadêmicos que tenham por objetivo coletar informações e interpretações sobre temas específicos que são abordados em tais pesquisas.

Ainda me valendo da elaboração da pesquisadora, é possível apontar uma terceira forma de entrevista que tem sido muito utilizada em programas e grupos de pesquisa e que, de algum modo, orientou o registro dos depoimentos que serão aqui analisados, ou seja, as entrevistas de trajetórias de vida. Tal terminologia foi adotada pela autora tendo como justificativa a falta de registro já consagrado sobre essa tipologia pela maior parte da comunidade dos pesquisadores “oralistas”. As

²⁵⁰ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.20. (Leitura, Escrita e Oralidade).

²⁵¹ *Ibidem*, p.21.

²⁵² *Ibidem*, p.22.

trajetórias de vida caracterizam-se por serem depoimentos sobre a história de vida dos sujeitos, mas apresentados de forma mais sucinta e menos detalhada. Um dos elementos que tem levado os pesquisadores a optarem pela realização dessa modalidade de entrevista relaciona-se ao fato de que o processo de recolhimento dos depoimentos de história de vida, que são mais pormenorizados, demanda um tempo maior, tanto por parte dos depoentes quanto dos pesquisadores.²⁵³

A opção pela realização de entrevistas com trajetórias de vida, em detrimento de outras possibilidades metodológicas, de caráter mais fechado, deve-se à própria exposição no âmbito da história oral, realizada anteriormente, que aponta o caráter da autobiografia que se encontra na gênese dos estudos modernos desse campo de pesquisa, como pertencente ao estilo narrativo, entendido aqui como uma forma de experiência que, apesar de dificultada, na sociedade moderna, ainda pode ser realizada.

Ainda em defesa dessa metodologia, apresento aquilo que comparece na obra de Henri Lefebvre, de maneira inusitada, no texto “Introducción al estudio del habitat de pabellón”.²⁵⁴ Quando me refiro ao caráter inusitado dessa reflexão, faço-o em virtude do fato de que Lefebvre parece deixá-la escapular por entre as discussões acerca do *habitat* que realiza nesse capítulo, tanto que, ao terminar sua breve exposição sobre a diferença entre o procedimento metodológico que se vale dos questionários e dos que se realizam via entrevistas não dirigidas, apresenta uma observação e retoma os rumos de sua análise: “Estas consideraciones metodológicas, muy abreviadas, han interrumpido el encadenamiento lógico de nuestro comentario.”²⁵⁵

Advogando em defesa de uma pesquisa voltada para o nível do privado, o *habitar*, Lefebvre afirma que, para realizar uma investigação, nessa perspectiva, os questionários não bastam. Estes são munidos de precauções e buscam precisão científica. Normalmente, suas perguntas são fechadas, e os entrevistados as

²⁵³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.23. (Leitura, Escrita e Oralidade).

²⁵⁴ LEFEBVRE, Henri. Introducción al estudio del habitat de pabellón. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. p.151-172.

²⁵⁵ *Ibidem*, p.162. [“Estas considerações metodológicas, muito abreviadas têm interrompido o encadeamento lógico de nosso comentário.”] (Tradução minha).

respondem apenas com as palavras sim ou não. Ainda é apresentada a ideia de que os questionários são orientados por amostragem, e a sistematização de seus dados oferece informações numéricas e percentuais, uma perspectiva redutora quando o caráter da pesquisa pretende alcançar uma compreensão mais ampla.

Para implementar uma pesquisa que, de fato, chegue a esse nível privado, que aqui estou entendendo como do vivido, Lefebvre consente que: “sólo la entrevista no dirigida puede captar el habitar.”²⁵⁶ No entanto, segundo o autor, a opção por essa forma de pesquisa em detrimento dos questionários aponta para uma grande dificuldade, ou seja, os questionários fechados não chegam muito longe ao que se deseja investigar, as entrevistas não dirigidas se aprofundam nos seres humanos, correndo-se com isso o risco de produzir informações que pertencem à esfera das trivialidades positivistas. Como sair desse impasse? Tanto a pergunta quanto a resposta, formuladas pelo próprio Henri Lefebvre, merecem atenção especial:

Proponemos una orientación. La entrevista, aunque necesaria, no basta. Para completarla no son suficientes fichas, aun detalladas, que recorten en rubricas el contorno social del entrevistado. La descripción minuciosa es importante: de los hogares, de los bienes muebles e inmuebles, de los vestidos, rostros y comportamientos. Sólo la confrontación entre los datos sensibles, tal como el sociólogo percibe e intenta captar como conjunto, por una parte, y los lugares, tiempos y cosas percibidos por los interesados por otro, permiten el conocimiento.²⁵⁷

Apesar de ter adotado um procedimento metodológico no qual a realização das entrevistas foi orientada por roteiros prévios, como será descrito mais adiante, procurei privilegiar aquilo que foi aludido por Lefebvre, quando se refere ao criterioso exercício de observação dos diversos aspectos por ele mencionados. Assim,

²⁵⁶ LEFEBVRE, Henri. Introducción al estudio del habitat de pabellón. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. p.160. [“Somente a entrevista não dirigida pode captar o habitar.”] (Tradução minha).

²⁵⁷ LEFEBVRE, *loc cit.* [“Propomos uma orientação. A entrevista, ainda que necessária, não basta. Para completá-la não são suficientes fichas, mesmo que detalhadas, que deem um recorte esboçado do contorno social do entrevistado. A descrição minuciosa é importante: dos lares, dos bens móveis e imóveis, dos vestidos, rostos e comportamentos. Somente o confronto entre os dados sensíveis, tal como o sociólogo percebe e tenta captar como conjunto, por um lado, e os lugares, tempos e coisas percebidos pelos interessados de outro, permitem o conhecimento.”] (Tradução minha).

dediquei certa atenção à oralidade presente no espaço e que se apresenta para além das narrativas, sendo expressa por meio do modo de andar, do trajar, do *habitar* – em uma ampla acepção.

Durante o recolhimento dos depoimentos dos cinco velhos que se dispuseram a conversar comigo, optei por realizar entrevistas que trouxessem a sua trajetória de vida, mas que, ao mesmo tempo, enfocassem a sua relação com o espaço da cidade/metrópole de Belo Horizonte, desde o momento da sua chegada à cidade até os dias atuais, uma vez que todos os depoentes entrevistados são migrantes. Desse modo, pode-se dizer que as entrevistas também privilegiaram certa especificidade no que se refere à orientação de determinadas temáticas.

Os cinco depoentes desta tese, na sequência em que serão apresentados no próximo capítulo e na ordem de realização das entrevistas, são: Yara Coelho de Sant'Anna (87 anos), que veio para Belo Horizonte em dois momentos distintos, 1951 e 1980; Jacinta Francisca Costa (*in memoriam*), que aqui chegou em 1970; Jovelina Avelino da Silva (72 anos), que imprecisamente aponta o ano de 1956 ou 1957 para sua mudança; Francisco Afonso Moura (88 anos), o que aqui primeiro desembarcou em 1944; Alaíde Silva (*in memoriam*), também migrante da década de 70, mais especificamente em 1973.

Por se tratar de uma pesquisa memorialística, com o recolhimento de depoimento de velhos, é necessário assinalar que as pessoas mais velhas estão sujeitas à deterioração do sistema nervoso central, o que interfere diretamente sobre a faculdade de lembrar. No entanto, a memória de fatos recentes, mesmo em caso de senilidade, é a primeira a ser perdida, ao mesmo tempo em que a memória de fatos do passado surge com precisão rigorosa de detalhes.²⁵⁸ Mesmo Dona Alaíde, a entrevistada mais velha (95 anos), cuja memória apresentava traços de comprometimento, relembrou o passado com forte acento naquilo que a senilidade não conseguiu apagar, a saber, o trabalho árduo realizado desde a infância.

É a partir da personagem Eulálio, da obra *Leite derramado*, de Chico Buarque,²⁵⁹ que encontro a melhor descrição desse processo. Na definição desse

²⁵⁸ FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.63.

²⁵⁹ BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ancião, a memória se assemelha a um salão, cujo maior espaço é destinado ao passado, retrocedendo no tempo em um processo sem fim:

Ao passo que o tempo futuro se estreita, as pessoas mais novas têm de se amontoar de qualquer jeito num canto da minha cabeça. Já para o passado tenho um salão cada vez mais espaçoso, onde cabem com folga meus pais, avós, primos distantes e colegas da faculdade que eu já tinha esquecido, com seus respectivos salões cheios de parentes e contraparentes e penetras com suas amantes, mais as reminiscências dessa gente toda, até o tempo de Napoleão.²⁶⁰

Para cada entrevista recolhida, adotei os procedimentos que são comumente narrados nos trabalhos que se dedicam a pesquisas envolvendo oralidade, apesar da crítica já realizada sobre alguns destes.²⁶¹ Entre esses procedimentos, o que me demandou maior esforço, mas que também me possibilitou maior riqueza no levantamento dos dados, foi a realização de pré-entrevistas ou estudos exploratórios.

Segundo Ecléa Bosi, no texto “Sugestões para um jovem pesquisador”:²⁶²

A pré-entrevista, que a metodologia chama “estudos exploratórios”, é essencial, não só porque ela nos ensina a fazer e a refazer o futuro roteiro da entrevista. Desse encontro prévio é que se podem extrair questões na linguagem usual do depoente, detectando temas promissores. A pré-entrevista abre caminhos insuspeitados para a investigação.²⁶³

Durante a realização das pré-entrevistas, optei por realizar um registro escrito com o máximo possível de detalhes, que, depois, pudessem me ajudar a elaborar e (re)elaborar o roteiro final das entrevistas, baseado na observação dos seguintes aspectos: modo como os entrevistados narravam suas histórias, os

²⁶⁰ BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.14.

²⁶¹ Elaboração de roteiro, utilização de diferentes estratégias de condução das entrevistas, transcrição, edição, utilização de termos de cessão gratuita de direitos sobre depoimento oral, dentre outros.

²⁶² BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.59-67.

²⁶³ *Ibidem*, p.60.

conteúdos inconscientes²⁶⁴ que por vezes se fizeram presentes entre uma fala e outra e seus espaços de moradia e de trabalho, seu movimento corporal e outros. Nesse ínterim, os imprevistos ocorridos, como a ausência dos depoentes no dia e local combinados para a realização das entrevistas, também me foram de grande ajuda. Foi nesses momentos que o meu contato com aqueles que convivem mais de perto com os futuros entrevistados proporcionaram-me um relato rico acerca da personalidade e de certas idiossincrasias de alguns destes, permitindo-me entender melhor algumas de suas posturas e comportamentos.

Após esse período, que se caracterizou por um contato pessoal com os velhos a serem entrevistados, pautado em sentimentos de afeição — que, a meu ver, não desmerecem em nada o rigor científico da pesquisa — e de respeito à coragem de cada um no enfrentamento de suas dificuldades relativas à metropolização de Belo Horizonte, elaborei roteiros que procuraram privilegiar os pontos destacados nas pré-entrevistas como promissores para uma busca de entendimento das possibilidades de existência de uma experiência na e com a metrópole por parte deles. Esses roteiros, longe de ser uma camisa de força, constituíram-se muito mais como um caminho a ser percorrido.

Segundo Paulo de Salles Oliveira, o roteiro da entrevista pode ser uma ferramenta importante no ato da pesquisa, uma vez que, bem ajustado e trabalhado com alguma habilidade, pode ajudar a esculpir os mais belos entalhes.²⁶⁵ Mas,

²⁶⁴ A busca por esses conteúdos chamados de “inconscientes” não compartilha do entendimento de que aquilo que é importante encontra-se presente nos temas ocultados pelos entrevistados. Tal entendimento deve ser combatido, pela violência que representa, como demonstra José de Souza Martins. Segundo Martins, em determinados processos de pesquisa, estabelece-se um jogo de interesses, cuja técnica utilizada pelo pesquisador se transforma em verdadeiras armadilhas, sempre preparadas para apanhar o entrevistado. Desse modo: “Sociologicamente, a pesquisa pode ser uma armadilha. O que é dito espontaneamente o pesquisador em geral considera de pouca relevância, porque constitui o que pode ser confessado sem risco. Relevante é o que as pessoas ocultam, o que constitui propriamente elemento de sua vida privada. Portanto, a melhor técnica de pesquisa acaba sendo aquela que induz a vítima a confessar o que, provavelmente, gostaria que não se tornasse público. A pesquisa acaba se revelando uma certa forma de espionagem, de invasão, de violência. Há, nas ciências sociais, um nocivo e pernicioso psicologismo, na pressuposição de que as informações mais importantes são aquelas que o entrevistado esconde, deliberadamente ou não, o inconfessável” (MARTINS, José de Souza. *Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida*. In: MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p.52).

²⁶⁵ A pesquisa de doutorado de Paulo de Salles Oliveira, orientando da professora Ecléa Bosi, foi realizada em algumas vilas da cidade de Marília — em São Paulo — e tem como tema o processo de coeducação nas relações de netos e avôs. O detalhamento metodológico da sua pesquisa, ao qual

quando “o roteiro é apenas aplicado, sem cuidados de burilamento, seu efeito é inverso: desbasta rudemente todas as possibilidades sugestivas de expressão, resultando num amontoado protocolar de opiniões”.²⁶⁶ Partindo da crença de que os apontamentos descritos por Paulo Oliveira constituem um conselho primoroso para o pesquisador que opta pelo recolhimento de narrativas, apesar de todo o trabalho que o possível fazer e (re)fazer dos roteiros tenha-me acrescentado, dediquei-me a essa tarefa, bem como à realização propriamente dita das entrevistas, que foram registradas digitalmente.

O sentimento de angústia, ligado à afeição pelos depoentes, que me acometeu inicialmente, consequência de todo um percurso universitário, em que me foi ensinado que a relação entre o sujeito pesquisador e seu objeto deve ser munida de neutralidade, foi-se diluindo no contato com o pensamento de pesquisadores que apontaram exatamente o contrário, como Ecléa Bosi, para quem a relação entre o pesquisador e aqueles que são alvo de suas pesquisas deve ser permeada por laços de amizade:

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera. Ela envolve responsabilidade pelo outro e deve durar quanto durar uma amizade. [...] Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro.²⁶⁷

Ao tomar conhecimento da discussão teórica que envolve o conceito de implicação,²⁶⁸ descobri-me implicada com o meu objeto, com tudo que isso possa significar: “Essa palavra-valise significa, em primeira análise, que o pesquisador

recorrerei em diferentes momentos, encontra-se publicado em um livro que é resultado de sua tese (OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.61 (Linguagem e Cultura, v.31)).

²⁶⁶ OLIVEIRA, *loc cit.*

²⁶⁷ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.60-61.

²⁶⁸ Recuperando a elaboração teórica de Remi Hess, Ricardo Baitz descreve a primeira acepção do termo implicação: “No sentido de implicar-se, a palavra implicação reenvia a uma forma de comportamento do pesquisador que tenta romper a distância instituída entre ele e seu objeto” (HESS, Remi. *Centre et peripherie*. Paris: Ed. Edouard Privat, 1978. p.199, *apud* BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.84, p.31, 2006).

capaz de examinar um objeto através da separação sujeito objeto pode agora aproximar-se e incluir-se na jornada de pesquisa.”²⁶⁹. Como recomenda Ricardo Baitz, dispus-me a percorrer um caminho de pesquisa que se dedicasse a fazer da ciência uma verdadeira aventura, na qual eu também me inseri como parte integrante. Não poderia ser diferente quando o conceito que move a elaboração desta tese é o da experiência, que não se aplica quando não existe a entrega do sujeito ao objeto, ou, dito em outros termos, quando não nos deixamos tocar por aquilo que nos propomos a vivenciar. Isso não significa dizer que o pesquisador não deva ter o cuidado para não se diluir no seu próprio objeto, a tal ponto que isso inviabilize as questões a serem investigadas no seu processo de pesquisa.

Para escolher os sujeitos da pesquisa, utilizei como critério o estabelecimento de contato com velhos que possuem certa autonomia, representam classes sociais distintas, participam de algum movimento e/ou instituição que mantêm relações com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e que ainda circulam no espaço urbano da metrópole, com exceção de uma das depoentes, que, apesar de não estar acamada, tinha sua vida restrita ao apartamento onde morava.²⁷⁰

O recurso utilizado para chegar até eles foi o de me apresentar em reuniões realizadas pela PBH, em que houvesse um número significativo de velhos, como, por exemplo, reuniões do Conselho Municipal do Idoso, II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Fóruns do Idoso (principalmente da Regional Centro-Sul), e informar resumidamente o motivo da minha pesquisa, efetuando, em seguida, um convite àqueles que quisessem conversar comigo sobre sua vida cotidiana em Belo Horizonte. Vale notar que todos os encontros de caráter

²⁶⁹ BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.84, p.31, 2006.

²⁷⁰ Em estudos médicos sobre o desempenho funcional de idosos, os fatores associados à independência para a realização de atividades da vida diária (AVDs) são utilizados para indicar o grau de autonomia desses idosos. Algumas das atividades da vida diária utilizadas para essa classificação são: levantar da cama; comer; pentear cabelo, escovar os dentes ou lavar o rosto; caminhar de um cômodo a outro num mesmo andar; tomar banho; vestir-se; ir ao banheiro; subir 10 degraus de escadas; tomar seus remédios; caminhar dois ou três quarteirões, sair para fazer compras; preparar seu próprio alimento; cortar unhas dos pés; sair de ônibus; fazer trabalhos domésticos (Cf. FERREIRA, Fabiane Ribeiro. *Envelhecimento e urbanização: o papel da vizinhança na funcionalidade do idoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2010. 114f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p.61).

institucional aqui citados utilizam a palavra idoso em detrimento da palavra velho, como já foi sinalizado.

Tal estratégia se mostrou pouco eficaz, o que avalio ser decorrente da possível associação feita por parte dos velhos presentes nessas reuniões entre a minha pesquisa com algum tipo de trabalho levado a cabo pela própria PBH. Desse modo, tive de recorrer à ajuda de mediadores, assim como Paulo Oliveira o fez em sua pesquisa, que também aborda questões afeitas ao universo da velhice:

Aproximei-me dos sujeitos graças ao concurso de mediadores, pessoas que, em razão do fato de serem conhecidas tanto do pesquisador quanto dos futuros entrevistados, ajudaram voluntariamente para que se fizesse a apresentação. A organização do conjunto de informantes a partir da figura de um mediador foi interessante por permitir aos que foram procurados maior liberdade em aceitar ou não a proposta de serem entrevistados. O primeiro contato sendo feito por um mediador que é, ao mesmo tempo, uma pessoa conhecida não oferece constrangimento algum para eventuais recusas e, no caso de assentimento ao convite, garante ao pesquisador que os sujeitos estão predispostos a atuar cooperativamente.²⁷¹

Desse modo, cheguei aos cinco *velhotes* (para usar o termo usual com o qual os velhos também são tratados em Portugal) entrevistados nesta pesquisa, ou seja, com a ajuda de mediadores pertencentes ao quadro de funcionários da PBH, da ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), da “Casa Santa Zita” e de suas irmãs de caridade, do Conselho Municipal do Idoso e de uma de suas representantes, bem como da diretora do Conselho Municipal do Idoso de 2007. Todo esse processo de mediação será descrito com mais detalhes no tópico que antecede a apresentação de cada um dos depoimentos.

Antes, porém, de apresentar os entrevistados, bem como seus depoimentos e a sua respectiva análise, cabem ainda alguns esclarecimentos sobre o procedimento adotado na seleção do que comporá os depoimentos sistematizados no próximo capítulo.

²⁷¹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.59.

Para cada um dos depoentes foram gravadas cerca de três horas de entrevista, o que, ao ser transcrito e transformado em texto impresso, assumiu um volume expressivo de páginas que não poderia ser trazido na íntegra para o corpo desta tese. Desse modo, optei pela realização de uma edição dos depoimentos recolhidos, que corresponde a um corte no material bruto que me foi concedido pelos entrevistados. Essa tarefa talvez seja a mais penosa para o pesquisador, que entende que cada palavra de seu depoente compõe um todo, que é importante e digno de ser anunciado. Dificultoso foi aceitar as limitações e imposições que as normatizações e modelos acadêmicos delegam às suas pesquisas, isso porque acredito no exposto por Ecléa Bosi, segundo a qual: “[...] o sujeito aspira constantemente à totalidade, à plenitude de sua pessoa e sua história, mas a sociedade absorve do indivíduo somente aquele tanto que pode ser integrado no funcionamento social.”²⁷²

Ao realizar a edição das entrevistas,²⁷³ procurei reconstruir o depoimento na forma de um texto fluente, organizando-o por temáticas. Para realizar tal tarefa, retirei a minha fala, dando voz exclusivamente aos depoentes. Atribuí títulos a cada uma das partes dos relatos que, a meu ver, representavam o conteúdo narrado. Algumas das ideias repetidas no discurso oral foram centralizadas por meio das falas mais significativas sobre aquele assunto específico. Buscando uma coerência com o que foi apontado anteriormente, retirei apenas em parte os vícios de linguagem, deixando uma grande parte destes para que o leitor conheça melhor o modo de se expressar dos entrevistados, sua coloquialidade, sua maneira de mobilizar a língua.

Segundo Ecléa Bosi, devido ao fato de os sujeitos estarem distantes temporalmente do fato lembrado, realizam uma ordenação pessoal de sua narrativa, que obedece a uma lógica afetiva, cujos motivos ignoramos.²⁷⁴ Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que, apesar de ter elaborado um roteiro que

²⁷² Elaboração de Ecléa Bosi a partir da obra do sociólogo Georg Simmel. (BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.63).

²⁷³ Para realizar essa edição, recorri a algumas das orientações encontradas no material produzido pela Secretaria Estadual de Educação, para orientação dos professores, quanto à utilização de fontes históricas, valendo-me da parte do material que se dedica à discussão das fontes orais (Cf. SILVA, Regina Helena Alves da; JÚNIOR, Adair Carvalhais; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. *Trabalhando com fontes históricas*. Belo Horizonte: SEEMG, 1998. Módulo Didático para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental).

²⁷⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.62.

continha certa linearidade com relação às diferentes etapas da vida na metrópole de Belo Horizonte, já detectada nas entrevistas exploratórias de cada um dos velhos entrevistados, a ordenação elaborada por eles fugia dessa temporalidade. Desse modo, os fatos que marcaram suas vidas e que, às vezes, até mesmo compareceram nas narrativas como uma espécie de recalque foram abordados reiteradas vezes ao longo de toda a entrevista, obedecendo a essa lógica afetiva a que se refere a autora. Isso implicou um trabalho de trazer para dentro do depoimento editado as diferentes inserções desses fatos lembrados, dentro de um mesmo bloco de texto. Ainda assim, na parte da tese em que me dedico à análise dos depoimentos, apontarei o que de mais recorrente compareceu em cada um deles. Algumas temáticas são recorrentes aos cinco depoentes, mas a opção adotada foi de analisá-las em apenas um destes, devido à sua centralidade em determinado depoimento e não nos demais. Essa opção, em parte, é responsável pelo tamanho diferenciado da própria análise dos depoimentos, visto que, ao optar por analisar determinado tema em um depoimento, a essa temática não retorno novamente, a não ser de modo periférico.

A tarefa de edição de um depoimento apresenta certos dilemas que mesmo os projetos de pesquisa que utilizam, com frequência, relatos orais enfrentam, como, por exemplo, a transcrição literal da linguagem coloquial utilizada pelos depoentes ou a sua correção no corpo do texto, ou seja, na edição do material a ser publicado ou impresso. Segundo Alessandro Portelli, essa questão deve ser tratada cuidadosamente nos estudos que envolvem a história oral.

Vejam, a responsabilidade mais importante que temos é com os entrevistados. [...] E a responsabilidade, a primeira responsabilidade, é a de representar os entrevistados com sua linguagem, com sua subjetividade, é a de apresentá-los de uma maneira que eles queiram aparecer na esfera pública. No momento em que suas palavras se tornam parte do nosso discurso, é preciso que não causemos dano, que as citemos com respeito, sem paternalismo, sem humilhá-los. Há uma linha muito complexa, muito difícil, entre o respeito para com a expressão oral, em que está muito do poder comunicativo, e o desejo dos entrevistados de não aparecer como se não fossem capazes de falar corretamente. Sendo assim, a negociação que começara na entrevista prossegue na transcrição e, sobretudo, na maneira como

editamos essas palavras que são alheias, que não pertencem a nós, em como as apresentamos publicamente.²⁷⁵

Na edição do material recolhido, optei por corrigir pequenos erros decorrentes da fala coloquial, para apenas um dos depoentes. Durante o depoimento de Dona Yara, cuja edição foi uma das mais fáceis de realizar, devido à clareza e ordenação do pensamento apresentado por ela, observei uma forte presença do seu sotaque mineiro, sobretudo ao não pronunciar o início e o final dos verbos conjugados: “tava” em lugar de “estava”; “abalô” em vez de “abalou”. Entretanto, visto que ela é alfabetizada e exerceu o ofício de professora, e tendo a consciência de que, caso ela fosse redigir tal depoimento, provavelmente não escreveria desse modo, optei pela utilização da grafia integral das palavras. No decorrer desse processo, no entanto, entendi que não necessitava dessa correção, tendo em conta toda a justificativa quanto à necessidade de permanecer fiel ao que foi narrado, como uma mostra da *persona* que se encontra por trás dessa narração. Porém já não foi possível recuperar, das gravações originais, por uma série de questões, os diferentes momentos no áudio em que a enunciação desse sotaque mineiro apareceu.

Uma vez declarado esse deslize, destaco a coerência que a opção de transcrição do depoimento de Dona Jacinta representa. Quando fui editar o depoimento dessa senhora, ex-empregada doméstica, analfabeta, percebi que ela pronuncia as palavras como as aprendeu nas duras lições da vida, mas as intercala com pequenos momentos de utilização do português dito culto, com o qual teve contato por meio de seus patrões. Assim, em alguns momentos, ela fala “jantá”, “trabaiava”, em outros, pronuncia corretamente as palavras apontadas, ou seja, “jantar” e “trabalhava”. No seu depoimento, comparecem as duas maneiras de se expressar. A ressalva quanto a esse último modo de proceder deve-se ao fato de que, para o leitor que não teve acesso às gravações digitais, a utilização das palavras pronunciadas de modos tão diferentes pode parecer fruto de um deslize de quem editou os depoimentos. Ao ler, no depoimento de Dona Jacinta, a palavra “trabalhar”, o leitor que se acostumou com o seu jeito de falar certamente atribuirá à edição o erro da grafia. Foi doloroso, apesar de tudo o que foi defendido, optar pela

²⁷⁵ PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.6, p.2-13, p.7-8, 2010.

manutenção desse depoimento do modo como será apresentado. Mas entender o lugar de onde Dona Jacinta falava me pareceu muito mais real quando dito do modo como ela de fato se expressava. Os *pathemas* de sua alma, o pecado que ela diz que leva para Deus, como veremos em seu depoimento, vem desse lugar de analfabeta, que fica claro no seu modo de falar.

A opção por trazer os depoimentos editados no corpo desta tese como parte integrante do Capítulo 3 também merece uma justificativa nesta descrição dos procedimentos adotados. Em consonância com o que foi discutido, não poderia apresentá-los no formato de anexos, como é comum em alguns trabalhos, já que essa atitude, no meu entendimento, os destituiria de sua importância, ou mesmo me limitar a trazer apenas os trechos que foram citados literalmente ou analisados mais detalhadamente. Trazê-los para dentro do corpo da tese implicou o aumento do volume do texto da pesquisa, ao passo que a sua apresentação, no formato de anexos, poderia viabilizar-se a partir de outro tamanho de fonte ou organização textual. Ainda assim, optei por lhes destinar um lugar de destaque na tese, como acredito que devem ter.

Outro aspecto que merece atenção no que se refere ao trabalho com o recolhimento dos relatos de pessoas velhas diz respeito ao fato de que estas, até certo ponto, sentem-se livres ao expressarem suas ideias, ou seja, livres das amarras políticas, dos impedimentos relativos às convenções familiares, diferentemente de uma grande parcela da população jovem e adulta, cuja fala é permeada por preceitos decorrentes dessas imposições sociais. Nesse sentido, aqueles sentimentos guardados ganham dimensões declaradas, como foi possível perceber em alguns dos depoimentos.

Por exemplo, foi amparada por esse tipo de liberdade que Dona Jovelina sentiu-se encorajada para fazer valer sua autoridade ao afirmar o desejo de largar a coordenação do grupo de convivência do qual faz parte, mas ao mesmo tempo se negando veemente a entregar a liderança do grupo para uma de suas companheiras, como é possível observar no seu depoimento:

Mas eu quero sair, não do grupo, mas do cargo, eu tô muito velha, já me caduquei ali dentro. Só que a presidente que tá lá, **eu não dô lugar**

pra ela! Não, não dô mesmo, ela é presidente e acha que manda. Nós nenhuma do grupo manda em ninguém ali não. (Grifo meu).

Já Dona Yara deixa escapulirem os preconceitos familiares que lhe fizeram romper com um antigo namorado:

Eu era exigente sim, quando eu arranjava um namorado, eu olhava até a família dele, pais, tios, irmãos, primos, para ver se era uma família bem formada e sadia. Eu me lembro que eu tive um namorado, que teve um tio, [...] Deus me perdoe pelo que estou dizendo, era até mandante de assassinato. E isso me botava... **já imaginou se eu me caso com fulano e eu tenho um filho que vai puxar esse tio? Porque genética é genética.** (Grifo meu).

Fato parecido acontece com o Sr. Francisco, que, mesmo se autorrecriminando por citar o nome de uma pessoa em seu depoimento, não deixa de dizer, envaidecido, que seu pai assumiu a função de um servidor público que não cumpria suas obrigações:

Na minha cidade o que prevalece é o café, melhor café para exportação, do tipo ponto 6. Resultado: quando o gerente Aristides Barbosa, **olha, já tô citando o nome dele**, percebendo que tinha perdido o domínio político, transferiu o meu pai pra Araguari, para ele não ter influência lá dentro. (Grifo meu).

O resgate da história de pessoas velhas, por vezes, também traz consigo diferentes fontes de pesquisa, diluídas no espaço metropolitano, como velhas cartas, fotografias, postais, recortes de jornais, parte integrante do acervo pessoal de cada um dos memorialistas. O ato de reunir tais fontes, reconstruir diferentes momentos e produzir conhecimento a partir do que foi vivido envolve pesquisador e pesquisado no esforço conjunto de rememoração. Esse esforço, em determinados casos, representa um retorno da vitalidade²⁷⁶ para alguns depoentes, como observa Ecléa

²⁷⁶ A elaboração de Walter Benjamin, parte integrante do seu texto “Conto e cura”, apresenta a narrativa como um lenitivo para diversos males que acometem aqueles que estão impossibilitados de narrar. A indicação do modo pelo qual se processa o caminho para a cura, indicado por Benjamin para o tratamento médico, pode ser transportada para a realização de entrevistas com velhos, como um caminho para o alívio das doenças que acometem esses sujeitos: “Também já se sabe como o relato que o paciente faz ao médico no início do tratamento pode se tornar começo de um processo curativo. Daí vem a pergunta se a narração não formaria o clima propício e a condição mais favorável de muitas

Bosi: “Veja, hoje a minha voz está mais forte que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo (Sr. Ariosto)”.²⁷⁷ Alguns relatos de pesquisadores da história oral asseveram que, em alguns casos, os entrevistados lhes atribuem um lugar de depositários do acervo familiar e pessoal e, assim, lhes entregam tudo o que acreditam que deve permanecer para além de suas existências. Apesar de não ter obtido acesso a documentos inusitados a partir dos entrevistados, foi possível entender claramente aquilo que Ecléa Bosi destaca acerca do trabalho que é realizado pelo velho no ato de se lembrar de suas lides cotidianas. Este, ao se lembrar do passado, não descansa por um instante, não se entrega às delícias do sonho, mas se ocupa “consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.”²⁷⁸

O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, consulta seus velhos papéis, suas antigas cartas, e, principalmente, conta com aquilo de que se lembra, quando não cuida de fixá-lo por escrito.²⁷⁹

Desse modo, pude perceber o esforço de Dona Jovelina (também conhecida como Dona Jove) em (re)encontrar um suporte material para sua memória,²⁸⁰ um rastro de sua vida passada, que garantisse a veracidade da sua

curas, e mesmo se não seriam todas as doenças curáveis se apenas deixassem flutuar para bem longe – até a foz – na correnteza da narração. Se imaginamos que a dor é uma barragem que se opõem à corrente da narrativa, então vemos claramente que é rompida onde sua inclinação se torna acentuada o bastante para largar tudo o que encontra em seu caminho ao mar do ditoso esquecimento. É o **carinho** que delineia um leito para essa corrente” (BENJAMIN, Walter. Conto e cura. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.267. (Obras escolhidas, v.2)). (Grifo meu).
²⁷⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.39.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.60.

²⁷⁹ BOSI, *loc. cit.* Resgatando Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi desenvolve o tema referente à memória dos velhos, situando essa etapa da vida como um momento de evocação. Diferentemente do que acontece com o velho, o adulto que se encontra entretido nas tarefas do presente não procura habitualmente na infância imagens relacionadas com sua vida cotidiana. Para o velho, quando chega a hora da evocação, esta é, na realidade, a hora do repouso, do relaxamento da alma, de evasão.

²⁸⁰ A busca de Dona Jovelina, de um suporte material de sua memória, abre caminho para outra discussão importante acerca da memória, que contou com a contribuição dos professores que compuseram a banca do exame de qualificação desta pesquisa, a saber, a professora Odette de Carvalho Lima Seabra e o professor Claudinei Lourenço. Por ocasião desse exame ambos chamaram atenção para o recorrente debate sobre a distinção entre a lembrança e a memória, com a identificação

narração sobre sua rotina diária como cambista no centro de Belo Horizonte e que, ao mesmo tempo, me transportasse, enquanto pesquisadora, para o tempo da sua narrativa:

Sexta-feira eu fui na cidade e **queria vê se eu achava uma tirinha da loteria pra te mostrá, você nem deve sabê**. Fica aqueles moço na porta do Campeão da Avenida, ali na Praça Sete, você já viu? Nem sei se tem mais o Campeão da Avenida. Ali era onde vendia os bilhete da loteria. (Grifo meu).

A tentativa empreendida pelos depoentes de arrastar o pesquisador na sua tarefa de rememorar não permite que as relações se deem de forma superficial e furtiva, pois demonstra uma crença mútua, acentuada por parte dos depoentes, na relação que aos poucos se vai estabelecendo. Em função disso, pude experimentar o resultado da combinação dos ingredientes utilizados no preparo dos biscoitinhos *Bobis*, que Dona Yara fez questão de guardar para me ofertar:

Os ingredientes conforme a origem deles... o polvilho, minha avó fazia, minha mãe fazia. Era polvilho de roça, não era esse polvilho industrializado, sempre tem uma diferença, mas no final **dá isso aí que você experimentou**. (Grifo meu).

O último esclarecimento sobre a escolha desse processo de pesquisa refere-se ao extremo cuidado que o pesquisador deve ter com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Ainda de acordo com Paulo Oliveira, talvez nem fosse preciso dizer que todos os passos da pesquisa devem ser marcados pelo total esclarecimento e conhecimento dos entrevistados, assim como as visitas e as conversas.²⁸¹ A

do caráter institucional que comumente é atribuído à memória, em contraposição à fluidez da lembrança. Segundo a professora Odette Seabra, a nossa memória tende a se enquadrar no jugo da materialidade. Assim, aquilo que passa a fazer parte da mesma tem de ser cravado em algum objeto material, que, por sua vez, entra nas relações sociais de posse de um valor econômico. Estabelece-se com essa objetualização um preço à memória individual e/ou coletiva. No exemplo citado, o suporte material da memória, que Dona Jovelina busca, funciona como o fio da verdade, que, apesar de marcado em um objeto, tinha como valor material intrínseco a ele o estreitamento de relações pessoais, que, em alguma medida, na sociedade capitalista, não deixa de ter um valor econômico, por mais triste que essa constatação possa ser.

²⁸¹ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.59.

generosidade de se abrir em um depoimento deve ser retribuída por um pesquisador pelas seguintes atitudes:

[...] saber esperar, ter paciência, evitar os limites da inconveniência, aprender a conviver com o tempo dos entrevistados, alimentar as conversas conforme a receptividade, manter pontualmente os compromissos e procurar não solicitar dos sujeitos o que eles não têm, como algo já elaborado, no registro de suas consciências [...].²⁸²

Aos entrevistados cabe também o direito de realizar uma revisão de seu depoimento, do que foi falado, da sua história pessoal que ficará exposta. Desse modo, o depoimento deve retornar ao seu autor, pois, “se o intelectual, quando escreve, apaga, modifica, volta atrás, o memorialista tem o mesmo direito de ouvir e mudar o que narrou”.²⁸³ Esse foi um cuidado que me demandou novo esforço, pois significava retornar aos narradores a edição de seus depoimentos, com o sentido de poder de fato utilizá-los. Ao devolver o depoimento à Dona Jacinta, percebi sua alegria ao ver nas letras que ela não conseguia decifrar um registro de sua história, de sua existência.

Adiantando um pouco aquilo que comporá o próximo tópico deste capítulo, a saber, a discussão sobre o testemunho como uma categoria de apreciação dos depoimentos dos velhos, realizo, a seguir, uma reflexão sobre o registro escrito da trajetória de vida de Dona Jacinta, sem, contudo, deixar de considerar as ponderações acerca da importância da oralidade produzida nesse processo.

A descrição que Primo Levi realiza, no seu livro *A trégua*, sobre o seu encontro, em Auschwitz, com uma criança moribunda, que balbuciava desarticuladamente duas sílabas, atesta a necessidade de que o testemunho enquanto um ato traga para a existência algo secreto. A criança, Hurbinek, denominada assim pelos companheiros de infortúnio, não tinha nenhuma identificação, a não ser a do campo de concentração, e seu balbucio não era reconhecível:

²⁸² OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.59.

²⁸³ BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.66.

[...] Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço foi marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras.²⁸⁴

Dona Jacinta, ao contrário de um quadro trágico, como o que envolve o *Lager*, de algum modo, também não pôde testemunhar seu desacordo para com o mundo dos letrados. Diferentemente de Hurbinek, portadora de uma língua compreensível, ela não teve quem a escutasse e, entre uma fala e outra, deixou escapular seu sentimento de insignificância, sua história de empregada doméstica, longe dos grandes feitos ou dos quadros da História com “H” maiúsculo.²⁸⁵ Formalizar o registro da sua história, trazendo-a à existência, é um dever. Seu testemunho se dá por delegação, através deste registro escrito formal que uma tese de doutorado representa.

Outro cuidado para com os sujeitos entrevistados que se estende também ao pesquisador envolvido no recolhimento de entrevistas orais refere-se à elaboração e utilização de termos de “cessão de direitos de uso de imagem” e “cessão de direitos de uso de depoimento oral”.²⁸⁶

A realização de uma apresentação completa e respeitosa daqueles que se dispõem a participar da pesquisa, com a presença de informações importantes sobre essa pessoa no que se refere ao seu lugar na sociedade, sua postura de vida, seus hábitos, entre outras, também deve estar presente em pesquisas desse tipo. Tenho

²⁸⁴ LEVI, Primo. *A trégua*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.31.

²⁸⁵ Esse tema é desenvolvido por José de Souza Martins no livro *Subúrbio*, em que aponta a necessidade de a História resgatar a história local e cotidiana — a história circunstancial (Cf. MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2.ed. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2002. p.13).

²⁸⁶ Por conter dados pessoais dos depoentes, tais como número de registro da Carteira de Identidade, CPF, endereço, anexarei apenas os formulários contendo os termos de cessão desses direitos e não as cópias que foram assinadas pelos depoentes entrevistados (APÊNDICES A e B). Os comitês de ética que regulam pesquisas acadêmicas têm sido enfáticos ao recomendarem a ocultação dos nomes dos verdadeiros participantes em um processo de investigação. No entanto, por se tratar de uma pesquisa que se vale de aspectos autobiográficos, a revelação da identidade coloca-se para além das questões formais, pois envolve um procedimento específico e característico desse tipo de trabalho. Os grupos de história oral se valem dos termos de “cessão de direitos de uso de imagem” e “cessão de direitos de uso de depoimento oral” para darem autoria aos entrevistados em suas pesquisas. Creio ser esse também o caso desta pesquisa.

percebido que alguns trabalhos realizados no âmbito da Geografia e de outros campos do conhecimento pecam ao não buscarem certo rigor de autoria no momento de utilização de falas recolhidas nas entrevistas realizadas ao longo de suas pesquisas. De quem são as vozes que estão por trás de uma fala/entrevista usada em um trabalho acadêmico? Encontra-se, recorrentemente, uma exposição da fala de indivíduos anônimos, que continuam no anonimato de seu ato de narrar o vivido. Muitas vezes, seus nomes comparecem ao final do trabalho, compondo apenas a listagem dos que foram entrevistados. Mas de qual lugar esse sujeito fala? Quem é o enunciador dessa voz e por que ela se revela desse modo e não de outro? Tal análise dificilmente é realizada e remete novamente à expressão já utilizada, que aponta para o fenômeno da mais-valia, de uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro.

É certo que, nas pesquisas cuja centralidade do empírico não se assenta na utilização integral de um depoimento, esse rigor pode ser até certo ponto relativizado, mas é importante ter em mente tais colocações, pois elas se relacionam, a meu ver, também às questões éticas no campo da pesquisa e utilização de fontes orais. Avalio que essa forma de respeito àqueles cujas vidas serão objeto de análise representa um aspecto ético da pesquisa, que demanda muito mais rigor do que o anonimato dos depoentes, ou a garantia que o pesquisador busca para si ao utilizar os termos de cessão de direitos mencionados.

Certamente, este trabalho também poderá apresentar equívocos no ato de lidar com aquilo que lhe é mais caro, ou seja, os velhos belorizontinos. No entanto, estes não figuram dentre os citados, uma vez que a minha maior preocupação foi com os sujeitos que estavam por trás das histórias que me foram narradas.

Minha intenção, desde o projeto inicial desta tese, até o texto que se apresenta, foi contribuir para a socialização e circulação das vozes do passado,²⁸⁷ diferentemente de uma perspectiva que se preocupa com esse registro apenas de uma forma patrimonialística (perspectiva ainda presente em muitos dos estudos afeitos ao campo disciplinar da História), para fins de arquivo, esquecendo-se do

²⁸⁷ Uma alusão ao livro já citado, *A voz do passado: história oral*, uma das principais contribuições ao estudo envolvendo a história oral (Cf. THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992).

sujeito social que está por trás dessa voz, separando, assim, o enunciador da enunciação. Sempre tive em mente a necessidade de socialização dessa voz, do seu alçar no espaço público, para que a reflexão sobre ela se possa constituir como oportunidade efetiva de resolução dos problemas enfrentados por seu dono.

Resgato, assim, a crítica já realizada sobre o teor do que tem sido produzido no campo de conhecimento da história oral, que, muitas vezes, se apropria dos depoimentos orais para fins privados, sem preocupação com o sujeito que está por trás desse depoimento, ou com os contextos sociais em que estes estiveram inseridos. A não preocupação com as formas de circulação social das discussões relativas à memória (seu uso e os abusos) leva a crer que as pesquisas realizadas continuarão a remeter a uma espécie de cilada, que situa esses estudos dentro de uma perspectiva de recolhimento de uma memória do privado para deleite de uma sociedade que atribui um caráter espetacular a tudo, inclusive à vida privada. Guy Debord, ao se dedicar à produção intelectual de caracterização da sociedade do espetáculo, afirma que “a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma a si a ordem espetacular a qual adere de forma positiva”.²⁸⁸ Nesse sentido, é preciso todo o cuidado para que o resgate do vivido não se constitua em uma forma de banalização²⁸⁹ e reafirmação dos sentidos vigoraes na sociedade, contra os quais se deseja lutar.

²⁸⁸ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. p.15.

²⁸⁹ Eneida Leal Cunha verificou o caráter espetacular que comparece nos depoimentos acerca da delinquência e das condições de existência de detentos do sistema carcerário brasileiro, ao analisar as histórias narradas em algumas obras que foram publicadas nos últimos anos, por exemplo: *Diário de um detento*: o livro (Jucenir); *Memórias de um sobrevivente* (Luiz Alberto Mendes); *Pavilhão 9: paixão e morte no Carandiru* (Hosmany Ramos); *Letras da liberdade* (diversos autores). A crítica realizada pela autora atesta o fato de que essas obras não verbalizam uma experiência compartilhada e, principalmente, não investem no abalo de representações estereotipadas do segmento que as escreve. Considerando o aspecto positivo presente nessa forma de literatura, Eneida Leal sugere que esses empreendimentos editoriais apontam para a emergência de vozes silenciadas e suas reivindicações políticas, ainda que nos chegue através de processos que são paradoxais, uma vez que são frutos de negociações e de interesses diversos. No entendimento da autora, tais narrativas estão inseridas no âmbito de uma experiência cujo valor atual se insere no rol das mercadorias. Valendo-se da afirmação de Benjamin, para quem os soldados retornavam mudos da guerra, no início do outro século, pois não podiam transformar em narrativa — em experiência exemplar, a ser compartilhada — o que foi vivido, devido à impossibilidade de atribuir um sentido a todo aquele horror, Eneida convida o leitor a *reler* ou *desler* tal afirmativa. Segundo ela, foi bastante um século para que se aprendesse a narrar experiências como as vivenciadas pelos detentos, nos seus circuitos fechados de horror, onde são condenados a repetir infinitamente uma ação, dando conta da falta de sentido da ação que se repete, como castigo ou como fatalidade (Cf. CUNHA, Eneida Leal. *Narrar ou morrer: sobre vivências do*

2.3 Velhice e testemunho

A partir das teorias da enunciação advindas dos estudos linguísticos, é possível colocar em discussão os diversos modos de mobilização da palavra e da escrita que têm por finalidade transmitir o mais íntimo da experiência de vida daquele que fala ou escreve.²⁹⁰ Dentre as diferentes práticas que remetem a uma situação de enunciação, encontram-se, por exemplo, as confissões, as autobiografias e os testemunhos.

É comum encontrar a concepção de que os relatos de um velho contêm o testemunho do que ele viveu. O que confere essa característica a esse tipo de narrativa é o fato de os velhos terem vivenciado, ao longo de suas vidas, inúmeros processos sobre os quais são convidados a contar, ou seja, a narrar. A idade confere a autoridade necessária para que essa narrativa seja considerada importante.

Essa associação do senso comum entre a narrativa de um velho e o estilo testemunhal difere totalmente do que constituiu historicamente o gênero literário testemunhal, como uma prática enunciativa. A discussão teórica sobre o testemunho tem inúmeras vertentes analíticas. Por exemplo, na história do cristianismo primitivo, a discussão acerca da figura da testemunha é associada a situações de martírio. No grego, a palavra testemunha significa *martis*, mártir. Na igreja primitiva os primeiros padres derivaram daí o termo *martírium*, quando realizaram a indicação da morte dos apóstolos que atestaram publicamente a sua fé cristã. A meu ver, essa característica não deixa de aproximar o testemunho cristão das situações de trauma que modernamente estão associadas à gênese da literatura testemunhal, uma vez que, em alguns lugares do mundo, os cristãos ainda vivem situações de tortura na defesa de sua fé. Na atualidade, um tipo de testemunho cristão ainda é uma prática

sistema penitenciário brasileiro. *Semear*, Rio de Janeiro, v.1, n.7, p.209-222, 2002. In: CUNHA, Eneida Leal. *Narrar ou morrer: sobre vivências do sistema penitenciário brasileiro*. Disponível em: <http://www.letas.puc-rio.br/catedra/revista/7Sem_15.html>. Acesso em: 10 jun. 2008).

²⁹⁰ Essa descrição, adaptada em pouquíssimos aspectos, abre a ementa da disciplina *Práticas da enunciação: a confissão, a autobiografia e o testemunho*, oferecida no segundo semestre de 2010, no programa Pós-Lit, da Faculdade de Letras da UFMG, pelo professor Ram Avraham Mandil, cuja importância é inquestionável no processo de identificação dos depoentes desta pesquisa como sujeitos de enunciação.

constante e acontece nos encontros religiosos, inserido em um momento ritualístico, em que, por meio dos relatos, os fiéis contam sobre o rumo que sua vida tomou após a conversão, ou colocam em evidência a crença em uma cura divina, por exemplo.

Giorgio Agamben, assim como apresenta um pensamento radical na compreensão sobre a impossibilidade de que o ser humano usufrua da experiência, em uma acepção mais ampla, no contexto da modernidade, como já foi analisado anteriormente, também fecha a possibilidade de que o testemunho aconteça, ainda que sob a perspectiva da existência de eventos traumáticos. No decorrer deste tópico, retomarei o posicionamento de Agamben acerca dessa questão.

Além do testemunho como um modo de mobilização da língua, não podemos deixar de salientar, na conjuntura deste trabalho, a autobiografia. O resgate das trajetórias de vida de cinco depoentes cumpre, de certa forma, esse caráter autobiográfico. Esses relatos, no contexto da historiografia moderna e até mesmo no ramo da história oral, rompem com a importância que, durante um longo período, foi atribuída pela Ciência Histórica aos grandes feitos e aos grandes homens, para dar lugar a um sujeito comum na feitura de uma história política e social.

Assim como se pode atestar a importância das biografias para a História, pode-se, igualmente, realçar a importância do testemunho para esse campo do conhecimento. Segundo Clarice Gontarski Speranza,²⁹¹ desde Heródoto e especialmente Tucídides, é conhecida a ênfase dada pela História ao papel da testemunha. Para Speranza, a fala, ou a escrita, de uma testemunha é lançada como uma evidência concreta, para além de qualquer conhecimento obtido por meio de uma construção meramente teórica. De acordo com essa autora, a testemunha:

[...] viu algo, ouviu algo, sentiu algo, o que em última instância, nos certifica: este algo existiu. Seu depoimento reflete ainda o desejo de transmitir, ou melhor, preservar a experiência em sua singularidade (Hartog, 2001, p.27). Muito mais do que compreender, a testemunha quer afirmar o que viveu. O testemunho, como signo de uma evidência, é o limite entre História e ficção.²⁹²

²⁹¹ SPERANZA, Clarice Gontarski. O engano, a mentira e a verdade: caminhos e descaminhos na história oral. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato; ZALLA, Jocelito; D'AJELLO, Luís Fernando Telles. (Orgs.). *Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade*. São Paulo: Letra e voz, 2010. p.146-154.

²⁹² *Ibidem*, p.149.

Apesar de avaliar que tanto a enunciação que se viabiliza a partir das autobiografias quanto a que se torna possível em torno dos testemunhos, a opção por tratar as narrativas, nesta tese, não se dará somente sob o leque das biografias. As trajetórias de vida dos velhos contêm elementos biográficos importantes que tratam da história de suas vidas e enunciam o íntimo de suas experiências, mas as encarar sob a perspectiva testemunhal também é um desafio que se revela promissor.

Iniciando uma reflexão sobre a obra de Jorge Luís Borges, apresento o que comparece nas suas elaborações e que permite incluí-las no campo da teoria da enunciação, bem como um alçar vôo da enunciação que se apresenta a partir da autobiografia para aquela que provém dos testemunhos. A ideia, cara a Borges, de que um indivíduo, ao se referir aos elementos de sua vida particular, diz também de elementos do universal, coloca cada história vivida como importante e, ousado dizer, como um testemunho de interesse coletivo. A nulidade do indivíduo diante de sua espécie, ideia que Borges desenvolve no ensaio “O rouxinol de Keats”,²⁹³ demonstra que, sustentado pela tese platônica, ele acreditava na asserção de que: “Os indivíduos e as coisas existem na medida em que participam da espécie que os inclui, que é sua realidade permanente.”²⁹⁴ Nesse sentido, o indivíduo não difere de sua espécie, podendo dizer dos elementos que são dela representativos.

²⁹³ O poema “Ode a um rouxinol”, do inglês Jonh Keats, inspirou um ensaio de Borges recuperando a repercussão que o poema obteve entre os críticos literários, devido à sua penúltima estrofe, na qual o homem mortal dirige-se ao pássaro, afirmando que as gerações não podem abater sua voz, que é a mesma que, nos campos de Israel, ouviu Rute, a moabita. A dificuldade de compreensão por parte dos críticos desse poema consiste no fato de que os mesmos interpretam, ao pé da letra, a imortalidade do rouxinol, quando, na verdade, para Borges, recuperando a asserção presente na crítica da norte-americana Amy Lowell, o leitor deve ler esse poema a partir de uma centelha imaginativa e poética, pois assim intuirá que Jonh Keats não se referiu ao rouxinol que cantava naquele momento, mas sim à espécie, que, segundo Borges, guarda uma memória do universal. Para Borges, em uma transferência, a espécie humana, o indivíduo, é, de certo modo, a sua espécie, e o rouxinol de Keats é também o rouxinol de Rute (Cf. BORGES, Jorge Luís. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Globo, 1999. p.103-106. v.II. Disponível em: <http://ea.eol.org.ar/03/pt/textos/txt/pdf/ruisenor_borges.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013). Penúltima estrofe do poema *Ode a um rouxinol*, de Jonh Keats:

“Não nasceste para morrer, ave eterna! / Gerações ávidas não te derrubam; / Ouço nesta noite a voz já ouvida / Outrora por imperador e curinga; / Talvez a mesma melodia na trilha / Ao triste coração de Rute, saudosa, / Ansiava o lar, em pranto, no exílio; / O mesmo a encantar outrora / Mágicas janelas, abertas à espuma / De mares bravios, em terras lendárias.”

Disponível em: <<http://leoleituraescrita.blogspot.com.br/2010/08/ode-um-rouxinol-john-keats.html>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

²⁹⁴ BORGES, Jorge Luís. *História da eternidade*. São Paulo: Globo, 1999. p.8. (Obras completas, v.I).

De modo semelhante ao que anuncia no seu texto “A testemunha”, o poema “La noche que en el Sur lo velaron”, em uma de suas estrofes, apresenta o pesar do escritor para com a perda decorrente da morte de uma pessoa:

Me conmueven las menudas sabidurías
 que en todo fallecimiento de hombres se pierden
 – hábito de unos libros, de una llave, de un cuerpo entre los otros –
 frecuencias irrecuperables que fueron
 la precisión y la amistad del mundo para él.
 Yo sé que todo privilegio, aunque oscuro, es de linaje de milagro
 y mucho lo es el de participar en esta vigilia,
 reunida alrededor de lo que no se sabe: del muerto,
 reunida para acompañar y guardar su primera noche en la muerte.²⁹⁵

Em ambos os textos, para Borges, o mundo fica mais pobre com a morte de alguém. As pequenas sabedorias que podem ser exemplificadas literariamente a partir de hábitos comuns, de pertences como uma chave, uma barra de enxofre guardada na gaveta de uma secretária de acaju, ou seja, fatos ordinários... apagam-se quando os olhos daqueles que os vivenciaram se fecham. A não ser que essas minúcias sejam trazidas à existência por meio de diferentes formas de registro.

Persistindo a dúvida do poeta, apresentada em “A testemunha”,²⁹⁶ quanto à existência, de fato, de uma memória do universo capaz de guardar todas as coisas,

²⁹⁵ BORGES, Jorge Luís. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974. p.88-89. Penúltima estrofe do poema “La noche que en el Sur lo velaron” (“A noite em que no Sul o velaram”), de Jorge Luís Borges: [“Comovem-me as pequenas sabedorias / que em todo falecimento de homens se perdem / – hábito de uns livros, de uma chave, de um corpo entre os outros – / frequências irrecuperáveis que foram / a precisão e a amizade do mundo para ele. / Eu sei que todo privilégio, ainda que obscuro, é da linhagem do milagre / e é muito o de participar nesta vigília, / reunida ao redor do que não se sabe: do morto, / reunida para acompanhar e guardar sua primeira noite na morte.”] (Tradução minha).

²⁹⁶ “Num estábulo que está quase à sombra da nova igreja de pedra, um homem de olhos cinzentos e barba cinzenta, estendido entre o cheiro dos animais, humildemente busca a morte como quem busca o sono. O dia, fiel a vastas leis secretas, vai deslocando e confundindo as sombras no pobre recinto; lá fora estão as terras aradas e uma vala atulhada de folhas mortas e um rasto de lobo no barro negro onde começam os bosques. O homem dorme e sonha, esquecido. O toque da oração desperta-o. Nos reinos de Inglaterra, o som dos sinos é já um dos hábitos da tarde, mas o homem, desde pequeno, viu o rosto de Woden, o horror divino e a exultação, o torpe ídolo de madeira recamado de moedas romanas e de vestimentas pesadas, o sacrifício dos cavalos, cães e prisioneiros. Antes do alvorecer morrerá, e com ele morrerão e não voltarão as últimas imagens imediatas dos ritos pagãos; o mundo será um pouco mais pobre quando este saxão tiver morrido.

Feitos que povoam o espaço e que chegam ao fim quando alguém morre pode maravilhar-nos, mas uma coisa, ou um número infinito de coisas, morre em cada agonia, salvo se existir uma memória do universo, como conjecturam os teósofos. No tempo houve um dia que apagou os últimos olhos que viram Cristo; a batalha de Junín e o amor de Helena morreram com a morte de um homem. Quem

numa alusão às conjecturas dos teósofos, o recolhimento de relatos testemunhais de pessoas comuns apresenta-se como uma alternativa moderna para a perda de pequenas sabedorias que se vão com a morte.

As reflexões desenvolvidas até aqui apontam para elementos que, a princípio, fogem de um panorama mais geral da teoria literária do testemunho, na qual este, enquanto uma prática enunciativa dos indivíduos, apresenta-se como mais um gênero literário, associado às narrativas que se originam a partir de eventos traumáticos. Explicitar a conjuntura histórica da sistematização desse gênero, a partir dos estudos sobre a violência característica das ditaduras da América Latina no século XX e dos relatos da *Shoah*, é dispensável. Seria oportuno se a minha intenção fosse verificar o contexto em que esses enunciados adquirem valor de verdade, em uma acepção foucaultiana.

Distanciando-se desse aparato formal, na atualidade, observa-se um alargamento na definição de testemunha, com questionamentos que giram em torno da própria legitimidade atribuída às testemunhas que sobreviveram às torturas realizadas pelos regimes ditatoriais da América Latina ou escaparam da morte nos campos de concentração nazistas. A esse respeito recupero o relato do escritor Alan Pauls, autor do livro *História do pranto: um testemunho*, citado por Nina Virgínia de Araújo Leite. De acordo com Alan Pauls, o seu livro é uma tentativa de mostrar que pode haver testemunho e pode haver verdade no relato de alguém que não esteve ligado diretamente com a ditadura militar.

O que se passa na Argentina é que essa história dos anos 70 é um monopólio de quem a viveu. Esse é o problema. Aqui, quem fala dos anos 70 são aqueles que militaram contra o regime, que foram vítimas da ditadura ou filhos de vítimas, jornalistas etc. Mas, quando alguém que não pertence a essa comunidade pretende dizer algo sobre esse período, não importa em que direção, há sempre a pergunta 'com que direito você pode falar sobre esse período?', como se não existisse

morrerá comigo quando eu morrer, que forma patética ou inconsistente perderá o mundo? A voz de Macedonio Fernández, a imagem de um cavalo avermelhado no baldio de Serrano e de Charcas, uma barra de enxofre, na gaveta de uma secretária de acaju?"(BORGES, Jorge Luís. A testemunha. In: BORGES, Jorge Luís. *O fazedor*. Lisboa: Difel, 1985, p.39-40).

vida fora desse meio. Quero contar isso. Todos têm o direito de falar.²⁹⁷

O depoimento de Pauls é a porta de entrada que Nina Leite utiliza para dissertar sobre o poder de transmissão da ficção e o caráter ficcional da verdade. Ainda nesse artigo, a autora recupera a fraude em torno da produção testemunhal do autor Benjamin Wilkomirski,²⁹⁸ cuja leitura, desde o início, lhe despertará um estranhamento. Estranhamento que não passou despercebido a outros estudiosos desse tema, que, assim como a autora, avaliam que a descrição realizada por Benjamin Wilkomirski, sobre a sua vida nos campos de concentração de Majdanek, Auschwitz II (Birkenau), apresenta-se de modo muito pormenorizado, tendo em vista o fato de este se valer das lembranças de quando ainda era uma criança muito pequena. Por exemplo, o autor relata a lembrança do que viveu entre os seus três e sete anos e retrocede até eventos traumáticos ocorridos quando tinha apenas três anos, descrevendo, entre estes e com riquezas de detalhes, o assassinato de seu pai no gueto onde moravam. O esclarecimento da farsa/impostura, como afirma Nina Leite, apresenta Bruno Dössekker, nome verdadeiro de Benjamin Wilkomirski, na sua tentativa de forjar uma história em substituição à sua própria história de órfão, filho ilegítimo que foi adotado por uma empregada. Para a autora, esse esclarecimento confirmou o caráter ficcional que havia atribuído à obra, mas com um ingrediente surpresa: Wilkomirski/Dössekker não viveu a história que relatou, não é quem diz ser, mas, com o livro, coloca em ato aquilo mesmo que o livro descreve, ou seja, a busca desesperada de uma identidade, de um nome, de uma história.²⁹⁹ Primo Levi, que, de fato, viveu no campo de concentração de Auschwitz, conta, com riqueza de detalhes, como lutou para continuar sendo homem naquele local de martírio, quando tudo lhe foi tirado: seu nome, sua identidade, suas roupas, seu cabelo.³⁰⁰ Sua

²⁹⁷ LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Transmissão da experiência: o estranho na narrativa. *Trivium*, v.1, p.76, 2009. Disponível em: <<http://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/7-transmissao-da-experiencia-na-narrativa.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

²⁹⁸ WILKOMIRSKI, Benjamin. *Fragmentos: memórias de uma infância, 1939-1948*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁹⁹ LEITE, *op. cit.*, p.78.

³⁰⁰ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p.25.

verdade, nesse caso, adquire valor histórico e literário, assim como para Bruno Dössekker, sua ficção literária³⁰¹ adquire valor de verdade.

Jeanne Marie Gagnebin já situa essa farsa nos mecanismos das empresas de memória. Considerando-a como mais um exemplo de um abuso da memória, aponta a identificação patológica vivida por alguns indivíduos, que, não sendo necessariamente herdeiros diretos de um massacre, assumem esse papel no duelo entre um algoz e uma vítima: “[...] como se a busca de si tivesse que ser a repetição do (neo)nazi ou ainda mais dramaticamente, talvez, a construção de uma infância no campo de Majdanek (o famoso “caso” de Binjamin Wilkomirski, aliás, Bruno Dössekker)”.³⁰²

Um flanco de escrita se abre com esses questionamentos, relacionado ao teor de verdade presente em uma obra ficcional, como salienta Nina Leite. O interesse por essa temática tem ligação direta com a recuperação dos relatos de memória dos velhos e o teor de fantasia comumente atribuído a eles. O ficcional relacionado aos relatos memorialísticos pode também ser reavaliado no âmbito dos estudos realizados pelo teórico Maurice Halbwachs. Para este, a formação de uma memória individual é fruto de um processo coletivo e abriga aquilo que os indivíduos viveram no corpo social. Desse modo, a rememoração apresenta um potencial criativo, que não depende única e exclusivamente daquilo que os indivíduos vivenciaram de fato, mas pode, ao contrário, ter adquirido o teor de verdade, quando exprimem as representações formuladas socialmente e que, de alguma maneira, os alcançou.

Ao escutar narrativas de velhos, deparo-me, por vezes, com a dúvida que estes apresentam sobre a sua efetiva participação (no formato de presença ou não) em determinados eventos históricos ou mesmo em acontecimentos corriqueiros da vida cotidiana em Belo Horizonte. Buscam, ao longo dessa narrativa, afirmar a legitimidade para a sua fala, e essa legitimidade, de algum modo, passa pela participação em tais eventos. Ao se incluírem em tais acontecimentos, sentem-se

³⁰¹ Em que pese o fato de que, ao ser desmascarado o imbróglio, a recepção da obra, no que se refere à sua estrutura literária, sofra mudanças (Cf. ELMIR, Cláudio Pereira. O caso Binjamin Wilkomirski: a dupla invenção da memória. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.41-55, dez. 2008).

³⁰² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.56.

importantes. Não existe uma garantia de que o relato de seus feitos seja real. Suas narrativas comportam elementos ficcionais que não ficam aprisionados nos quadros de suas memórias, mas revelam os desejos encobertos, os medos, as frustrações, as alegrias, que compõem a trama de suas vidas.

Dentre os debates que povoam as narrativas abarcadas pelo gênero literário testemunhal, pode-se identificar como polêmica a definição da figura antropológica da testemunha. A vontade de testemunhar, de atestar para o mundo o martírio do qual foram vítimas, num primeiro momento, sugere que todos aqueles que passaram por situações de tortura, seja sob os regimes ditatoriais ou nos campos de concentração, faz emergir a testemunha. Primo Levi pode ser considerado um exemplo típico de testemunha. Ao voltar para casa e retomar sua vida de químico, ele conta a todos, sem cessar, o que lhe coube viver em Auschwitz, como atesta Giorgio Agamben. No entanto, Agamben, ao discutir filologicamente o conceito de testemunha, acrescenta lenha à fogueira desse debate, ao defender a ideia de que a testemunha indica “aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso”.³⁰³ Primo Levi, nesse sentido, não se enquadra nessa definição, que corresponde, etimologicamente, ao termo *superstes*,³⁰⁴ pois não sucumbiu. A definição da testemunha *superstes*, no contexto dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, para Agamben, contém, em si mesma, uma lacuna, pois ter vivido, nesses campos de concentração, um processo até o final, sucumbir, indica que a testemunha perdeu sua vida, o que lhe impede de testemunhar. Para Agamben, as verdadeiras testemunhas, as testemunhas integrais, são os *mulçumanos*. Estes, nas palavras de Agamben, marcavam o instante em que o homem, nos campos de concentração, passava a não ser homem, e o seu diagnóstico clínico passava a ocorrer pela via antropológica. Os *mulçumanos*,³⁰⁵ na análise desse filósofo italiano,

³⁰³ AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008. p.27.

³⁰⁴ “1.3. Em latim, há dois termos para representar a testemunha. O primeiro, *testis*, de que deriva o nosso termo testemunha, significa, etimologicamente, aquele que se põe como terceiro (**terstis*) em um processo ou em litígio entre dois contendores. O segundo, *superstes*, indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso” (AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008. p.27).

³⁰⁵ Para Giorgio Agamben, o intestemunhável tem um nome no jargão do campo de concentração: *Muselmann*, o mulçumano. Agamben recupera a descrição de vários escritores sobre esses prisioneiros dos campos de concentração, a fim de defini-los de forma mais apropriada, defendendo a tese de que

são aqueles que, na verdade, não testemunharam porque, afinal, submergiram, com raras exceções. Fora desse contexto, os testemunhos que são produzidos pelos sobreviventes da *Shoah* são feitos por delegação.³⁰⁶

A testemunha contida nas elaborações de Giorgio Agamben tem contornos rígidos. A busca por uma brecha no conceito de testemunha que possibilite a identificação do velho enquanto uma testemunha não me convida ao aprofundamento dessa discussão. Porém, ao identificar o período da velhice como a fase final da vida dos seres humanos, creio que podemos aproximar os velhos da definição da testemunha enquanto um *superstes*. A narrativa dos moribundos, que será um dos temas do próximo capítulo, aponta para aquele que foi até o limite — limiar entre a vida e a morte — e, portanto, pode testemunhar sobre o vivido. A origem da palavra experiência, a partir da raiz indo-europeia, marca a travessia, o percorrido, a passagem: *peirô*, atravessar; *pera*, mais além; *peraô*, passar através, *perainô*, ir até o fim; *peras*, limite.³⁰⁷ Assim, pode-se depreender que ir até o fim, *perainô*, ou seja, envelhecer e encontrar-se com a travessia derradeira, a morte, pode significar uma experiência limiar para o velho, na sua trajetória de experiência.

Também resgato do texto de Giorgio Agamben a ideia de que a impossibilidade do testemunho se encontra também na própria língua, naquilo que constitui a não língua no testemunho.³⁰⁸ Estabelecendo um diálogo entre a reflexão de Jorge Larrosa, na qual este advoga em defesa da transformação dos elementos tonais presentes em um ato narrativo em escrita, e as discussões sobre a literatura de

estes são, por direito, as testemunhas verdadeiras do horror de que foram vítimas. Dentre essas, destaco a definição de Jean Améry, que, como muitos sobreviventes de campos de concentração, optam, depois de testemunharem o que viveram, por tirarem a própria vida. Não foram redimidos pela elaboração que supostamente a descrição do que passaram poderia suscitar. Nas palavras de Améry: “O assim chamado *Muselman*, como era denominado, na linguagem do Lager, o prisioneiro que havia abandonado qualquer esperança e que havia sido abandonado pelos companheiros, já não dispunha de um âmbito de conhecimento capaz de lhe permitir discernimento entre bem e mal, entre nobreza e vileza, entre espiritualidade e não espiritualidade. Era um cadáver ambulante, um feixe de funções físicas já em agonia. Devemos, por mais dolorosa que nos pareça a escolha, excluí-lo da nossa consideração” (AMÉRY, Jean. *Un intellettuale a Auschwitz*. Torino: Bollati Boringhieri, 1987, *apud* AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008. p.49). Ao final do livro de Agamben, comparece o testemunho de diversos prisioneiros que se reconheceram ou foram reconhecidos como *mulçumanos*.

³⁰⁶ *Ibidem*, p.43.

³⁰⁷ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan/fev/mar/abr. 2002. p.25.

³⁰⁸ AGAMBEN, *op. cit.*, p.48.

testemunho, principalmente no contexto em que os narradores são vítimas de formas de violência coletiva, encara-se um impasse. E isso se relaciona com a necessidade descrita por Larrosa de resgatar o vivido em sua multiplicidade de sentimentos e com a dificuldade de traduzir o vivido, de dizer o indizível, quando a narrativa em questão é fruto de um sujeito traumatizado, machucado.

A esse respeito, Jeanne Marie Gagnebin,³⁰⁹ ao se ocupar da análise dos relatos decorrentes da *Shoah* e suas repercussões na prática das ciências humanas, reconhece a dificuldade de tradução da experiência inenarrável do horror, que a Segunda Guerra levou ao auge. No entanto, defende que o exercício da palavra deve ser um dos campos de atividade do intelectual (como, por exemplo, nos espaços das universidades), que deve primar por uma memória ativa, que se comprometa com a transformação do presente, nos termos de Walter Benjamin.

Nesse sentido, o conceito de testemunha³¹⁰ é ampliado por Gagnebin e passa a abrigar aqueles que, de alguma maneira, se propõem a ouvir a narração do outro, cuidando para que a circulação de sua voz aconteça:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente.³¹¹

Acredito que as formulações até aqui realizadas ajudem a legitimar o emprego da categoria de relato testemunhal às narrativas dos velhos que se têm dedicado à descrição de suas experiências urbanas. No entanto, ainda é necessário discorrer brevemente sobre a natureza daquilo que se convencionou denominar como trauma, no sentido de contribuir também para a associação da figura do velho à de testemunha.

³⁰⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. Temática recorrente nos seguintes artigos: “Memória, história, testemunho”; “Após Auschwitz”; “O que significa elaborar o passado?”.

³¹⁰ *Ibidem*, p.56-57.

³¹¹ *Ibidem*, p.57.

Para Márcio Seligmann-Silva, todos podem testemunhar: “[...] não só aquele que viveu um ‘martírio’ pode testemunhar; todos o podem.”³¹² A sua sentença baseia-se no fato de que, em alguma medida, o “real” da existência humana é sempre traumático.³¹³

De modo bem menos enfático do que na citação anterior, Seligmann-Silva atenua a ideia de que todos possam testemunhar no livro denominado *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. As discussões realizadas no artigo resgatado acima foram retomadas no livro citado e organizado por esse mesmo autor. Segundo ele, a obra em questão pretende fazer com que fiquem mais claras as questões que estão na base do conceito de testemunho, publicadas originalmente no dossiê da revista *Cult*. No livro, o que se coloca em questão é a necessidade de que o conceito de testemunha mantenha-se aberto e a sua associação à literatura: “Devemos, no entanto, por um lado, manter um conceito aberto da noção de testemunha: não só aquele que viveu um ‘martírio’ pode testemunhar; a literatura sempre tem um teor testemunhal”.³¹⁴

Para efetuar sua análise sobre o trauma, Seligmann-Silva resgata a leitura que Walter Benjamin faz da obra de Sigmund Freud. O choque traumático,³¹⁵ elemento presente nas formulações teóricas de Freud, no escopo do pensamento benjaminiano, constitui parte integrante da vida moderna. No tempo da grande indústria, a experiência humana deixa de se submeter a uma ordem contínua e passa a se estruturar a partir de inúmeras “interrupções”, decorrentes do cotidiano moderno.

À luz dessas ideias, considero oportuno dizer que os relatos dos velhos, que tiveram toda uma vida de submissão aos ordenamentos impostos pela metrópole, também podem ser tomados como relatos testemunhais. Relatos que, em boa parte, também traduzem a saga da classe trabalhadora no Brasil e que comporta seus contentamentos, mas, em grande medida, os (des)caminhos de um projeto de

³¹² SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura do trauma. *Cult*, São Paulo, n.23, p.41, 1 jun. 1999.

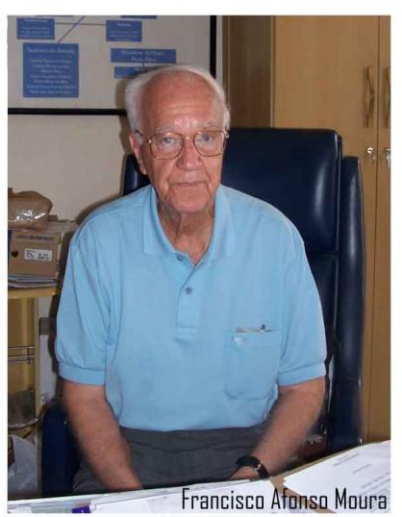
³¹³ *Ibidem*, p.41-42.

³¹⁴ SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p.47-48.

³¹⁵ Conceito essencial para a análise que Walter Benjamin faz da lírica de Baudelaire.

modernidade que instaura a metrópole como expressão da produção capitalista do espaço.

Jacinta Francisca Costa



Francisco Afonso Moura



Alaide Silva



Jovelina Avelino da Silva



Yara Coelho Sant'Anna



CAPÍTULO 3: NARRATIVAS DE VELHOS

3.1 A ILPI Casa Santa Zita: Dona Yara e Dona Jacinta

Quem passa apressado pela Rua Alagoas, quase esquina com a Rua Aimorés, nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, talvez não repare no constante entra e sai de velhas senhoras, moradoras da ILPI “Casa Santa Zita”, localizada bem ali. Talvez nem mesmo atente para o fato de que se trata de uma instituição dessa natureza, pois a pequena placa que a indica aponta apenas que a casa faz parte das Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem e tem, por santa de devoção e proteção, Santa Zita.

Ao escrever e falar sobre essa instituição e a santa a ela associada, fui corrigida, inúmeras vezes, por aqueles que julgavam que eu estava referindo-me à Santa Rita de Cássia (Santa das Causas Impossíveis), mas que tinha trocado as iniciais dos nomes das duas santas, pois, afinal, para eles, quem seria Santa Zita?

Segundo os relatos que me foram oferecidos pelas próprias irmãs de caridade pertencentes à Casa Santa Zita (e por pesquisa posterior), Santa Zita é a padroeira das empregadas domésticas, ou empregadas do lar. Talvez, por isso, haja tanto desconhecimento a seu respeito, uma vez que o segmento profissional a ela associado vive, comumente, calado na cozinha, longe dos olhos, acomodado em um quarto, cujas dimensões, geralmente, equivalem a quatro metros quadrados, os quais são, ainda, compartilhados com guardados indesejáveis da casa onde se trabalha. E isso acontece quando ainda existe esse quarto, o que se vem tornando uma raridade, uma vez que, nas construções modernas, ele cedeu lugar a um espaço denominado de “dependência de empregadas”. Esta é composta apenas por uma área de tanque e um banheiro, já que as empregadas permanentes, hoje, são uma espécie de luxo pelo qual só poucos podem ou querem pagar.

A apresentação resumida de Santa Zita me parece indispensável aqui.³¹⁶ Zita nasceu em Monsagrati, na Itália, em 1218, e, com a idade de 12 anos, começou a trabalhar para a família Fatinelli, comerciante de lã e outros tecidos da cidade de Lucca. Segundo sua história, serviu à mesma família durante toda a sua vida, sempre com a mesma pontualidade e dedicação. De acordo com Santa Zita, são quatro as principais qualidades de uma empregada: temor de Deus, obediência, fidelidade e amor ao trabalho. O que nela mais se admirava era a obediência, a paciência, o bom humor, que a acompanhavam em toda a parte, e a submissão³¹⁷ a seus patrões, mesmo nas condições mais difíceis. Quando Zita completou 60 anos, seus amos quiseram aliviá-la de seu trabalho, ao que a santa empregada se opôs. Foi beatificada pelo Papa Leão X, canonizada pelo Papa Inocêncio XII (1696) e proclamada padroeira das empregadas domésticas pelo Papa Pio XII. Na arte litúrgica da Igreja, Santa Zita é apresentada portando um saco, pedaços de pão e um rosário, ou ainda atendendo a um pedinte à porta de casa. Quando morreu, foi sepultada em uma cova comum. Faz parte dos santos cujos corpos foram conservados ao longo dos séculos. Exumado três séculos depois de sua morte, seu corpo estava completo e intacto, sem nenhum sinal de manipulação. O seu corpo incorrupto encontra-se em uma urna, na igreja de São Frediano, em Lucca.

A Casa Santa Zita, de Belo Horizonte, foi inaugurada em 1954, pelo padre Paulo Rigoilio, visando a acolher as empregadas domésticas que, pelo peso da idade, não poderiam mais exercer sua profissão.³¹⁸ Porém, antes da criação propriamente dita da instituição Casa Santa Zita, o padre Rigoilio, após encontrar uma empregada doméstica que trabalhava nas proximidades da Igreja da Boa Viagem e fora expulsa da casa dos patrões com seus pertences, cria a *Associação Santa Zita*, já com o intuito de auxiliar as empregadas domésticas em situações precárias. Essa associação existe

³¹⁶ Apresentação baseada nas fontes: IRMÃS de Santa Zita. *Santa Zita: a serva fiel*. Belo Horizonte: Editora da Divina Misericórdia, s.d.

Disponível em: <http://www.paginaoriental.com/santos/zita2704.htm>. Acesso em: 10 mai. 2008.

³¹⁷ Sentimento dotado de sentido religioso, para as devotas de Santa Zita, e que se perpetua na relação patrão e empregado, de forma extremamente útil ao empregador. Uma das orações sugeridas para as empregadas domésticas, devotas de Santa Zita, demonstra essa submissão: "Ó gloriosa SANTA ZITA, que santificaste a vossa vida no serviço doméstico e fostes modelo de humildade e resignação, fazei que a vosso exemplo seja sempre fiel cumpridora dos deveres do meu estado" (*Ibidem*, p.59).

³¹⁸ Disponível em: http://www.catedraldaboaviagem.org.br/casa_santa_rita.html. Acesso em: 10 maio 2008.

em diferentes cidades brasileiras, com suas iniciativas voltadas sempre para atender essas profissionais em suas dificuldades, mas de modo distante do que remete a uma organização que atua no campo das questões trabalhistas. A fé em Santa Zita caminhou em compasso com as mudanças no mundo do trabalho doméstico, e, na atualidade, a devoção a essa santa diminuiu, à medida que esse tipo de trabalhador também foi-se tornando um privilégio para poucos. Em Belo Horizonte, é condição essencial pertencer a essa associação para ter direito à moradia na Casa Santa Zita, no período da velhice, mediante o pagamento de um aluguel. Fazer parte dessa associação, segundo o relato de uma de suas associadas, já teve um sentido diferente do que se apresenta na atualidade, como será exposto, por meio de seu depoimento. Mas, por enquanto, basta dizer que, para ser considerada uma *Zita*, é necessário o pagamento de uma taxa simbólica de alguns reais mensais, além da participação em reuniões, também mensais (terceiro domingo do mês), cujo caráter religioso já não é o mais importante.

A existência de asilos em Belo Horizonte, na região interior à Avenida do Contorno, remonta aos seus primeiros anos e esteve atrelada à assistência oferecida pela Igreja, segundo as pesquisas da psicóloga Rosana Figueiredo Vieira.³¹⁹ O primeiro asilo da cidade, o Asilo Afonso Pena, de acordo com Rosana Figueiredo, foi criado em 19 de março de 1912, como um anexo da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da operação conhecida como “limpeza do centro urbano”, realizada pelo prefeito Olinto dos Reis Meirelles. Essa operação visava a remover, da área central, aqueles indivíduos que eram considerados indesejáveis. Desse modo, esse asilo tinha como objetivo abrigar os “inválidos” e acabar com a mendicância de doentes, velhos e desocupados.³²⁰

Para a autora, a construção desse asilo, atrelado a obras sociais da Santa Casa de Misericórdia, atesta a atitude assistencialista adotada por parte do Estado, que permitiu que tal segmento fosse responsabilidade da Igreja. Naquele contexto, era interessante, para o Estado, ter os inválidos sob a vigilância do olhar instituído da

³¹⁹ VIEIRA, Rosana Figueiredo. *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

³²⁰ *Ibidem*, p.57.

caridade, que “garantia a permanência da ordem pública e impedia que fosse denegrada a imagem da cidade-modelo.”³²¹

Tal característica não é prerrogativa de Belo Horizonte, mas de todo o país, onde o atendimento à maioria dos velhos que terminam seus últimos dias em asilos – termo também utilizado para a designação dos asilos – constituiu-se a partir da iniciativa da caridade, normalmente atrelada a congregações religiosas. A Sociedade São Vicente de Paulo detém o controle de quase a totalidade das ILPIs da capital mineira.³²²

Os acontecimentos que são associados à fundação, tanto da Associação quanto da Casa Santa Zita, esta última no ano de 1954, podem ser apontados como prenúncio do processo de mudança imobiliária pela qual a área estava passando e que viria a se acentuar nas décadas seguintes, com a alteração da dinâmica de uso do solo. Muitos dos casarões existentes, nessa área, construídos para abrigar os funcionários públicos que vieram trabalhar na nova capital mineira, como foi fartamente documentado nos relatos oficiais, foram derrubados para dar origem a edifícios modernos ou estacionamentos, ou tiveram suas funções alteradas,³²³ ou seja, foram transformados em estabelecimentos comerciais, tais como clínicas médicas, bares, restaurantes. Desse modo, a inclusão degradada de uma mão-de-obra, sem qualificação, como era o caso das empregadas domésticas, necessária em um primeiro momento, passa a ser um problema do qual a classe materialmente mais favorecida deveria livrar-se. É importante assinalar que esse fenômeno ocorre em um período em que muitos direitos, como o de previdência social, do qual a aposentadoria é um atributo, ainda estavam a uma distância de 12 longos anos.³²⁴

³²¹ VIEIRA, Rosana Figueiredo. *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p.57.

³²² Cf. PAULA, Márcia Luiza Gonçalves de. A rede pública de instituições de longa permanência para idosos em Belo Horizonte: elementos do financiamento e do atendimento. *Pensar BH - Política Social*, Belo Horizonte, n.13, p.19-23, set./nov. 2005. (Edição Especial Idosos).

³²³ Cf. BELO HORIZONTE. Plano de reabilitação do hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2007. CD ROM.

³²⁴ Vale a pena apontar que esses 12 anos marcam apenas a criação do sistema previdenciário brasileiro no papel. A criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) ocorre no ano de 1966, a partir da unificação dos antigos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão), que englobavam diferentes categorias profissionais. No entanto, muito mais distante disso, a aposentadoria, como uma conquista social, ainda estava longe de ser realidade para o segmento das empregadas domésticas e também para outras categorias de trabalhadores. As discussões sobre os direitos previdenciários das

Quanto à relação entre o Estado e as ILPIs, a partir do ano de 2000, a Prefeitura de Belo Horizonte,³²⁵ sob a interferência do Ministério Público, iniciou um processo de institucionalização das políticas sociais de atendimento aos idosos, incluindo, dentre as suas ações, as ILPIs. Nesse sentido, a Casa Santa Zita se beneficiou dessa política e recebeu da PBH até recentemente uma cota *per capita* de alimentos da Secretaria Municipal de Abastecimento. Essa cota *per capita* consistia no envio dos próprios alimentos (de gêneros brutos) à instituição e não da verba para a compra dos mesmos. Além disso, a casa conta também com a ajuda de “doações e pequenas contribuições das internas” para sua manutenção.³²⁶ Esse convênio na atualidade foi cancelado.

Devido ao convênio com a PBH, as irmãs de caridade³²⁷ que eram responsáveis pela coordenação da instituição participavam frequentemente das atividades e encontros realizados pelo poder executivo municipal (exigência imposta pela PBH), para repasse das informações relativas aos direitos das pessoas idosas, projetos que são realizados pelo município e envolvem os velhos, campanhas nacionais de mobilização dos idosos.

empregadas domésticas foi uma tônica recorrente nos últimos governos. Entre as propostas de redução da cota de pagamento do INSS dos autônomos sobre o salário mínimo, o que beneficiaria as empregadas domésticas, motoristas particulares e outros (que não têm condições de contribuir para a previdência), e outras medidas, tais como a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), para os empregados domésticos, o governo patinou, e os defensores de tais conquistas foram até muito recentemente votos vencidos no Congresso Nacional. Os novos direitos assegurados à categoria dos empregados domésticos foi promulgado pelo plenário do Senado Federal somente no dia 02/04/2013. A Emenda Constitucional nº 72/2013, anteriormente conhecida como PEC das Domésticas, foi aprovada por unanimidade no Senado Federal, e os resultados dessa aprovação já são notados com a elevação das demissões dos trabalhadores dessa categoria que estavam vivendo sob certa informalidade.

³²⁵ “Desde a Constituição de 1988, os idosos aparecem como sujeitos de políticas, tendo seus direitos detalhados na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social – Lei n. 8.742/93), reafirmados na PNI (Política Nacional de Idoso – Lei n. 8.842/94) e no Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03)” (PAULA, Márcia Luiza Gonçalves de. A rede pública de instituições de longa permanência para idosos em Belo Horizonte - elementos do financiamento e do atendimento. *Pensar BH - Política Social*, Belo Horizonte, n.13, p.19, set./nov. 2005. (Edição Especial Idosos).

³²⁶ De acordo com as informações contidas no site da Paróquia da Nossa Senhora da Boa Viagem: “A casa sobrevive com a ajuda de doações, convênio com a prefeitura e pequenas contribuições das internas.” (Disponível em: http://www.catedraldaboaviagem.org.br/casa_santa_rita.html. Acesso em: maio 2008). As pequenas contribuições das internas, segundo o discurso que consta na apresentação da instituição, podem ser apontadas para as *Zitas*, que contribuem com meio salário mínimo. Mas, como foi possível verificar, no que se refere às pensionistas, o valor de seus aluguéis constituem elemento de diferenciação do acesso à moradia nos diversos ambientes da casa.

³²⁷ Pertencem à Congregação das Irmãs Missionárias de Nossa Senhora das Graças, do seminário de formação da cidade de Caratinga.

Em virtude da minha inserção nessas atividades, fiquei conhecendo duas irmãs de caridade da casa, que se tornaram minhas intermediárias no estabelecimento das relações com aquelas que viriam a constituir duas das depoentes desta pesquisa. Essas duas irmãs se encarregaram de verificar, entre as suas internas, quais gostariam de realizar um depoimento para compor parte de uma pesquisa acadêmica. Assim, a primeira interna com a qual tive contato, por meio das irmãs, foi Dona Yara Coelho Sant'Anna.

Desde o início, quando tive conhecimento de que a instituição abrigava ex-empregadas domésticas, mas também pensionistas, declarei a uma das irmãs que gostaria de entrevistar uma senhora de cada um dos segmentos. Essa demanda foi prontamente atendida, no momento do contato com a Dona Yara, pensionista, moradora da casa. No entanto, no dia em que voltei à instituição para me encontrar com a moradora representante das ex-empregadas domésticas, a irmã com quem havia conversado não estava presente. Fui atendida por outra que não sabia sobre o agendamento, nem com quem seria minha conversa. Foi nesse contexto que fui apresentada à Dona Jacinta Francisca Costa, que estava disponível para uma conversa. Aliás, sempre disponíveis, o desejo da maioria das senhoras que ali se encontram é achar alguém para conversar.

Nesse mesmo dia, iniciei a realização das entrevistas exploratórias com Dona Jacinta, ex-empregada doméstica, que sempre morou nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem. Nesse primeiro encontro, tive grande dificuldade para coletar cada uma das informações sobre sua trajetória de vida, uma vez que não compreendia bem a sua fala. O fato de não compreender o que ela me dizia não se relaciona ao modo como ela pronuncia as palavras, ou seja, de maneira diferenciada daquilo que concerne ao português dito culto, como já expus anteriormente, mas porque sua voz não possuía clareza e firmeza. Nesse mesmo dia, pude perceber que, para Dona Jacinta, o fato de não ter estudado, de não saber ler nem escrever constitui uma tristeza na sua vida, embora ela afirme que não sente vergonha de sua condição de analfabeta. Os sussurros de Dona Jacinta só me foram esclarecedores, dentro de uma perspectiva zambraniana, como expus, anteriormente.

Após um período de maior contato com a casa e suas moradoras, fiquei conhecendo a outra ex-empregada, também uma *Zita*, que se havia disponibilizado a conversar comigo, e me dei conta de que a troca inusitada, realizada naquele dia, no qual conheci Dona Jacinta, não poderia ter um efeito mais revelador e significativo para este processo de pesquisa.

Para Michael Pollak,³²⁸ as discussões relativas à memória são permeadas por silêncios e esquecimentos. Como parte do processo silenciador da memória, existe todo um aparato que envolve o seu enquadramento e que é realizado por diferentes atores. Estes são profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes, células de reflexão. Desse modo, em se tratando de uma pesquisa com a utilização de depoimentos – da história oral – esses agentes procuram escolher testemunhas confiáveis, que cuidem da imagem que a associação tem de si própria.³²⁹

Tal reflexão não pretende sugerir que a intenção da irmã, ao escolher as depoentes para a pesquisa, tenha um sentido clássico de enquadramento da memória, mas conjecturar sobre a ideia de que, ao eleger a ex-empregada doméstica que me receberia, a sua preocupação teria sido a de encontrar, entre essas senhoras, uma que tivesse domínio do português padrão, capacidade de mobilização interna na casa, além de uma clareza acerca da história institucional da Casa Santa Zita. Essas características eram elementos que não faziam parte das habilidades de Dona Jacinta, mas que faziam parte do perfil da outra *Zita* a mim destinada. Arrisco-me a dizer que, apesar da intenção, o processo de silenciamento de um flanco da memória das empregadas domésticas, representado por Dona Jacinta, foi ali imputado.

Possivelmente, o que compreendi, a partir das entrevistas realizadas com Dona Jacinta, se mostrou bastante diferenciado daquilo que teria apreendido, caso tivesse trilhado o caminho da conversa com a empregada doméstica a quem deveria ter entrevistado. A trajetória de vida da Dona Jacinta me revelou uma dualidade estimulante, que, ao mesmo tempo em que apontava para a pobreza decorrente da

³²⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

³²⁹ *Ibidem*, p.10.

sua inserção no espaço moderno da metrópole, contrastava com as potencialidades do viver nesse espaço urbano.

Foi a partir da simplicidade de Dona Jacinta que pude perceber que, ao se referir às pensionistas como as “maió”, ela aludia a uma hierarquização existente dentro da casa, entre as que um dia foram domésticas, autodenominadas como *Zitas*, e as que se inseriram em outras atividades ou herdaram as pensões de seus maridos: “A gente sabe quem é Zita e quem não é. Tem duas mesa grandona do lado de fora, do lado de cá fica as Zita, do lado de lá as maió...” (Depoimento de Dona Jacinta).

Essa hierarquização fica explícita, fisicamente, no espaço, através da diferenciação das moradias, que se situam na parte de baixo e na parte de cima, sobre as quais Dona Jacinta também tem sua percepção:

As pensionistas moram lá em cima. Lá é mais caro, paga mais caro. [...] Mas, na hora de ir pra mesa, todo mundo come a mesma comida, café da manhã é o mesmo. Tudo que é servido pra um é pra todos, ninguém é servido separado (Depoimento de Dona Jacinta).

Quase todas as moradoras da casa possuem quartos individuais, com poucas exceções. Alguns dos apartamentos da parte de cima, como são chamados, possuem, além do espaço do quarto, uma minicozinha, com pia, armário, espaço para fogão, linha própria de telefone, TV a cabo. Por esses quartos são cobrados os maiores valores mensais. Todos os quartos possuem banheiros próprios, tanto na parte de cima quanto na de baixo. Mas a maioria dos quartos da parte inferior tem área bem menor do que os apartamentos da parte superior.

Pelo que foi possível perceber, Dona Jacinta possuía um relacionamento com ambos os segmentos da casa, assim como Dona Yara ainda possui. A casa conta, atualmente, com 27 moradoras, sendo que, destas, 18 são pensionistas e 9, *Zitas*. Em 2008, quando conheci a casa, das 27 moradoras, 14 eram pensionistas e 11, *Zitas*. O aumento do número de pensionistas corrobora com a narrativa de Dona Jacinta, sobre a pequena procura das *Zitas* pela casa, na atualidade. À medida que as que se encontram ali morrem, o espaço é cedido para pensionistas. Ao longo de sua vida dentro da casa, Dona Jacinta recebia ajuda financeira dos ex-patrões. Poucas são as *Zitas* que contam com esse tipo de auxílio. A formação humanitária de Dona Yara

fica muito visível no seu trato com as *Zitas*, que lhe devotam o maior respeito e admiração. Em seu depoimento, ela menciona que, entre as suas atividades semanais, se incluíam momentos de aulas particulares para uma *Zita*. Ela é caracterizada pelas irmãs e por suas colegas, tanto *Zitas* quanto pensionistas, como generosa, simples, corajosa e muito firme.

No entanto, segundo o relato de uma das irmãs que cuida do espaço, a lida diária com as outras pensionistas é muito mais difícil do que com as *Zitas*. Estas últimas se dispõem a ficar na portaria, a ajudar na organização de um evento ou na arrumação extra da casa. A servidão introjetada, durante o exercício da profissão, comparece, frequentemente, em suas atitudes, vistas, agora, como ato de humildade e senso de coletividade. Não que também não o sejam. Tais atitudes, no entanto, não são observadas nas pensionistas.

Relendo as observações de Rosana Figueiredo, cujo trabalho já foi citado aqui, consigo situar diferenças e similaridades em relação aos ancianatos por ela descritos em seu livro. Entre as diferenças, posso citar a existência de uma autonomia entre as internas da Casa Santa Zita. Essa autonomia é notória e pode ser visualizada a partir do “entra e sai” constante das velhas senhoras que ali moram e que circulam pelas proximidades, área da cidade com a qual se identificam sobremaneira (atualmente, não existem acamadas na casa e poucas moradoras têm mobilidade reduzida). Elas se dividem entre as atividades da igreja, as idas ao salão de beleza, as compras realizadas na rede de comércio do hipercentro, atividades físicas, entre outras. A “mortificação do eu”,³³⁰ comumente associada à entrada do velho para uma ILPI, conforme descrita por Rosana Figueiredo, não se revela, de forma aparente, para as internas dessa instituição. Por exemplo, o pagamento pelas acomodações das moradoras é realizado através de boletos bancários, que elas próprias gerenciam (tarefa em relação à qual aquelas que têm algum tipo de dificuldade contam com a ajuda das demais). Isso deflagra o controle que elas têm sobre o próprio dinheiro de suas aposentadorias.

³³⁰ Rosa Figueiredo, ao se referir a um processo de “mortificação do eu”, ocorrido a partir da entrada dos velhos nos asilos, o faz com base na sua percepção acerca das inúmeras práticas adotadas pelas instituições asilares, entre estas, a obrigação que algumas imputam aos seus internos de entregar a identidade no momento da entrada para a instituição. A origem do nome de seu livro, *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*, remete a essa situação.

O controle dos tempos, como o tempo de acordar, tempo de comer, tempo de dormir, tempo de rezas, fica, relativamente, a critério de cada uma das internas. Mas, se, por um lado, podem acordar no horário que preferirem, essa decisão interfere no seu tempo de comer, posto que o café, o almoço e o lanche são servidos em horários predefinidos. É verdade que as que possuem uma acomodação com cozinha própria possuem maior autonomia com relação aos seus horários e formas de alimentação. As visitas não são demarcadas por tempos rígidos, mas poucas têm o privilégio de ter seu quarto sempre cheio, principalmente as *Zitas*, que são, em sua maioria, migrantes, não constituíram família ao longo da vida, e os parentes, em geral, não são de Belo Horizonte. Os corredores que isolam um quarto do outro remetem a certo claustro, e a falta de áreas verdes destinadas a caminhadas e outras atividades pode ser considerada uma das negatividades encontradas no espaço.

Apesar de a instituição ser chamada de casa, ela, de fato, não se configura no sentido clássico do *habitar*, como nos termos expostos por Henri Lefebvre, já mencionados. Desse modo, Dona Jacinta não se sente confortável para entrar na cozinha e pegar o alimento que, por direito, lhe pertence:

Aqui na casa tem essas coisa [iogurte, queijo, biscoito...], mas às vez fica pra lá... tem que ficá pedino. Se a gente lembrá de pedi à irmã, ela dá. Mas eu saio e compro. O que vem na mesa é farto, mas o que tá guardado a gente tem que pedi. E eu já não gosto de andá pedino. As irmã fala: "vai lá pega, tudo é procês." Mas não vô lá e pego, acho ruim [...] (Depoimento de Dona Jacinta).

O sentimento de proteção, como o que se tem dentro de um esconderijo, de uma concha-casa, expresso nos princípios descritos por Gaston Bachelard (na sua *Poética do espaço*), não se realiza no plano coletivo desse lar de idosas, mas, em última análise, no interior de cada quarto, onde essas senhoras se escondem, e a imaginação, juntamente com as lembranças, encontra campo fértil.

As medidas de segurança, que, em diferentes asilos, se mesclam com as medidas de contenção, não se aplicam a essa instituição. Rosana Figueiredo descreve a realidade de muitos asilos, onde os cadeados são colocados para evitar tentativas de fuga, as saídas escondidas de seus velhos, às vezes, dementes. Para a autora, estes

tentam “voltar para um lugar que não existe mais...”³³¹ Contrastando com isso, aponto a disposição das *Zitas* em tomarem conta da portaria. Estas não têm para onde voltar, pois, na realidade, os lugares/quartos onde viviam, ainda que existam fisicamente, nos grandes edifícios que substituíram os casarões nos quais trabalhavam, não lhes pertenciam de fato.

³³¹ VIEIRA, Rosana Figueiredo. *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. p.108.

3.1.1 Depoimento: Yara Coelho de Sant'Anna (21/03/1925)

Preparação e realização da Trezena de Santo Antônio

FOMOS CRIADOS 12 irmãos e, agora, somos dez, duas irmãs faleceram. A mais velha e a mais nova. Este ano, a mais nova faleceu, com câncer. Uma morte que abalou a família inteira, porque ela era de uma atividade, de uma iniciativa, de uma inteligência, uma capacidade muito grande. Deixou muita saudade. Ela era uma pessoa festiva, parece que ela adivinhava... não sei... mas ela sempre procurava oportunidade para reunir a família. Ela pediu, uns três dias antes de morrer, a uma de nossas sobrinhas, que é muito festeira, que não se esquecesse de comemorar, no lugar dela, duas oportunidades, a festa de Santo Antônio, que era tradição na família, por causa da minha avó, que sempre comemorava, e o Natal. De forma que, sábado agora, essa minha sobrinha vai reunir a família toda na casa dela para comemorar Santo Antônio. Embora a festa de Santo Antônio seja dia 13, por cair sexta-feira, ela vai fazer no sábado. Nós todos vamos pra lá.

Cada pessoa procurou fazer algo de tradicional para a festa, cada um fez uma coisa que a minha avó já gostava de fazer no dia de Santo Antônio. Eu fiz um biscoitinho que chama Bobi, outra irmã fez o bolo de mandioca, uma sobrinha fez o pé-de-moleque, outra fez cocada. De forma que, sábado, se Deus quiser, nós vamos comemorar Santo Antônio. [Entre um dos intervalos dos encontros destinados à realização das entrevistas, aconteceu a festa, por isso, daqui em diante, os tempos verbais que marcam a narrativa são diferentes dos anteriores].

A trezena é diferente de uma novena, são 13 dias. A trezena, no ano, começa no dia 1º de junho e costuma acabar no dia 13, mas, como nós íamos encerrar no dia 14, começamos no dia 02, para acabar no dia 14. Sábado, dia 14, rezamos o último dia da novena e encerramos a trezena, quer dizer, encerramos a trezena e tem a festa, com alegria, dança, canto e tudo mais.

Perdi a conta de quantos tabuleiros de biscoito eu fiz. Eu faço muito mais rápido do que as minhas irmãs. Eu faço mais rápido porque eu sempre gostei da questão da culinária, eu ajudava minha avó a fazer, ou minha tia, ou minha mãe, e

peguei mais prática do que as minhas irmãs. Uma era mais intelectualizada, outra tinha menos jeito pra isso, mas tinha jeito pra bordado, pra costura. Outra casou muito cedo. Então, eu que fazia mais.

A festa

A FESTA FOI EXCELENTE, ótima, ótima. Foram aproximadamente 80 pessoas, só parente e parente por afinidade. Foi uma festa com... um misto de emoção, com saudade, às vezes, até choro, porque a minha sobrinha, mais a irmã dela, atendendo o pedido da minha irmã mais nova, que faleceu, fez a festa e caprichou ao máximo. A casa estava enfeitada, ornamentada, uma beleza. E tudo feito a caráter. Uma festa junina mesmo.

Ela armou o altar, pra gente fazer a oração de Santo Antônio, e, no altar, ela botou quatro retratos, quatro quadros iguais, da minha avó, da minha mãe, da irmã mais velha e da mais nova, que já faleceram. Nossa, aquilo estava comovente. Ela descobriu um retrato ótimo dessa minha irmã que morreu agora, com ela rindo... todo mundo que via, irmãos, sobrinhos... quase que saía chorando. Na hora, agradei muito, mas, hoje, eu vou telefonar pra ela, pra agradecer mais uma vez. E com isso foi assim, mata saudade, mas dá saudade. Dá alegria, mas dá emoção.

Bobis

OS BISCOITINHOS BOBIS eram amarrados em um saquinho. Um saquinho com um cartãozinho. Eles são feitos um por um, dá muito trabalho, eu trabalhei a tarde inteira, uma manhã e um pouquinho depois do almoço. Três irmãs ajudaram, mas elas faziam tão devagar [risos]! Enquanto elas faziam um tabuleiro, eu fazia três. Sem exagero, era mesmo! Enquanto ia fazendo, ia conversando, toda hora chegava um, falava uma coisa, foi muito bom. Foi tudo muito bom, foi muita coisa lembrada, muita coisa recordada. Só de modo alegre. Meu irmão falou: “Ah, mas não está igual ao da minha avó”; eu disse: “Mas o da minha avó era feito com manteiga da fazenda, com leite de coco, coco ralado e espremido na hora.” Eu fiz com coco de vidrinho, então dá sempre uma diferença, realmente. Os ingredientes, conforme a origem deles... o polvilho, minha avó fazia, minha mãe fazia. Era polvilho de roça,

não era esse polvilho industrializado, sempre tem uma diferença, mas, no final, dá isso aí que você experimentou.

A força dos laços familiares

QUANDO, NA FAMÍLIA, nós fazemos uma festa tradicional, em geral, os sobrinhos gostam. E, há pouco tempo, um sobrinho meu, que tem um filho que chama Fernando, me disse assim: “Eu fico pensando que o Fernando não vai ter essas oportunidades boas que eu tenho”. Esse meu sobrinho tem mais dois irmãos, e cada um deles só tem dois filhos. Então, o filho dele, o Fernando, não vai ter essa quantidade de primo pra poder conviver, reunir, como hoje eles (meus sobrinhos) têm. A gente tem visto que o espírito família tem diminuído muito. Nesse ponto eu acho que foi uma lástima, uma decadência, porque isso reflete no comportamento dos jovens na sociedade. Eles não têm festa em casa, não têm reunião de família, poucas famílias fazem reunião de família, muitas nem se lembram de aniversário uns dos outros. Eu tenho por hábito, todo princípio de mês, eu pego minha agenda e olho os aniversários de todas as pessoas da família. Hoje mesmo eu já telefonei para o meu irmão, que é aniversário dele, e só não vou telefonar pra minha sobrinha, porque à tarde nós vamos encontrar na casa da avó dela. Eu tenho sempre essa preocupação de ligar pra eles. Às vezes, eu demoro pra telefonar e ligo à noite, aí escuto: “Ah, achei que você já tinha esquecido de mim.” Eu sei que isso é agradável.

A gente procura reunir a família o mais que pode, ainda mais depois que perdemos essa irmã [referindo-se à mais nova]. Isso deixou a gente pensando muito e refletindo como é bom a gente conviver enquanto a gente tem saúde, enquanto a gente pode se divertir, se alegrar... então, vamos desfrutar disso.

Trabalho voluntário na Colmeia

EU TRABALHO COMO voluntária em uma obra social, cuja finalidade é atender, promover, orientar, apoiar a mãe solteira carente. Chama-se Colmeia. Hoje, eu não vou lá porque a diretoria tem uma entrevista marcada com Dom Aluísio, pra ele nos dar algumas orientações para que a gente possa acompanhar e orientar essas moças dentro de uma linha moral, religiosa e tal. E, ao mesmo tempo, acompanhar os

tempos modernos, o que não é fácil. Não é fácil porque há uma diferença muito grande do tempo em que a Colmeia foi criada para hoje. De vez em quando, há algumas modificações no regulamento, no regimento interno, como o próprio estatuto, para haver uma adaptação às leis e aos costumes.

A mudança maior que percebo no perfil das mães que estão na Colmeia, hoje, é da mentalidade das moças voluntárias. Umas são mais avançadas, outras são mais conservadoras. É justamente por causa dessa diferença de mentalidade entre os que dirigem a Colmeia, que nós estamos precisando de alguém como Dom Aluísio, para nos dar uma orientação, pra pensar que linha nós devemos seguir. Nós mesmos não estamos nos entendendo muito bem. Umas são a favor de liberar anticoncepcional, etc., enquanto outras acham que deve ter um aspecto informativo e de formação moral, religiosa, o que não é fácil, porque, em geral, as moças que vão pra lá, com algumas exceções, são até prostitutas, ou, dizendo melhor, garotas de programa, como se diz hoje. Nesses programas, elas engravidam, às vezes, sem saber de quem, ou, às vezes, sabem, mas o pai rejeita e põe a questão do exame de DNA. E é aquela novela. Nem sempre os pais assumem aquela criança, a mãe tem que assumir sozinha.

Essas moças são de qualquer parte do mundo, mas a maioria é de Belo Horizonte, ou moça que vem do interior pra trabalhar aqui. E aqui engravidam. Pra não voltar pro interior, elas ficam aqui e são encaminhadas pra Colmeia.

Os motivos que as levam à Colmeia variam muito, mas sempre é carência. Eu digo que a carência é, principalmente, afetiva. Alguns pais ainda põem as filhas pra fora nos tempos de hoje, em pleno século XXI. A filha engravidou, põe pra fora de casa. Às vezes, é por abandono do pai da criança, poucas vezes, foi questão de violência, mas nós tivemos meninas que foram violentadas mesmo e logicamente que são todas problemáticas. Cada uma tem seu problema, cada uma tem sua dificuldade, e conviver com esses problemas não é fácil.

É um trabalho bastante difícil, eu já estou me sentindo, não digo cansada ou superada, mas, talvez, enfraquecida emocionalmente, diante desses problemas. E eu não quero agir com o coração, tem que agir também com a cabeça. E aí vem esse conflito, o médico me disse que eu posso trabalhar na Colmeia, contanto que eu não

traga os problemas pra casa. Eu falei: “Doutor, é impossível, porque, se eu entrevisto uma menina de 14, 13, 15 anos, ou que foi violentada, ou que não sabe quem é o pai da criança... se o pai é o padrasto, ou o próprio pai dela, ou o tio, porque, às vezes, infelizmente, temos o caso de que o pai da criança que a moça tá esperando é o irmão com o qual ela dormia, porque, na casa dela, todo mundo dormia junto. Como é que eu venho pra casa e me esqueço desses problemas?” Só se eu fosse insensível. Então, é difícil, eu tenho que superar, isso eu sei, mas esquecer, propriamente, não dá, não.

Mas eu estou me sentindo emocionalmente enfraquecida, tanto que, em janeiro, houve eleição pra nova diretoria, eu fui firme e disse que não aceitaria mais nenhum cargo na diretoria. Eu continuo trabalhando na Colmeia, sou apenas uma voluntária, não tenho cargo nenhum. Agora, como eu sou a mais velha em idade e a mais antiga em trabalho, quase todos os problemas passam por mim.

Vai fazer 28 anos, em setembro, que faço esse trabalho, é muito tempo. Eu nunca fui pra lá de má vontade, de maneira alguma. Eu gosto do trabalho, eu me dou bem com as coordenadoras, procuro conquistar as meninas, umas são rebeldes.

Outro dia, uma me contou que, no trabalho dela, tem uma psicóloga, ou psicólogo, não sei bem, e que ela se queixou de mim pra ele, ela própria tava me contando. Então, ele perguntou: “Por que você se queixa da Dona Yara?” Ela então disse: “É porque, às vezes, ela me machuca com o que ela diz”. O psicólogo, então, perguntou pra ela: “Não será que é nos momentos em que ela lhe fala a verdade, e a verdade lhe dói?” Ela me contou isso chorando, quer dizer, eu entendi como uma maneira dela se desculpar pelo fato de haver falado contra mim, para o psicólogo. Eu falei com ela que o psicólogo estava certo, que, realmente, eu tinha que usar de franqueza com ela, pra que elas também tomassem consciência do problema e partissem para uma atitude melhor. E que eu até gostaria de conversar com esse psicólogo, se ele quisesse, eu estaria à disposição. Falei com ela que o convidasse para conhecer a Colmeia, mas ele ainda não foi.

No momento, nós temos apenas três meninas na Colmeia. Essa é uma das razões pela qual nós vamos conversar com Dom Aluísio, para ver se ele nos orienta a associar a Colmeia a uma outra obra social, porque a Colmeia, a princípio, não pode abrir mão desse aspecto de atender mãe solteira. Faz parte do estatuto, e ela não pode

abrir mão disso, mas ela pode abrir uma creche, por exemplo. Então, vamos conversar com Dom Aluísio sobre isso, porque, se o número de meninas está diminuindo (eu as chamo de meninas, porque, pra mim, elas são meninas), se o número de meninas está diminuindo, eu vejo vários aspectos: pode ser exigência do regulamento da Colmeia.... mas pode ser também o outro lado, o de que a mãe solteira hoje é menos rejeitada que antigamente, é menos escandaloso para uma família ter uma mãe solteira em casa. Então, a aceitação da sociedade é muito maior, logicamente, a procura pela Colmeia, que já foi um lugar de esconderijo das mães solteiras, até de classe social mais alta, hoje, não é mais isso. Hoje é uma casa que vão somente as mães carentes. Temos registrado que vão as que têm somente carência financeira. As de menor são enviadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Juizado de Menores, que transferem para nós a responsabilidade enquanto a menina estiver sob a guarda deles. Agora, as maiores vão por conta própria, indicadas por um posto de saúde, ou uma maternidade, ou uma obra social qualquer, que tem conhecimento da Colmeia.

No momento nós temos uma maior de 30 anos, uma de 17 anos, outra de 22. A dificuldade de dirigir pessoas com idade tão diferenciada é bastante grande. O trabalho continua, não digo que seja um trabalho perfeito, mas é um trabalho muito bom. Aliás, se eu não achasse que o trabalho era válido, eu não iria lá, mas é válido porque, de vez em quando, a gente tem a grande satisfação de receber a visita de uma ex-residente, que vai nos apresentar ou o marido, ou um outro filho, ou um companheiro, ou simplesmente vai ver a Colmeia novamente. Às vezes, leva a criança que nasceu lá e mostra pra criança: “Olha, você dormiu aqui, quando você nasceu”, ou coisas desse tipo.

Escolhas

AO LONGO DA vida, exerci duas profissões: secretária e professora. Se eu começasse minha vida outra vez, eu seria professora; segunda opção, secretária; terceira, cozinheira.

Não me casei, não me casei não sei por quê. Tive namorados, tive oportunidade, cheguei até a ser pedida, mas não pela pessoa que eu queria. Acabei

não me casando. Minha família diz que eu não me casei porque eu sempre fui muito exigente. Fui sim, mas eu acho que eu não me casei, também, porque eu levava muito a sério o casamento, o fato de trazer filhos ao mundo, de educar os filhos.

Eu era exigente sim, quando eu arranjava um namorado, eu olhava até a família dele, pais, tios, irmãos, primos, para ver se era uma família bem formada e sadia. Eu me lembro que eu tive um namorado, que teve um tio, ele não tinha culpa nenhuma, mas o tio dele, Deus me perdoe pelo que estou dizendo, era o que se dizia, era até mandante de assassinato. E isso me botava... já imaginou se eu me caso com fulano e eu tenho um filho que vai puxar esse tio? Porque genética é genética. De tanto pensar, não me casei. Ah, foi isso, perdi oportunidade, não sei. Enfim, não tive pressa também pra me casar, quando eu assustei, o tempo tinha passado.

Eu lamento não ter sido mãe, mas, em compensação, eu tenho tantos sobrinhos que me preenchem a vida de carinho, eu dou vazão ao meu amor. Eu tenho umas sobrinhas que são quase como filhas pra mim. Tanto que o marido de uma delas me chama de sogra, porque ele não conheceu a mãe de minha sobrinha, que foi a minha irmã que morreu, a mais velha. Ele não a conheceu e eu fui muito solidária ao casal quando ela esperava a criança, ela teve uma gravidez difícilíssima, difícilíssima mesmo, e eu lhe dei um apoio muito grande. Dei por amor, dei pensando em minha irmã, dei porque ela me procurou. O meninozinho que nasceu me chamava: vovó, tia Yara. Hoje, não, ele me chama só de tia Yara, mas quando pequenininho, ele fazia confusão, pelo que os pais falavam.

Eu não me sinto frustrada afetivamente, não, eu sou muito bem aceita na família, me dou com todas as pessoas da família. Aliás, uma coisa que eu digo com muita satisfação, eu não tenho um inimigo, ou melhor, eu não sou inimiga de ninguém. Claro que nem todo mundo gosta de mim, mas inimigo, de jeito nenhum. Mas arrependimento, remorso... nem posso dizer que eu tenho arrependimento, eu não gosto de mentira, que a maior mentira que eu preguei, na minha vida [risos], foi contra mim. Foi quando eu mandei falar com o rapaz, com o qual eu era apaixonada [fala, prolongadamente, dando destaque à palavra e ao sentimento], que eu não gostava mais dele, pedi pra ele não aparecer mais. Eu não deveria, foi uma mentira, ele acreditou e nunca mais apareceu. Hoje, ele só me cumprimenta se estiver longe

da mulher dele, junto da mulher dele, ele me ignora, porque ela morre de ciúmes de mim [risos]. Foi meu grande amor, já está velho também, já deve estar caducando uma hora dessas [risos].

Custei a curar a paixão, mas curou. Hoje, eu me lembro e acho até graça e fico pensando: “Meu Deus, mas que bobeira, que bobeira”, mas foi bom o quanto durou [risos]. Não tenho arrependimento, enfim, não tenho remorso, não.

Quadrinhas poéticas

MINHAS PREFERÊNCIAS, hoje, em leitura, são: Leonardo Boff, que leio quase toda semana. Quase que infalivelmente, leio a crônica de Frei Beto, no *Estado de Minas*, gosto de quase todas elas, são muito boas. E, fora disso, quero ler algo sobre Ghandi, que meu irmão ganhou alguma coisa, e falei que depois eu quero ver. E eu estou lendo atualmente um livro de poesias que a minha irmã vai lançar sexta-feira, no dia 19 ou 20, não sei. Ela vai lançar um livro de poesia, embora eu não seja muito chegada a poesia, mas também não entendo muito, eu prefiro uma crônica, uma prosa. Porque a poesia, a minha mãe já dizia isso, meu pai também era meio poeta, minha mãe dizia que “o poeta, às vezes, diz não o que ele sente, mas o que era necessário dizer para completar a rima”. Então, forçava um pouco o sentimento, eu acho que ela tem razão. Percebo isso na produção da minha irmã. A minha irmã tem poesias muito bonitas, mas tem umas que não me dizem nada. Pode ser por falta de eficiência minha, mas não me passam nada. Umas não, umas são muito bonitas, muito interessantes, ela, sempre que tem oportunidade, ela faz uma poesia para uma pessoa da família, seja casamento, falecimento, bodas, ela sempre faz um poema dedicado a essa pessoa. Pra mim, ela fez quando eu fiz 70 anos e quando eu fiz 80. Fez até uma, há muitos anos, uma poesia que ela deu o título de “Altivez”, pegando como deixa, pra fazer a poesia, o fato de eu estar rindo muito das palhaçadas da outra irmã, que é muito espirituosa, ela falou comigo: “Você fica rindo demais, rindo demais faz ruga”. Eu então disse pra ela: “Ah, se minhas rugas forem motivadas pelo fato de eu rir muito, eu vou me orgulhar delas”. Então, ela fez um poema pra mim, um soneto, que termina assim: “Orgulho das rugas do meu rosto, não foram motivadas por desgosto”, não, “Eu gosto que bem assim retratem o meu passado

próximo e distante. Orgulho-me das rugas do meu rosto, não foram motivadas por desgosto, mas por meu riso quase que constante”. Porque eu sempre fui muito alegre, graças a Deus. Falei com ela: “Vou me orgulhar”.

Sempre estou fazendo alguma coisa, algum trabalho manual, de vez em quando, embora tinha dito que não gosto de poesia, mas, de vez em quando, eu faço umas quadrinhas. Um versinho. Ontem mesmo, eu fiz uns aqui, não sei por quê. Eu, lendo o livro de poesia da minha irmã, eu sentei e fiz umas quadrinhas aqui, não sei nem se são bem feitas, fiz pra poder matar o tempo. Por exemplo, eu fiz uma aqui pra minha irmã, ela tem o apelido de Guigui.

A Guigui que é poetisa, nunca perde a ocasião.
Diz rima e faz versos brotados no coração.
É assim nossa família, bem grande, mas bem formada.
Aos trancos e barrancos, para tudo preparada.

Eu vou fazendo umas quadrinhas que me vêm à cabeça. Falo sobre meu pai, que queria que a gente tivesse liberdade, iniciativa. Então, eu fiz um verso assim: “Os filhos que se arranjam, seja homem ou mulher / Cada um viva pra si, cada um faça o que quer.”

O papai era um homem muito inteligente, às vezes, depois do jantar, nós tínhamos o hábito de reunir e ficávamos conversando, e, às vezes, surgia um assunto qualquer, podia ser política, podia ser uma notícia de jornal, um acontecimento na cidade, e nós ficávamos discutindo. E o papai, às vezes, dava um palpite, contrariando nossa opinião, e, às vezes, ele contrariava a opinião de todo mundo. Um dia, a mamãe reclamou: “Mas, espera, você está do contra, tudo que eles falam você reclama.” Ele riu e disse assim: “Não, eu estou concordando com eles, mas eu estou contestando para ver a firmeza de opinião que eles têm, porque eu não quero criar filhos *Maria vai com as outras*.” De forma que a nossa família toda é um pouco teimosa, de opinião.

Casa Santa Zita

QUANDO EU DECIDI vender meu apartamento e me mudar para um lar de idosos, eu escolhi esta casa porque, há muito tempo, eu já havia feito a inscrição

aqui, para facilitar a vinda da tia do meu cunhado e da irmã dele, que são mais velhas do que eu. E elas vieram e moram aqui. Eu vim aqui visitá-las, achei o ponto muito bom, achei a casa limpa, muito bem cuidada. Então, eu resolvi vir aqui ver, fui lá no escritório pra saber como estava minha situação na lista, a moça disse: “Olha, vagou um apartamento lá muito bom, a senhora não quer ir ver?” Eu vim, era este. A irmã falou: “Bom, veio ontem uma pessoa pra olhar e ficou de me dar a resposta hoje de manhã, mas não veio dar a resposta. Se ela não vier, o apartamento é seu.” Ela não veio, eu vim e aluguei o apartamento. Completou quatro anos agora, dia 1º de junho, que eu estou aqui. E não me arrependi um segundo sequer de ter vindo. Trouxe pra cá o necessário, completei com o que quis, não tinha *internet*, agora eu tenho. À noite, a companheira vem sempre aqui, a gente vê a novela juntas, ela vai, volta, vai, volta. A irmã, às vezes, vem aqui também, bate um papinho, ou eu vou no quarto de outras. E assim a gente convive, muito bem.

Me parece que já houve algum tipo de reclamação por parte de outras moradoras daqui, algo como um pouco de ciúme em relação a nós, que somos pensionistas. Mas é natural, porque eu não sei a vida delas, mas eu acho que muitas delas passaram dificuldades, muitas delas, talvez, não tiveram uma família organizada, então, aquilo marca a pessoa, a pessoa, sem querer, tem um pouco de inveja das outras pessoas, mas, para mim, dizer que tem claramente alguma coisa, isso eu não sei.

Uma vez, uma me destratou, mas ela mesma disse, “na minha família, todo mundo fica esclerosado cedo, e eu já estou ficando”. Eu acho que tá mesmo, ela, uma vez, falou qualquer coisa a meu respeito, com referência às irmãs, porque as irmãs me tratavam diferente, ela se queixou de uma irmã, eu disse que eu não tinha queixa, ela disse: “Porque elas te tratam diferente”. Eu não discuti com ela, porque não adiantava discutir. Eu poderia ter falado: “Não será por que eu a trato diferente? Ou que eu não crio caso?” Mas, não podia falar, porque não valia a pena. Mas nós nos damos bem. Ela é uma pessoa revoltada. Tem outras que a gente vê que também foram sofridas e por aí fora. De forma que, um lugar que tem 20 e tantas pessoas, quase 30, é impossível que haja uma comunhão de ideias, não tem cabimento. Cada

uma com um princípio, cada uma com uma educação, cada uma com uma história de vida, não é possível. Mas a gente tem que ter jogo de cintura pra conviver bem.

Morar em Belo Horizonte

O PRIMEIRO PERÍODO que eu vim para Belo Horizonte foi de 1951 até 1963. Depois, eu voltei pra Teófilo Otoni. Depois, passei quatro anos em São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo, e voltei aqui para Belo Horizonte em 80, onde estou até hoje.

A minha primeira vinda para Belo Horizonte é uma longa história. Eu estava licenciada pelo IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários), naquele tempo, era IAPC, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) substituiu isso, porque eu tive um problema de garganta, eu era professora e fui proibida de lecionar. Então, coincidiu que três irmãos meus terminaram o ginásio e queriam continuar os estudos. Nós viemos pra Belo Horizonte e montamos uma casinha, um apartamentozinho, mas eu não ia ficar parada só com a licença do INSS. Fiz então um concurso no SESI (Serviço Social da Indústria) e comecei a trabalhar lá. Aí, cancelaram a licença do INSS, porque eu voltei a trabalhar. Trabalhei no SESI, uns três a quatro anos. Depois, eu fui trabalhar na *General Electric*, lá trabalhei nove anos. Aí voltei pra Teófilo Otoni. Voltei porque fui dispensada da *General Electric*. Naquele tempo, havia uma lei que empregado não poderia completar 10 anos, porque equivalia à estabilidade. E a *General Electric*, ainda mais sendo uma empresa multinacional, tinha esse cuidado. Eles me propuseram me demitir e me contratar novamente, eu achava aquilo um pouco... não gostei da proposta e falei: “Se vocês confiassem em mim, deixariam que eu completasse 10 anos, porque eu não ia reivindicar absolutamente nada”. Também o meu pai não estava bem de saúde e eu resolvi voltar, mas, felizmente, ele viveu mais um bom tempo. A *General Electric*, naquela época, ficava na Rua Uberaba, ali no Bairro Calafate. O bairro era simples, depois que eu saí, ela mudou pra Cidade Industrial. Eu morava na Serra, era tranquilo. Tinha que pegar duas conduções, da Serra até a região central e depois pegava o ônibus Calafate, que ia lá pra *General Electric*, mas me pagavam um bom salário, então valia a pena fazer isso.

Sempre me diverti muito, com cinema, dança, teatro, sempre gostei muito de dançar. A vida normal de jovem do meu tempo, namorava, dançava, passeava. Eu fazia o que uma jovem normal faz, passear, ir ao cinema, namorar, dançar, ou ir nas casas visitar uma família. Frequentava muito cinema, não tinha televisão. Então era cinema, pelo menos uma vez por semana Antigamente, para ir ao cinema, a gente se aprontava e, conforme a hora, ainda usava luva. O negócio era chique. Hoje, a pessoa vai a qualquer lugar com a calça *jeans*, uma calça comprida. A gente se arrumava, se aprontava, era muito diferente. Hoje, não, hoje, a gente é muito mais simples, a vida é um pouco mais corrida, mas acaba sendo melhor. Eu acho que, como é agora, dá menos distinção nas camadas sociais. Porque a gente vê pessoas de recurso botando uma calça *jeans* como vê uma doméstica usando uma calça *jeans*. De forma que, eu acho... se você examinar a etiqueta de uma vai ser diferente da outra, mas, no geral, eu acho que existe menos distinção das classes sociais. Nesse aspecto, eu acho que a sociedade melhorou.

Eu sou muito rueira. Segunda-feira de manhã, eu tenho livre. Esse tempo livre eu aproveito pra fazer uma compra, pra ir ao banco, etc. Segunda-feira à tarde, eu vou pra obra social. Terça-feira é dia de receber a faxineira, é uma moça que minha irmã, ou meu sobrinho, ou meu cunhado, não sei, eles pagam um dia, pra ela vir aqui pra servir a nós três: à tia do meu cunhado, à irmã dele e a mim. Depois que você sair, ela vem pro meu quarto, pra passar um pano, arrumar e limpar o que precisar. Então, terça-feira eu reservo pra isso. Normalmente, às terças-feiras, nós reunimos na casa de um dos irmãos pra jogar um baralhinho, terça-feira é pra isso. Na quarta-feira de manhã, eu também tenho livre, mas, na quarta-feira de tarde, eu tenho hidroginástica. Quinta-feira de manhã, eu tenho hidroginástica e, de tarde, eu tenho Colmeia. Sexta-feira de manhã, eu tenho livre, e sexta-feira de tarde, eu tenho hidroginástica e, geralmente, eu vou pro sítio do meu irmão. Agora, eu também dou uma aulazinha de alfabetização, já passou de alfabetização, pra uma moradora daqui, que fez 77 anos. Isso já tem uns três anos que está acontecendo. Um dia, ela me disse que tinha esquecido tudo que tinha aprendido. Ela falou: “Eu soube que você é professora... você não quer me dar aula, porque eu esqueci tudo que eu aprendi”. Eu falei: “Com muito prazer”. Então, numa dessas folgas, eu a chamo pra aula e dou

aula pra ela, ela já está lendo, vagarosamente, mas já está lendo. Ela só sabia escrever o nome.

Sempre morei nesta região próxima ao centro, na Rua Goitacazes, e agora, aqui, e não tenho medo por causa de trânsito, essas coisas. A minha família até acha que eu não devo muito... que eu me exponho muito. Por exemplo, eu vou à Galeria do Ouvidor fazer compra, eu vou ao Mercado Central fazer compra. A minha família acha que eu já não tenho mais idade pra isso. Eu falei: "Enquanto eu tiver vontade e disposição, eu vou". Qualquer hora dessa, eu vou ao Mercado Central comprar peixinho pra colocar no meu aquário, porque meus peixinhos morreram e meu aquário está vazio.

Belo Horizonte ainda é uma cidade calma para os idosos, mas dependendo do bairro onde ele circula. Não está sendo mais calma quase pra ninguém, quem conheceu Belo Horizonte, uns tempos atrás... quando chega um feriado, é que a gente vê Belo Horizonte calmo. Ô gente, que saudade dos bons tempos, porque Belo Horizonte está ficando muito agitada, assalto, roubo. Por exemplo, eu nunca fui assaltada, mas já me tiraram a carteira da bolsa, no ônibus. Minha irmã já foi assaltada uma, duas vezes, meu irmão já foi roubado, meu cunhado também, minha outra irmã, arrancaram o cordão de ouro dela. Eu brinco com elas, "é por que vocês têm aparência de rico ou de bobo", e eu banquei a boba esse dia, a bolsa ficou nessa posição [frente da bolsa exposta], e a pessoa tirou. Eu pego ônibus ainda, contrariando minha família toda, mas eu pego tranquilamente, tranquilamente, não tem problema.

Temperamento

EU ME CONSIDERO uma pessoa feliz. Feliz... não sei, talvez eu ache melhor a expressão: sou de bem com a vida. Porque felicidade é uma coisa muito relativa, a gente tem momentos de grande felicidade, momentos de tristeza, mas não sei se é felicidade. Eu digo que sou de bem com a vida, graças a Deus, sou de bem comigo mesma. Gostaria de ter um gênio mais brando, ser mais suave, mais bondosa, ser mais... não sei, eu sei que meu jeito é assim mesmo. Vou lhe contar, mamãe morreu antes do papai, dois anos antes dele, ele com 87 anos, 86, por aí, eu cuidando

dele, penteando cabelo, ou ajudando a fazer a barba ou qualquer coisa assim, eu cortando unha. Um dia, ele me disse assim: “Ô, minha filha, você é igual à sua mãe, estouvada”, estouvada é termo baiano, quer dizer, uma pessoa estabanada. Mamãe era assim, mamãe pegava o neto, sacudia, dava umas palmadinhas, ela não tinha aquela leveza pra agradar, e eu puxei minha mãe. Quando a pessoa me dá a mão e não aperta a minha, eu acho sem sentido, gosto de um aperto de mão pra valer. Por isso que eu acho que é temperamento, não é falta de carinho, não. Ah, está bom do jeito que está! Perdi o medo de morrer, eu só quero viver... eu só peço a Deus que me conserve a vida enquanto eu tiver lucidez e não for dependente dos outros, se eu puder me locomover, se eu puder tomar meu banho, mas se ele me der a invalidez, paciência eu não tenho muita, não, tem que rezar muito pra ele me dar paciência pra poder suportar, seja o que Deus quiser.

3.1.2 Experiência e conselho

“OS QUE VIERAM ANTES de mim, os que são bons, os que são velhos, aprenderam tudo que é minha vez de aprender.

Eles sabem o que eu não sei. Conhecem o que é bom e o que é o mal, e o que se deve fazer e o que não se deve fazer.

Os que vieram antes de mim hão de me dar conselhos e hão de me citar exemplos.

E, em vez de fazer como rebeldes, que riem da sabedoria e desobedecem, hei de atender ao que me disserem e hei de refletir sobre isso.

E quando for a minha vez de saber, hei de aconselhar também os que vierem depois de mim.”³³²

(Cecília Meireles, *Mandamento V*)

Existem várias entradas para a análise do depoimento de Dona Yara, recuperando fragmentos do que foi lembrado, como pertencentes à possibilidade de realização da experiência, tanto a partir de sua própria vida, quanto das relações que esta estabelece no âmbito familiar. Porém considero que o reconhecimento de sua “escolha” pela vida de solteira, uma temática constante em sua entrevista, é um ótimo ponto de partida para compreender melhor as suas razões de ser e de se colocar no mundo, que lhe possibilitam vivenciar a experiência.

Poderia dizer que a alegoria benjaminiana da fada, por intermédio da qual alguém satisfaz um desejo, não realizou o anseio de Dona Yara de se casar e ter sua própria família. Apesar de Walter Benjamin afirmar que tal fada existe para todo mundo (deixando claro, no entanto, que poucos são os que se lembram de qual era o desejo formulado primeiramente) e de que, ainda que na velhice, Dona Yara tenha consciência de que ter uma família era um dos seus desejos, esta não experimentou a satisfação de vê-lo realizado.

Não considero, contudo, que esse desejo não realizado compareça, na sua vida, no formato de um recalque, visto que o esquecimento livre só é possível

³³² MEIRELES, Cecília. Mandamento V. In: MEIRELES, Cecília. *Criança, meu amor*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p.83.

quando algo pode ser lembrado. Caso contrário, pode-se dizer que é recalque. Assim, trazer à lembrança as suas escolhas, no que se refere ao campo afetivo, lhe permite a superação daquilo que não pôde ser vivido, de uma possível ausência.³³³

Guardando os devidos cuidados no desenvolvimento dessa reflexão sobre o recalque, algo tão caro à análise psicanalítica, exposto aqui de modo muito esquemático, percebe-se que, possivelmente, Dona Yara não se remeteria aos sentimentos narrados, caso eles fossem uma fonte de desprazer. Ainda que existisse algum tipo de barreira a essa rememoração, e esta tivesse sido quebrada no ato narrativo, entendo que esses sentimentos teriam sido narrados com certo grau de dramaticidade, o que não foi o caso. Muito mais do que isso, a sua referência ao não casamento, recheada de risos, remete-nos a um enquadramento determinado pelo pensamento do senso comum, fruto da imposição social, segundo a qual a mulher que não foi capaz de ter um marido e, principalmente, de gerar filhos, é incompleta. O que exige sempre uma justificativa dos sujeitos, sobre si e para si, dos motivos pelos quais se dá sua incompletude.

Ao me dizer que, caso tivesse de recomeçar a sua vida, escolheria, entre três profissões, a de cozinheira, fico tentada a refletir sobre o desejo encoberto, nessa afirmação, de uma vida afeita à esfera do lar, da sua própria família, em detrimento da vida pública como professora e secretária, embora ela tenha organizado, hierarquicamente, as escolhas, e a opção pela cozinha tenha sido colocada em último lugar. “Ao longo da vida, exerci duas profissões: secretária e professora. Se eu

³³³ Sigmund Freud, em diferentes textos, analisa o que se convencionou chamar de recalque. Este pode ser associado a algumas das patologias estudadas pelo psicanalista, como as psiconeuroses – histeria, obsessões e paranoia – mas, longe disso, não são prerrogativas exclusivas dos neuróticos, comparecendo também na vida das pessoas normais. Dois dos textos presentes no volume III de suas obras completas são bem esclarecedores da relação existente entre o recalque e os processos mnemônicos: “O mecanismo psíquico do esquecimento” e “Lembranças encobridoras” (Cf. FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1998. CD-ROM). Segundo Freud, entre os fatores que facilitam o despertar da memória, encontra-se a “constituição psíquica do indivíduo, da força da impressão quando recente, do interesse voltado para ela nessa ocasião, da constelação psíquica no momento atual, do interesse agora voltado para sua emergência, das ligações para as quais a impressão foi arrastada, etc.” (*Ibidem*, sem paginação). No entanto, além desses fatores, é necessário considerar também a “atitude favorável ou desfavorável de um dado fator psíquico que se recusa a reproduzir qualquer coisa que possa liberar desprazer, ou que possa subseqüentemente levar à liberação de desprazer” (*Ibidem*, sem paginação). Concluindo tal pensamento, Freud avalia que “a função da memória, que gostamos de encarar como um arquivo aberto a qualquer um que sinta curiosidade, fica, desse modo, sujeita a restrições por uma tendência da vontade, exatamente como qualquer parte de nossa atividade dirigida para o mundo externo” (*Ibidem*, sem paginação).

começasse minha vida outra vez, eu seria professora; segunda opção, secretária; terceira, cozinheira” (Depoimento de Dona Yara). Novamente, a imposição social, relevante, para a geração de Dona Yara, que coloca a mulher como representante do universo da casa, pode ser destacada.

Toda a reflexão sobre esse aspecto de sua vida me foi resumida no momento em que conversamos sobre arrependimentos. Ao contrário de admitir que experimenta esse sentimento, respondeu, conjecturando, alegremente, sobre aquilo que lhe faltou em virtude da mentira que pregou contra si mesma. Esse fato, a meu ver, só pode ser lembrado porque superado (ainda que, talvez, de forma sublimada), o que lhe forjou a personalidade forte e a firmeza com a qual enfrenta a velhice, como se observa na sua fala:

[...] eu não gosto de mentira, que a maior mentira que eu preguei na minha vida, foi contra mim. Foi quando eu mandei falar com o rapaz com o qual eu era apaixonada, que eu não gostava mais dele, pedi pra ele não aparecer mais. Eu não deveria, foi uma mentira, ele acreditou e nunca mais apareceu (Depoimento de Dona Yara).

Avalio também como procedente a análise que reconhece, no seu trabalho voluntário na Colmeia, o desejo não realizado e declarado de ser mãe. Quando me referi ao fato de que as “escolhas” empreendidas por Dona Yara me ajudaram a compreender o seu modo de ser e de se colocar no mundo, e que, em decorrência disso, encontro possibilidades de realização da experiência na vida de Dona Yara, minha intenção foi enfatizar a clareza que ela possui em relação ao apreendido durante toda uma vida e a força daquilo que verbaliza como conselho para as “meninas” da Colmeia.

No ensaio “Experiência e pobreza”, Walter Benjamin questiona: “Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará, sequer, lidar com a juventude, invocando sua experiência?”³³⁴ Apesar do repúdio que a juventude, ao

³³⁴ BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.114. (Obras escolhidas, v.1). Na tradução de João Barrento, editada, recentemente, no Brasil, as perguntas mantêm a mesma força indagadora acerca da importância atribuída aos conselhos emitidos de geração a geração. “Um provérbio serve hoje para alguma coisa? Quem é que ainda acha que pode lidar com a juventude, invocando a sua experiência?”. (BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In:

longo dos anos, passa a apresentar em relação ao conselho proveniente da autoridade da velhice, isso não impediu que a gestante da Colmeia reconhecesse que os conselhos que Dona Yara lhe transmitiam constituíam verdades, que, por vezes, a magoavam.

Outro dia, uma me contou que, no trabalho dela, tem uma psicóloga, ou psicólogo, não sei bem, e que ela se queixou de mim pra ele [...]. Então, ele perguntou: “Por que você se queixa da Dona Yara?” Ela então disse: “É porque, às vezes, ela me machuca com o que ela diz”. O psicólogo, então, perguntou pra ela: “Não será que é nos momentos em que ela lhe fala a verdade, e a verdade lhe dói?” Ela me contou isso chorando, quer dizer, eu entendi como uma maneira dela se desculpar pelo fato de haver falado contra mim, para o psicólogo (Depoimento de Dona Yara).

Ainda que os conselhos advindos das pessoas mais velhas cheguem de forma ameaçadora, esses são compostos por experiências transmitidas na forma de histórias, narrativas, provérbios, que, apesar de estarem em baixa para o contexto da modernidade, assim como Benjamin aponta, não se pode dizer que deixaram de existir. A benevolência dos velhos para com os jovens pauta-se na crença de que a idade lhes ensinará aquilo que eles precisam saber, ideia também desenvolvida por Benjamin, no ensaio citado anteriormente: “Ele é muito jovem, em breve poderá compreender. Um dia ainda compreenderá”.³³⁵

Aproveitando a análise realizada pelo psicólogo da futura mãe solteira da Colmeia, Dona Yara recupera, nessa oportunidade, a sua autoridade e legitimidade. Durante a entrevista, ela havia assinalado que algumas gestantes da Colmeia apresentavam um forte traço de rebeldia, e a fala do psicólogo criou a oportunidade ideal para que Dona Yara se sentisse autorizada a aplicar uma lição: “Eu falei com ela que o psicólogo estava certo, que, realmente, eu tinha que usar de franqueza com ela,

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*: Walter Benjamin. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p.85). Nesse texto, acrescido de comentários do tradutor, encontra-se a informação de que esse ensaio originalmente se chamava “Pobreza de experiência”. O título originário, a meu ver, traduz, de forma mais contundente, a temática do ensaio. A utilização da conjunção “e” entre as duas palavras, no título pelo qual o texto ficou conhecido, leva-nos ao pensamento inicial de que o mesmo tratará dos dois conceitos em separado, e não da dificuldade que o processo da experiência enfrenta na modernidade.

³³⁵ *Ibidem*, p.114.

para que elas também tomassem consciência do problema e partissem para uma atitude melhor” (Depoimento de Dona Yara).

Ainda com relação ao seu trabalho voluntário na Colmeia, posso dizer que aos velhos também é atribuído o papel de guardião³³⁶ das histórias dos lugares e/ou instituições. A dificuldade de Dona Yara de deixar a obra consiste também no fato de que ela é detentora de um conhecimento que foi acumulado ao longo dos 28 anos que atuou nesse trabalho: “Eu continuo trabalhando na Colmeia, sou apenas uma voluntária, não tenho cargo nenhum. Agora, como eu sou a mais velha em idade e a mais antiga em trabalho, quase todos os problemas passam por mim.” Recentemente, em um encontro com ela, tomei conhecimento de que, finalmente, ela conseguiu deixar o trabalho voluntário, como era seu antigo desejo.

Retomando a formulação de Jorge Larrosa, já apresentada, de que a experiência também é aquilo que nos toca, a realização desse trabalho voluntário, além de ser uma experiência, para Dona Yara e as gestantes, no que se refere ao aspecto já aludido, também é algo que se realiza no encaço dos sentimentos que lhe acometem e que são proporcionados pela sua inserção na obra. Trata-se de sentimentos que geram um conflito interno entre aquilo que o seu médico lhe recomenda, ou seja, não trazer os problemas vivenciados na Colmeia para casa, e a sensibilidade para com as situações presenciadas no dia-a-dia da instituição:

[...] o médico me disse que eu posso trabalhar na Colmeia, contanto que eu não traga os problemas pra casa. Eu falei: “Doutor, é impossível, porque, se eu entrevisto uma menina de 14, 13, 15 anos, ou que foi violentada, ou que não sabe quem é o pai da criança... se o pai é o padrasto, ou o próprio pai dela, ou o tio, porque, às vezes, infelizmente, temos o caso de que o pai da criança que a moça tá esperando é o irmão com o qual ela dormia, porque, na casa dela, todo mundo dormia junto. Como é que eu venho pra casa e me esqueço desses problemas?” Só se eu fosse insensível. Então, é difícil,

³³⁶ Paul Ricoeur, ao discutir os usos da memória que comportam determinados abusos, aponta o paradoxo existente entre a atribuição da função de guardião da memória a um determinado sujeito e o processo de rememoração, que pertence à esfera da evocação. De acordo com ele: “Espantemo-nos primeiro com o paradoxo gramatical que a injunção de se lembrar constitui. Como é possível dizer ‘você se lembrará’, ou seja, contará, no futuro, essa memória que se apresenta como guardião do passado? Mais grave ainda: como pode ser permitido dizer ‘você deve lembrar-se’, ou seja, deve contar a memória no modo imperativo, quando cabe à lembrança poder surgir à maneira de uma evocação espontânea, portanto, um *pathos*, como diz o *De memoria* de Aristóteles?” (RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p.100).

eu tenho que superar, isso eu sei, mas esquecer, propriamente, não dá, não (Depoimento de Dona Yara).

Avançando em direção a outras possibilidades de realização da experiência, que podem ser consideradas a partir da trajetória dessa senhora, passo a considerar a sua narrativa acerca da Trezena de Santo Antônio.

Segundo Jeanne Marie Gagnebin, o ensaio “Experiência e pobreza” fornece uma noção de experiência (*Erfahrung*) que se circunscreve em uma temporalidade comum a várias gerações, pressupondo uma tradição compartilhada, retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho.³³⁷ Tal reflexão é ilustrada, no ensaio, por meio da narração lendária de uma fábula, atribuída a Esopo,³³⁸ que apresenta o conselho concedido por um pai, no leito de morte, a seus filhos, sobre o modo pelo qual estes ficariam ricos. O pai moribundo³³⁹ diz aos filhos que, em seus vinhedos, existia um tesouro enterrado, os filhos se dedicam à tarefa de procurá-lo e revolvem toda a terra de suas vinhas. Ao final dessa tarefa, não encontram nada, mas, no outono, suas vinhas são as mais produtivas da região. Descobrem, assim, que a riqueza estava nas palavras transmitidas pelo pai.

Algumas das explicações para a interpretação que Walter Benjamin realiza dessa fábula assumem um caráter utilitário que aposta na noção de nobreza do trabalho e do esforço, pois afirmam que a bênção do conselho emitido pelo pai, à beira da morte, aos seus filhos, não estava no ouro do tesouro escondido, mas no trabalho de volver a terra. Segundo Jeanne Marie Gagnebin,³⁴⁰ o que interessa a Benjamin, nessa descrição, é a encenação da história e não o conteúdo da mensagem transmitida, afinal, o pai promete um tesouro inexistente, pregando uma peça nos filhos, para convencê-los de suas palavras. O verdadeiro sentido de recuperação dessa narrativa concentra-se na representação de que aquilo que o pai fala, no seu leito de morte, é ouvido:

³³⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. p.66. (Coleção Estudos, v.142).

³³⁸ *Ibidem*, p.65.

³³⁹ As palavras agonizantes dos moribundos, na obra benjaminiana, em se tratando da discussão da experiência, remetem à situação de quem se encontra no leito de morte, ou às vésperas da morte, no limiar entre a vida e a morte.

³⁴⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.49-57.

O que importa é que o pai fala do seu leito de morte e é ouvido, que os filhos respondem a uma palavra transmitida nesse limiar, e que reconhecem, em seus atos, que algo passa de geração para geração; algo maior que as pequenas experiências individuais particulares (*Erlebnisse*), maior que a simples existência individual do pai, um pobre vinhateiro, porém, que é transmitido por ele; algo, portanto que transcende a vida e a morte particulares, mas nelas se diz; algo que concerne aos descendentes.³⁴¹

A tradição da qual se fazem fonte aqueles que se encontram perto da morte, à qual se refere Gagnebin, “não configura somente uma ordem religiosa ou poética, mas desemboca também, necessariamente, numa prática comum.”³⁴² Para Benjamin, a palavra do agonizante tem um caráter importante não porque se refere a algum saber secreto que este tinha a revelar, mas “porque, no limiar da morte, condensava em uma intimidade repentina o mundo vivo e familiar, do outro mundo, inteiramente desconhecido e, no entanto, comum a todos”.³⁴³ Como viajantes, que retornam depois de uma longa ausência, os agonizantes possuem a autoridade suprema que lhes é concedida pela última viagem. Aquela que vem do reconhecimento de que a morte representa o desconhecido e é uma sentença comum a todos, como pronuncia Chicó, personagem do *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna:

Cumpriu sua sentença. Encontrou-se com o único mal irremediável, aquilo que é a marca do nosso estranho destino sobre a terra, aquele fato sem explicação que iguala tudo o que é vivo num só rebanho de condenados, porque tudo o que é vivo morre.³⁴⁴

Partindo dessa reflexão, é possível reconhecer, no pedido que a irmã caçula de Dona Yara (que também já era velha) faz, três dias antes de morrer, à sua sobrinha, o sentido de uma tradição compartilhada, cuja temporalidade remete a diferentes gerações, favorecendo, assim, a realização de uma prática comum, nesse caso, de ordem religiosa, festiva e familiar.

³⁴¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.50.

³⁴² GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. p.66. (Coleção Estudos, v.142).

³⁴³ GAGNEBIN, *loc. cit.*

³⁴⁴ SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Agir, 1981. p.134.

Ela pediu, uns três dias antes de morrer, a uma de nossas sobrinhas, que é muito festeira, que não se esquecesse de comemorar, no lugar dela, duas oportunidades, a festa de Santo Antônio, que era tradição na família, por causa da minha avó, que sempre comemorava, e o Natal. De forma que, sábado agora, essa minha sobrinha vai reunir a família toda na casa dela para comemorar Santo Antônio (Depoimento de Dona Yara).

Lançando mão de mais um conceito importante cunhado por Benjamin em um dos fragmentos da obra *Passagens* – o de limiar – encontram-se, nos ritos de passagem expressos nas cerimônias ligadas ao nascimento, ao casamento, à puberdade e também à morte, possibilidades de realização de experiências limiares.³⁴⁵ Entender o significado desse conceito parece-me fundamental, nesse contexto de análise da experiência limiar da morte, ocorrida na família de Dona Yara.

A distinção entre o conceito de limiar (*Schwelle*), soleira, umbral, e o conceito de fronteira (*Grenze*), exigida por Walter Benjamin, no fragmento “Ritos de passagem”, que integra o caderno das *Passagens*, denominado “Prostituição, jogo”,³⁴⁶ é compreensível em função do sentido de transitoriedade que esse primeiro conceito detém e que, por isso, se adapta à reflexão histórica de Benjamin acerca da modernidade. Segundo Jeanne Marie Gagnebin,³⁴⁷ a fronteira contém e mantém algo, evitando seu transbordar, ela define limites. A utilização desse conceito, no contexto filosófico clássico, sobretudo a partir de Kant, para Gagnebin:

[...] determina a tarefa do pensamento como um estabelecer de fronteiras, tanto em proveito de determinação e da diferenciação conceitual, quanto na intenção de proibir ultrapassagens perigosas ou falsas transcendências; trata-se de uma *ascese*, de um exercício de limitação, limitação reconhecida e aceita contra a *hybris* de um pensamento pretensamente totalizante ou contra a *Schwärmerei*, o entusiasmo efusivo, da “*bela alma*”.³⁴⁸

³⁴⁵ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgária. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.535.

³⁴⁶ De acordo com Benjamin, o limiar (*Schwelle*) deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira (*Grenze*). (*Ibidem*, p.535).

³⁴⁷ Cf. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (Orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.12-26. (Coleção Humanitas).

³⁴⁸ *Ibidem*, p.13.

Retomando a crítica ao pensamento kantiano, presente no ensaio “Sobre o programa de uma filosofia vindoura” (*Ueber das programm der kommenden philosophie*), é possível entender o julgamento e crítica de Benjamin endereçados ao conceito de fronteira, que delimita o pensamento, afastando-o da possibilidade de uma dialética transcendental.

Mas, se, por um lado, a fronteira delimita, o limiar indica o movimento, a ultrapassagem, as passagens, as transições,³⁴⁹ por exemplo, a transição entre a vida e a morte, como consta no título do artigo de Gagnebin, utilizado para referenciar o resgate conceitual aqui realizado.

Benjamin adverte que, no contexto da vida moderna, as transições são, cada vez mais, irreconhecíveis e difíceis de vivenciar, pois nos tornamos muito pobres em *experiências limiars* (*Schwellenerfahrungen*). Por meio de sua análise da estrutura temporal da poesia de Baudelaire, observa-se a sua crítica à modernidade e o decorrente encurtamento do tempo destinado à realização de experiências de transição, como constata Gagnebin:

Se o tempo na modernidade – em particular no capitalismo – encolheu, ficou mais curto, reduzindo-se a uma sucessão de momentos iguais sob o véu da novidade (como no fluxo incessante de produção de novas mercadorias), então decorre daí uma diminuição drástica da percepção sensorial por ritmos diferenciados de transição, tanto na experiência sensorial quanto na espiritual e intelectual. As transições devem ser encurtadas ao máximo para não se “perder tempo”. O melhor seria anulá-las e passar assim o mais rapidamente possível de uma cidade a outra, de um país a outro, de um pensamento a outro, de uma atividade a outra [...].³⁵⁰

Já no seu ensaio “O narrador”, Benjamin anuncia as mudanças pelas quais passava a experiência limiar da morte no contexto do século XIX. Entre estas, o isolamento dos moribundos advindo do processo de confinamento em sanatórios e hospitais. Assim, uma vez confinados e separados, a experiência coletiva e comunicativa relacionada ao momento da partida passa a não se realizar. Segundo

³⁴⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (Orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.13. (Coleção Humanitas).

³⁵⁰ *Ibidem*, p.15

Benjamin, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo, sua existência vivida assumem uma forma transmissível.³⁵¹

De um modo incisivo, a solidão dos moribundos tem sido uma prerrogativa da velhice. A prática de isolar aqueles que estão para morrer não ocorre somente em função da tentativa de prolongar essa fase final de suas vidas por meio dos aparatos tecnológicos da medicina, mas de recalcar o medo do incompreensível³⁵² e o sentimento de finitude³⁵³ que o contato com os moribundos e com a morte promove. E, por sua vez, essa prática é também uma demonstração de que enfrentamos dificuldades na identificação com os velhos, que, desse modo, devem ficar cada vez mais afastados de nossas vistas.

Norbert Elias, ao desenvolver sua análise sobre o *processo civilizatório* pelo qual a humanidade passou, reconhece o isolamento dos moribundos como parte desse movimento. Esse pensador viveu até os 93 anos e se ocupou desse tema como alguém que também vivenciava o processo de envelhecimento, que, de algum modo, o ligava, afetivamente, a essa comunidade de destino. Comparando a morte nas sociedades modernas com outros momentos históricos, Elias chama atenção para o fato de que a morte não encontrava o indivíduo em condição de solidão porque era menos comum que as pessoas estivessem sozinhas, já que as condições de moradia deixavam poucas escolhas nesse sentido.³⁵⁴ Nascimentos e mortes – experiências limiares para Benjamin – eram eventos públicos e mais sociáveis que na atualidade.

³⁵¹ BENJAMIN. O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.207. (Obras escolhidas, v.1).

³⁵² “Pois temer a morte, senhores, nada mais é do que pensar que se é sábio quando não se é, uma vez que consiste em pensar que se conhece o que não se conhece. De fato, ninguém sabe se a morte não é, inclusive, a maior de todas as bênçãos para o ser humano, ainda que este a tema como se soubesse que é o maior dos males. E não é essa a mais censurável das formas de ignorância, nomeadamente pensar que se conhece o que não se conhece?” (PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: PLATÃO. *Diálogos III: (socráticos); Fedro (ou do belo); Eutífron (ou da religiosidade); Apologia de Sócrates; Críton (ou do dever); Fédon (ou da alma)*. Bauru: EDIPRO, 2008. p.152). Agradeço ao meu orientador Sérgio Martins por ter compartilhado comigo essa bela reflexão.

³⁵³ “Aqui encontramos, sob a forma extrema, um dos problemas mais gerais de nossa época – nossa incapacidade de dar aos moribundos a ajuda e afeição de que mais que nunca precisam quando se despedem dos outros homens, exatamente porque a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte” (ELIAS, Nobert. *A solidão dos moribundos*, seguido de *Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.16).

³⁵⁴ ELIAS, Nobert. *A solidão dos moribundos*, seguido de *Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.25.

Enquanto eventos públicos, tais aspectos animais da vida humana comportavam rituais de sociabilidade que vêm sofrendo alterações. Dentre os rituais ligados à morte que foram esvaziados de sentido e de significados, encontra-se o velório ou “guardamento” do corpo. Deter-me na análise desse ritual assume um sentido quando detectado o fato de que ele promovia uma interação social e reforçava laços de solidariedade, pautados, entre outros aspectos, nas trocas de narrativas entre os que se encontravam presentes nesse momento. Essas narrativas possibilitavam que a memória do morto se misturasse à dos vivos, em um processo de intensa troca. Uma pesquisa aprofundada sobre essa possibilidade de troca de narrativas merece ser realizada. O encurtamento do tempo destinado aos velórios pode ser considerado uma das representações do empobrecimento dos processos de transição aos quais aludi anteriormente. O ritual fúnebre, relatado por entrevistados velhos, na pesquisa realizada por Maria Teresinha Hoffmann-Horochovski, no qual o velório era realizado na casa do próprio morto e seguido de ações como parar o relógio na hora exata da morte, cerrar as cortinas e cobrir os espelhos, tinha a intenção simbólica de interromper o tempo.³⁵⁵ A realização da vigília junto à família era seguida de manifestações de sentimentos expressos em palavras e gestos.

Norbert Elias e Hoffmann-Horochovski são enfáticos ao descrever como as condolências passam a dispensar o contato corporal e a assumir um caráter comedido e impessoal mais recentemente. De acordo com Hoffmann-Horochovski, o velório se torna mais curto e, agora, por questões de segurança, não ocorre mais à noite. Em algumas capitais, o cortejo fúnebre, antes realizado no espaço público, passa a ocorrer somente dentro do cemitério,³⁵⁶ pois administrar tal acontecimento social, em meio ao trânsito metropolitano, não parece ser mais possível.

Essa discussão também pode ser realizada com referência à compreensão das mudanças ocorridas ao longo do processo de transição de uma cidade à categoria de metrópole. Nesse percurso, os rituais que envolvem o morrer também foram inseridos na lógica mercadológica, que passa a determinar os ritmos e os formatos

³⁵⁵ HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Maria Teresinha. Rituais fúnebres em memórias de velhos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.9, n.24, p.1.120, dez. 2011.

³⁵⁶ HOFFMANN-HOROCHOVSKI, *loc cit.*

desse acontecimento. Os rituais que, antes, eram organizados pela vizinhança, parentela, amigos, passam a ser regidos por empresas.

Mas, se, para a pesquisadora mencionada, os rituais envolvendo o velório, que já foram citados, representavam, de algum modo, uma tentativa de marcar a transição assinalada pela morte, para Elias, tais práticas tornam a morte menos tratável enquanto um problema humano e social que as pessoas devem resolver entre si e para si.³⁵⁷ Para esse autor, a tradicional aura de mistério que cerca a morte resulta de gestos mágicos, tal como esse de parar o relógio, sendo necessário um descortinar dessa aura enigmática que o fim da vida possui: “A morte não tem segredos. Não abre porta. É o fim de uma pessoa. O que sobrevive é o que ela ou ele deram às outras pessoas. O que permanece nas memórias alheias.”³⁵⁸

Encarada como parte constitutiva da modernidade, a medicalização da saúde, de certo modo considerada até perniciosa e que envolve, entre outras coisas, o confinamento dos moribundos, faz parte do contexto de ampliação da indústria da medicina, nos termos de uma verdadeira empresa médica. Ivan Illich, crítico da sociedade industrial e das instituições da cultura moderna, não se eximiu de incluir a medicina em suas análises.³⁵⁹ Dentre os temas ligados à medicina aos quais ele se dedicou, encontram-se o do escamoteamento da morte e o da alienação da dor. A sua reflexão sobre os significados da morte ao longo dos séculos realiza-se a partir da elucidação de como a marcha da civilização médica, levada a cabo pelos países avançados, se encarregou de implantar nova imagem para esse acontecimento.

Imagem centrada no combate da morte por parte do saber médico. Uma conquista, ou uma perda? Para o velho, sem dúvida nenhuma, a possibilidade de chegar à velhice, em muitos casos, passa por essa busca incessante da medicina em estender a vida em meio às intempéries de doenças por vezes controláveis. Um bom exemplo disso encontra-se no controle da hipertensão, através da utilização diária de medicamentos, que, no atual cenário político-nacional, fazem parte de programas de saúde pública e são distribuídos gratuitamente. É ingênuo e perverso negar as

³⁵⁷ Elias, Nobert. *A solidão dos moribundos*, seguido de *Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.36.

³⁵⁸ *Ibidem*, p.77.

³⁵⁹ ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

conquistas modernas da medicina que possibilitaram o prolongamento da vida dos velhos e a sobrevivência das crianças, por exemplo, através da invenção de vacinas. As pesquisas sobre o impacto da imunização proveniente da vacinação dos idosos contra gripe, que acontece anualmente no Brasil, não deixam dúvidas sobre esse avanço. Além da redução do número de casos de gripe, decorre dessa iniciativa também uma redução da taxa de mortalidade e do número de hospitalizações desse segmento da população. Indicar trabalhos com essa temática para o aprofundamento dos leitores desta tese é uma tarefa sem fim, pois a quantidade de artigos acadêmicos e relatos institucionais é imensa. Mas a crítica de Illich se endereça aos mecanismos de prolongamento da vida, quando estes se dedicam à prorrogação de uma sobrevida. Apontado com desconfiança, o pensamento de Ivan Illich traduz certa radicalidade sobre essa temática, que foi levada até o fim, uma vez que, em concordância com a sua crítica à medicina tradicional, este se valeu de procedimentos alternativos para se tratar de um câncer, doença responsável pela sua morte e que chamou de “minha mortalidade”. Mais interessante do que a sua análise sobre a morte, considero imensamente ricas as suas reflexões sobre a alienação da dor, uma importante contribuição para o fechamento da discussão sobre a interdição da experiência na sociedade moderna, decorrente do declínio do contato com os moribundos.

Discursando para além do aspecto orgânico da dor, Illich adverte que a palavra dor encontra-se medicalizada “por seu emprego profissional e se reduz à designação da parte do sofrimento sobre o qual o médico pode afirmar sua competência ou controle”.³⁶⁰ Desse modo, vincula-se a medicina a uma função analgésica da dor. Os desdobramentos dessa concepção estão para além da aparente fuga da dor física que uma primeira leitura desse processo pode indicar. Em uma perspectiva sociológica, pode-se inferir que a busca pela analgesia da dor resvala na negação do enfrentamento da dor do outro. Illich, recuperando o filósofo Ludwig Wittgenstein, aponta que a percepção da dor no outro tem como fundamento a compaixão que se sente por ele, acrescida da percepção de sua humanidade. “Quanto

³⁶⁰ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p.131.

mais profunda é a minha compaixão, mais profunda é a certeza que experimento da dor e da total solidão em que ele a sente”.³⁶¹

A discussão relativa à compaixão não deve ser tomada apenas no que tange ao seu aspecto piedoso para com aquele que sofre algum padecimento, mas remeter a uma ação concreta no sentido de conduzir a uma discussão sobre nossa humanidade. Segundo Gagnebin, a reflexão sobre o sofrimento, no contexto da sociedade moderna, é influenciada pela experiência do nazismo e da *Shoah*.³⁶² Para a autora, tal experiência obriga a filosofia a pensar a realidade do mal e do sofrimento não só como parte da condição humana finita,

[...] mas como mal e sofrimento que foram impostos por determinados homens a outros, mal e sofrimento vinculados, portanto, a fenômenos históricos e políticos precisos, que devem ser investigados, passados no crivo, no intuito crítico de sua recusa ativa.³⁶³

A partir do pensamento de Theodor Adorno, Gagnebin analisa como, após Auschwitz, esse filósofo investe sua crítica contra o imperativo racional, defendendo a necessidade de uma postura de humildade da razão raciocinante frente à realidade da dor, em especial, da dor física da tortura e da aniquilação, que a Segunda Guerra Mundial representou. Ao realizar essa análise, Adorno traz para a discussão contemporânea da dor a dimensão corporal do sofrimento – na qual o sofrer remete ao corpo (*Leib*) – de modo diferente da filosofia clássica, que tomou o sofrimento e a dor no contexto da finitude humana.³⁶⁴

Susan Sontag, também ao se dedicar à análise histórica do conceito da dor, o faz, entre outros títulos, no seu livro *Diante da dor dos outros*.³⁶⁵ O principal

³⁶¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953. p.88, *apud* ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p.134.

³⁶² O termo *Shoah*, na língua iídiche, significa devastação, catástrofe, calamidade, e remete ao holocausto. Alguns intelectuais utilizam essa designação para o genocídio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Giorgio Agamben realiza a análise do processo de substituição dessa terminologia na obra *O que resta de Auschwitz* (Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008).

³⁶³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.60.

³⁶⁴ *Ibidem*, p.76.

³⁶⁵ SONTAG, Susan. *Diante do dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

argumento utilizado por Sontag para descrever o comportamento moderno diante do sofrimento alheio gira em torno da difusão das imagens e notícias de diferentes guerras e conflitos armados. Como essas imagens nos atingem? Quais sentimentos suscitam? O quanto devem ser divulgadas? São interrogações que a leitura desse livro propõe.

Fazendo um paralelo com as assertivas de Benjamin sobre o modo como os soldados voltavam emudecidos dos campos de batalha, mais pobres em experiências comunicáveis, pode-se inferir que a indústria cultural, na sua vertente bélica e espetacular, encontra-se diretamente ligada às causas da *afasia* moderna sobre a guerra e o sofrimento?

A resposta a essa pergunta, à luz do livro de Susan Sontag, apresenta uma aposta positiva na veiculação das imagens da guerra como uma possibilidade de geração de sentimentos perante a dor. Para Sontag, em uma era “carregada de informação, a fotografia oferece um modo rápido de aprender algo e uma forma compacta de memorizá-lo. A foto é como uma citação ou uma máxima ou um provérbio”.³⁶⁶ Sem adentrar verticalmente no reconhecido e fértil debate sobre a fotografia, através da obra do próprio Benjamin e, mais especificamente, do seu texto “Pequena história da fotografia”,³⁶⁷ a possibilidade de encarar a imagem fotográfica como um provérbio corrobora com a visão de que a perda da “experiência aurática”, na era da sua reprodutibilidade técnica, tem um sentido promissor.

Regredindo de um processo de dor coletivo para o âmbito mais familiar, é possível dizer que o não contato com aqueles que estão para morrer se insere também nesse contexto de negação do processo de dor que, por vezes, cerca aqueles que se encontram nessa condição, sobretudo nos países de cultura ocidental. Também o sentido de assepsia a que a morte aspira se encarrega de nos afastar dos moribundos, como alerta Nibert Elias.³⁶⁸ Em uma sociedade onde foi incutida

³⁶⁶ SONTAG, Susan. *Diante do dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.23.

³⁶⁷ É necessário considerar que Susan Sontag foi uma leitora voraz dos textos de Benjamin e que produziu diferentes ensaios sobre o mesmo e algumas obras ancoradas na sua teoria, por exemplo, e, respectivamente: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986. p.85-103; SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

³⁶⁸ ELIAS, Nibert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.101-102.

grande sensibilidade aos cheiros fortes, o mau cheiro característico da decadência do organismo humano, no processo chamado morte, impede que lidemos com a solidão e frieza que esse momento impõe aos que partem. Frieza intuída por Gilberto Gil, ao compor: “Morrer deve ser tão frio quanto na hora do parto”.³⁶⁹

Retornando ao diálogo mais próximo com a trajetória de vida de Dona Yara e ainda sobre a sua descrição da tradição familiar da Trezena de Santo Antônio, reconheço, na atitude de sua sobrinha, de colocar os retratos dos parentes falecidos no altar erguido em devoção a Santo Antônio, uma tentativa de presentificar o passado e seus mortos através dessas imagens: “Ela armou o altar [...] e no altar ela botou quatro retratos, quatro quadros iguais, da minha avó, da minha mãe, da irmã mais velha e da mais nova, que já faleceram. Nossa, aquilo estava comovente” (Depoimento de Dona Yara).

Rosângela Rennó, artista plástica mineira, tem dedicado parte de sua obra ao uso de fotografias já existentes que representam, entre outras coisas, o universo de imagens presentes em álbuns e fotos de famílias. Segundo Rennó, referindo-se a uma pesquisa a partir de arquivos de imagem jornalística, foi comum encontrar fotografias das pessoas carregando as fotos dos filhos ou maridos desaparecidos. Assim, a mulher que dá o depoimento sobre um filho morto pela violência urbana, por exemplo, fez questão de se fotografar com a imagem do filho. Às vezes, vê-se a família inteira ao lado do retrato do filho morto ou desaparecido.³⁷⁰ A meu ver, esse

³⁶⁹ O compositor Gilberto Gil, na sua última produção, o álbum musical chamado *Concerto de cordas & máquinas de ritmo* (2012), retoma a problemática do processo de morrer como algo que coloca o ser humano frágil diante da dor, da solidão, das lembranças, da saudade, das despedidas. Tudo isso confere ao ato de morrer a sensação de medo, talvez a última experiência dos indivíduos. A canção se chama “Não tenho medo da morte” e alude à diferença entre o medo da morte e daquilo que vem depois, em relação ao medo do ato de morrer em si. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno.php?id=61>. Acesso em: 01 dez. 2012.

“Não tenho medo da morte / mas sim medo de morrer / qual seria a diferença / você há de perguntar / é que a morte já é depois / que eu deixar de respirar / morrer ainda é aqui / na vida, no sol, no ar / ainda pode haver dor / ou vontade de mijar / A morte já é depois / já não haverá ninguém / como eu aqui agora / pensando sobre o além / já não haverá o além / o além já será então / não terei pé nem cabeça / nem fígado, nem pulmão / como poderei ter medo / se não terei coração? / Não tenho medo da morte / mas medo de morrer, sim / a morte é depois de mim / mas quem vai morrer sou eu / o derradeiro ato meu / e eu terei de estar presente / assim como um presidente / dando posse ao sucessor / terei que morrer vivendo / sabendo que já me vou / Aí nesse instante então / sentirei quem sabe um choque / um piripaque, ou um baque / um calafrio ou um toque / coisas naturais da vida / como comer, caminhar / morrer de morte matada / morrer de morte morrida / quem sabe eu sinta saudade / como em qualquer despedida”.

³⁷⁰ RENNÓ, Rosângela. *Rosângela Rennó: depoimento*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p.10.

gesto pretende trazer o morto à existência coletiva. A foto dentro da foto remete a uma presença da ausência e, ao mesmo tempo, a ausência de uma presença, ou seja, configura-se como um rastro (*spur*).

Todo o restante do processo que envolve a organização dessa festa, seu acontecimento, as emoções decorrentes, não merece ser esmiuçado, pois seria inferior em relação ao sentido verdadeiro do acontecimento, que fica expresso através da narração de Dona Yara. Outro dia, peguei-me dizendo a uma amiga, que foi almoçar na casa do meu pai, a frase final de um dos trechos desse depoimento, que alude à importância dos nossos encontros afetivos: “[...] como é bom a gente conviver enquanto a gente tem saúde, enquanto a gente pode se divertir, se alegrar... então vamos desfrutar disso” (Depoimento de Dona Yara). Esse é o conselho que dessa narrativa levo como uma lição. Para mim, já uma experiência.

Finalizando a interlocução com essa narrativa, considero indispensável a análise do trecho a que denominei Bobis, nome dado aos biscoitos sequilhos que foram feitos para a Trezena de Santo Antônio.

Considero necessário salientar que qualquer reflexão que se proponha acerca desse depoimento e dos que ainda serão analisados não garante a fiel exposição da riqueza do seu conteúdo. Carregada da subjetividade que empresto aos mesmos, convido os leitores a encontrarem diferentes leituras no que se refere ao entendimento das possibilidades de realização da experiência. É exatamente essa possibilidade de encontrar várias interpretações em uma narrativa que a qualifica enquanto tal, como descrito por Benjamin no ensaio “O narrador”. Certamente, outras reflexões se apresentarão até mesmo de forma contrária às que aqui foram exploradas. As temáticas que também tomo emprestado da narração de Dona Yara, ainda que tenham pontos comuns com as que a sucederão, são diferentes e têm acento naquilo que só o momento da entrevista pôde propiciar, ou seja, a força emprestada pela narrativa a determinados aspectos da vida de cada um.

Acerca dos biscoitos, seria impossível, em um trabalho que se propõe a dialogar com o filósofo Walter Benjamin, não relacioná-los aos bolinhos *madeleines*,

recurso mnemônico³⁷¹ através do qual a literatura de Marcel Proust ficou marcada e cuja análise é realizada por Benjamin, no texto “A imagem de Proust”.

Os bolinhos em questão fazem parte de um recurso da memória involuntária, *mneme*, que corresponde à evocação de uma lembrança decorrente do contato com qualquer objeto material. Em um dos volumes da obra de Proust, *A la recherche du temps perdu*, composta por um total de oito volumes (na edição brasileira), ao mergulhar o bolinho em uma xícara de chá, a personagem se lembra do tempo em que morou no campo, quando ainda era criança.³⁷² Para descrever essas lembranças, Marcel Proust utiliza um significativo número de páginas.

De acordo com Benjamin, sabemos que Proust “não descreveu uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada, por quem a viveu.”³⁷³ O tecido dessa lembrança torna-se mais importante do que o que foi vivido, pois “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o lembrado é sem limite, porque é apenas a chave para tudo o que veio antes e depois.”³⁷⁴

À primeira vista, o pequeno texto de Benjamin, “Omelete de amoras”, na minha avaliação, o mais belo texto desse autor, parece contraditório às possibilidades que se colocam para o sujeito por meio das lembranças, consideradas, por diversas vezes, maiores do que aquilo que foi vivido em si. Apesar de acreditar que qualquer resumo desse texto seja redutor do prazer decorrente de sua apreciação, realizo um exercício na tentativa de resgatar os fatos por ele apontados. A velha história contida nele apresenta um rei que pede a seu cozinheiro que lhe prepare uma omelete de amoras, tal qual ele havia experimentado na sua mais tenra infância, quando seu pai,

³⁷¹ Recentemente, a animação *Ratatouille*, da Disney/Pixar, trouxe para o cinema a temática da culinária. Nessa produção, observamos claramente uma atualização da função mnemônica associada à comida. É possível recordar, dessa história, o momento em que o crítico de culinária, Anton Ego, temido pelos restaurantes franceses pelo seu juízo implacável, rende-se aos encantos de um prato que lhe foi servido no restaurante onde se passa a história. O prato se chama *Ratatouille*, nome da própria animação, e refere-se ao nome de uma comida francesa semelhante a um guisado de legumes, feito pelas mulheres do interior. Ao experimentá-lo, Anton se vê transportado para o tempo da sua infância e a reconfortante comida de sua mãe. Algo que surpreende positivamente o renomado crítico gastronômico.

³⁷² BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.36-49 (Obras escolhidas, v.1).

³⁷³ *Ibidem*, p.37.

³⁷⁴ BENJAMIN, *loc cit.*

travando guerra contra seu vizinho, é derrotado e tem de fugir levando-o consigo. Após uma fuga que durou muitos dias, estes chegam a uma floresta escura e perambulam por ela quase a morrer de fome e fadiga. Por fim, encontram uma choupana e uma velha senhora que os abriga e lhes oferta, generosamente, a omelete de amoras. Anos depois, quando se recorda da omelete e procura a velha por todo o reino, não a encontra, nem qualquer outra pessoa que soubesse preparar tal refeição. Desse modo, oferece ao seu cozinheiro seu reino como herança e também a sua filha, caso ele conseguisse lhe preparar essa omelete. Mas, caso não o conseguisse, deveria morrer. A resposta que o cozinheiro dá merece transcrição literal:

Então o cozinheiro disse: — Majestade, podeis chamar logo o carrasco. Pois, na verdade, conheço o segredo da omelete de amoras e todos os ingredientes, desde o trivial agrião até o nobre tomilho. Sem dúvida, conheço o verso que se deve recitar ao bater os ovos e sei que o batedor feito de madeira de buxo deve ser sempre girado para a direita, de modo que não nos tire, por fim, a recompensa de todo o esforço. Contudo, ó rei, terei de morrer. Pois, apesar disso, minha omelete não vos agradará ao paladar. Pois, como haveria eu de temperá-la com tudo aquilo que, naquela época, nela desfrutastes: o perigo da batalha e a vigilância do perseguido, o calor do fogo e a doçura do descanso, o presente exótico e o futuro obscuro. — Assim falou o cozinheiro.³⁷⁵

A contradição a que me refiro consiste no fato de que uma leitura apressada pode atestar que o vivido pelo rei naquele momento de aflição, no qual a omelete de amoras lhe enche a vida de reconforto, novo ânimo e também de incertezas, assumiu um caráter maior do que a lembrança que ele tinha do acontecido. No entanto, pode-se dizer que é somente através da tessitura da lembrança que o rei pode reconhecer que o desejo de segurança e reconforto, representado por aquela omelete, havia sido realizado ali naquela choupana, pela fada dos desejos. Por reconhecer a satisfação proporcionada pela realização daquele desejo, o rei procurou novamente alguém que lhe poderia restituir o vivido, desejo ao qual seu cozinheiro nem qualquer outra pessoa poderiam atender.

³⁷⁵ BENJAMIN, Walter. Omelete de amoras. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.219-220. (Obras escolhidas, v.2).

O início desse texto já anuncia a quem ele se destina, ou seja, aqueles que procuram restituir uma anterioridade perdida através de um recurso mnemônico. “Esta velha história, conto-a àqueles que agora gostariam de experimentar figos ou Falerno, o *borscht* ou uma comida camponesa de Capri.”³⁷⁶ Condição essa na qual Walter Benjamin não se enquadra, segundo o que aponta Susan Sontag: “Benjamin não pretende [referindo-se aos textos em que ele escreve sobre si mesmo] recuperar seu passado, mas compreendê-lo: condensá-lo em suas formas espaciais, suas estruturas premonitórias”³⁷⁷.

Paulo Oliveira, ao analisar esse texto, revela que é ilusória a suposição de que o passado pode ser restaurado integralmente. Ilusão que acomete o rei da história contada. Para esse autor:

[...] a reposição de uma anterioridade perdida não se faz na história com a originalidade dos mesmos percalços e encantos. Quando ela se dá, aparece noutra feitio, de maneira recriada, comportando novos significados. Isso quer dizer que à reversibilidade do tempo corresponde igualmente a sua redefinição.³⁷⁸

Desse modo, a narração de Dona Yara sobre os Bobis se inscreve nesse mesmo processo de tessitura da memória que toma de sobressalto o rei da história da omelete. Mesmo que os Bobis tivessem sido produzidos com a manteiga da fazenda, com o leite espremido do próprio coco, com o polvilho feito pela avó, não se assemelhariam nunca aos que eram feitos pela sua avó, reclamação feita pelo seu irmão.

O momento de preparação dos Bobis se aproxima do modelo de produção artesanal, uma vez que são bem pequeninos e feitos um a um. Destinados à tarefa de preparação dos biscoitos, ocorreram diferentes encontros dos irmãos, que favoreceram o ato narrativo, conforme o relato: “Enquanto ia fazendo, ia conversando, toda hora chegava um, falava uma coisa, foi muito bom. Foi tudo

³⁷⁶ BENJAMIN, Walter. Omelete de amoras. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.219. (Obras escolhidas, v.2).

³⁷⁷ SONTAG, Susan. Sob o signo de Saturno. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986. p.90.

³⁷⁸ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.42.

muito bom, foi muita coisa lembrada, muita coisa recordada. Só de modo alegre” (Depoimento de Dona Yara).

Ainda que esses encontros tenham sido ricos em lembranças, cheios de afeto, carregados dos sentimentos causados pela saudade, estes não presentificam o passado. Os sentimentos partilhados, nesse momento de festa, recolocam para a família aquilo que foi ouvido no passado, princípios de uma polifonia que perpassa a memória. Mas estes não retornam o tempo em que a avó, o pai e a mãe de Dona Yara eram vivos. Não restitui a presença das conversas depois do jantar, durante as quais eles eram testados e preparados para a vida, na sua firmeza de opiniões. Essas e outras percepções só são dadas a viver, na família de Dona Yara, por meio das lembranças.

Quanto ao que aconteceu com o cozinheiro da história da omelete, conta-se que o rei, após ouvir a sua resposta e permanecer um longo tempo em silêncio, deve tê-lo destituído de seu serviço, rico e carregado de presentes.

3.1.3 Depoimento: Jacinta Francisca Costa (★1923 a †2009)



Nunca tive vontade de voltar pra Nanuque, num dava muitio bem lá porque lá é muitio quente, é calor demais, e num tem aquele ganhão pra gente sustentá. A gente trabaia mais é de graça.

Trabalho e moradia

VIM MORÁ AQUI na rua Cláudio Manoel, bairro Funcionário, pertim daqui [referindo-se à Casa Santa Zita onde mora]. Sempre morei por aqui, perto da praça. O bairro num tinha tanto prédio como tem hoje. Eu morava num casarão, tinha quintal, muita mangueira, dava tanta fruta de manga. A famia morava em uma casa grande, casa de dois andá, mas era um casarão [dando grande ênfase ao tamanho da casa]. Cuidava do serviço da casa, lavava roupa da patroa, tinha lavadêra pra lavá as roupa das outra pessoa que morava lá, e eu fazia comida, armoço, jantá. Nesse tempo tinha armoço e jantá.

Trabaiei nesta casa de família 46 ano... aí a minha patroa morreu. Se ela tivesse viva eu tava lá até hoje. Eu gostava dela e ela de mim. Nós duas dava muito bem.

Durante a semana, fazia o serviço de casa, e costurava nas hora vaga, eu tinha costura pra fazê, e assim passava o dia.

No domingo, só tinha a tarde pra saí, porque tinha que fazê almoço. À tarde, eu ia pra casa do meu irmão, tinha um irmão que morava aqui em Belo Horizonte, lá no bairro São Paulo. Aí eu saía três horas, duas e meia, e só voltava à noite.

Durante a semana, saía só pra fazê compra. Lá no centro, eu ia fazê compra pra mim. Agora, pra casa, eu fazia por aí mesmo, tinha mercearia aqui perto. Pra mim, eu ia lá na Rua dos Caeté, Paraná. Comprava roupa pronta, quando eu não queria costurá. Ia, eu e minha sobrinha, que morava em outra casa perto, que trabaia também em casa de família. Depois do armoço a gente arrumava cozinha, deixava o jantá adiantado e ia, à tarde, dá uma vorta, e quando dava a hora de servi o jantá, a gente já tava em casa.

Não costumava passeá aqui no bairro não. Não gostava não. Minha patroa não gostava que a gente arrumasse muitas amiga, porque ter muita amiga... ela

ficava com medo da gente caí na... [não completou o raciocínio]. Eu costumava saí à noite, no domingo, com minhas amiga lá na Pampulha, pra lanchá. A gente ia de ônibus. Perto da lagoa, tinha uns restaurante lá muito bom, a gente chegava, lanchava, bebia uma cervejinha.

Primeiro contato com a Casa Santa Zita

QUANDO IA PRA Igreja Boa Viage, encontrava as menina que morava aqui, e elas me convidava pra vim na Casa Santa Zita. Ia na igreja pra missa, tinha o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) na igreja, e eu vinha, e elas me convidava, porque sempre tem umas que a gente bate um papinho e cria amizade. Eu tratei com a presidente e vim pra me associá, aí ela tomô meu nome e eu vim pra associação.

Eu quis vim pra associação porque sempre elas falava [as conhecidas que moravam na casa] que depois chegava a idade, a gente não podia trabalha mais, e a gente vinha praqui... e foi isso. Pensava em vim porque eu não tinha pai nem mãe, e ficá na casa de parente é meio difícil. Aí eu já vim e me associei... Deus me ajudô e Santa Zita. Eu não conhecia Santa Zita, vim conhecê aqui.

Na associação, a gente fazia... quando a casa era pobre, não tinha ajuda, uma festinha. Aí, cada uma trazia um prato de salgadim, de refrigerante. E vendia muita coisa pra igreja, pra pudê juntá dinheiro. Era rifa, muita coisa que a gente vendia... juntava aquele puquim e no dia da reunião entregava pro padre.

Até hoje tem essa reunião no primeiro domingo do mês, na sala aí. Vem as que mora aqui e vem gente de fora... reúne todas as *Zita*, faz a reunião e cada uma paga a mensalidade. A mensalidade é cinco real por mês.

Hoje, algumas trabaia em casa de famia... algumas dela são *Zita*, mas tá muito vacaiado, não tá vindo todo mundo. Elas não importa também. Só vem recebê a fita e não vem mais. Às vez, vem no fim do ano, vem pro Natal, e paga a mensalidade do ano todo.

Acho que elas não pensa em vir pra cá não, umas já tem famia, outras fica morando com o patrão, outras vai embora de Belo Horizonte. As empregada de hoje nem tá entrano na associação mais não. Entra lá uma vez ou outra.

Agora, em dezembro, fez quatro ano que eu vim pra cá. Foi no final de 2004. A minha patroa morreu em agosto, quando foi em dezembro, eu vim pra cá. De agosto a dezembro, fiquei na casa da fia dela. Nesse tempo, a minha patroa tava morano na casa da fia. Ela tinha um apartamento, mas quebrô a perna, tinha uma escadaria... e ela num guentava descê, e a fia levou nós pra casa dela. A fia dela mora na Rua Espírito Santo, perto da Igreja Nossa Senhora de Lourde.

Na Rua Cláudio Manoel, tinha o casarão, e eles vendero o casarão que era dos herdero. Era a sogra da minha patroa que era dona da casa... ela deu pros herdero que era seis neto que ela tinha.... Aí vendero a casa, e a gente passô pro apartamento, que é do genro da Dona Lúcia, na Rua Espírito Santo também. Quando ela adoeceu, nós fomo pra essa casa da fia dela. Tudo na mesma rua, dois quarterão. É perto do Minas Tênis. Ali que ela morreu.

Quando arrumô um quarto aqui, eu vim. Eu fiquei esperano arrumá o quarto, porque tava reformano. Eu viajei pra Aparecida, fiquei 15 dia lá. Ainda fui lá na minha terra, Nanuque. Encontrei parente, sobrinho. Passei uns dia lá e já vim direto praqui.

Relação com a Casa Santa Zita e suas moradoras

EU GOSTO DE MORÁ aqui... adoro aqui. Eu vinha aqui uma vez por mês, até duas vez, no terceiro domingo e no quarto domingo, tem adoração aqui na capelinha. Aí juntava todas, todas *Zitas* pra fazê adoração. Agora que não vem mais. As que tá aqui, uma sai pra um canto, outra pro outro, num faz oração. Todo mundo ocupado. Mas pra todos efeito, as de fora vem pra acertá as conta, vem no dia da reunião e acerta tudo.

A reunião não é de oração, é só pra acertá as conta, combiná o mês que vem, se vai tê passeio, se vai tê uma viaje, agora vai tê, nós vamo pra Aparecida, no dia 31 de julho.

Gosto das moradora da casa, gosto delas todas, a gente se dá muitio bem. Combina muitio bem.

As pensionista moram lá em cima. Lá é mais caro, paga mais caro. O quarto é como o da gente mesmo, tem de tudo, mas na hora de ir pra mesa todo

mundo come a mesma comida, o café da manhã é o mesmo. Tudo que é servido pra uma vem pra todos, ninguém é servido separado.

A gente sabe quem é *Zita* e quem não é. Tem duas mesa grandona do lado de fora, do lado de cá, fica as *Zita*, do lado de lá, as [faz uma pausa para encontrar a palavra para descrever as pensionistas] maió... [fala entre risos].

As minhas colegas que são *Zita* e trabaiava na casa de famia num gosta de contá a vida não. Acho que a vida delas não era boa não. A minha era boa, eu era bem tratada. Não tinha essa coisa dos patrão comê, depois a empregada comê o resto. Ela era viúva, ela fazia o prato dela e eu só forrava a mesa. Ela sentava na mesa e dizia: armoça tamém. E tinha vez que eu ia pra mesa mais ela.

Tem umas dela aí que nem na cozinha não entra, tem vergonha. Tem oitio ano que mora aqui e não entra na cozinha. É *Zita*, foi empregada, não entra na cozinha pra fazê um café. Eu entro aí, faço café, só não faço comida, que não gosto mais de mexê no fogão pra fazê comida.

Vínculo com o espaço do centro de Belo Horizonte

NÃO CONHEÇO outros bairro de Belo Horizonte muito não. Já fui algumas vez, mas não conheço. Já fui várias vez, às vez num passeio, mas se for pra eu ir lá, não conheço. Tem hora que as minina me chama... tem uma aí, que chama Rita, ela gosta muito de passeá, tem umas amiga que mora longe, pega dois ônibus. Eu falo: “Ah, não, eu moro é no centro da cidade” [risos].

Eu gosto é do centro. O centro eu conheço bem, as rua, supermercado, tudo eu conheço bem, a rodoviária. Conheço Santa Efigêna. De primeiro, andava tudo a pé, agora não, ando de ônibus. Todo mês eu tô indo ao centro, vou comprá uma coisinha de nada, tomo o ônibus aí só pra passeá dentro do ônibus.

Não tenho medo de andá na cidade de dia, mas não gosto de andá de noite. Pra atravessá a rua, no início, a minha patroa me ensinô, se for pra atravessá, eu atravesso, muitio bem, vou tranquilo. É só porque as perna não dá pra ficá andano, aí eu não ando. Quando acho uma companhera pra ir conversando, vai bem, mas quando não acho, pego o ônibus e vô nas loja do centro. Lá eu compro sapato, eu gosto de comprá tudo lá no centro mesmo.

As coisa pro dia eu compro aqui, tem um Epa ali que é bão. Gosto de comprá coisa gostosa lá. Num sendo coisa para fazê. Compro iogurte, queijo, manteiga, biscoito, que eu adoro biscoito. Quando eu não tinha geladeira, eu tinha vontade de comprá essas coisa, coisa de geladeira, aí eu num comprava porque eu num tinha geladeira. Agora não. Aqui na casa tem essas coisa [iogurte, queijo, biscoito...], mas, às vez, fica pra lá... tem que ficá pedino. Se a gente lembrá de pedi à irmã, ela dá. Mas eu saio e compro. O que vem na mesa é farto, mas o que tá guardado, quando precisa tem que pedi. E eu já não gosto de andá pedino. As irmã fala: “Vai lá, pega, tudo é pro cês.” Mas não vô lá e pego, acho ruim...

Mudanças

ACHO QUE BELO HORIZONTE era bom antigamente porque não tinha essa violência que é hoje, a gente podia andá qualquer hora. À noite podia saí. Várias vez, eu descia a Cláudio Manuel e ia na Boa Viagem e assistia a missa de nove hora da noite. Chegava do passeio e descia... não tinha violência nenhuma.

Fui assaltada uma vez. Dentro de uma loja que agora já acabô, na Rua São Paulo com Espírito Santo, era como se fosse a Loja Americana, tinha várias coisa. Fui comprá linha pra tecê crochê. Comprei as linha e alembrei de mais uma que queria comprá e quando vortei... quando meti a mão na bolsa, tava aberta, e a carteira tinha sumido. Esse dia, eles levô meus documento tudo, carteira de identidade, carteirinha de pegá o ônibus. Tem muito tempo, eu ainda tava forte ainda. Eu tinha corage, eu não tenho corage mais não pra enfrentá essas coisa.

Na rua nunca fui assartada. Quando eu vejo que é pivete, eu já fico de oio nele. Se eles conversá comigo, eu converso com eles, mas agora tem uns que fica rodeano a gente, quereno assartá, e eu saio de perto deles e vou embora.

O comércio mudô muito, mudô tudo. As loja que era de tecido, hoje, é roupa pronta. Quando era de sapato, agora já mudô pra outra coisa. As veiz a gente vai numa loja pensano que vai comprá, já é outra coisa. Eu gostava de comprá na Caetés e hoje já não gosto mais, porque as loja que eu ia comprá não tem mais as coisa que eu gostava. A Avenida Santos Dumont era boa demais, tinha muita loja lá,

gostava de comprá ali, mas hoje já num tem mais essas loja. Os tecido era o que mais comprava. Os restaurante também num tem mais...

Costuras

MINHA MÃE QUE me ensinô a costurá, ela era costurera e todas as filhas dela aprendeu costurá. Comecei a costurá porque muitas colega via eu com uma roupa e falava: "Cê ainda costura?", e eu respondia: "Eu costuro". Aí tinha muita freguesia. Comprei a máquina e ia costurá pra todo mundo. Fui pegano costura com as pessoa que conhecia. Me perguntava, eu falava: "Costuro". Só não sei assim, nunca aprendi corte, eu corto por outra peça. Eu tô com uma sacola de pano tudo cortado pra fazê camisola. Uma moça trouxe pra mim dois corte. Cortei tudo ontem, mas por outra roupa, ponho ali e tiro o molde.

Viagem a Aparecida do Norte

A VIAGE PRA Aparecida é a coisa mais bunita que tem, eu adoro, todo ano eu vou. Vou uma vez por ano. Depois que eu tô aqui... antes de vim praqui, eu passava 15 dia lá. Juntava o dinheiro da aposentadoria, todo mês, todo mês, quando inteirava um mil cruzeiro, eu pagava o hotel lá. Telefonava pro hotel, acertava tudo, eles falava quanto era, daí eu já levava o dinheiro e ficava lá.

Pegava o ônibus da rodoviária. Comprava passage, ia, ficava no hotel. Eu ia com outra amiga, que chama Carmelita. Depois que tô aqui, ela já foi três ano em seguida sozinha. Não pude ir mais, porque o dinheiro que eu junto é pra pagá aluguel. Todo mês eu deixo um pouquinho, mas demora mais pra juntá. Eu pago 356. A minha aposentadoria é 415. Quando morava na casa da minha patroa, não tinha aluguel. Já estava aposentada. Então eu podia juntá o dinheiro pra viajá.

A cidade Aparecida do Norte é muito boa, tão bunita... o povo é amigo, tem muito conhecido meu, lá. A gente encontra. O padre de lá é muito bom. A igreja, aquela basílica, vô fala, é um sonho. Depois que inaugurô a TV lá, é gente do Brasil inteiro que vai. Eu num acho ruim ficá no meio de tanta gente, eu gosto. Tem veiz que a gente chega lá e não tem lugá pra podê encostá, de tanta gente. E eu fico lá numa boa.

Eu gosto de escutá a rádio da Aparecida. Meu rádio dorme ligado, de oito hora da noite até cinco hora da manhã é na rádio Aparecida. Quatro hora tá rezando o terço lá, na Aparecida, eu acordo aquela hora e eu não durmo mais não. Quando tá fartando cinco minuto pra seis, eu ligo a televisão e vejo a oração da manhã. O padre de lá da Aparecida é que fala. Depois vai passano outra coisa, seis e meia vem o terço, rezo o terço. Eu fico com a televisão ligada e vendo. Tomo banho, me arrumo, desço pro café e saio.

Ler e escrever

MEUS PAIS NÃO deixava a gente estudá. Quando eu era minina, os fio home, eles botava no colégio, na escola... Escola é de roça. Quando eu tava em Nanuque, estudei um ano. Quando eu vim pra cá, a minha patroa num dexô, porque tinha que fazê jantar pra dá o pessoal. Ela falô: “Se ocê quisé estudá, estuda, só não pode é ficá trabaiando aqui.” Eu não tinha pra onde ir. Aí eu fiquei quieta.

Eu sinto falta de muita coisa porque não pude estudá. Quando vai saí... as vez, o número da casa que a gente vai... Eu indo uma vez, já não preciso mais, mas quando eu não conheço, peço alguém pra ir comigo. As veiz nem tem precisão...

Fui comprá uma televisão, aí a moça disse que ia me levá na loja, mas eu disse que não sabia lê. Aí ela disse: “Vou levá você em uma loja que eu já fiz compra”. Aí eu fui com ela, acertei tudo, só tive que botá o dedão. Ela só foi comigo lá uma vez, todo mês eu ia lá pagá. Não precisô mais dela. Comprei um ferro de passá na mesma loja. Parei de comprá porque eu não quis nada. Quando eu parei de pagá a televisão, eles me perguntô: “E, agora, o que a senhora vai levá?” Eu disse: “Agora nada”. Deixa eu descansá um pouco... eu não posso ficá comprano muitia coisa. Não tem casa pra cabê.

Os número, às vez, eu conheço os primeiro. Sei andá tudo em Belo Horizonte, mas senti falta, às vez, pra assiná um papel, eu não tenho vergonha de falá. Quando dizia: “Você assina aqui”. Eu falava: “Ah, não, não sei lê”... eu falo mesmo.

Meu nome eu tiro. Eu tinha vontade de escrevê, tanta coisa a gente alembra pra pôr na carta. Aqui tem uma irmã que escreve, a gente dita tudo. Irmã

Raquel, ela que escreve pra mim. Ela escreveu pra Aparecida e o padre leu a carta na televisão. Eu fiquei feliz, chamei a irmã pra vê. Ela escreveu pra mim, dando a notícia daqui. Aí ele ainda brincô comigo, disse: “Ah, Dona Jacinta, a senhora não é mais criança, não.” Ele falô isso porque eu já tava com 84 ano e escrevi pra ele falando que ia lá todo ano. Falei na carta que eu segui a novena nove ano direto, agora que eu não tava indo mais porque farto o dinheiro.

Eu sô feliz, graças a Deus. Não tenho arrependimento... Só penso, assim, “Não aprendi foi a lê”. Tem hora que eu penso assim: “O único pecado que eu levo pra Deus é que eu num aprendi a lê”.

Passeá isso aí eu adoro [dá ênfase ao dizer que gosta de passeios]. Vê as coisa, ir num lugá que eu nunca fui, já passiei muito nas cidade por aí, por perto.

Não tenho problema de saúde. A minha pressão é alta, mas eu controlo. O médico vem todo mês aqui. Ele veio quarta-feira, eu cheguei no consultório dele e ele me falou: “O que a senhora vai falá agora?” Eu falei: “Não sei, o senhô é que sabe”. Aí ele só mediu a pressão e falô: “Tá ótimo”. Tomo remédio de manhã, tomo à noite... Não me sinto assim doente não. Fraqueza, essas coisa assim eu não sinto não... eu falo pras colegas assim: “Só não pode ficá assim caída, a gente tem de respirá fundo e oiá pra cima.”

3.1.4 Experiência e aventura

“QUANDO A INDESEJADA das gentes chegar
 (Não sei se dura ou caroável),
 Talvez eu tenha medo.
 Talvez sorria, ou diga:
 – Alô, iniludível!
 O meu dia foi bom, pode a noite descer.
 (A noite com seus sortilégios.)
 Encontrará lavrado o campo, a casa limpa,
 A mesa posta,
 Com cada coisa em seu lugar.”³⁷⁹

(Manuel Bandeira, *Consoada*)

Michelle Perrot, em diferentes trabalhos sobre as mulheres,³⁸⁰ analisa o processo pelo qual estas se introduziram na vida pública, adentrando o espaço das cidades. Segundo essa historiadora, cuja obra é uma referência para o estudo da relação existente entre mulher e vida pública, durante o século XIX, “as mulheres migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham emprego principalmente como empregadas domésticas.”³⁸¹

Essa entrada das mulheres nas cidades não significou acesso aos seus diferentes espaços, uma vez que existia uma segregação sexual do espaço público, que permitia às mulheres apenas lugares como: mercados, lavanderias, grandes magazines, salões de chá, entre outros.³⁸² A essa segregação soma-se a que se realiza pela classe social, sendo destinado às mulheres das classes populares o espaço da rua, do mercado e da lavanderia.

Fazendo as devidas ponderações quanto à realidade descrita pela autora, que se dedica ao estudo das condições de vida das mulheres na Europa Ocidental de

³⁷⁹ BANDEIRA, Manuel. *Consoada*. In: BANDEIRA, Manuel. *Manuel Bandeira: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p.307.

³⁸⁰ Entre estes, podem ser citados: PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005; PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007; PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998. (Coleção Prismas).

³⁸¹ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998. p.37. (Coleção Prismas).

³⁸² PERROT, *loc cit.*

um século atrás, a atração que a cidade exerce sobre o gênero feminino não cessa na atualidade e não é exclusiva da região e do momento estudados pela historiadora.

No Brasil, o fenômeno da migração arrastou tanto os homens quanto as mulheres, que foram absorvidas como mão-de-obra nas cidades. Para as mulheres “do povo”, termo usado por Michelle Perrot, também o trabalho como empregada doméstica foi uma das formas pelas quais elas foram “consumidas” pela cidade.

A relação entre esse tipo de trabalho doméstico e a não inserção em um processo educativo formal, ou seja, a ausência de estudo, como fruto da imposição social a que o gênero feminino é submetido, não é desprovida de sentido. É assim que Dona Jacinta justifica o fato de não ter estudado, quando ainda era criança: “Meus pais não deixava a gente estudá. Quando eu era minina, os fio home, eles botava no colégio, na escola... Escola é de roça. Quando eu tava em Nanuque, estudei um ano” (Depoimento de Dona Jacinta).

Nas famílias pobres, as meninas, constantemente, fazem parte do trabalho doméstico familiar, ao cuidarem dos irmãos e ajudarem nas obrigações diárias que uma casa exige. Daí, a passagem para o trabalho remunerado, exercendo aquilo que desde cedo aprenderam, é um processo quase que natural.

Segundo Marta Pinheiro Aun, a infância é a escola profissional das empregadas domésticas, que se inicia a partir dos cinco anos, quando estas ainda brincam de fazer comidinhas: “Do guizadinho, das panelinhas, para o fogão-de-lenha e o micro-ondas. Da roça, da enxada, do lavrado, para as salas, os eletrodomésticos, os carpetes”.³⁸³

As ideias que foram até aqui apontadas indicam apenas um dos caminhos para a compreensão dos elementos que compõem a vida de Dona Jacinta e que nos possibilita, primeiramente, entendê-la a partir do lugar de migrante, empregada doméstica e analfabeta.

Conforme o que fica explícito no seu depoimento, a trajetória que a conduz a Belo Horizonte não a enquadra somente na corrente migratória dos que

³⁸³ AUN, Marta Pinheiro. *No lar sem coroa: o tempo invadido, a informação rarefeita* (estudo da relação das empregadas domésticas com a informação e a leitura). 1993. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993. p.15.

buscam emprego, mas, não muito diferente disso, faz parte do processo através do qual o urbano penetra no campo, com a promessa de redenção, para os “desvalidos da terra”, de melhores condições de reprodução material de sua existência, que entre outras coisas, reflete-se em melhores condições de estudar e de se tratar... Muito recorrentemente, reflete um amplo processo de modernização agrícola, do qual a expropriação da terra pertencente aos pequenos produtores é uma das consequências. Assim, Belo Horizonte foi a alternativa encontrada para o tratamento médico de Dona Jacinta e, posteriormente, para obter uma melhor remuneração: “Nunca tive vontade de voltar pra Nanuque, num dava muitio bem lá porque lá é muitio quente, [...] e num tem aquele ganhão pra gente sustentá. A gente trabaia mais é de graça” (Depoimento de Dona Jacinta).

O contexto nacional que marca a vinda de Dona Jacinta para Belo Horizonte, ocorrida na década de 70, fica registrado nos quadros da sua memória, por meio da Copa do Mundo e dos feitos da seleção brasileira “Canarinha”. O resgate que ela consegue fazer da música³⁸⁴ emblema dessa ocasião representa bem a força daquilo que Marilena Chauí³⁸⁵ denominou de ideologia do verdeamarelismo.

Vim pra Belo Horizonte em 70, na ocasião daquela Copa. Lembro porque quando eu cheguei praqui, tava aquela influência da Copa, e a gente assistiu tudo. Minha patroa gostava muito de vê e eu acompanhei também. Lembro daquela musga: “Vamo lá, pra frente, Brasil, Brasil...”[risos], tô lembrano... era essa musga, e quando Jairzim fazia um gol, Nossa Senhora! Era aquele arvorço do povo, ele chutava muito bem. É isso que marcô mais a época que eu vim praqui (Depoimento de Dona Jacinta).

Apesar de Dona Jacinta não conseguir se lembrar de uma parte considerável da letra desse hino (cujo ritmo de marcha é propício para uma nação que vivia sob regime militar), ela reproduz a sua ideia central, um esboço daquilo

³⁸⁴ “Noventa milhões em ação / Pra frente, Brasil, do meu coração... / Todos juntos, vamos / Pra frente, Brasil, salve a seleção / De repente, é aquela corrente pra frente / Parece que todo o Brasil deu a mão... / Todos ligados na mesma emoção... / Tudo é um só coração! / Todos juntos, vamos, / Pra frente, Brasil, Brasil, salve a seleção.” (*Pra frente, Brasil* – Hino da Copa de 1970 – composição de Miguel Gustavo). (Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/116/prafrente-brasil-copa-do-mundo-e-ditadura-no-brasil.html>>. Acesso em: 23 mar. 2013.)

³⁸⁵ Cf. CHAUI, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

que compõe o cenário da ideologia do verdeamarelismo, descrita por Marilena Chauí, ou seja, a ideia de que era ponto passivo, para o desenvolvimento do Brasil, romper com o passado agrário-exportador e seguir em frente rumo à modernização.

A construção de um “verdeamarelismo”, que deu destaque à vastidão do território brasileiro, auxiliou, naquele momento, a edificação de uma ideologia geopolítica do Brasil potência 2000. Tal ideologia ancorou-se na valorização da exploração das “riquezas naturais” e da força de trabalho de quase 90 milhões, que deviam estar em ação, sob o jugo do capital e em nome da integração nacional.

Tratou-se de um “verdeamarelismo” que buscava neutralizar a luta de classes. Os trabalhadores existiam, mas deviam ser anulados politicamente. Em outros termos, uma ideologia que escondeu as contradições dessa sociedade que não reconhece o outro como sujeito de direitos, cujo fenômeno migratório é um exemplo emblemático.

Sabe-se que, partir das décadas de 1960 e 1970, ocorre um aprofundamento das migrações internas, com a necessária gestão dos excedentes populacionais. Como adverte Carlos Vainer, “o modelo desenvolvimentista dualista [inaugurado em anos anteriores] saudava com otimismo o enxugamento do campo e a transferência de grandes contingentes populacionais para as cidades e para as regiões mais ricas”.³⁸⁶

Desencadeia-se uma nova fase de tentativa de integração nacional atrelada a uma estratégia de racionalizar os fluxos migratórios em todo o território. De um lado, diversos projetos são implementados, configurando uma outra geografia do trabalho no Brasil, e, de outro, milhares de pessoas são incitadas a se deslocarem pelo território, ancoradas em uma política migratória dirigista e centralizadora.

É nesse contexto que se insere Dona Jacinta, que foi, rapidamente, absorvida como força de trabalho na cidade de Belo Horizonte, indo morar e trabalhar em um casarão da Rua Cláudio Manuel, que, pela sua descrição, parece

³⁸⁶ VAINER, Carlos. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, São Paulo, ano 13, n.36, p.24, jan.-abr. 2000.

corresponder às moradias destinadas aos funcionários de maior *status*,³⁸⁷ que vieram de Ouro Preto (antiga capital mineira) para Belo Horizonte, ocupando o espaço da cidade que lhes foi reservado: “Eu morava num casarão, tinha quintal, muita mangueira, dava tanta fruta de manga. A família morava em uma casa grande, casa de dois andá, mas era um casarão” (Depoimento de Dona Jacinta).

A área da cidade que corresponde ao Bairro Funcionários foi planejada para acolher funcionários públicos recém-transferidos de Ouro Preto, como o próprio nome diz. Os imóveis eram diferenciados, obedecendo a padrões arquitetônicos dos mais simples aos mais glamourosos, e abrigavam funcionários de diferentes categorias, sendo as casas mais sofisticadas destinadas ao funcionalismo de nível social e profissional considerado mais elevado. Alguns desses casarões ainda persistem, mas muitos cederam lugar a edifícios modernos, que se caracterizam pelo elevado valor imobiliário. A proximidade do complexo arquitetônico da Praça da Liberdade e da Savassi também agregou valor a essa área metropolitana.

Nesse espaço elitizado, por excelência, Dona Jacinta encontrou trabalho e moradia, em Belo Horizonte, e viveu até seus últimos dias. No seu depoimento, salta aos olhos o gosto por viver ali, em inúmeros momentos: “Sempre morei por aqui, perto da praça” (Depoimento de Dona Jacinta). Também não deixa de comparecer, na sua narrativa, a sua predileção por morar em uma área cuja proximidade do centro da cidade é grande: “Eu gosto é do centro. O centro eu conheço bem, as rua, supermercado, tudo eu conheço bem, a rodoviária” (Depoimento de Dona Jacinta).

Não conheço outros bairros de Belo Horizonte muito não, já fui algumas vez, mas não conheço. [...] Tem hora que as minina me chama... tem uma aí, que chama Rita, ela gosta muito de passeá, tem umas amiga que mora longe, pega dois ônibus. Eu falo: “Ah, não, eu moro é no centro da cidade” [risos] (Depoimento de Dona Jacinta).

Mas, a despeito do fato de ter conseguido manter-se como moradora no local que apreciava, a relação de submissão que experimentou, ao longo de toda sua vida, como empregada doméstica, se revela em boa parte do seu depoimento. Não

³⁸⁷ Pelo que foi possível apreender, primeiramente, essas moradias eram de posse desses funcionários, mas, em período posterior, já pertenciam aos seus descendentes. A casa onde Dona Jacinta morava, por exemplo, segundo o seu relato, era da sogra de sua patroa, que deve tê-la ocupado inicialmente.

apenas pelo fato de não ter conseguido estudar, pois tinha de servir o jantar,³⁸⁸ mas até mesmo no que se refere à orientação das suas escolhas pessoais, como as amizades: “Minha patroa não gostava que a gente arrumasse muitas amiga, porque ter muita amiga... ela ficava com medo da gente caí na... [não completou o raciocínio]” (Depoimento de Dona Jacinta).

Além do controle de suas relações pessoais, Dona Jacinta também tinha a maior parte do seu tempo invadido pelos afazeres domésticos, principalmente nas primeiras décadas de trabalho no casarão, pelo que se pode depreender a partir de sua fala. Desse modo, o tempo que dispunha para si compreendia a tarde e a noite de domingo, após cumprir com a obrigação de servir o almoço: “No domingo, **só** tinha a tarde pra saí, porque tinha de fazê almoço” (Depoimento de Dona Jacinta) (Grifo meu). Durante a semana, conciliava o tempo que lhe sobrava com a atividade de costura, mas esse tempo não era seu, de fato. Era apenas um hiato entre o tempo de trabalho remunerado e sua atividade extra, uma vez que permanecia em casa, a postos, para o que fosse preciso. O tempo que lhe pertencia, de verdade, para fazer o que apreciava, como visitar seu irmão, ou passear perto da Lagoa da Pampulha, resumia-se na tarde e na noite de domingo. Durante a semana, também só saía para fazer compras para si, no centro da cidade, e compras para a casa, nas proximidades do Bairro Funcionários, como afirma: “Durante a semana, saía **só** pra fazê compra” (Depoimento de Dona Jacinta) (Grifo meu).

Ainda que não se dê conta, com clareza, seu depoimento revela a opressão de que foi vítima. Ao analisarmos as frases transcritas anteriormente, é possível perceber que ela imprime o lugar de submissão no seu enunciado, ao utilizar um índice, na sua fala, que pode ser identificado por meio da palavra “**só**”, que, nesse caso, tem o significado de unicamente. Esse índice revela a pobreza do tempo e da autonomia que lhe eram destinados, pois **só** tinha uma tarde e **só** podia sair para

³⁸⁸ A narrativa de velhos conta sempre com a percepção acerca das mudanças dos costumes sociais. Dona Jacinta, ao realizar a descrição de suas tarefas domésticas, menciona que servia o jantar, e, em seguida, pondera que, naquele tempo, era costume das famílias a realização das duas refeições, o almoço e o jantar. Do mesmo modo, Dona Yara ressalta, em sua fala, a mudança que fica patente na moda, ao longo dos tempos. Em seu entendimento, o modo de as pessoas se vestirem, na atualidade, ressalta menos as diferenças sociais, enquanto, no passado, realçava essas discrepâncias. Ela se refere, por exemplo, à homogeneização relacionada ao consumo de bens não duráveis destinados à sociedade de massas, citando o *jeans* como um exemplo disso.

fazer compras. Autonomia que, a partir do momento em que vai morar na Casa Santa Zita, lhe é restituída, como será explorado posteriormente.

Mesmo assim, afirma que sua patroa era muito boa, ao dizer: “Trabaiei nesta casa de família 46 ano...³⁸⁹ aí a minha patroa morreu. Se ela tivesse viva, eu tava lá até hoje. Eu gostava dela e ela de mim. Nós duas dava muito bem” (Depoimento de Dona Jacinta). Não consegue identificar, na chantagem que sua patroa realiza, nenhum traço de subjugação, imputando a si o pecado que levará para Deus, como é possível perceber nos dois trechos do seu depoimento:

Quando eu vim pra cá, a minha patroa num dexô [referindo-se ao estudo], porque tinha que fazê jantar pra dá o pessoal. Ela falô: “Se ocê quisé estudá, estuda, só não pode é ficá trabaiano aqui.” Eu não tinha pra onde ir. Aí eu fiquei quieta. [...] Eu sô feliz, graças a Deus. Não tenho arrependimento... Só penso, assim, “Não aprendi foi a lê”. Tem hora que eu penso assim: “O único pecado que eu levo pra Deus é que eu num aprendi a lê” (Depoimento de Dona Jacinta).

A partir desse último trecho do depoimento de Dona Jacinta, acredito ser possível estabelecer uma relação com o texto de Sigmund Freud “A negativa”.³⁹⁰ Nesse estudo, Freud se dedica à tarefa de esclarecer como, invariavelmente, nos processos de análise, quando os pacientes realizam uma afirmativa, lançando mão de uma expressão de negação, como a palavra “não”, eles, na realidade, estão exprimindo como verdade algo que tentam negar verbalmente. Esse mecanismo envolve a exposição de uma ideia reprimida que só pode vir à tona no formato de negativa. Considerando a entrevista uma forma de enunciação que envolve os afetos mais íntimos dos entrevistados, avalio como possível a associação entre a negativa do processo de análise e a forma de negativa afeita ao ato de uma entrevista.

³⁸⁹ Dona Jacinta afirma que trabalhou 46 anos na mesma casa de família, porém, ao realizar a contagem de tempo, entre o ano em que concedeu a entrevista (2008) e o período que diz ter vindo para Belo Horizonte, ou seja, 1970, não é possível, matematicamente, dizer que ela tenha trabalhado todo esse tempo nessa residência. O número correto de anos decorridos entre a chegada a Belo Horizonte e a realização da entrevista é 38. Ainda se levando em conta o fato de que, antes de realizar a entrevista, ela já morava na Casa Santa Zita há quatro anos, isso deixa evidente que ela só pode ter trabalhado, nessa casa de família, por um período de 34 anos.

³⁹⁰ FREUD, Sigmund. A negativa. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.293-300. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XIX).

Portanto, no que se refere ao depoimento analisado, aquilo foi rejeitado, negado, ou seja, não ter arrependimentos, é, naturalmente, o significado do que a depoente sente. É curioso que tanto Dona Jacinta quanto Dona Yara remetem, em suas narrativas, à questão do arrependimento, como se estivessem realizado uma espécie de balanço final da vida, como algo inerente à condição de velho, ou seja, avaliar em que medida determinados aspectos de suas existências poderiam ter ocorrido de modo diferenciado. Adiantando o que comparece no próximo depoimento, para a Dona Jovelina, não ter estudado também é uma frustração. Revisitando o depoimento de Dona Yara, apesar de esta não ter utilizado uma expressão clássica de negação em sua entrevista, ela se trai, ao complementar seu raciocínio sobre possíveis arrependimentos: “Eu não me sinto frustrada afetivamente, não [...] Mas arrependimento, remorso... nem posso dizer que eu tenho arrependimento, eu **não** gosto de mentira [...]” (Depoimento de Dona Yara). Revendo as reflexões sobre o depoimento de Dona Yara, ainda que, ao analisá-lo, não tenha considerado sua negativa uma forma de frustração ou recalque, o que fica como arrependimento, a verdade, em sua negativa, é o fato de não ter casado. Já para Dona Jacinta, a sua negativa expõe o fato de não ter estudado. Tendo vivido tão próximas, fisicamente, na Casa Santa Zita, experimentaram arrependimentos de naturezas tão diferentes. Arrependimentos que, de algum modo, expressam também a diferença social existente entre as duas, no bojo da qual o acesso ao estudo assume um papel exemplar.³⁹¹

O arrependimento de Dona Jacinta fere o nosso processo civilizatório de maneira mais profunda, ele é, na verdade, um dos pecados da nossa sociedade de classes e não dela própria, que atribui a si essa responsabilidade. É o resultado do

³⁹¹ Assim como Dona Jacinta, ao longo desta pesquisa e do contato com bibliografias referentes à velhice e às Instituições de Longa Permanência (ILPIs), identifiquei a existência de muitas empregadas domésticas nesses estabelecimentos. Um traço comum a elas é o fato de a maioria ser migrante, além de serem vítimas da falta de estudos, bem como a particularidade de se negarem a retornar ao local de origem após o abandono do mundo do trabalho. Em reportagem do jornal *Hoje em Dia*, de 06/12/2005, comparece o depoimento de Dona Patrocina, moradora de uma ILPI vicentina, que, aos 96 anos, era aluna de uma alfabetizadora que desenvolvia um projeto no lar onde morava, cujas aulas aconteciam diariamente. Sua história se aproxima da de Dona Jacinta: “Quando jovem, entrei para a escola. Mas eu era doméstica e chegava muito atrasada para estudar. Depois de dois dias, parei”. (LIMA, Ana Paula. Idosos aprendem a ler e escrever em asilo em BH. *Hoje em Dia*, dez. 2006, sem paginação.).

confronto de interesses em uma sociedade capitalista que negou a essa senhora um dos mais importantes traços da vocação histórica humana, nos termos expostos por Paulo Freire, ou seja, o seu desejo de querer *ser mais*. Não em uma perspectiva individualista, que conduza o ser humano ao querer *ter mais egoísta*, que, para Freire, é uma forma de *ser menos*.³⁹² Em diferentes publicações, Freire retoma esse tema, que se tornou central em sua obra, na perspectiva da elucidação da matriz ontológica da luta dos seres humanos pela superação dos obstáculos que interferem na sua real humanização.

Toda essa discussão que envolve o analfabetismo e a opressão tem lugar na reflexão teórica que Paulo Freire realiza em obras reconhecidas mundialmente, como *Pedagogia do oprimido*, *Pedagogia da esperança*, *Educação como prática da liberdade*, *Cartas a Cristina*, entre tantas outras. Sendo assim, ao me reportar a essa parte da narrativa de Dona Jacinta, não poderia deixar de fazer menção à contribuição desse educador, no que se refere à opressão que se viabiliza pelo não acesso à educação. Para Paulo Freire: “Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, como outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento.”³⁹³ Assim, prossegue o autor: “[...] qualquer situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para essa proibição.”³⁹⁴

Tendo em vista o exposto até aqui e levando-se em conta a inclusão de Dona Jacinta nessa sociedade, que se opera por uma inserção no mundo do trabalho (que, à primeira vista, se apresenta de um modo tão degradado), colocou-se, para esta pesquisa, o desafio de tentar encontrar, na sua narrativa, outras possibilidades de realização da experiência que não passassem, necessariamente, pela sua

³⁹² “Esta busca do *ser mais*, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam. Esta é uma exigência radical. O *ser mais* que se busque no individualismo conduz ao *ter mais egoísta*, forma de *ser menos*. De desumanização. Não que não seja fundamental — repitamos — ter para ser. Precisamente porque é, não pode o *ter* de alguns converter-se na obstaculização ao *ter mais* dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p.86).

³⁹³ *Ibidem*, p.85-86.

³⁹⁴ *Ibidem*, p.86.

capacidade de efetuar narrativas orais pautadas em conselhos, provérbios, ou no relato de histórias que passaram por outras gerações e que, portanto, devem ser levadas adiante. Silenciada, como já foi dito anteriormente, ela transpôs, para a sua fala, a dura lição de opressão do mundo letrado, da qual não pode libertar-se, pois o aprendizado de um formato apropriado para efetuar essa ruptura poderia ter sido ministrado em aulas a que ela nunca compareceu. Sua mudez constitui-se como uma contingência do seu segmento social e profissional. Assim, como seria possível apostar em uma experiência narrativa oral de ensinamentos, que se lançasse para além do seu testemunho, nesta pesquisa, se o lugar que lhe coube foi o do silêncio?

Clarice Lispector, a convite do *Jornal do Brasil*, dedicou-se, entre 1967 e 1968, à elaboração de uma série de crônicas, dentre as quais as empregadas domésticas comparecem em diferentes ocasiões. As posições dos literatos, quanto à luta de classes, na obra de Clarice Lispector, são polêmicas e suscitam inúmeros estudos, entre os que tentam provar que essa também era uma tônica presente em algumas de suas obras, como, por exemplo, *A hora da estrela*, e os que tentam assegurar-se de que o confronto de classes, em Clarice, não chega a alcançar uma conscientização política e social, mas tem um caráter próprio, típico de sua literatura, a saber: existencial, ensaístico, filosófico, metaliterário, etc.³⁹⁵

Em se tratando das crônicas mencionadas, estas, na verdade, são recriações da relação da autora com as suas próprias empregadas domésticas e cozinheiras. Entre as empregadas domésticas desse universo lispectoriano, encontra-se Aninha, a mineira calada. César Mota Teixeira desenvolve uma tese sobre *A hora da estrela*, na qual dedica parte da sua análise a descrever a maneira como as empregadas comparecem nas crônicas de Clarice Lispector, dotadas de uma aura de pureza de espírito e de visão, mesmo quando sua presença incomoda a cronista, inspirando-lhe inevitáveis sentimentos de culpa pela exploração realizada.³⁹⁶

³⁹⁵ TEIXEIRA, César Mota. *Narração, dialogismo e carnavalização: uma leitura de A hora da estrela*, de Clarice Lispector. 2007. 269f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.49.

³⁹⁶ *Ibidem*, p.51.

A personagem Aninha, empregada mineira, comparece em três crônicas inteiras de Clarice e em uma quarta, dividindo espaço com outra empregada.³⁹⁷ Para descrevê-la, a autora destaca a sua atitude de pouca fala e a voz abafada de além túmulo. Aninha, ao contrário de Dona Jacinta, não é analfabeta e surpreende a escritora, ao lhe pedir um de seus livros para ler. Pedido negado por Clarice, ancorada na ideia de que seus livros eram complicados demais para a pobre empregada. Aninha, que afirmava não se interessar por livros “água com açúcar”, assusta Clarice Lispector, com o seu desejo de querer algo além daquilo que a autora esperava de alguém como ela.

A tese de César Mota reflete, entre outras coisas, o encontro da escritora com a miséria brasileira, bem como com a cultura popular, a partir de seu contato com essas empregadas domésticas. O destaque que esse autor dá a essa relação entre patroa e suas empregadas tem por intenção contribuir para que os leitores entendam a voz literária de Clarice Lispector, na obra *A hora da estrela*. Macabea, personagem desse romance, na concepção do pesquisador, também resulta do encontro da autora com a pobreza carioca, confrontada com o seu “[...] pretérito convívio com a pobreza à época da infância passada em Recife.”³⁹⁸ Clarice, ao instituir um narrador, nessa obra, chamado Rodrigo, dota-o do poder de lhe representar. Assim, a escritora se anuncia por meio de outra voz. A voz de um narrador-personagem, que narra a si mesmo, em primeira pessoa. A sua narração constitui-se um dever: “O que escrevo é mais do que invenção, é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. E dever meu [...] o de revelar-lhe a vida. Porque há o direito ao grito. Então, eu grito.”³⁹⁹ A revelação que se dá por meio da descrição da vida de Macabea é a da pobreza, e seu fim trágico encerra a narrativa desse romance.

No que concerne ao grito desse narrador/autor, pode-se dizer que ele toma para si a faculdade de exprimir a dor de sua personagem, em uma concepção que se assemelha à do testemunho constante do capítulo anterior. Tendo perscrutado

³⁹⁷ Segundo César Mota, tais produções foram publicadas em: LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

³⁹⁸ TEIXEIRA, César Mota. *Narração, dialogismo e carnavalização: uma leitura de A hora da estrela*, de Clarice Lispector. 2007. 269f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. p.66.

³⁹⁹ LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.19.

a pobreza carioca a partir da convivência com suas empregadas, dá a conhecer suas histórias, ainda que de forma literária, por delegação. Essa atitude também aproxima Clarice Lispector da identificação do testemunho como um dever do intelectual, que, escutando a dor do outro, leva-a adiante, em uma espécie de tentativa de forjar uma outra história. A dor, na história de Macabea, materializa-se metaforicamente, por meio da insistente dor de dente que acomete a pobre moça.

O resgate das crônicas em que Aninha é a principal personagem interessa a esta pesquisa pela sua aproximação com o que foi dito sobre Dona Jacinta, portadora também de uma fala abafada, como se, ao falar de sua vida, quisesse dizer somente para dentro de si mesma.

A partir do título de duas das crônicas de Clarice destinadas à empregada Aninha, “Das doçuras de Deus” e “Outras doçuras de Deus”, foi possível perceber o quanto a autora descobre ternura nessa personagem, que, ao final das crônicas, vai parar em um hospital psiquiátrico, entre outras coisas, por se dedicar a catar lixo (tampinhas de garrafas de leite e de outras garrafas, papéis sujos), que, segundo ela, seriam utilizadas para enfeitar seu quarto. Não é desprovido de sentido atentar para o fato de que Clarice vislumbra, através dessa personagem, a associação entre a loucura e uma forma estética de arte, que veio a ser popularizada posteriormente no meio intelectual, por intermédio da figura de Arthur Bispo do Rosário.⁴⁰⁰ Na noite em que Aninha vai para o hospital psiquiátrico, Clarice lhe escreve uma carta em que discorre sobre a saudade que sente da mineira calada e aponta o potencial artístico presente na sua loucura:

Aninha, meu bem, tenho saudade de você, de seu modo *gauche* de andar. Vou escrever para sua mãe em Minas para ela vir buscar você. O que lhe acontecerá, não sei. Sei que você continuará doce e doida para o resto da vida, com intervalos de lucidez. Tampinhas de garrafa de leite é capaz mesmo de enfeitar um quarto. E papéis amarrotados, dá-se um jeito, por que não?⁴⁰¹

⁴⁰⁰ No segundo semestre deste ano (2013), será lançado, no circuito nacional, o filme, *O senhor do labirinto*, que conta a história de Arthur Bispo do Rosário.

⁴⁰¹ LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

Também sinto saudade de Dona Jacinta e me recordo do seu modo *gauche*⁴⁰² de ser e da simplicidade com que se apresentou neste processo. Pueril, deslocada, simples e, a exemplo dos títulos das duas últimas crônicas citadas, doce. Muito doce.

No entanto, apesar de todo o processo de silenciamento aqui apresentado, procuro encontrar, em Dona Jacinta, aquilo que permite entendê-la enquanto um ser de linguagem, não restrito à comunicação, tal qual a compreendemos, enquanto uma capacidade transmissiva e informativa. Essa tarefa também se faz necessária, visto que, no período da velhice, muitos velhos se dedicam a uma espécie de silenciamento, muito diferente do que foi apontado para a entrevistada. Esse silêncio que acomete muitos velhos apresenta-se como uma espécie de pausa entre um movimento ritmado por ações do período de vida de adulto e aquele assentado em outros compassos que passam a reger a vida na velhice. A introspecção e o silêncio, por vezes, são confundidos com um estado melancólico ou depressivo, o que, em alguns casos, pode vir a ser real, porém, podem significar também um tempo de maturação acerca da nova condição antropológica de ser um velho. A diferença entre esses tempos da existência humana, regidos por atividades tão distintas, assim como em uma composição musical, permite que essa pausa/silêncio também seja considerada um tempo próprio da composição da velhice, ou parte dessa transição de tempos. Transição que exige do velho ser forte, o que, nas palavras de Guimarães Rosa, significa parar quieto; permanecer. “Ser forte é parar quieto; permanecer”.⁴⁰³

Ao analisar a linguagem de um modo geral e a linguagem dos homens, no texto chamado “Sobre el lenguaje em general y sobre el language de los homens”,⁴⁰⁴ Walter Benjamin chama a atenção para o conteúdo espiritual presente em toda a

⁴⁰² O adjetivo *gauche*, que remete ao indivíduo tímido, incapaz, sem muita aptidão, ganha forte conotação na literatura a partir de Carlos Drummond de Andrade, no seu “Poema de sete faces”: “Quando nasci, um anjo torto / desses que vivem na sombra / disse: Vai, Carlos! Ser *gauche* na vida” (ANDRADE, Carlos Drummond de. *Carlos Drummond de Andrade: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. p.70). A figura do *gauche* em Drummond revela o indivíduo que se sente desconfortável, deslocado, constantemente em causa, constantemente em questão. Lugar que, em determinados aspectos e momentos, se assemelha ao de Dona Jacinta, na nossa sociedade de classes, e que fica expresso no seu modo de ser e de se comunicar.

⁴⁰³ ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.436.

⁴⁰⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre el lenguaje em general y sobre el language de los homens. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre el programa de la filosofia futura y otros ensayos*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1970. p.139-153.

linguagem, pois, não “[...] hay acontecimiento o cosa en la naturaleza animada o inanimada que no participe de alguna forma de la lengua, pues es esencial a toda cosa comunicar su proprio contenido espiritual.”⁴⁰⁵ Para Benjamin, uma coisa é certa, em meio ao mundo de questões que envolvem a linguagem: que cada expressão realizada através de uma língua se apresenta como uma comunicação de conceitos espirituais, e, para entender o ser linguístico, é necessário perguntar-se sempre de que ser espiritual ele é a expressão imediata.⁴⁰⁶ O desenvolvimento do aspecto comunicativo da linguagem, em detrimento de qualquer outro, conduz faltamente à destruição da linguagem. No restante do texto, Benjamin se dedica à discussão teórica e teológica sobre o sentido da linguagem na sua relação com os textos sagrados e com a palavra criadora de Deus.

O filósofo estadunidense Marshall Berman, ao discutir a modernidade a partir da poesia de Charles Baudelaire, indica que uma grande quantidade de energia foi desprendida em todo o mundo na exploração e desvendamento dos sentidos da modernidade.⁴⁰⁷ Mas também adverte que grande parte dessa energia se fragmentou em dois níveis analíticos, o material e o espiritual. Os que se dedicaram à discussão da modernidade no plano material da modernização o fizeram a partir da análise de “[...] um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos, sociais – que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana.”⁴⁰⁸ Já aqueles que a encararam como uma espécie de puro espírito o fizeram em função de ditames artísticos e intelectuais.

Para Berman, esse dualismo, generalizado na contemporaneidade, dificulta “[...] nossa apreensão de um dos fatos mais marcantes da vida moderna: a fusão de suas forças materiais e espirituais”.⁴⁰⁹ Charles Baudelaire, em meio a essa

⁴⁰⁵ BENJAMIN, Walter. Sobre el lenguaje em general y sobre el language de los homens. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre el programa de la filosofia futura y otros ensayos*. Caracas: Monte Ávila Editores, p.139. [“Não há acontecimento ou coisa na natureza animada ou inanimada que não participe de alguma forma da língua, pois é essencial a toda coisa comunicar seu próprio conteúdo espiritual.”] (Tradução minha).

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p.140.

⁴⁰⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.129.

⁴⁰⁸ BERMAN, *loc. cit.*

⁴⁰⁹ BERMAN, *loc. cit.*

divisão, na concepção de Marshall Berman, assim como outros autores, foi um dos poucos escritores que apresentou uma percepção instintiva da interdependência entre essas duas instâncias modernas.

Assim como tantos autores que se dedicam à análise da obra de Baudelaire, Berman apresenta uma contribuição importante e divide a apreensão que o poeta faz da modernidade em dois momentos distintos, com imperativos categóricos também distintos: de um lado, apresentando celebrações acríicas da vida moderna e, de outro, ciente de que esta é portadora de uma beleza peculiar e autêntica, mas que, ao mesmo tempo, é inseparável de sua miséria e ansiedade, “[...] é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar.”⁴¹⁰ Para além do que essa reflexão significa, no plano da potência criativa artística, pois é principalmente no plano das artes que Marshall Berman situa Baudelaire, apanho emprestada essa análise para encontrar, na fusão entre as condições materiais de vida de Dona Jacinta e aquilo que ela comunica enquanto seu conteúdo espiritual (à luz do que resgatei a partir de Walter Benjamin), outras possibilidades de entendê-la na sua relação com a experiência.

Mensageiro de uma produção voltada para o heroísmo presente na vida de pessoas comuns e na revelação da importância de suas ocupações, o poeta Baudelaire tem por Honoré de Balzac profunda admiração, uma vez que este mergulha fundo na existência dessas pessoas, como nenhum outro artista o havia feito, retornando com a visão do anônimo heroísmo dessa gente.

É a partir desse heroísmo de uma vida no contexto moderno, que procuro entender a coragem que Dona Jacinta apresenta para transitar na área central de Belo Horizonte, a despeito das possíveis dificuldades decorrentes da sua condição de analfabeta. Segundo seu depoimento, ela sempre se dedicou a essa inserção na área central, mesmo depois de ir morar na Casa Santa Zita. Apesar de ser analfabeta, conhece bem os lugares. Sua memória vem do fazer, do andar pelo centro, tomando para si pontos de referência próprios de seu cotidiano.

⁴¹⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.138.

Avaliando o período em que viveu em Belo Horizonte, ou seja, de 1970 a 2009, Dona Jacinta experimentou mudanças profundas na funcionalidade dessa área central, que descreveu a partir das mudanças verificadas no próprio comércio, a exemplo do fim das lojas de tecidos, que cederam lugar a lojas de roupas prontas. Porém, mesmo não se dando conta, revela a permanência de uma prática ligada ao comércio, que representa outro momento dessa cidade, uma continuidade histórica que lhe permitiu acesso a uma linha de crédito para comprar uma geladeira e outros bens de consumo, através dos antigos carnês de prestação, muito utilizados há até bem pouco tempo. Quanto a essa relação comercial, Dona Jacinta parece guardar certo orgulho de ter cumprido com o pagamento mensal e de lhe terem ofertado nova possibilidade de compra. Possivelmente, na atualidade, Dona Jacinta enfrentaria dificuldades para efetuar as compras descritas em seu depoimento, uma vez que as lojas aboliram essa forma de pagamento parcelado. Seria necessário a ela inserir-se em outra forma de parcelamento, como, por exemplo, a aquisição de um cartão de crédito.

Sobre a metrópole, ela reproduz o discurso da violência, apesar de não ter sido assaltada nas ruas em que circulava, excetuando-se o episódio da loja de departamentos, onde teve sua carteira furtada. Desse episódio ela retira o suporte para alegar que Belo Horizonte era menos violenta no passado e, portanto, melhor. No entanto, a menção daquilo que no passado era tido como melhor se configura apenas enquanto discurso, pois esse sentimento não lhe impede de continuar fazendo aquilo que planejava para preencher o seu dia-a-dia.

Fatos considerados ordinários como os descritos até aqui traduzem o que chamei de heroísmo da vida moderna, no cotidiano de uma senhora cujas condições materiais se estabeleceram de forma tão simples. Refletem parte do seu conteúdo espiritual, que expressa o seu desejo de querer *ser mais*, para além do que foi aludido anteriormente, através do exemplo relacionado ao desejo de estudar. Mas apontam a busca por realizações que podem ser exemplificadas a partir do seu desejo de passear, de viajar, de conhecer lugares novos, de continuar morando próximo do centro, de comer bem. Desejos que refletem as positivities, as virtuosidades de se

viver no urbano, que também estão presentes na sua narração e das quais Dona Jacinta não abriu mão.

A sua declaração de que nunca teve vontade de voltar para a sua terra natal reforça essa ideia e remete também às reflexões que permeiam a discussão sobre o desenraizamento de que são vítimas aqueles que migraram para as grandes cidades, já que não pertencem mais aos lugares de onde saíram. Visitam tais lugares, mas não conseguem por lá ficar, talvez pelas circunstâncias que ali encontram e que não lhes atendem mais em relação às situações que experimentam nos grandes centros urbanos. Por enquanto, apenas aponto esse processo de desenraizamento sem entrar em uma análise mais elaborada sobre o mesmo, incluindo-o no contexto da modernidade, uma vez que essa temática será retomada, em outro depoimento.

Retornando às avaliações sobre sua coragem para enfrentar situações nas quais a falta de estudos a coloca no lugar de quem encarou os acontecimentos de sua vida com um toque de heroísmo moderno, passo a analisar as suas viagens à cidade de Aparecida, para além do aspecto de alienação que essa prática religiosa possa representar, mas como uma possibilidade de experimentação da vida, refletida na sua peripécia de se colocar no meio da multidão. Afinal, o ar da cidade liberta (*Stadtluft macht frei*), diz provérbio de procedência alemã.

Ao descrever a aventura que as suas viagens a “Aparecida do Norte” (a cidade também é conhecida popularmente dessa maneira) representa, Dona Jacinta parece não se intimidar com a multidão que a rodeia nessas ocasiões:

A igreja, aquela basílica, vô fala, é um sonho. Depois que inaugurô a TV lá, é gente do Brasil inteiro que vai. Eu num acho ruim ficá no meio de tanta gente, eu gosto. Tem veiz que a gente chega lá e não tem lugá pra podê encostá, de tanta gente. E eu fico lá numa boa (Depoimento de Dona Jacinta).

Recentemente, dei-me conta da real dimensão da coragem de Dona Jacinta, ao realizar essa viagem, quando tomei conhecimento da existência de uma lei de 1998 e que só foi regulamentada em dezembro de 2012. De acordo com essa lei, os hotéis de Aparecida são obrigados a identificar, com pulseiras invioláveis (bem semelhantes às que são usadas em hospitais), seus hóspedes, medida que foi tomada

após o desaparecimento de dois idosos na cidade. A cidade de Aparecida é o principal roteiro turístico católico do país e, em 2011, recebeu mais de 11 milhões de turistas.⁴¹¹ A estimativa do número de romeiros do ano de 2012 só veio confirmar a importância dessa medida, pois, no final desse ano, a cidade bateu novo recorde de visitantes: 11 milhões, 114 mil e 639 pessoas.⁴¹²

A medida não se aplica aos romeiros que entram na cidade de ônibus e que não se hospedam em hotéis, mas, segundo a prefeitura, essa medida facilita em muito a atividade dos agentes das Secretarias Municipais, cuja equipe tem de percorrer a cidade em veículos com as pessoas perdidas, em busca do hotel de origem. Trabalho muito complicado, tendo em vista o número elevado de hotéis na cidade.

O número de desaparecimentos, segundo os dados da Polícia Civil do Estado de São Paulo, não se apresenta de forma tão elevada, e a sua maior parte é composta por turistas. Esses números, no entanto, não revelam a realidade, uma vez que são considerados apenas os casos em que não ocorre uma solução por meio das equipes responsáveis, como foi apontado. Sendo assim, o número de pessoas que, pelo menos por algumas horas, permanece desaparecido é maior do que o revelado pela polícia. Por exemplo, nos finais de semana de grande movimento, apenas no Santuário Nacional, o número de desaparecimentos pode chegar a 500 pessoas.⁴¹³

Além dessa medida, outras ações vêm sendo implementadas, como a orientação a cada coordenador de excursão que chega à cidade, que providencie para seus turistas um cartãozinho ou pulseira com o nome e telefone do coordenador da excursão, a cidade de origem do turista, nome da empresa de ônibus e nome do hotel. Essa conscientização visa a abarcar pessoas que se hospedam em hotéis pequenos e pensões que se têm recusado a adotar a medida de segurança das pulseiras, devido aos custos daí provenientes, que não podem ser repassados para os turistas.

⁴¹¹ Disponível em: <<http://www.cbnfoz.com.br/noticias-do-brasil/item/4164-hot%C3%A9is-de-aparecida-ser%C3%A3o-obrigados-a-identificar-h%C3%B3spedes-com-pulseiras.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

⁴¹² Disponível em: <<http://jornalsantuário.wordpress.com/tag/turismo-religioso/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

⁴¹³ *Ibidem*, sem paginação.

Todos os dados referentes ao número de pessoas circulantes nessa cidade, bem como aos acontecimentos que envolvem os desaparecimentos parecem complicados demais para ser enfrentados por uma senhora que não sabe ler. No plano da experiência, a aventura, o perigo, aquilo que tocou Dona Jacinta em cada uma dessas viagens não pode ser desprezado.

Também merece destaque uma questão acerca dessas viagens para a qual só atentei no momento em que me dediquei à análise mais detalhada do seu depoimento. Segundo Dona Jacinta, ela permaneceu junto à senhora para quem trabalhou até o final dos seus dias. Somente depois da morte de sua patroa é que ela foi morar na ILPI Santa Zita. Porém, mesmo antes de ir para a Casa Santa Zita, Dona Jacinta já era aposentada. Esse dado ela revela em diferentes momentos, mas dá ênfase ao mesmo, ao dizer que, quando morava na casa de sua patroa, ela não pagava aluguel e que, por isso, podia juntar o dinheiro da sua aposentadoria com mais rapidez para realizar a viagem a Aparecida, onde ficava por 15 dias. Isso difere do que passou a acontecer quando se mudou para a Instituição Santa Zita, onde tinha de pagar seu aluguel e, por isso, demorava mais a juntar a quantia necessária para a viagem.

Após revisitar essa fala, surgiu uma dúvida quanto ao que Dona Jacinta recebia durante o período em que esteve morando na casa de sua patroa e já era aposentada. Já que continuou trabalhando na casa, tomando conta da sua patroa, além de receber sua aposentadoria, teria recebido outro salário? Para esclarecer essa dúvida, voltei à Casa Santa Zita e conversei com a única Zita que poderia explicar essa questão. Na apresentação dessa instituição, apontei a existência de uma moradora da casa, também pertencente à associação Santa Zita, que, primeiramente, foi indicada para me conceder a entrevista. Nesse retorno à Casa, foi de uma conversa com essa senhora que obtive certeza do que já imaginava. Recorrentemente, após a aposentadoria, muitas empregadas domésticas que continuam trabalhando nas casas de família só recebem o benefício social do governo e não mais o salário referente ao trabalho realizado. Muitas não têm para onde ir e vão ficando com os antigos patrões, outras se afeiçoam demasiadamente aos patrões e não conseguem romper esse vínculo, e ainda existem aquelas que, por vezes, chegam a retirar de suas

parcas aposentadorias quantias em dinheiro para ajudar suas patroas, que entraram em decadência pela própria condição de velhice e de negação da família em lhes conceder o gerenciamento de suas economias. Com riqueza de detalhes e de esclarecimento político sobre tais situações, empreendi longa conversa com essa senhora, que me disse que Dona Jacinta só recebia, de fato, a sua aposentadoria, no período ao qual aludi. Ao final da nossa conversa, ela me convidou a integrar o grupo das *Zitas* que ainda se reúnem uma vez por mês. Perguntou-me sobre a minha formação e apontou certo desapontamento diante da minha resposta negativa à sua indagação sobre a possibilidade de eu ser uma advogada. No entanto, ao final, disse-me que, mesmo assim, seria bom se eu fosse ter com elas, pois precisavam de gente jovem para assessorá-las.

No que se refere ao trabalho que Dona Jacinta realizou sem receber por ele, a senhora que procurei na instituição me disse que imaginava os motivos pelos quais ela permaneceu na casa onde trabalhava. Segundo ela, Dona Jacinta era, de fato, muito querida pela família da sua patroa. Ela era uma das poucas *Zitas* que receberam ajuda financeira até o fim por parte da família para quem trabalhou. Como colocar em questão os sentimentos envolvidos nessa relação? Como dizer que eles não eram reais? Como afirmar que esses atos de ajuda representavam arrependimentos ou culpa por uma exploração realizada, assim como o sentimento experimentado por Clarice Lispector em relação às suas empregadas? Acredito que não me cabe indicar nenhum caminho para a interpretação dessa parte da sua trajetória de vida. O que isso envolve não permite a elaboração de conceitos, pois representa outros campos da nossa condição de humano.

Finalizando esta análise, posso dizer que a lembrança da trajetória de vida de Dona Jacinta não aponta para a nostalgia em relação ao passado, com exceção de alguns raros momentos. Não visa a buscar um *ethos* perdido, mas antes tem assento no viver na Casa Santa Zita, no sair para se cuidar, na realização das compras das coisas gostosas – entre estas, os biscoitos que ela disse adorar – em ir à missa, viajar, ouvir a rádio Aparecida...

Em 2009, Dona Jacinta faleceu. Quando sua indesejada das gentes chegou, ela já não se dedicava mais a cozinhar, colocar a mesa para o jantar, com cada coisa

em seu lugar, para recuperar o poema do início deste tópico. Como a morte lhe chegou eu também não sei, não sei se ela sofreu a frieza desse momento ou se foi afavelmente recolhida. Sei apenas que parte de sua casa estará sempre aberta a quem quiser conhecê-la, através de sua história aqui narrada.

3.2 Um som da Vila do Cafezal: Dona Jovelina

O contato inicial com Dona Jovelina Avelino da Silva aconteceu a partir da participação em fóruns de idosos da Regional Centro-Sul, promovidos pela Secretaria de Administração de Serviços Sociais da mesma regional. Na ocasião, esses fóruns estavam sendo gestados com vistas à preparação para a II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ocorrida no mês de maio de 2008. Tais encontros aconteceram em todas as regiões de Belo Horizonte e contaram com a participação tanto dos coordenadores, quanto dos integrantes dos grupos de convivência de idosos existentes em cada uma das suas nove regionais.

Dentre os cinco entrevistados, Dona Jovelina foi a única com quem mantive um contato imediato, tendo a figura do mediador, já descrita, um papel apenas secundário. O grupo de convivência do qual ela faz parte se chama “Grupo de Convivência Nossa Senhora Aparecida” e possuía, na ocasião, 40 integrantes (até o ano de 2007, havia um participante do sexo masculino, o que é raro, nesses grupos de convivência). Esse grupo recebia orientação de uma funcionária técnica administrativa da PBH, que atuava no Centro de Saúde do Cafezal. Essa técnica foi quem me ajudou a “convencer” Dona Jovelina a me ceder seu depoimento, depois de uma tímida investida que realizei por conta própria. A utilização da palavra “convencer” parece contraditória em relação à informação fornecida anteriormente, segundo a qual os depoentes aderiram, voluntariamente, à pesquisa, por intermédio de um mediador específico para cada um dos casos. No entanto, o que ocorreu é que a mediação, nesse caso, apesar de ter funcionado como uma espécie de incentivo, aconteceu apenas paralelamente aos meus esforços para estabelecer a relação necessária com a depoente, que me permitisse entrevistá-la.

Tendo entendido, em um primeiro momento, que a entrevista seria mais uma atribuição institucional do seu grupo de convivência, Dona Jovelina tentou desviar-se da minha aproximação, o que só fui compreender em um momento posterior. O processo de institucionalização desses grupos acarretou, para suas coordenadoras, obediência a novas normas e trabalhos extras, os quais muitas delas

têm apresentado dificuldade de realizar, por exemplo, a participação mensal em reuniões com técnicos da prefeitura, nas regionais em que os grupos estão localizados. Nesse sentido, a funcionária mediadora insistiu com Dona Jovelina na explicação de que ela não teria nenhum trabalho a mais comigo, que se tratava de uma pesquisa para a universidade e que ela não teria de realizar nenhum deslocamento.

Ao final dessa conversa, Dona Jovelina disse-me que, se eu fosse à sua casa, me receberia com gosto, apesar de eu já ter adiantado a todos que estavam no fórum que eu me dispunha a entrevistá-los nos horários e lugares que fossem mais adequados para cada um deles. Ainda fiquei sabendo, nesse mesmo dia, que a sua grande dificuldade em se deslocar na metrópole decorre de um problema de circulação, sendo por esse motivo que eu teria de ir à sua casa. Assim, perguntei-lhe qual seu endereço, e ela, com riqueza de detalhes, informou-me qual ônibus deveria pegar, onde deveria pegá-lo, onde deveria descer. Em seguida, fui confirmar com a funcionária da PBH se a indicação que ela me tinha dado estava correta. Posteriormente, dei-me conta de que, ao procurar confirmação, estava fazendo exatamente aquilo que tanto criticava, ou seja, vendo o velho como alguém incapaz, igualando-o à criança, em uma perspectiva que entende esses dois polos da vida como dependentes, sem qualquer espécie de autonomia ou clareza de ideias. Ainda como parte dessa descrição de preconceitos arraigados em mim e que achava que não possuía, vi-me, mais tarde, refletindo sobre uma expressão de que, ao longo deste processo de pesquisa, fiz uso recorrentemente. Por vezes, quando ia referir-me a algum velho cujas características remetiam a uma extrema autonomia e lucidez, apresentava-o sempre seguido da identificação de um desses atributos. Observei que atribuía a essa caracterização um lugar superior, em detrimento da própria condição de velho da pessoa apresentada. Assim como adverte Simone de Beauvoir:

Até certo ponto, essa condição do velho é simétrica à da criança, com a qual o adulto também não estabelece reciprocidade. Não é por acaso que é tão comum se falar, nas famílias, da criança “extraordinária para a sua idade”, e também do velho “extraordinário para sua idade”: o extraordinário é que, não sendo

ainda homens, ou não sendo mais homens, eles tenham condutas humanas.⁴¹⁴

Não poderia duvidar da clareza presente na informação que me havia sido dada por Dona Jovelina. Em se tratando de uma senhora que trabalhou no centro de Belo Horizonte, como cambista, conforme será descrito no seu depoimento, como poderia duvidar que fosse capaz de me dizer como proceder para chegar à sua casa?

Após acertarmos o nosso primeiro encontro por telefone, iniciei o meu planejamento para a realização da primeira visita ao Cafezal. A favela, ou vila, Santana do Cafezal faz parte do aglomerado da Serra, juntamente com mais cinco vilas, segundo os dados da Prefeitura de Belo Horizonte: as vilas Marçola (também conhecida como favela Cabeça de Porco), Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida (conhecida como favela do Pau-Comeu), Nossa Senhora da Conceição e Novo São Lucas.⁴¹⁵ Segundo a historiadora Regina Helena Alves da Silva, tanto a população local, quanto a imprensa e mesmo alguns estudos sobre o aglomerado identificam outras 11 vilas como pertencentes a esse espaço, por exemplo, a vila Fazendinha e a vila Antena. Para essa historiadora, tais denominações não oficiais são criadas “pela população local para se diferenciarem de espaços marginalizados pela cidade, como a favela do Cafezal ou a Pau-Comeu, conhecidas como lugares de muita violência e criminalidade”.⁴¹⁶

Tendo em vista tudo o que já escutara sobre o Cafezal, estabeleci um (pre)conceito a respeito desse aglomerado, que só foi agravado pelo contato com alguns relatos que escutara por parte dos técnicos da Prefeitura, que me declararam que a inserção no Cafezal vinha apresentando problemas recentemente, devido às disputas travadas entre as “gangues” locais, o que me fez redobrar os cuidados para chegar até o beco onde mora a Dona Jovelina.

⁴¹⁴ BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.266.

⁴¹⁵ SILVA, Regina Helena Alves da. Voz da periferia. In: CONGRESSO VIRTUAL DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, 2., 2000, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Naya Editora, 2000. v.1, p.1-15. (Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Regina_Helena_Alves_da_Silva.htm>. Acesso em: 10 jun. 2008).

⁴¹⁶ *Ibidem*, sem paginação.

Em decorrência disso, vi-me na expectativa de buscar um modo de me portar que não chamasse tanta atenção naquele lugar, como se isso fosse possível, em um espaço onde as pessoas se conhecem e reconhecem quem não é dali, pela existência de signos distintivos, identificados facilmente por aqueles que são moradores da região. Peguei o ônibus 4107, na Avenida Afonso Pena, segundo a indicação recebida. O ônibus segue um trajeto que nitidamente indica uma subida, uma vez que o bairro da Serra, que se situa no caminho do Cafezal, bem como o aglomerado em questão estão situados nas encostas da Serra do Curral. Durante seu percurso, até quase o ponto final, não é possível visualizar as favelas que compõem o aglomerado da Serra e, dentre estas, o Cafezal. Somente quase no final da Rua Capivari é que as casas do aglomerado começam a aparecer. Quando entrei no ônibus, pedi ao trocador que avisasse quando chegasse perto da Escola Estadual Efigênio Salles e do Centro de Saúde do Cafezal, pontos de referência que me foram fornecidos. Ainda recorri a ele mais uma vez para pedir que não se esquecesse de mim. Assustei-me quando o ônibus parou e todos desceram, pois ali era seu ponto final. Só me dei conta dos equívocos da minha incompreensão acerca do trajeto do ônibus quando me vi caminhando por entre os becos e as ruas apertadas e pensando como havia imaginado que o ônibus poderia circular por ali, levando-me até bem mais perto da casa à qual pretendia chegar. Logo após a descida do ônibus, todos os passageiros sumiram rapidamente, por entre os becos do aglomerado.

Na descrição de Regina Helena, o único meio de transporte que faz a ligação do aglomerado com o asfalto (isto é, com a cidade) são alguns ônibus que servem ao bairro da Serra. O ponto final desses ônibus “fica atrás do Hospital Evangélico, na última rua asfaltada dessa região da cidade. A multidão de habitantes do aglomerado tem apenas essa entrada para as 11 vilas e favelas.”⁴¹⁷ Dentro do Cafezal, circulam também ônibus da linha complementar, que têm o trajeto limitado, pois o espaço do Cafezal que fica nas áreas mais íngremes (descrito por Dona

⁴¹⁷ SILVA, Regina Helena Alves da. Voz da periferia. In: CONGRESSO VIRTUAL DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA, 2., 2000, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Naya Editora, 2000. v.1, p.1-15. (Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Regina_Helena_Alves_da_Silva.htm>. Acesso em: 10 jun. 2008).

Jovelina como “morrado”) só é acessado por escadas, que podem ter até mais de 100 degraus, segundo foi possível descobrir, na entrevista realizada posteriormente.

Desci do ônibus e segui junto com várias pessoas por uma das vielas que dá acesso ao Cafezal. Tinha um ponto de referência bem conhecido que era o Centro de Saúde do Cafezal, que fica na Rua Serenata. Essa rua é uma das mais importantes da vila, é asfaltada, tem uma ampla rede de comércio local e dá acesso aos seus diferentes becos.

O beco onde mora a Dona Jovelina se chama Acorde, e, ao bater no seu portão, fui logo anunciada pelo enorme cachorro preto, chamado Trovão, que, segundo sua dona, é a sua “caminha preta”. Percebi, a partir desse fato, que o trabalho de Paulo de Salles Oliveira pode ser lido quase como um guia etnográfico de observação para as moradias das periferias. A cada detalhe observado, lembrava-me da descrição que esse autor fez para as “vilas de Marília” – em São Paulo – local onde realizou sua pesquisa de doutorado, como já mencionei. “Quando se chega a uma dessas casas, todavia, a primeira saudação não vem, geralmente, de nenhum dos dois [avós e netos pesquisados]. Quase sempre são os latidos de um cão que anunciam a presença de alguém.”⁴¹⁸

O barraco, aberto gentilmente à minha presença, faz parte de um conjunto de três moradias, algo comum nas vilas. Ali, além da entrevistada, moram também dois outros filhos casados e suas famílias. Para descrever a sala onde fui recebida, de um chão limpo de cimento queimado, com móveis gastos pelo uso, posso, novamente, valer-me das observações de Paulo Oliveira:

Ao entrar na sala, impressiona a multiplicidade de objetos. O televisor ocupa lugar de destaque, mas sempre acompanhado da estante, dos bibelôs, dos quadros e das fotografias. Os quadros evocativos de entidades protetoras; as fotografias trazem o registro de momentos marcantes – casamento, primeira comunhão, recém-nascidos – ou lembranças, com retratos de familiares já falecidos.⁴¹⁹

⁴¹⁸ OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p.62.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p.63.

A essa observação acrescento apenas o fato de o televisor não estar localizado na sala e a especificação das imagens sagradas encontradas no local, a saber: um quadro com a imagem de Jesus e várias imagens pequenas de Nossa Senhora Aparecida. A fotografia da estante não deixa esquecer o marido já falecido, de quem herdou a pensão que recebe todo mês e cuja vida foi marcada por diferentes surtos de esquizofrenia e pela rotina de trabalhador, como marceneiro na construção civil.

Recorro também à reflexão realizada por Henri Lefebvre para descrever essa moradia, em uma perspectiva que aponta o *habitar* como uma dimensão da poética do espaço:

A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano”. Acrescentemos: o discurso e as realidades urbanas, com suas diferenças e relações, secretas e/ou evidentes. O “ser humano” (não dizemos “o homem”) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza de poesia espontânea, exceto talvez quando não passa de aplicações da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando.⁴²⁰

Os bibelôs a que se refere Paulo Oliveira e ali naquela casa identificados podem ser entendidos à luz de Lefebvre, como a poesia que o ser humano oferece a si mesmo para não deixar de ser poeta:

Os objetos de bom e de mau gosto, saturando ou não o espaço da habitação, formando ou não um sistema, até os mais horrorosos bibelôs (o *kitch*) são a irrisória poesia que o ser humano oferece a si próprio para não deixar de ser poeta.⁴²¹

As formulações benjaminianas referentes aos rastros (*spur*), ou vestígios, também remetem à poética do *habitar*, sendo necessário, no entanto, rever o teor do julgamento implacável que Benjamin endereça à burguesia e a seu espaço de moradia, em diferentes momentos de sua obra. Nos ensaios “Experiência e pobreza”

⁴²⁰ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.82.

⁴²¹ LEFEBVRE, *loc. cit.*

e “Paris do segundo império”, ele situa o morador burguês, que procura, em suas moradias particulares, uma compensação pelo desaparecimento dos vestígios da vida privada na cidade grande. Fruto de suas reflexões e posicionamentos contrários a uma verdadeira cultura do vidro e do aço, que tem, respectivamente, *Scheerbart* e a *Escola de Bauhaus* como seus expoentes, Walter Benjamin afirmava que, a partir desse referencial, foram pensados e criados espaços, nas cidades, em que se tornou difícil deixar rastros.⁴²² Nesse esforço de analisar a vida moderna, Benjamin aponta tanto a origem da aniquilação dos rastros no urbano – assumindo-se como porta-voz de uma vanguarda de intelectuais e artistas – quanto critica a opção adotada pela burguesia, de se encapsular em sua moradia, recheada de objetos de consumo e acessórios. Georg Otte afirma que, para Benjamin, essa cápsula que o burguês cria para si “não é a mônada que reflete o universo da cidade, mas uma proteção contra esse universo: no lugar da integração, prevalece o retrato do isolamento, reforçado por uma blindagem com a qual esse burguês se defende do assédio da população”.⁴²³

Como uma parte amplamente reconhecida da crítica efetuada por Benjamin, a predileção dos burgueses pelo veludo e a pelúcia exemplifica, didaticamente, a necessidade do burguês de deixar vestígios no seu espaço de moradia.⁴²⁴ Assim, dá “preferência à cobertura de veludo e de pelúcia, que guardam a impressão de todo contato.”⁴²⁵ Só quem já tocou esses tecidos pode ter uma clara noção dessa reflexão. Ao menor contato da pele com a superfície lisa e aveludada, tem-se a sensação de que ali ficaram nossas impressões e contornos mais pessoais.

⁴²² BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.114-119. (Obras escolhidas, v.1).

⁴²³ OTTE, Georg. Vestígios da experiência e índices da modernidade. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.77. (Coleção Humanitas).

⁴²⁴ “Quando se entra num aposento burguês dos anos 80 [referem-se ao século XIX. (N.T.)], a impressão mais forte, em meio de todo o ‘aconchego’ que talvez irradie, é: – Aqui nada tens a procurar. – E isto porque não há canto no qual o morador já não tenha deixado seu vestígio [...] Habitar esses aposentos forrados de pelúcia não era mais que seguir um vestígio estabelecido pelos hábitos. E até mesmo a irritação que, ao menor dano, tomava conta dos lesados, era talvez apenas reação do homem ao qual apagava ‘o vestígio de seus dias na terra’. O vestígio que deixara em almofadas e em poltronas, que seus parentes deixaram nas fotografias, [...] e que às vezes parecem tornar esses aposentos tão superpovoados como os columbários” (BENJAMIN, Walter. *Habitar sem vestígios*. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.266. (Obras escolhidas, v.2)).

⁴²⁵ BENJAMIN, Walter. Paris do segundo império. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.43. (Obras escolhidas, v.3).

Novamente, é a figura literária do velho Halim, personagem do livro *Dois irmãos*,⁴²⁶ que permite o salto da análise realizada para a burguesia do século XIX para a representação da realidade dos velhos que, ao deixarem rastros de sua vida em suas moradias, a meu ver, habitam-nas como poetas. Após uma vida inteira de acontecimentos, o sofá cinza da sala de estar, em que o próprio Halim foi encontrado morto, guardou as impressões do seu dono. Ali, Halim recebeu suas visitas, fumou seu *narguilé*, repreendeu o filho caçula, contou suas histórias. Ficcionalmente, tudo isso deixou vestígios, moldando, no móvel, as formas de seu dono e denunciando a saga familiar desse libanês instalado definitivamente em Manaus.

A impressão de rastros, no espaço de moradia, que não se limita à ficção literária, não é uma prerrogativa da burguesia. Diferentemente dessa percepção pessimista, que Benjamin consolidou, de forma tão eficaz, Henri Lefebvre ajuda-nos a entender a necessidade do ser humano, por mais irrisória que seja, de *habitar* poeticamente. Em se tratando dos velhos, estes acumulam, ao longo de suas vidas, objetos de uso pessoal, móveis, enfeites, itens que, por vezes, são considerados verdadeiras quinquilharias, mas que, em sua percepção, constituem a sua forma de não se perder nos séculos, de perpetuar sua existência privada.

Ao visitar a casa de Dona Jovelina, toda a discussão realizada até aqui se materializou no espaço de sua moradia. Ali, na sala de visitas, também se encontram um sofá cuja capa é amplamente marcada pelo uso, fotografias, muitos bibelôs de louça considerados *kitch* e um chão de cimento queimado que já apresenta partes afundadas, ou seja, marcadas pelo constante entra e sai dos filhos e netos.

Um chão marcado pode ser útil na tentativa de elucidação dos diferentes sentidos que um rastro possui quando tomado metaforicamente como revelador de diferentes situações de suspense. Ele pode remeter àquilo que tanto fascinou Charles Baudelaire a partir dos romances de detetives, por exemplo, de Edgar Allan Poe (de quem foi tradutor), e que também mobilizou o pensamento de Walter Benjamin. Os rastros no chão, que, para os detetives, podem ser verdadeiras trilhas, adquirem a conotação de pistas a serem seguidas, no desvendamento de um caso, na busca de um suspeito. Segundo Benjamin, o conteúdo “social primitivo do romance policial é

⁴²⁶ HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

a supressão dos vestígios do indivíduo na multidão da cidade grande.”⁴²⁷ Pode-se dizer que, nesse contexto, o rastro tem um sentido preciso de signo não intencional e que “remete a algo que excede a vontade consciente do sujeito; a algo que pode ameaçá-lo em sua integridade [...]”⁴²⁸ No texto sobre o *flâneur*, segundo Jeanne Marie Gagnebin, Benjamin se reporta a uma rede de controle ampla, realizada pelo Estado e a polícia, implementada na França desde a Revolução Francesa, que instaura instrumentos capazes de enredar em suas malhas a vida civil. Esses instrumentos lançavam mão desde um inventário dos domicílios citadinos até imagens gravadas por câmeras invisíveis.⁴²⁹ Uma normatização que encontrou resistência em bairros proletários, como o dos marceneiros: “Quando se perguntar a um morador desse bairro pelo seu endereço, ele sempre dará o nome que sua casa leva e não o frio número oficial”.⁴³⁰

O contexto de perseguição a que Benjamin alude, ao citar o famoso poema de Berthold Brecht, “Apague os rastros”, no ensaio “Experiência e pobreza” e em outros textos, também demarca o caráter de signo não intencional dos rastros. Produzido dentro de um contexto político, vários versos do poema denunciavam a política de terror do nazismo.

No entanto, de modo mais eficaz e moderno, essa rede de controle amplo, que tem, na perseguição dos rastros dos indivíduos, seu *modus operandi*, não se circunscreve ao contexto de perseguição anunciado, mas se estende para o controle de toda a sociedade contemporânea. E, em se tratando de um aglomerado como o do Cafezal, isso acontece de modo cada vez mais intenso, pautado no discurso de contenção da violência.

De alguma maneira, deixei, ali, meu rastro involuntário e fui observada, sem saber que o era, ao sair da casa de Dona Jovelina. O meu retorno ao ponto de ônibus, partindo do beco onde ela mora, foi seguido de muitos olhares e da curta

⁴²⁷ BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.40. (Obras escolhidas, v.3).

⁴²⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.32. (Coleção Humanitas).

⁴²⁹ *Ibidem*, p.32

⁴³⁰ BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.44. (Obras escolhidas, v.3). Fazendo uma alusão ao escritor austríaco Sigmund Engländer.

frase “Oi, moça!”, que, apesar de tentar, não consegui detectar de onde vinha. Após horas de conversa, registradas, detalhadamente, por meio de anotações, despedi-me dessa simpática senhora. Mas não parava de pensar sobre a minha incompreensão sobre as vilas e favelas, mesmo tendo realizado trabalhos de campo durante a graduação e depois como professora universitária, que me colocaram em contato com realidades semelhantes à que presenciei no Cafezal. A diferença entre andar sozinha pelos becos e conhecer a mesma região acompanhada por um grupo de pesquisa (como, normalmente, acontece, em situações de trabalho de campo) foi uma experiência muito distinta de todas que já havia vivenciado. Uma verdadeira experiência relacionada ao perigo, uma vez que envolveu medos e receios muito presentes na nossa moderna existência urbana.

Como essa foi uma das últimas entrevistas realizadas, contei com certa experiência já adquirida na realização das entrevistas anteriores e consegui ajustar um roteiro já para a segunda visita à casa de Dona Jovelina.

Seguindo o trajeto de volta para o ponto final do ônibus, fui pensando a respeito do burburinho que se estava formando àquela altura da tarde, já que se aproximava das 17h30min, horário no qual muitas crianças estavam deixando as escolas locais. O barulho das crianças, das motos (meio de transporte muito visualizado ali), das pessoas chegando do trabalho, dos adolescentes conversando nas ruas e becos fez-me pensar nos movimentos de uma verdadeira *Suíte Cafezal*,⁴³¹ composta por todos esses sons. Curiosamente, os nomes das ruas pelas quais passei e de alguns equipamentos coletivos, que me foram apontados por Dona Jovelina, favoreceram essa percepção: Serenata, Ritmo, Acorde, Bandoneón, Praça da Lyra. No entanto, o meu som predileto, aquele que ficou guardado na minha memória e em meus registros, refere-se às narrativas de Dona Jovelina Avelino da Silva, cujo depoimento, a seguir, foi-me oferecido com extrema generosidade, durante a minha

⁴³¹ A exemplo do premiado documentário musical chamado *Suíte Havana*, lançado em Cuba, em 2003, e que, aqui no Brasil, ganhou dois Kikitos de Ouro, no Festival de Gramado. Segundo a sinopse do filme, retrata-se um dia qualquer na vida de 10 habitantes da cidade de Havana, mostrando a diversidade dos grupos sociais que existem e que formam várias cidades em uma só, com seus afinamentos e desafinamentos, em relação à ideologia socialista da Revolução de 1959 e à realidade atual da ilha caribenha.

segunda visita ao Cafezal, dessa vez, já sem medo e sem tantos (pre)conceitos formulados.

A ansiedade de chegar ao local da moradia de Dona Jovelina, vivida no momento da minha primeira ida ao aglomerado, não me permitiu usufruir de um sentimento que só durante a minha segunda visita a esse local pude vivenciar, que foi o proveniente do encontro com o lugar no qual nasci, o Hospital Evangélico, localizado bem próximo ao final do ônibus utilizado para ir ao Cafezal. Na minha casa, fui a única nascida em um hospital. Todos os meus irmãos foram frutos de parto normal, realizado pela minha avó Maria, que, na ocasião do meu nascimento, já estava muito doente. Também pesou a circunstância de que, quando nasci, minha mãe já era avançada em idade para ter um filho. Desse modo, tendo em vista o fato de estarem morando em uma cidade grande, era natural, para os meus pais e irmãos, que eu e minha mãe deveríamos ter todos os benefícios de quem mora em um espaço urbano, provido de infraestrutura básica.

Já muito emocionada pelas histórias cuja narração escutara, quando passei, de ônibus, perto desse hospital, iniciei um processo de rememoração de trechos da história que me foi contada sobre o meu nascimento e, dentre estes, daquele que ouvi, durante muitos anos, e que **me fez chorar** também. Minha mãe sempre me contava que, após meu parto, ela começou a chorar, e que o médico que a acompanhou disse a ela para não se preocupar, que eu era uma recém-nascida muito saudável. A resposta que ela deu ao médico foi o que, naquele momento de lembrança, me uniu ao passado, levando-me à elaboração interna de sentimentos diversos: “Ah! Doutor, **eu estou chorando** porque a minha mãe fez todos os meus partos, e eu saí de casa e **deixei ela chorando também**. Ela teve um derrame e perdeu as suas forças, e eu queria que ela estivesse aqui” (Grifos meus). Três gerações misturadas e unidas pela lembrança, através do choro, o da minha avó, o da minha mãe e o meu – assim como na história de Miguilim: “Quando chegava o poder de chorar, era até bom – enquanto estava chorando, parecia que a alma toda se sacudia, misturando ao vivo todas as lembranças, as mais novas e as muito antigas.”⁴³²

⁴³² ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim: corpo de baile*. 11.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.122.

3.2.1 Depoimento: Dona Jovelina Avelino da Silva (07/07/1940)

Migração para Belo Horizonte

QUANDO EU ERA criança, saí da roça, da casa dos meus pais, e fui morá com outra família porque era muito longe pra gente estudá. Então, eu fui pra casa de uma Dona, ela era professora e precisava de uma pessoa pra tomá conta do menino dela, pra ela podê continuá dando aula. Aí eu fui pra lá, estudava e cuidava dessa criança. Isso foi em Dom Joaquim... me parece, não tenho certeza, mas acho que era Distrito de Conceição do Mato Dentro, mas era na roça, não era dentro da cidade. Meus pais moravam na roça do mesmo jeito, só que tinha uma distância. E de lá eu num voltei mais pra casa. Eu tava com 16 anos quando eu vim praqui (Belo Horizonte). Não sei se foi 56 ou 57. Eu vim pra cá porque essa Dona precisou de fazê tratamento... então veio pra cá e eu vim com ela pra tomá conta dos menino pra ela podê fazê o tratamento. E por aqui mesmo eu fiquei...

Nós fomos morá ali onde hoje é o Minas 2. Ali tinha o nome de Vila Pombal. Era tudo barraco, igual ao meu mesmo. Tinha uns barraco bom, outros barraco ruim, não tinha água, só tinha luz. Depois, passado muito tempo, é que eles colocaram uma torneira lá na rua pra gente. Eu morei na Vila Pombal, acho que quatro pra cinco ano. Aqui eu não estudei não, eu ficava tomando conta dos filho dela...

De vila em vila

EU SAÍ DA VILA Pombal porque casei... Fui morá na Vila Nossa Senhora da Aparecida, que antigamente não tinha esse nome. De lá, fui morá no Tupi, do Tupi eu vim pra Nossa Senhora da Aparecida de novo, de lá eu vim praqui. A Vila Nossa Senhora Aparecida fica no Pau-Comeu, já ouviu falá? Fica lá atrás do Cafezal. Lá, na Vila Nossa Senhora da Aparecida, a gente pagava aluguel, depois minha cunhada comprô um barraco que tinha uma área e a gente fez um quartinho lá.

Eu vim pro Cafezal em 76. Porque lá onde a gente morava era pequeninim. Aqui eu ganhei dois filho, eu já tinha cinco filho lá. Depois eu ganhei mais dois aqui. Um que você viu quando chegou e o outro que morreu.

Aqui, fizemos dois cômodo. Fizemos um quarto e uma cozinha, depois a gente fez mais outro, mais outro. E, assim que meu marido morreu, eu fiz mais outro. Quando ele morreu, nós tinha quatro cômodo, mas era tudo pequeninim. Não era assim, igual tá essa sala, o meu barraco era daqui pra lá. Tinha saída aqui atrás. Então, aumentei essa sala aqui, aumentei a cozinha.

A chegada na vila Santana do Cafezal

QUANDO VIM PRA cá tinha poucos moradores. Aqui na rua mesmo tinha uma, duas, três, quatro, tinha quatro moradô aqui. Não tinha água, não tinha luz. Quando eu vim, tinha a rua principal, que é a Serenata, não tinha nada mais aberto, tudo era aquele caminzim de boi, um pezinho na frente, outro atrás, pra não caí. Depois, abriram a Ritmo, essa nossa continuou caminzinho de boi, que eu falo. Depois, a gente juntô todo mundo e abriu com picareta. Aí, passado um tempão, que veio o tratô e abriu. Aí tem essa rua aqui que eles falam “beco”, mas eu não falo “beco” porque é conhecido como rua.

Não tinha água, não tinha luz. Nós panhava água lá em cimão, lá em cimão mesmo [fala levantando a cabeça e o queixo como a mostrar o tamanho da distância e a altura do lugar onde se buscava a água], perto do açougue... indo daqui é o primeiro açougue que você vai encontrá. Tinha um espaço ali e eles puseram três torneira, antigamente falava chafariz. A gente saía daqui meia noite, só ia consegui pegá uma lata d’água duas horas da manhã. A água só chegava aqui à noite. Depois, construíram aquela igreja dali, Igreja Nossa Senhora Aparecida, então ali eles fizeram uma caixa grandona de água. A água veio até ali, perto da igreja. Eles puxaram a água, onde é o grupo escolar, lá morava um tanto de gente, não era o grupo, e puseram uma torneira ali. A gente pegava água ali. Depois, passado um tempão, na Praça da Lira com a Rua Ritmo, colocaram outra torneira. E outra lá em baixo. A gente foi fazendo baixa-assinado e colocaram luz, primeiro chegô a luz aqui. Aí a

gente fez baixa-assinado e a Copasa veio e colocô água em todas as casa. A luz veio em 80, a água deve ter vindo em 85, por aí. Era muita dificuldade.

A Serenata, a primeira coisa que fizeram na Serenata, foi colocá cascalho. Depois, calçô a Serenata. Depois do mesmo jeito que fez na Serenata, fez na Ritmo. Aí que, depois, eles vieram calçando os beco.

O Cafezal hoje

HOJE O CAFEZAL é bom demais, mas bom demais [risos]. Não tinha nada aqui, tudo que você ia comprá, tinha de ir lá em cima em um botequim pequeninim, ali você achava um sal, uma coisa assim, ou tinha que ir lá embaixo, na Rua Capivari. Mas aqui não, não tinha nada. Mas hoje em dia, até gente que mora em bairro e vem aqui, diz: “Esse lugá aqui é bom demais”. Tem tudo, tem posto médico, ali em cima, se você precisá comprá remédio, pode ligá pra lá qualquer hora que eles trazem o remédio em casa. Mercearia, não precisa de ir lá em cima pra comprá nada, você pode comprá ali mesmo. Tem uma, duas, três, quatro, deve ter umas seis mercearias por aqui. Eles entregam em casa, a gente liga pra eles e eles entregam em casa, não precisa de comprá nada lá fora. Tem sacolão, pão a gente não precisa de ir na padaria, porque seis e meia o pão já tá aí, nas mercearias, vindo da padaria pra cá. Não tem dificuldade, aqui é bom até demais.

Já teve aquela bagunça, muita briga, muita morte. Por causa de droga. Cresceu o Cafezal e cresceu também esses problema, que é pior pra nós. Pra quem não é envolvido com droga não tem problema nenhum. Eles respeita todo mundo, se eles tiverem fumando o baseado e a gente passa, eles fala: “Olha o respeito, a vó tá passando, põe isso pra lá”. Graças a Deus, com nós aqui em casa, não só com nós aqui em casa, quem eu sei que é pessoa de bem, nunca aconteceu nada não, nunca. Eu tenho sete filho, o mais novo vai fazê 27 anos agora, foi tudo criado aqui, a referência deles, em qualquer lugá que for, são referência boa. Esse meu neto tá estudando, o outro também estuda. Mas, graças a Deus, ninguém é envolvido com esse tipo de coisa não. Meus filho não tem problema nenhum.

A obra do PAC

AGORA ESTÃO construindo esses predinho do governo. Eu não tenho vontade de ir morar lá não. Porque eu vô ficá presa dentro daquele negócio ali, não tem lugá pra você plantá um nada, não pode criá um nada. Não tem espaço também pra gente ficá, eu gosto de quintal. Na rua eu não gosto, vou se precisá, mas ficá na rua de bate-papo, eu não gosto. Os vizinho são amigo, a gente não vai na casa deles porque todo mundo trabalha, a única que não trabalha sou eu mesmo. Todo mundo aí trabalha, sai sete horas, chega de tarde. São gente boa, não tem que se queixá. São vizinhos há muitos anos. Se precisar um ajuda o outro, se falá “ô, fulano, tô passando mal”, na mesma hora você vê um tanto de gente chegando pra acudi aquela pessoa. É assim. Se tem que levá fulano no hospital, se um não tem dinheiro, o que tem manda levá.

Eu não conheço ninguém que já foi para os predim, porque são gente lá do fundinho, às vezes a gente até conhece de vista, mas não tem amizade. É gente do Cafezal lá embaixo. Lá é pior que aqui, é morrado, eles tava na área de risco... quando fizeram os prédio, foram os primeiros que foram pra lá. Mas eles vêm, eles dominam a gente [referindo-se à Prefeitura]. Ah, falaram que vai chegá até aqui em cima. Eu trabalhei em uma conferência, aí o moço da conferência que trabalha, acho, dentro da secretaria, ele falô com nós: “Olha, isso aqui não vai ficá com esses barraco, vai sê tudo predim”, isso há 10 anos atrás. Igual ele falô pra nós, ta acontecendo. Veio com nome de predim mesmo, aí a gente fala predim.

O dia-a-dia e os filhos

DURANTE O DIA, eu fico aqui, eu lavo roupa, arrumo casa, cuido da minha netinha até meio dia e pouco, depois ela vai pra creche. Porque as mãe trabalha e eu tenho os menino que fica aí, dentro da área, então, eu cuido desses menino pra não ficá na rua, porque eu não gosto de menino na rua. Não, não gosto, tem que ficá aqui, onde eu vejo. Tem dias que eu vou pro curso, hora de ir pra igreja, eu vou pra igreja. O curso é do Grupo de Convivência, na segunda-feira.

É bom demais, eu dou muito valor à minha vida, pelo que eu tenho, também pelo que eu não tenho, mas queria ter mais saúde, porque eu não tenho.

Quando mudei pra cá, meus filho eram criança. A gente saía, ia na praça do quartel, do BG. Tinha a pracinha lá, com gangorra, escorregador. Era o lugar mais perto que podia ir, porque não tinha dinheiro pra pagá condução. No Parque Municipal, era muito custoso de ir, por causa da condução, todo mundo já tava maiorzinho, tinha que pagá passage. Não tinha dinheiro suficiente para condução. Hoje em dia, tá até difícil ir no Parque Municipal. Eu, quando as minhas nora falam que vão ao Parque Municipal pra levá os menino, eu já falo, “pelo amor de Deus, segura na mão, porque perde, tá horrível,” eu passei um dia lá e fiquei horrorizada. Muito cheio, de você olhar assim e vê só... sei lá, uma coisa mais esquisita, não é lugar de levá criança. Eu não, eu saio com meus neto aí e fico de olho, se é pra travessá as rua, eu seguro a mão. Eu tenho muito medo de menino perder. Eu fico com muita pena quando eu entro no ônibus e vejo lá [foto] uma criança desaparecida. Às vezes saiu pra tal lugar assim e num voltô. Me dá uma tristeza.

Meus filho é tudo que eu tenho, tudo. E meus neto, não são todos os meus neto que são chegados comigo, pra ficá comigo, mas todos eles passaram por aqui, pra eu cuidá pra mãe trabaiá. Mas agora já cresceram, são mãe de família. Mas esses que você viu aqui, quando vai pra casa da mãe, tem que chegá e ligá pra mim, dizendo que chegô. Se vai pra uma festa, tem que ligá pra mim dizendo que chegô, se não eu fico com aquilo na cabeça, muito preocupada.

Meus neto não vão no centro não. Vão até a casa da mãe, esses que moram aqui. Tem um tio que mora pro lado de Contagem, e eles vão também, mas me deixa um pouco preocupada. O mundo hoje num é um mundo que você pode... num segundo a pessoa pode virá a cabeça....Tem um neto que participa de dança de rua, de capoeira, ele adora essas coisa.

A netinha que eu cuido fica na UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil) Vila Santa Isabel. Agora ela não dá muito trabalho pra cuidar, porque ela já tem cinco ano. Ela é danadinha demais, vai aqui, vai ali, mas tudo aqui dentro da área. Eu tenho medo de machucá, porque hoje eu não guento mais nada, não sou a pessoa que eu era antigamente, machucava, e eu saía correndo.

O trabalho no centro como cambista

EU TRABALHEI NO centro como cambista mais de uns 10 ano. Vendia loteria, ia lá na Caixa Econômica, primeiro na Rua Além Paraíba, na Lagoinha, para pegar os bilhete. Depois eu passei a pegar os bilhetes lá em cima, numa que começava depois da Praça Tiradentes. Quando chegava lá embaixo [referindo-se à Praça Sete], entregava pra um senhor, esse senhor passava um bocado pra mim e o resto pros outros cambista, a gente vendia na rua, era muita gente. Nessa época, eu morava na Vila Nossa Senhora Aparecida. Quando vim pro Cafezal, já tinha os meus menino, e o moço que eu trabalhava com ele já tinha falecido, por isso parei de trabalha como cambista.

Sexta-feira eu fui na cidade e queria vê se eu achava uma tirinha da loteria pra te mostrá, você nem deve sabê. Fica aqueles moço na porta do Campeão da Avenida, ali na Praça Sete, você já viu? Nem sei se tem mais o Campeão da Avenida. Ali era onde vendia os bilhete da loteria.

O centro, nessa época, era ruim, porque tinha só mão dupla. Agora ali na Espírito Santo, era assim, carro descia e subia. Tinha que ficá com atenção voltada muito pro trânsito. Hoje, você tem que ficá, porque tem mais carro, os motorista são mais sem atenção também, gostam de avançar sinal. Antigamente, a gente tinha mais atenção porque uns carro parava, mas o que vinha na outra direção podia avançá. Você ficava de antena, sem sabê o que fazia. Era muito difícil, o trânsito não era muito bom, era muito tumultuado. Tinha bonde, depois tiraram os bonde e colocaram os trólebus.

Eu peguei o bonde muitas vez, o bonde que vinha de lá [referindo-se à área próxima à Praça da Rodoviária], vinha até aqui na Rua Estêvão Pinto com Rua Caraças, ali era o término dele. Lá onde tem a Praça da Rodoviária, ali era como se fosse uma garagem de ônibus, só que ali era um tumulto de bonde. Agora, os trólebus começaram a ter os pontos no lugar certo.

Quando pegava o bonde, descia na Praça Estêvão Pinto e acabava de chegar a pé, era muito longe. Hoje, a gente vai a pé também, se tivé uma reunião num lugá que o ônibus passa perto, aí tem que ir um pedaço de ônibus e o resto a pé. Hoje em dia, o trânsito ficou muito ruim, ruim, mas ruim mesmo [percebe-se que ela

se refere ao congestionamento, porque, quanto à questão do transporte coletivo, esse serviço, ainda que precariamente, se “estendeu” para áreas como a de Dona Jovelina].

O medo do trânsito da metrópole

QUASE NÃO VOU mais no centro, só quando eu vou pra reunião, na Prefeitura, ou quando eu vou fazê algum exame, alguma consulta. Mas não vou com frequência não. Pra recebê, agora mês que vem, eu vou e recadastro a minha senha, aí eu passo o meu cartão pro meu filho e o meu filho recebe pra mim. Eu tenho muito medo de não dá conta de trevessá a rua, a perna dói...

Quando eu vou à Prefeitura, se eu te contá você acha que é até mentira... tem aquela flora na Afonso Pena, eu desço ali, trevesso a rua da Bahia, trevesso uma mão da Afonso Pena, trevesso a outra, subo um pedaço da Tupis, quando estou quase chegando na Espírito Santo, eu trevesso o outro lado da Espírito Santo, aí que eu vou atravessá pro outro lado, eu só procuro onde tem sinal, se não tiver sinal, não precisa mandá eu atravessá não, que você não anda nem comigo.

O sinal dá tempo de travessá, eu espero ele abri, se eu chegá e ele tivé verde, eu não passo. Não passo porque não sei que hora ele fechô. Eu espero ele abri pros carro de novo e fechá, aí eu vô tranquilo, porque sei que eu não preciso de andá depressa. Quando cai num sinal como o da Afonso Pena com Bahia, eu vou mais depressa, mas é bom que eles respeita, quando abre o da rua da Bahia, eles vem com atenção, então dá tempo da gente passá pro outro lado.

O maior receio de ir ao centro é por causa do trânsito, coisa que eu fazia de olho fechado. É que eu tenho medo da minha perna pegá ou eu esbarrar em alguma coisa, porque minha perna não dói, de você dizer assim que prejudica pra eu andá, mas se esbarrar este dedo aqui em qualquer lugar, na mesma hora essa perna trava, acabô, não guento mais andá.

O trânsito é mais rápido do que quando eu trabalhava, é muito mais rápido, sem comparação. E tem muito, mais muito carro, tanto ônibus como carro pequeno, como moto. Eu não preocupo tanto com carro pequeno, preocupo mais com essas moto, elas não anda, elas voam.

Grupo de Convivência Nossa Senhora Aparecida

EU FAÇO PARTE do Grupo de Convivência da Terceira Idade Nossa Senhora Aparecida. Que eu tô dentro dele vai fazê 11 ano. Tem gente que tem 20, 25 ano que tá dentro dele. É um grupo antigo.

A gente manteve esse grupo por mais de três ano sem verba. Foi assim, a gente cobrava R\$ 1,00 pra quem fazia parte do grupo, com esse R\$ 1,00 a gente tinha dinheiro na caixinha, igual à Dona Baratinha [risos]. Então, tinha uma quantia que deu pra ir mantendo o grupo, pra comprá o lanche, comprá pano, depois o dinheiro da caixinha acabô. Foi quando essa pérola, que é a assistente social, veio visitar o grupo e conversou com a gente perguntando por que não tinha lanche direito, nós explicamo pra ela que não tinha verba da Prefeitura. Aí ela entrô ajudando a gente. A gente recebe da Prefeitura acho que R\$ 19,00, por cada pessoa. Agora nós somo 42 pessoa. Com esse dinheiro, a gente compra pano pra nós trabalhá, pagá oficineira, lanche, tudo, com esse dinheiro que a gente recebe lá.

Eu sou coordenadora do grupo, tem a outra que é presidente. Se não é nada, já deve tá berando os nove ano que eu só coordenadora do grupo. A moça que era coordenadora disse: “Eu não vou ficá mais”. Até hoje ela ri, porque ela voltô pro grupo de novo, ela diz: “Esse povo devia te dá um valor muito grande, porque você conseguiu segurá o grupo, eu não consegui”. E eu falo que tô pra entregá qualquer hora o meu cargo.

Está difícil. Tem muitas pessoas que você não consegue colocá naquele ritmo, não é que a gente tem que corrigi tudo, mas se você faz parte de um grupo, você tem que sabê que eu tenho que tê educação, pra tratá com essa amiga aqui, essa tem que tê pra tratá com a de lá. Eu fico igualzinho uma antena, caladinha ouvindo, eu cumprimento todo mundo, brinco e tudo, mas, de vez em quando, eu tenho que dá uma ida lá dentro na sala e volto de novo, vou olhando, vou manjando. Acho que todo mundo tem que sê tratado com carinho, pra tratá a pessoa de qualquer jeito, não dá.

Lá no grupo, a gente faz pano de prato, cesta de jornal. Além dos trabalhos manuais, na reunião, a gente conversa, conta história uma pra outra...

Esse momento da reunião é bom demais, você distrai, você até esquece que você existe. Elas morre de rir, porque nunca me viu de cara ruim, meus problema, se é meu, é meu. Não é de ninguém e eu não vou trazê praqui. E eu falo com elas, “o que vocês tiverem, deixa em suas casa, deixa seus problema lá.”

Quando elas levam os problemas pra lá faz tumulto. Você vai me contá seu problema, aí tem aquela ali que é muito curiosa, aí conta pra outra que qué ouvi também, e vira aquele tumulto. Se tá com problema, eu falo pra dizê no pé do meu ouvido, e eu vou tentá fazê qualquer coisa pra ajudá, vou tentá, ou eu vou na sua casa conversar com você, mas não traz pra cá.

Mas eu quero sair, não do grupo, mas do cargo, eu tô muito velha, já me caduquei ali dentro. Só que a presidente que tá lá, eu não dô lugá pra ela não, não dô mesmo. Mesmo que a Carla [funcionária da Prefeitura] chegue perto de mim e fale pra eu dá o cargo pra ela, eu não dô. Ela não tem condição, um dia você vai no grupo pra você vê, você nota como ela trata os outro, ela é presidente e acha que manda, nós nenhuma do grupo manda em ninguém ali não. Nós somos ali uma família, todo mundo tem que tê educação pra tratá o outro.

Eu, com o negócio de não ir muito na cidade, eu passei pra uma amiga minha pra ela ir lá pegá os cheque, levá nota promissória. Eu não tô tendo condições de ficá fazendo ficha, minha letra não é lá essas coisa.

Agora nós vamo, acho que, pra Santa Luzia. Tem uma lista pra gente escolhê. A Prefeitura paga o ônibus.

A cidade de Belo Horizonte e seus velhos: positivities

EU ACHO QUE bom na cidade de Belo Horizonte para os velho é que tem cinema. Eu nunca fui ao cinema. O grupo não se organizou pra ir, porque uns pode ir, outros não pode ir, outros não qué ir. Eu não gosto de levá dois, três, não. Não é que eu quero ser mãe de todos, que eu não sou mãe de todos, sou mãe dos meus filho. Mas eu acho que o grupo tem que tê uma união.

Um dia, organizaram um passeio pro lado da Pampulha, eu num pude ir, minha pressão tava muito alta. Aí foram um tanto de gente... chegô lá, uma mulher passou mal, bateram aqui em casa nove hora da noite. Internaram essa mulher. Era

nove hora da noite, uma Dona ligô pra mim, sendo que tinha muita gente que podia tê acompanhado essa senhora. Aí ligaram pra mim e eu disse: “Então tá, eu vou lá avisá os parente dela”. Quando eu tava arrumando pra saí, a Dona que tava no hospital com ela desde duas hora da tarde me chamou no portão, avisando que a Dona Edite tinha passado mal. “E eu vou tê que encarar uma escada de cento e tanto degrau.” Eu falei com ela, “você vai comigo?” Ela disse “vô”. Já era nove e tanta da noite, aí chamamo um moleque na rua, “ô, menino, vamo com nós ali?” Ele foi. E fomo descendo. Depois, ela falô comigo assim: “Dona Jove, eu não desço mais nenhum degrau”, e eu disse: “E eu nem meio”. Aí vimo uma Dona e perguntamos: “Você conhece a Dona fulana? Ela é assim, assim”. “Ah, não conheço.” Aí falei com o rapazinho que tava com nós, “ô, meu filho, vai ali e caça essa rua e esse número aqui”. O menino foi no número, “não, nesse número não tem essa pessoa”. “Então volta pra lá e caça”. Então ele chegou na outra esquina e começou a balançar a mão e disse: “Desce aqui”. “Não desço, porque não aguento, vem cá você”. Aí veio um rapazinho de lá e eu perguntei se ele era filho da Dona Edite, ele disse que era. Então falei: “A sua mãe foi pra um passeio e chegô lá...”, eu fui falando assim porque não conhecia a família dela, se era gente violenta ou não. E comecei a explicar pra ele. Ele começou a brigar comigo. Eu disse: “Pera aí, ela não adoeceu no grupo, ela deve ter saído doente daqui”. Aí ele disse: “Ela tava com uma dor mesmo”, aí eu aliviei. Então disse onde ela estava internada, mas ele disse que não tinha dinheiro pra ir lá. Aí eu tirei um dinheiro, a Dona também, e demo pra ele. Mas o dinheiro era nosso. Para esses casos não pode usar o dinheiro da Prefeitura não, e a nota fiscal? Tem que dá a nota fiscal. Ai, mas que alívio o dia que essa mulher saiu do hospital!

A cidade de Belo Horizonte e seus velhos: negatividades

TEM MUITA COISA de negativo para os velho em Belo Horizonte, só da gente pegá esses ônibus, a gente já pega com medo. Porque se é duas, três pessoa, aí o motorista pensa: “Ô, meu Deus, já tenho que carregá esse pessoal”. Um dia quando eu entrei no ônibus, o moço virou e falou assim: “Aí, tá vendo, lá vem mais uma, já não tá tendo lugá de sentá, porque não fica quieta dentro de casa? Só qué passeá, esse velho, agora”. Eu falei com ele: “Como é que o senhor falô, moço?” Ele disse: “Não

Dona, porque o ônibus já tá cheio, deve tá todo mundo indo passeá”. Eu falei com ele: “Você sabe onde que eu vô?”, ele disse: “Não”. Eu falei com ele assim: “Eu não tenho tempo de passeá não, meu filho. Eu sou velha, mas não tenho tempo de passeá. Eu vou pro médico. Se fosse pra eu passear, não saio não. E vocês estão muito sem educação e você não sabe nem se você chega nesse degrau que eu já subi”. O trocador disse assim: “Podia dormir sem essa, né?”. Ele disse assim: “Com essa cara de santa, me deu essa resposta, e se não tivesse essa cara de santa?” Eu falei assim: “Ô, meu filho, tem umas aí que se você falá assim, você apanha, não fala não, que você apanha, eu fui muito boazinha pra respondê, porque você abusou.” Aí falei com o trocador: “Ô, moço, vou pagá a passagem pra passar lá pra trás, pra tentá sentar”.

Desejo de mais atenção

EU SOU FELIZ. A única coisa que arrependo é que eu não estudei direito. Que a coisa que eu mais gosto na vida é tentá lê. Eu leio mal. Era a única coisa que eu queria, se eu tivesse tido condição. Lê faz bem pra saúde. Eu leio um pouco. Mas às vezes você vai lê no meio de uma turma, e eles vão vê que você tá lendo errado, pode não querê chamá... num falá nada, mas depois pensa assim: “Por que que ela não sabe lê direito?” Não todo mundo, porque tem uns que é educado, mas não é todo mundo que tem educação, não.

No grupo que eu frequento, eu sou respeitada. Mas também eu sei o que vou fazê. Em muitas hora, a pessoa falta com respeito com a gente, por causa da idade da gente, abusa um pouquinho. Eu sei aonde que eu vô, eu sei aonde eu posso chegá. Eu vou passeá, se tem uma formatura do pessoal, dos menino lá, eu vou em formatura deles, mas eu sei como eu vou fazê pra ficá ali naquele meio, porque tem gente de gabarito, de classe, estudada, mas eu sei como eu vou fazê pra chegá até ali.

Eu acho assim, na minha família, restô eu de mulher, mas toda vida fui assim, muito calma. Não tô desfazendo das pessoa, mas essas nova num gosta de conversá com a gente, num gosta. Se você vai perguntá alguma coisa pra elas, elas já fala assim: “Ah, num sei”. Se eu vô te perguntá assim: “Ô, menina, ô, minha filha, onde é que fica tal lugá assim, assim”, elas responde: “Ah, num sei”. Peraí, não é

assim não. Se não sabe vai lá e pergunta pra outra pessoa, aquele porteiro, ou coisa assim. Esse negócio de falá comigo de qualquer jeito, ah, não.

Pra mim, todo mundo tem que tê atenção... Se for pro cê tratá com um médico, com um juiz, você tem que ter... com cada um você tem que sabê como vai tratá. Se eu tivé conversando com uma pessoa que eu não sei a formatura, formação dele, eu não falo: “Ah, isso assim, assim, seu Zé”, eu não, tenho que sabê a formação dele, o estudo dele lá, pra eu sabê como, se é doutô, se não é doutô.

Mas eu me sinto feliz, não me sinto revoltada, não. Me sinto realizada. Eu sou realizada na vida, tenho tudo que eu quero, tudo o que eu quero não, que é claro que eu queria mais [risos], mas o que eu preciso, eu tenho.

3.2.2 Experiência e perigo

“COMO É DIFÍCIL você não se entrosar
 E ainda ter uma certa tendência
 Pra se espreguiçar em hora errada
 E São Paulo não pode parar pra te acompanhar
 Como é difícil!
 E você acaba perdendo a calma
 Porque seu ônibus não espera
 Você vem devagarinho, meio com sono
 Ele não espera
 Se você corre, gesticula
 Grita desesperado, ele espera
 Mas se você vem devagarinho, meio com sono
 Ele não espera
 Acho que vou ter quer dar um jeito nessa cidade
 É pro bem dela
 Já que não vou mudar mesmo, eu vou dar um jeito nela
 É pro bem dela.”⁴³³

(Luiz Tatit, “Pro bem da cidade”)

Mário de Andrade, no “Prefácio interessantíssimo” do seu livro de poesias *Paulicéia desvairada*, realiza um apanhado de diferentes teorias literárias. No entanto, afirma que, ao escrever o livro, toda a teoria que apresenta, no prefácio, não lhe foi útil, pois, quando o escreveu, não as levou em conta: “Quando escrevi *Paulicéia desvairada*, não pensei em nada disso. Garanto, porém, que chorei, que cantei, que ri, que berrei... Eu vivo!”⁴³⁴ Ao concluir esse pensamento, afirma: “Aliás, versos não se escrevem para leitura de olhos mudos. Versos cantam-se, urram-se, choram-se.”⁴³⁵

É possível inferir, a partir dessa formulação, que muitas canções nascem, por sua vez, do que foi escrito e não pode ser lido de forma silenciosa, mas precisa chegar à fala, ao canto. Assim, o compositor Luiz Tatit, cuja canção foi escolhida para abrir esta análise da narrativa de Dona Jovelina, desenvolve um processo de criação que aproxima o canto da fala, de um modo muito especial e particular, tanto no seu

⁴³³ Disponível em: <<http://www.luiztatit.com.br/composicoes/composicao?id=48/Pro-bem-da-cidade.html>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

⁴³⁴ RODRIGUES, A. Medina *et al.* *Antologia da Literatura Brasileira: textos comentados*. São Paulo: Marco, 1979. v.2, p.32.

⁴³⁵ RODRIGUES, *loc. cit.*

trabalho de compositor quanto de teórico da canção. Suas músicas apresentam a fala que fica camuflada em meio a composições melódicas. Isso equivale a dizer que existe uma voz que fala dentro da voz que canta, e uma que canta dentro da voz que fala. Da primeira, pode-se extrair um conteúdo e, da segunda, um modo de dizer as coisas: “A voz que fala interessa-se pelo que é dito. A voz que canta, pela maneira de dizer. Ambas estão adequadas às suas respectivas funções.”⁴³⁶

Essa digressão em torno da canção desse paulistano relaciona-se ao modo como o mesmo se remete à cidade de São Paulo, por meio do seu canto, valendo-se de um ritmo de fala/canto, que, por vezes, externaliza o descompasso existente entre o vivido e o concebido. Esse é o caso da canção “Pro bem da cidade”, que apresenta um andamento melódico marcado por tempos distintos. Um, mais lento, que remete à sonolência da personagem, presente desde o início da música até o momento em que ela encontra dificuldade para pegar o ônibus, em contraste com um segundo, em que, para conseguir que a lotação a espere, a personagem tem de acelerar seu passo, correr e gesticular.

Assim como demonstra a segunda sequência no gráfico de movimento melódico, criado para um determinado trecho da canção (FIG.6), o compositor utiliza uma estratégia musical para acelerar o andamento do canto. Tal estratégia consiste na utilização de muitas palavras em uma única frase melódica, que são cantadas de forma acelerada. Com isso, ele conduz os ouvintes a experimentarem o próprio ritmo da cidade de São Paulo, em consonância com a velocidade do seu trânsito metropolitano.

Herdeiro da tradição modernista difundida, entre outros, por Mário de Andrade, para quem a cidade de São Paulo e tudo que é intrínseco a ela compõem um conjunto de referências para a construção de expressões literárias, Luiz Tatit faz parte do movimento que ficou conhecido como “vanguarda da música paulista”, para quem a Pauliceia também se tornou fonte de inspiração.

⁴³⁶ TATIT, Luiz. *O cancionista*. São Paulo: Edusp, 1996. p.13.

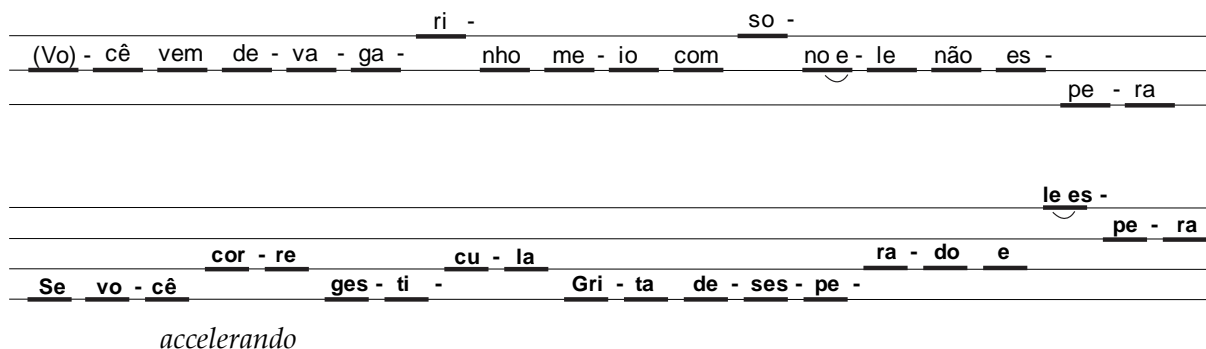


FIGURA 6 - Gráfico de movimento melódico da canção "Pro bem da cidade", de autoria de Luiz Tatit. Fonte: COSTA, Gisele Maria Marino. Gráfico elaborado pela musicista, exclusivamente para esta tese, 2013.

Partindo das características da personagem de Tatit, inicio a reflexão sobre a cadência mais lenta e característica do velho, que, igualmente, encontra dificuldades para acompanhar a velocidade da metrópole, expressa, por exemplo, no ritmo acelerado do seu trânsito. Dentre os velhos com os quais me deparei ao longo deste processo de pesquisa, encontra-se aquele que quase foi atropelado diante dos meus olhos e de quem já falei no início e Dona Jovelina, que precisou forjar uma nova coragem para enfrentar o trânsito atual de Belo Horizonte e continuar comparecendo ao centro da cidade, ainda que raramente, onde um dia trabalhou, vendendo bilhetes de loteria.

Chama a atenção o modo como Dona Jovelina, assim como tantos outros velhos, corajosamente, se movimentam, nesta cidade-metrópole, e a fazem se movimentar. A seu modo, ainda que negada pela modernidade produtiva e pelo culto à ligeireza, Dona Jovelina, em seu novo-velho ritmo de se locomover e de ser, recria outros tempos e espaços na cidade. Essa é sua maneira "de dar um jeito na cidade", como diz a canção, já que ela própria não pode mudar. A palavra ritmo, que aparece tantas vezes em seu depoimento, tanto para designar uma das ruas do Cafezal, quanto para descrever algum movimento, aproxima a sua narrativa de enunciados corporais e dá sentido à interpretação da sua trajetória de vida na atualidade.

A relação de Dona Jovelina com o centro da cidade comparece fortemente em seu depoimento e apresenta elementos representativos de diferentes momentos

do transporte público em Belo Horizonte. Sua narrativa mostra também como a imposição do trânsito metropolitano divide espaço em suas reminiscências com outros momentos históricos, como aquele marcado pela presença do transporte público realizado por bondes e trólebus, que correram por aqui, respectivamente, até os anos de 1963 e 1969.⁴³⁷

A antropóloga Janice Caiafa, no seu livro *Jornadas urbanas*, torna pública a pesquisa etnográfica que desenvolveu no Rio de Janeiro sobre as viagens de ônibus da cidade, descrevendo aspectos importantes do cotidiano desses percursos, bem como a convivência nesse meio social provisório.⁴³⁸ Sem se eximir de realizar uma análise dos condicionantes econômicos impostos ao modelo privado de transporte por ônibus na cidade do Rio de Janeiro, a autora procurou demonstrar como a exploração capitalista aplicada à jornada de trabalho do rodoviário se entrecruza com outros aspectos, interferindo na dinâmica das viagens que foram analisadas, dentro de um contexto que denominou como “arquitetura itinerante”.

Nessa pesquisa, constatou-se a impaciência dos motoristas para com os estudantes e idosos e a não concordância com a gratuidade do seu transporte. Verificou-se, entretanto, que a presença dos idosos nos transportes públicos incomoda mais os rodoviários do que a dos estudantes. Isso porque, segundo Caiafa: “Parece que, para a maioria dos motoristas, o idoso é um chato, porque é aquele que vai demorar-se para subir, que, potencialmente, vai saltar nos próximos pontos e que pode muito bem não pagar passagem.”⁴³⁹ Para os motoristas entrevistados, a conduta dos idosos interfere no tempo de cada corrida, que deve atender a um padrão imposto pelos empresários do setor: “Quer dizer, nós temos uma hora para fazer o percurso e, só com esses um ou dois [idosos], a gente perde de dois a três minutos, porque ele demora para subir e para descer.”⁴⁴⁰ Outro aspecto destacado refere-se aos cuidados que o motorista deve ter uma vez que se encontrem, no seu ônibus, velhos, crianças e estudantes. O fato de existirem, dentro do ônibus, os tipos urbanos

⁴³⁷ MUSEU Histórico Abílio Barreto. *Álbum MHAB*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2002. p.6-7. Edição 2.

⁴³⁸ CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁴³⁹ *Ibidem*, p.169.

⁴⁴⁰ CAIAFA, *loc. cit.*

mencionados atribui à viagem uma condição de mobilidade, denominada, na linguagem dos motoristas, de “idade senil”, o que faz com que o motorista diminua o seu ritmo e fique para trás no seu horário.

As exigências quanto a um tempo produtivo, ao qual a jornada de trabalho do motorista está submetida, é um dos fatores que contribui para a impaciência descrita nesse estudo. Porém essa não é uma prerrogativa da cidade do Rio de Janeiro. Como foi possível perceber na entrevista de Dona Jovelina, é também uma das dificuldades enfrentadas pelos velhos belorizontinos, ao utilizarem o transporte coletivo da cidade: “Tem muita coisa de negativo para os velhos em Belo Horizonte, só da gente pegá esses ônibus, a gente já pega com medo. Porque se é duas, três pessoa, aí o motorista pensa: ‘Ô, meu Deus, já tenho que carregá esse pessoal’.” (Depoimento de Dona Jovelina).

Além das dificuldades relatadas, referentes à utilização dos ônibus, que culminam na descrição do modo intolerante como é tratada, Dona Jovelina também aponta a sua percepção sobre o trânsito da área central de Belo Horizonte. Revela que ele sempre foi motivo de preocupação, mesmo quando era mais jovem, pois, segundo seu depoimento, ele sempre foi tumultuado. Talvez o trânsito da área central já revelasse seus desafios, em virtude dos contrastes que apresentava em relação ao caminho percorrido inicialmente no Cafezal, para quem o deslocamento se dava em uma trilha, que, como Dona Jovelina mesma diz, parecia com um “caminzim de boi”, que lhe exigia andar com “um pezinho na frente, outro atrás, pra não caí” (Depoimento de Dona Jovelina).

A partir do acirramento das dificuldades enfrentadas por Dona Jovelina no período da velhice, para se dirigir ao centro de Belo Horizonte, em função da velocidade do trânsito e da qualidade do tratamento recebido nos meios de transporte público coletivo — a ponto de tal fato ser apontado como uma negatividade do espaço urbano — recupero um elemento presente na discussão sobre a experiência, que suscita, filologicamente, a dimensão do perigo como um dos conteúdos inerentes a tal conceito.

Segundo Jorge Bondía Larrosa, em diferentes raízes linguísticas, a palavra “experiência” se aproxima do sentido de perigo:

A palavra experiência vem do latim *experiri*, provar (experimental). A experiência é, em primeiro lugar, um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é *periri*, que se encontra também em *periculum*, perigo. [...] Em alemão, experiência é *Erfahrung*, que contém o *fahren* de viajar. E do antigo alto-alemão *fara* também deriva *Gefahr*, perigo, e *gefährden*, pôr em perigo. Tanto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo.⁴⁴¹

Tal perigo é experimentado pelos viajantes da análise benjaminiana, que, ao convertê-lo em narrativa transmissível para os membros de sua comunidade, encerra-o no rol da experiência, no seu sentido clássico, *Erfahrung*. Mas, também, pode tratar-se do perigo associado ao tipo urbano moderno que transitava diariamente pelos bulevares de Paris do século XIX, lutando para sobreviver, como demonstra Charles Baudelaire, através da sua poesia, interpretada tanto por Benjamin quanto por Marshall Berman: “O homem moderno arquetípico [...] é o pedestre lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas.”⁴⁴²

Para atravessar o caos, ele precisa estar em sintonia, precisa adaptar-se aos movimentos do caos, precisa aprender não apenas a pôr-se a salvo dele, mas a estar sempre um passo adiante. Precisa desenvolver sua habilidade em matéria de sobressaltos e movimentos bruscos, em viradas e guinadas súbitas, abruptas e irregulares — e não apenas com as pernas e o corpo, mas também com a mente e a sensibilidade.⁴⁴³

Apoiando-se nesses movimentos bruscos e sobressaltos, entendidos enquanto uma necessidade da existência humana na cidade moderna, Baudelaire acreditava que tais atitudes desencadeariam novas formas de liberdade aos homens de seu século. Nesse sentido, um homem “[...] que saiba mover-se dentro, ao redor e através do tráfego pode ir a qualquer parte, ao longo de qualquer dos infinitos

⁴⁴¹ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.25, jan./fev./mar./abr. 2002.

⁴⁴² BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.154.

⁴⁴³ BERMAN, *loc. cit.*

corredores urbanos onde o próprio tráfego se move livremente.”⁴⁴⁴ Criava-se, a partir desses gestos, uma mobilidade, que, no seu entendimento, abriria um enorme leque de experiências e atividades para as massas urbanas.

A aposta positiva de Baudelaire⁴⁴⁵ na circulação do homem moderno, que se esquivava e assim luta contra o tráfego, demonstra uma crença nas possibilidades de experimentação da cidade, algo que não será dado facilmente ao homem do século seguinte, quando a rua cede lugar à rodovia, e ele mesmo incorpora o carro à sua existência, como aponta Marshall Berman: “O homem na rua se incorporará ao novo poder, tornando-se o homem do carro.”⁴⁴⁶

Nesse contexto, o movimento de aceleração do tráfego põe em cena, ainda hoje, um homem que continua lutando para se colocar nos espaços urbanos. Uma luta que se agrava sobremaneira nos séculos XX e XXI, principalmente quando esse homem moderno solitário é também um velho (cujas condições físicas lhe impõem determinadas dificuldades de locomoção), que foi lançado em um cenário urbano que corresponde a um verdadeiro “apocalipse motorizado”.⁴⁴⁷ Tal perigo está na essência do receio/medo que Dona Jovelina sente quando precisa dirigir-se ao centro da cidade, conforme sua narrativa:

O maior receio de ir ao centro é por causa do trânsito, coisa que eu fazia de olho fechado. É que eu tenho medo da minha perna pegá ou

⁴⁴⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.154-155.

⁴⁴⁵ Mesmo o poeta experimenta em sua vida a pobreza material, que o coloca em dúvida quanto à sua aposta positiva nas possibilidades inerentes à modernidade. Walter Benjamin, ao se dedicar à descrição do momento em que Charles Baudelaire abandona a vida burguesa, devido à sua péssima condição financeira, admite que o mesmo transfere para sua produção poética a pobreza de possibilidades que experimentava materialmente. Segundo Benjamin: “Baudelaire possuía pouco daquilo que vinha a ser as condições materiais do trabalho intelectual: desde a biblioteca até o apartamento, não houve nada a que não tivesse de renunciar durante o transcurso de sua existência instável, tanto dentro quanto fora de Paris. Escreve à sua mãe em 26 de dezembro de 1853: ‘Estou a tal ponto habituado a sofrimentos físicos, sei tão bem contentar-me com umas calças rotas, com uma jaqueta que deixa passar o vento e com duas camisas apenas, tenho tanta prática em encher os sapatos furados com palha ou mesmo com papel, que quase só sinto os padecimentos morais. Todavia, devo confessar que, agora, **estou a ponto de não mais fazer movimentos bruscos, de não caminhar muito**, por medo de dilacerar ainda mais as minhas coisas’” (BENJAMIN, Walter. *A modernidade*. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.71. (Obras escolhidas, v.3)). (Grifo meu).

⁴⁴⁶ BERMAN, *op. cit.*, p.161.

⁴⁴⁷ Uma alusão ao livro: LUDD, Ned. (Org.). *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. 2.ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

eu esbarrar em alguma coisa [...] mas se esbarrar este dedo aqui em qualquer lugar, na mesma hora essa perna trava, acabô, não guento mais andá. O trânsito é mais rápido do que quando eu trabalhava, é muito mais rápido, sem comparação. E tem muito, mais muito carro, tanto ônibus como carro pequeno, como moto. Eu não preocupo tanto com carro pequeno, preocupo mais com essas moto, elas não anda, elas voam (Depoimento de Dona Jovelina).

Segundo os dados atuais da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), todos os dias, oito pessoas são atropeladas em Belo Horizonte. Em 2011, foram registradas 76 mortes no próprio local do atropelamento. Desse contingente, os idosos aparecem em situação de maior vulnerabilidade. Dos 76 óbitos, 25 foram de pessoas com mais de 60 anos. Em 2010, foram apontadas 31 mortes de idosos em um total de 105 óbitos.⁴⁴⁸

Essa realidade levou a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da BHTRANS, recentemente, a implementar a campanha “Pedestre. Eu Respeito”. A campanha integra o projeto “Vida no Trânsito”, do Ministério da Saúde, e tem previsão para durar um ano. A constatação quanto à necessidade desse projeto se deve ao cruzamento dos dados referentes aos atropelamentos ocorridos em diferentes espaços da região Centro-Sul da cidade, que integra a área central. Foram apontadas 12 áreas como prioritárias para receber ações educativas, em função do elevado número de atropelamentos ali ocorridos. O vídeo da campanha mostra um velho tentando atravessar a rua e a dificuldade que enfrenta.⁴⁴⁹ Dentre as 12 áreas onde acontece o maior número de atropelamentos, os pontos que correspondem à Avenida Afonso Pena, nas alturas da Praça Sete e do Parque Municipal, apresentam

⁴⁴⁸ Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublico/Imprensa/pedestreeurespeito_032013>. Acesso em: 10 mar. 2013.

⁴⁴⁹ Sobre os atropelamentos envolvendo os velhos, para além do sentido literal, avalio como importante a reflexão apresentada a seguir: “A diferença fundamental, contudo, está no nosso comportamento. Comportamento dos filhos, netos e bisnetos dessas pessoas.” Atropelar idosos “tem um sentido literal quando se fala em morte de pedestres vítimas de colisões. Mas não é só isso. Atropelamos um idoso toda vez que ameaçamos arrancar o carro quando o sinal fica verde e aquele velho insiste em atravessar a faixa devagar. Passamos por cima de uma idosa quando suas mãos trêmulas demoram a pegar um ticket de estacionamento e a nossa buzina começa a gritar. Atropelamos um idoso — mas só por cinco minutinhos — quando estacionamos o carro na vaga exclusiva” (Conteúdo do Blog Curitibanice - Ser Curitibano (sem autoria). Você já atropelou um velho hoje? Disponível em: <<http://curitibanice.blogspot.com.br/2013/04/voce-ja-atropelou-um-velho-hoje.html>>. Acesso em: 10 abr. 2013).

um elevado índice de acidentes dessa natureza.⁴⁵⁰ Esses são também os pontos que Dona Jovelina apontou como parte do percurso que realizava no centro para se dirigir a consultas médicas e às reuniões da Prefeitura, uma exigência da sua função de coordenadora do Grupo de Convivência Nossa Senhora Aparecida.

Belo Horizonte, a primeira cidade planejada do Brasil, foi concebida e criada sob as representações urbanísticas da modernidade. Nesse contexto, a Avenida Afonso Pena não foge do que foi idealizado para as grandes avenidas das cidades fundamentadas nessa vertente racionalista, centrada nas experiências de Paris, La Plata e Washington, ou seja, atender, entre outras coisas, os pressupostos sanitaristas e urbanísticos relacionados à circulação do ar e promoção do tráfego pesado.

Como vastamente descrito nos documentos que se dedicam à história oficial da cidade, a planta de Belo Horizonte, criada pelo engenheiro Aarão Reis, tinha um traçado geométrico, que previa, no seu sistema de base, a divisão de quarteirões, semelhantes em todas as dimensões, e ruas que se cortavam em ângulos retos. Completando esse sistema, outro sistema de arruamento diagonal era formado por longas e largas avenidas, dentre as quais se destaca a Avenida Afonso Pena, que corta a área central de noroeste a sudeste, rumo às escarpas da Serra do Curral.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ Dados da BHTRANS. Disponível em: <<http://docs.google.com/folder/d/0B-BXs7X6Jn1ZVJOVV84TW91ZIE/edit?docId=0B-OBXs7X6Jn1SHFJdjjBQ3FoZTA>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

⁴⁵¹ “Foi a 23 de março de 1895 que ficou concluída a planta geral da nova capital, trabalho notável que há de honrar sempre os nomes dos engenheiros que a planejaram e executaram. Submetendo-a à aprovação do governo do Estado, assim se expressava o Dr. Aarão Reis, em Ofício n.26: ‘É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Ex.^a a planta geral da futura ‘Minas’, destinada a ser a capital do Estado. [...] Foi organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.’” (BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História média. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p.250-251).

Se, durante as primeiras décadas da capital mineira, as suas grandes avenidas foram descritas pela ausência de transeuntes e pela poeira que ali pairava, a sua vocação relacionada ao fluxo do trânsito se confirmou ao longo de pouco mais de um século de existência da cidade. Assim, tais avenidas se transformaram em vias urbanas de tráfego intenso e se consolidaram como áreas de comércio. Essa dupla função, de acordo com as reflexões que Marshall Berman desenvolve sobre os bulevares parisienses, abertos pelo Barão de Haussmann, no século XIX, revelou-se como um problema, pois, na medida em que o volume do tráfego crescia, inviabilizava-se o papel comercial das avenidas, já que essas largas ruas tornam-se ameaçadoras para as multidões que andam a pé e que passam a se amontoar nas calçadas.

Ao nos dirigirmos à Praça Sete, localizada a certa altura da Avenida Afonso Pena, em pleno centro de Belo Horizonte, a presença de um número considerável de passantes nas calçadas chama a atenção. E, dentre estes, podemos observar uma grande quantidade de velhos. Alguns só passam por ali “rapidamente”, ainda que dentro de seu ritmo lento, outros se aglomeram em frente a um café tradicional da cidade, o *Café Nice*, e ainda existem aqueles que permanecem por um período de tempo maior no espaço que corresponde aos quarteirões fechados existentes no entorno dessa praça. É comum encontrar vários velhos jogando xadrez e dama no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, que, durante um processo de reforma da praça e dos seus arredores, ocorrido em 2003, recebeu o nome de Quarteirão Xacriabá. Os outros três quarteirões receberam os nomes de outras três tribos mineiras e cada um tem uma territorialidade própria.

A partir desse cenário, torna-se possível adentrar na descrição da figura do *flâneur*, presente na obra de Walter Benjamin e cuja errância teve seu palco na paisagem dos bulevares parisienses. As reflexões envolvendo o *flâneur*, no contexto da obra de Walter Benjamin, têm sido uma tônica recorrente no meio intelectual, a partir de trabalhos que tentam encontrar as possibilidades de existência dessa personagem na metrópole pós-moderna, ou, melhor dizendo, no contexto do século XXI. Buscando fundamento no próprio repertório benjaminiano, avalio que essa figura acabou sendo dotada de certa aura no seio dos discursos contemporâneos, que

o associam ao intelectual, ao exótico, ao sofisticado, ao artístico... A associação entre o *flâneur* e o artista tem procedência a partir da descrição que o próprio Benjamin realiza, na qual, entre outras características, afirma que o *flâneur* “capta as coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista”.⁴⁵² Ligado originalmente à figura do burguês, que dispõe de tempo e pode desperdiçá-lo a seu bel-prazer, o *flâneur* é apontado como alguém “[...] que leva uma vida sem objetivos definidos a não ser buscar no complexo urbano as rugas, vãos, becos por onde entrar em busca de algum espetáculo para os seus olhos sobre pernas”.⁴⁵³ Essa primeira definição, na minha avaliação, inibe a identificação desse personagem urbano com os tipos provenientes de camadas populares e que frequentam os espaços coletivos centrais das grandes cidades, dentre os quais se pode encontrar o tipo metropolitano do velho. Em virtude disso, acreditava ser possível esquivar-me da elaboração teórica que envolve o *flâneur* até o momento em que ela se impôs sobre esta análise, assim como tantas outras temáticas que Walter Benjamin desenvolveu se impuseram à escrita desta tese, como uma verdadeira exigência do movimento e articulação do pensamento.

O *flâneur* tem sua gênese determinada a partir da obra de Charles Baudelaire e de outros autores, que anunciaram esse ser errante e misterioso, como um personagem da metrópole do século XIX. Para o horror da sociedade capitalista de sua época, ele desperdiça seu tempo perambulando pela cidade a pé, sem pressa, sem compromisso, sem um objetivo aparente, mas de modo algum alheio ao que está à sua volta. Ocioso, caminha como uma personalidade, protestando contra a divisão do trabalho, que transforma as pessoas em especialistas, e contra o que chamou de sua industriiosidade.⁴⁵⁴ Em Baudelaire, o *flâneur* assume a conotação do vagabundo, transvestido de detetive, papel no qual busca desculpa para a sua ociosidade: “O observador — diz Baudelaire — é um príncipe que, por toda a parte, faz uso do seu incógnito. Desse modo, se o *flâneur* se torna, sem querer, detetive, socialmente, a

⁴⁵² BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.38. (Obras escolhidas, v.3).

⁴⁵³ MASSAGLI, Sérgio Roberto. O homem da multidão e o flâneur no conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe. *Terra Roxa e Outras Terras*, v.12, p.57, 2008. (Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013).

⁴⁵⁴ BENJAMIN, *op. cit.*, p.33-65.

transformação lhe assenta muito bem, pois justifica a sua ociosidade”.⁴⁵⁵ Walter Benjamin também o caracteriza a partir da obra de Edgar Allan Poe, para quem o *flâneur* é, acima de tudo, alguém que não se sente seguro em sua própria sociedade e, por isso, busca a multidão para se esconder.⁴⁵⁶

Do ponto de vista espacial, o *flâneur* se beneficiou da criação das galerias comerciais de Paris. Para Benjamin, dificilmente, a *flânerie* poderia ter-se desenvolvido plenamente sem as galerias parisienses, que eram verdadeiros caminhos cobertos de vidro, revestidos de mármore, localizados entre blocos de casas, cujos proprietários se uniram para efetuar tal empreendimento comercial. Dos dois lados dessas vias, dispunham-se elegantes estabelecimentos comerciais. Tais passagens, tomadas como miniaturas do mundo (uma mônada), representavam um meio-termo entre a rua e o interior da casa. Para Benjamin, a primeira condição para o florescimento das galerias de Paris é a alta do comércio têxtil, seguida pelas possibilidades advindas da utilização do ferro nas construções urbanas. As galerias assumiram o lugar da morada do *flâneur*, que se consolidou como seu principal cronista e filósofo.⁴⁵⁷

A rua se torna moradia para o *flâneur*, que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivania onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.⁴⁵⁸

A partir das caracterizações do *flâneur* apresentadas anteriormente, de modo sucinto, aponto a ociosidade presente na elaboração baudelairiana como um possível ponto de aproximação entre o *flâneur* e os velhos. Teoricamente desvencilhados das atividades afeitas ao mundo do trabalho, eles podem entregar-se à vadiagem, que lhes possibilita andar lentamente pela cidade, sem um destino ou

⁴⁵⁵ BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.38. (Obras escolhidas, v.3).

⁴⁵⁶ *Ibidem*, p.45.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p.35.

⁴⁵⁸ BENJAMIN, *loc. cit.*

objetivo predeterminado. Ao observar os velhos já mencionados, que circulam nas imediações da Praça Sete, é possível encontrar aqueles que se valem das bancas de revistas ali existentes para tomar conhecimento do que acontece no mundo. Permanecem vagarosamente nesse espaço, usufruindo dele para diferentes fins: desde contatos interpessoais no *Café Nice* à errância despreocupada. Seus passos lentos remetem a uma imagem que marcou a descrição feita por Walter Benjamin, de um dos costumes da Paris oitocentista, a saber, o hábito de levar tartarugas para passear, deixando que tais animais prescrevessem o ritmo do caminhar. Um costume que, segundo Luis Antônio Baptista, sinalizava o medo diante da homogeneização que a vivência em meio às grandes massas urbanas representava: “O flânar das tartarugas contrastava com a fugacidade da coreografia das multidões, provocadora da insegurança dos cidadãos, temerosos de perderem a conquistada identidade”.⁴⁵⁹

O ritmo das tartarugas, contrário ao das multidões apressadas e do processo de industrialização em marcha, foi invocado como metáfora da resistência à força avassaladora com que se impunha a modernidade. As tartarugas e o que elas representavam perderam a batalha, e o ritmo que se impôs à sociedade foi o da produtividade, que tinha em Frederick Taylor seu grande expoente ideológico, como anuncia Benjamin, a partir do diálogo com a produção do historiador Georges Friedemann:

De bom grado, o *flâneur* deixava que elas [tartarugas] lhe prescrevessem o ritmo de caminhar. Se o tivessem seguido, o progresso deveria ter aprendido esse passo. Não foi ele, contudo, a dar a última palavra, mas sim Taylor, ao transformar em lema o “Abaixo a *flânerie*”.⁴⁶⁰

Assim, a teoria da organização fabril idealizada por Taylor, que não permaneceu nos limites das fábricas, mas se estendeu para as diferentes esferas do vivido, encontra, na reprodução do espaço urbano, uma forma de se perpetuar, negando as possibilidades de que os ritmos não condizentes com tal concepção

⁴⁵⁹ BAPTISTA, Luis Antônio. Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas de mobilidade na cidade. In: JACQUES, Paola Bernstein; BRITTO, Fabiana Dultra. (Orgs.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. v.720, p.64.

⁴⁶⁰ BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.51. (Obras escolhidas, v.3).

interfiram na dinâmica produtiva. O tratamento dos velhos por parte dos motoristas dos transportes coletivos, que aqui já foi mencionado, ilustra didaticamente essa situação. A partir desse exemplo, recupero o diálogo com a narrativa de Dona Jovelina, trazendo-a, novamente, sem mais demora, à centralidade desta análise.

Como já dito, vivendo uma vida mais afeita ao seu lar, Dona Jovelina se divide entre os cuidados dos netos e a função de coordenadora de um grupo de convivência. Apresenta muita dificuldade para transitar na área central da metrópole, uma vez que não lhe é possível executar os grandes saltos e os movimentos bruscos, que o tipo moderno de Baudelaire apresenta. Sua resposta às imposições da vida moderna parte de uma prática corporal anônima, que cria estratégias de sobrevivência, pautadas em outros modos de adequação ao espaço urbano. Desse modo, aprendeu a ler o tempo do sinal de trânsito e a encontrar os lugares que lhe favorecem a circulação. Apesar do medo, ela se arrisca e se entrega ao perigo, criando outras formas de se movimentar.

Quando eu vou à Prefeitura, se eu te contá você acha que é até mentira... tem aquela flora na Afonso Pena, eu desço ali, trevesso a rua da Bahia, trevesso uma mão da Afonso Pena, trevesso a outra, subo um pedaço da Tupis, quando estou quase chegando na Espírito Santo, eu trevesso o outro lado da Espírito Santo, aí que eu vou travessá pro outro lado, eu só procuro onde tem sinal, se não tiver sinal, não precisa mandá eu atravessá não, que você não anda nem comigo (Depoimento de Dona Jovelina).

Michael de Certeau, no livro *A invenção do cotidiano*, dedicou-se a analisar os praticantes ordinários da cidade, que, segundo sua definição, são caminhantes, pedestres, homens migrantes (*wandersmänner*), cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo.⁴⁶¹ As práticas cotidianas, ditas do espaço vivido, são resgatadas em contraposição aos procedimentos urbanísticos totalizantes que orientam a reprodução do espaço. Como parte integrante da sua reflexão encontra-se a defesa das práticas que tecem o espaço e que se viabilizam pelo andar, pelos passos perdidos, pela motricidade dos pedestres. Assim como a enunciação formal origina-se do processo de mobilização da língua

⁴⁶¹ CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.171.

por um ato individual, Michael de Certeau atribui ao ato de caminhar a capacidade de mobilização pela qual os pedestres se apropriam do espaço, compondo aquilo que chamou de espaço de enunciação. Segundo Certeau, “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (*o speech act*) está para a língua ou para os enunciados proferidos.”⁴⁶²

Com base na elaboração de Certeau, é possível dizer que a enunciação do espaço, que se depreende a partir da prática corporal de Dona Jovelina, expressa através dos seus passos lentos, se configura como um modo de enfrentar as situações adversas pela via da aceitação da velocidade que impera no espaço urbano. Suas limitações e seu medo não se convertem em empecilhos para sair de casa. Não se transformam em recusa à metrópole e às suas possibilidades de sociabilidade, mas, antes disso, demonstram um tipo de relação física com o espaço urbano, pautada em atitudes de adequação às condições que lhe são impostas.

Ao definir o sujeito da experiência como alguém cuja vida está impregnada da dimensão da travessia e do perigo, Jorge Larrosa aproxima-se da elaboração de Martin Heidegger, para quem o exercício da experiência significa, entre outras coisas, deixar-se ser tocado por aquilo que lhe acontece, de tal maneira que o vivido se apodere de seu ser:

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso.⁴⁶³

Diante disso, para Jorge Larrosa, o sujeito da experiência é um sujeito alcançado, tombado, derrubado. É alguém que perde seus poderes, porque aquilo

⁴⁶² CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.177.

⁴⁶³ HEIDEGGER, Maritn. La esencia del hablar. In: HEIDEGGER, Maritn. *De camino al habla*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1987. p.143, *apud* LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.25, jan./fev./mar./abr. 2002.

que faz experiência dele se apodera.⁴⁶⁴ É desse modo que o trânsito de Belo Horizonte se apresenta, para Dona Jovelina, apoderando-se dela e transformando-a em alguém que vive essa experiência intensamente. Sem conseguir acelerar seu próprio ritmo, atravessa de um lado para outro da Avenida Afonso Pena, vivendo, nesse limiar, o real da sua travessia. Assim, o seu viver é perigoso.

A sua dificuldade para atravessar a avenida, atualmente larga demais para seus passos lentos, remete, mais uma vez, à obra de Marshall Berman, cuja contribuição para a análise desse depoimento foi relevante. De acordo com Berman, o movimento modernista dos anos 60 do século XX reuniu forças para se colocar em oposição à modernidade e ao mundo da via expressa. A luta contra essa forma urbana não se detém nos seus aspectos meramente funcionais, mas no que ela sinaliza em termos de força motora de uma vida destinada à produtividade. Dentre as tarefas desses modernistas, encontrava-se a necessidade de mostrar que aquilo que se apresentava não constituía o único mundo moderno possível, que havia outras e melhores direções para as quais o espírito moderno podia voltar-se.⁴⁶⁵

Nessa perspectiva, a vida cotidiana da rua tornou-se objeto de elaboração artística e intelectual para os modernistas, que passaram a buscar formas de valorização desses espaços. Dentre os artistas plásticos desse movimento, encontra-se o escultor norte-americano Claes Oldenburg, cuja produção artística devotou à rua um lugar de destaque. Oldenburg atribuiu à arte um dever, expresso, entre outras coisas, pelas seguintes tarefas:

Sou a favor de uma arte que seja político-erótico-mística, que faça algo mais que sentar o rabo num museu. Sou por uma arte que se confunda com a merda cotidiana e que acabe por vencê-la. Sou favorável a uma arte que conte o clima do dia, ou onde fica essa ou aquela rua. Sou a favor de uma arte que ajude velhas senhoras a atravessar a rua.⁴⁶⁶

⁴⁶⁴ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

⁴⁶⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.297.

⁴⁶⁶ OLDENBURG, Claes. Declaração integrante do catálogo da exposição de 1961, "Environments, Situations, Spaces", *apud* BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.303.

Parte desse dever pode ser transferido à atividade intelectual “contemporaneíssima”, pois, como foi possível demonstrar, velhas senhoras ainda têm dificuldade de atravessar a rua. Ajudá-las nesse sentido tem um caráter teórico-prático de identificação de suas intempéries e de revelação das subjetividades inerentes no seu caminhar, que potencializam uma experiência de alteridade.



FIGURA 7 - Montagem fotográfica de velhas senhoras atravessando a Avenida Afonso - Praça Sete. Fonte: PINTO, Péricles Brandão. Arquivo pessoal, 2008.

A narrativa de Dona Jovelina apresenta muitos outros elementos que não foram aqui analisados mais detalhadamente. É prazeroso perceber o modo alegre, singelo e firme com que essa corajosa mulher conduziu sua vida, em meio a todas as adversidades que certamente teve de enfrentar e superar para educar os filhos, fazer o ganha-pão, ser mãe, esposa, avó, mantendo-se segura na retidão de nobres valores humanos... O tempo de privação de serviços básicos de saneamento que ela relata ter enfrentado no Cafezal dá uma ideia de parte de suas dificuldades, assim como da impossibilidade de passear mais com os filhos em função da falta de dinheiro para pagar as passagens de ônibus. Chama a atenção o fato de ela não se concentrar em lamúrias sobre a vida, mas de se firmar na apresentação das superações, das

conquistas, dos avanços...⁴⁶⁷ Conquistas que lhe chegam como parte de um processo mais amplo, do qual ela própria fica de fora. Ao afirmar que um aspecto positivo para os velhos, em Belo Horizonte, é a existência de cinemas, Dona Jovelina o faz sem ter usufruído de tal benefício, pois, em seguida, afirma que nunca foi ao cinema.

Suas conquistas fogem daquilo que fica expresso apenas nos aspectos econômicos. Sendo assim, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, lhes chegam de modo impositivo e são identificadas como um entrave ao seu modo de vida e não como uma possibilidade de melhoria das suas condições de moradia.

Agora estão construindo esses predinhos do governo. Eu não tenho vontade de ir morar lá não. Porque eu vô ficá presa dentro daquele negócio ali, não tem lugá pra você plantá um nada, não pode criá um nada. Não tem espaço também pra gente ficá, eu gosto de quintal (Depoimento de Dona Jovelina).

Ao mesmo tempo em que se coloca contrária a uma imposição de ordem mais ampla, como a que se realiza pelas obras descritas, que, na sua percepção, representam uma forma de dominação, algo que fica visível na sua fala – “Mas eles vem, eles domina a gente” – acata os determinismos da Prefeitura quanto à organização do seu grupo de convivência, para usufruir dos recursos a ele destinados. Além da obrigação de comparecer às reuniões realizadas pelo poder público, é obrigada, enquanto coordenadora, a gerenciar a pequena verba recebida pelo grupo, não podendo fazer uso dela para atender as necessidades imediatas dos integrantes, ainda que elas sejam decorrentes de atividades planejadas e executadas pelo grupo. Esse é o caso, por exemplo, do episódio envolvendo uma das integrantes do grupo que passou mal durante um passeio. Para que um dos filhos dessa senhora fosse ter com ela no hospital, foi preciso que Dona Jovelina desembolsasse do seu próprio dinheiro a quantia necessária. De acordo com seu depoimento: “Aí eu tirei um dinheiro, a Dona também e demo para ele. Mas o dinheiro era nosso. Para esses

⁴⁶⁷ Uma parte dessas impressões é de autoria de Malba Tahan Barbosa, das quais também compartilho e, por isso, tomei como minhas próprias ideias.

caso, não pode usar o dinheiro da Prefeitura não, e a nota fiscal? Tem que dá a nota fiscal.”

Sua negativa é idêntica à de Dona Jacinta. Ao falar sobre o grau de contentamento para com a sua vida, também se reporta ao arrependimento por não ter estudado: “Eu sou feliz. A única coisa que arrependo é que eu não estudei direito. Que a coisa que eu mais gosto na vida é tentá lê. Eu leio mal. Era a única coisa que eu queria, se eu tivesse tido condição”.

Sobre as atividades realizadas no Grupo de Convivência Nossa Senhora Aparecida, merece destaque a narrativa que acontece nos momentos de encontro das suas integrantes, às quais Dona Jovelina fica sempre atenta. No grupo, elas fazem pano de prato, cesta de jornal e, além dos trabalhos manuais, durante as reuniões, conversam e contam histórias umas para as outras, segundo aquilo que foi relatado. A última parte da descrição de suas atividades aproxima-as da figura do narrador, na acepção clássica do termo, de acordo com Walter Benjamin. No ensaio “O narrador”, o autor descreve o apagamento do narrador tradicional e junto com ele o desaparecimento do dom de ouvir e da comunidade dos ouvintes. Segundo Benjamin, contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas.⁴⁶⁸ Para Benjamin, tal arte se perde no contexto da modernidade, principalmente porque:

[...] ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ter sido tecida, há milênios, em torno das mais antigas formas de trabalho artesanal.⁴⁶⁹

A tarefa manual inerente a esses grupos possibilita aos seus membros a escuta de narrativas, que, à luz da citação acima, pode ser transmitida de modo

⁴⁶⁸ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.197-221. (Obras escolhidas, v.1).

⁴⁶⁹ *Ibidem*, p.205.

semelhante à narração tradicional presente no conceito de experiência. Esse é um flanco de pesquisa que merece um desdobramento posterior. O que essas velhas senhoras conversam enquanto fiam seus bordados e tecem suas cestas de jornal? Como verbalizam, enquanto conselho, aquilo que foi enunciado nos espaços coletivos de seus grupos? Quanto de distensão é necessário para que a narrativa de uma integrante do grupo seja assimilada pelas demais? A temática em questão é um desafio tentador para uma posterior pesquisa acadêmica, assim como muitos outros até aqui anunciados e ainda por se fazerem presentes.

Dentre todos os entrevistados, Dona Jovelina foi a pessoa com quem tive maior dificuldade de manter o contato nos últimos dois anos. Ocorreram mudanças no seu número de telefone, os funcionários da Prefeitura que acompanham o seu grupo de convivência também foram substituídos, e não obtive acesso aos que assumiram tal função. Nesse ínterim o ritmo da minha própria vida ficou tão acelerado quanto alguns dos movimentos que aqui foram invocados. Porém acrescento a esses fatos a minha falta de coragem de voltar ao Cafezal. Temo chegar ao Beco Acorde e o cão Trovão, campainha preta dessa moradia, não ter mais a quem anunciar a minha presença.

3.3 Um comerciário na cidade em construção: Sr. Francisco

A partir do contato com o Sr. Francisco Afonso Moura, também conheci uma de suas colegas de atuação na Associação dos Comerciários e Pensionistas de Belo Horizonte (ASCOAP), da qual os dois fazem parte. Dona Lydia Pires de Britto, secretária por longos anos dessa associação, assim como muitos velhos que encontrei, é uma colecionadora e registra fatos de sua vida em um diário. Essa informação suscitou a reflexão sobre os velhos, que, muito recorrentemente, se dedicam à tarefa de colecionar, e também tornou possível o eterno retorno ao pensamento de Benjamin, que, segundo atesta Susan Sontag, também foi um colecionador – de livros raros, livros de crianças e livros escritos por loucos.⁴⁷⁰ Walter Benjamin também era um colecionador de brinquedos.

Ao identificar, na descrição feita por Susan Sontag, os motivos pelos quais Benjamin se torna um colecionador, procuro entender o porquê de muitos velhos com os quais tive contato também o serem. Nesse sentido, uma pesquisa envolvendo velhos filatelistas é um grande campo a ser explorado, a despeito dos aspectos econômicos que regem tal atividade e que envolvem significativos recursos financeiros. Não é possível desconsiderar que a realização de uma coleção, no contexto moderno da sociedade produtora de mercadorias, adquiriu também o sentido da reprodução capitalista. É um negócio que movimenta muito dinheiro e reforça a produção e aquisição de raridades mercadológicas. Esse não é o caso de Dona Lydia e de muitos outros velhos e nem mesmo era o de Walter Benjamin. Para Sontag, no momento em que Benjamin se dedica à tarefa de reflexão sobre o barroco, o conceito de ruínas ou fragmentos torna-se uma figura central na sua obra. Desse modo, a genialidade desse autor, segundo Sontag, consistiu, entre tantas outras coisas, em perceber “[...] que as energias niilistas da era moderna transformam todas as coisas em ruínas ou fragmentos – portanto, são colecionáveis.”⁴⁷¹ Tomando como referência o fato de que a urbanização, ao produzir a metrópole contemporânea,

⁴⁷⁰ SONTAG, Susan. Sob o signo de Saturno. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986. p.85-103.

⁴⁷¹ *Ibidem*, p.93.

propiciou a fragmentação do espaço e do tempo, chego à reflexão de que muitos velhos, ao colecionarem objetos que remetem ao seu passado, buscam, nesses fragmentos, uma totalidade perdida.⁴⁷² Para Sontag: “Um mundo cujo passado se tornou (por definição) obsoleto e cujo presente produz antiguidades instantâneas é um convite aos zeladores, aos decodificadores, aos colecionadores.”⁴⁷³

Beatriz Sarlo, no livro *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*, demonstra como a perda da biblioteca de Benjamin, que caiu no poder da Gestapo, foi motivo de seu sofrimento. Na sua tentativa de fuga para os Estados Unidos, cujo desfecho culmina com o seu suicídio, Benjamin tenta, desesperadamente, salvar os manuscritos que carrega consigo. Mas, já despossuído de sua coleção de livros, vive um tempo sombrio, que o separa de sua coleção, assim concebido por Hannah Arendt.⁴⁷⁴

⁴⁷² Existem aqueles também que se dedicam à coleção de objetos que não possuem relação com o seu passado. Esse tipo de colecionador também mereceu a atenção de Walter Benjamin, que anunciou a necessidade de investigar também a arte de colecionar objetos fabricados de maneira industrial. “No fundo, é um fato bastante estranho que objetos de coleção sejam fabricados como tais de maneira industrial. Desde quando? Seria preciso pesquisar as diferentes modas que dominaram a arte de colecionar do século XIX. A mania das xícaras foi característica do *Biedermeier* [referindo-se a um período no qual a Europa central, entre outras coisas, vivenciou uma crescente urbanização e industrialização, que repercutiu em sua classe média urbana através da transferência de determinados valores para o plano estético da arte] — também o foi na França? [...] Pais, filhos, amigos, parentes, os superiores e os subordinados exprimem seus sentimentos sob a forma de xícaras; a xícara é o presente preferido, o enfeite predileto, assim como Frederico Guilherme III enchia seu escritório de pirâmides de xícaras de porcelana, assim também o burguês colecionava nas xícaras de seu aparador a lembrança dos acontecimentos mais importantes, as horas mais preciosas de sua vida” (BOEHN, Max Von. *Die mode im XIX Jahrhundert*. Munique, 1907, v.II, p.136, *apud* BENJAMIN, Walter. *Passagens*. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgária. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.240).

⁴⁷³ SONTAG, Susan. Sob o signo de Saturno. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986. p.93.

⁴⁷⁴ “Antes del episodio final del cierre temporario de la frontera entre España e Francia, que lo llevó al suicidio, estuvieron el allanamiento y confiscación de sua biblioteca y parte de sus manuscritos. ¿Cómo iba a seguir viviendo sin ellos? se pregunta Arendt, precisamente Benjamin, que había hecho del arte de citar una de las formas más altas de la escritura, para quien la biblioteca era um espacio físico tanto como intelectual, no solo un lugar de investigación sino de vagabundeo y ocio. Desmembrado, cortado en pedazos, así quedaba lo que Benjamin había atesorado durante toda su vida: la biblioteca en la que confluían la pasión obsesiva del coleccionista y la precisión maníaca por el detalle, uno de los rasgos intelectual más evidentes de su dueño. En 1940, sin embargo, Benjamin sabe que esa separación puede ser definitiva: el exilado debe sentirse feliz si salva la vida, si cruza con seguridad una frontera, si logra ese imposible de afincarse en una tierra que no es la suya, en una lengua que tampoco lo es. La biblioteca (bien lo saben los perseguidos de todos los regímenes) es lo primero que se pierde. Este dato del sentido común es, para Benjamin, ciertamente escandaloso” (SARLO, Beatriz. *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011. p.23). [“Antes do episódio final do fechamento temporário da fronteira entre Espanha e França, que o levou ao suicídio, fizeram a busca e a apreensão de sua biblioteca e parte de seus manuscritos. Como poderia viver sem eles?, se pergunta Arendt, ainda mais com Benjamin, que tinha feito da arte da citação uma das mais altas formas de escrita, para quem a biblioteca era tanto espaço físico quanto

A relação entre o velho e a figura do colecionador mobilizou o pensamento de Benjamin, até onde foi possível identificar ao longo desta pesquisa, ainda que no formato de um projeto de escrita. No fragmento “O colecionador (das Notas e Materiais)”, do livro *Passagens*⁴⁷⁵ (edição brasileira), Benjamin apresenta o que, para ele, seria um campo de investigação e elaboração posterior, em uma das últimas notas desse caderno: “Animais (pássaros, formigas), crianças e velhos, como colecionadores.”⁴⁷⁶ Esse seria um tema a ser desenvolvido na obra, caso ela tivesse sido concluída. Cada um dos fragmentos dessa parte do livro possui uma identificação quanto à fase em que foi escrita: inicial, média e tardia. A nota citada corresponde à “fase tardia” de elaboração desse conjunto de fragmentos, que corresponde ao período de dezembro de 1937 a maio de 1940. Algumas das temáticas da fase tardia são muito próximas das de 1940, período de sua fuga de Paris, mas isso não significa que essa nota esteja entre as últimas dessa fase, pois a sequência das notas não corresponde à cronologia de sua origem. Porém, ao analisar esse fascinante caderno, fica evidente que a sua “fase inicial” possui maior densidade do que a final. Na “fase inicial”, Benjamin faz uma pequena menção ao período da velhice e à tarefa do colecionar, ao indagar se uma apologia do colecionador não deveria passar ao largo da invectiva proferida por Gui Patin (considerado um homem de letras e da sátira francesa), que afirmava que a avareza e a velhice andam sempre juntas. Segundo Benjamin, para Gui Patin, a tarefa de acumular é um dos sinais precursores da morte, tanto nos indivíduos quanto nas sociedades, surgindo em seus estados pré-paralíticos.⁴⁷⁷ Supostamente contrário a essa posição, em determinados aspectos, Benjamin termina esse fragmento apontando novamente a necessidade de pesquisar

intelectual; não apenas um local para pesquisa, mas também de ócio e lazer. Desmembrado, cortado em pedaços, assim estava o que Benjamin guardou por toda a vida: a biblioteca, na qual convergiam sua paixão obsessiva de colecionista e a precisão maníaca pelo detalhe, um dos traços intelectuais mais destacados do seu dono. Em 1940, no entanto, Benjamin sabe que essa separação pode ser definitiva: o exilado deve se sentir feliz se tem a vida a salvo, se cruza com segurança a fronteira, se consegue o impossível de criar laços em uma terra que não é a sua, em uma língua que também não é a materna. A biblioteca (bem sabem os perseguidos de todos os regimes) é o que se perde primeiro. Este dado, do sentido comum, é para Benjamin, certamente, assustador”]. (Tradução minha).

⁴⁷⁵ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgária. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p.246.

⁴⁷⁷ *Ibidem*, p.242.

a arte de colecionar das crianças, exatamente como repete na “fase tardia”, cuja nota foi apresentada.

A não conclusão dessa obra também pode ser colocada “na conta” do *Führer*, como uma das perdas intelectuais desse período. Por mais que o conjunto de fragmentos das *Passagens*, que, na opinião dos estudiosos de Benjamin, permitem ao leitor realizar seu próprio percurso, em um formato que se assemelha a um hipertexto digital moderno, a sua não finalização deixa lacunas como a apresentada. Imagine-se quão rica seria a elaboração sobre o velho e a figura do colecionador. Na introdução da edição alemã, encontra-se a assertiva de que, se essa obra tivesse sido concluída, não teria sido nada menos do que uma filosofia material da história do século XIX.⁴⁷⁸ A maioria dos trabalhos mais importantes que Benjamin escreveu, durante sua última década de vida, tem relação com o trabalho das *Passagens*, por exemplo, os textos referentes a Charles Baudelaire, nos quais o conceito de experiência (*Erfahrung*), em confronto com o de vivência (*Erlebnis*), tem um acento definitivo.

Definindo mais densamente o colecionador, Walter Benjamin afirma que, talvez, o seu motivo mais recôndito possa ser circunscrito da seguinte forma: “[...] ele empreende a luta contra a dispersão. O grande colecionador é tocado bem na origem pela confusão, pela dispersão em que se encontram as coisas no mundo.”⁴⁷⁹

De modo muito semelhante, Ítalo Calvino também desenvolve esse tema. Para Calvino, toda coleção é também um diário.⁴⁸⁰ Diário de viagens, sentimentos, estados de ânimo, de humor. Para além desse aspecto, o escritor também pondera que uma coleção, assim como um diário, pode ser compreendida como uma tentativa de preservar algo contra a sua dispersão. De acordo com Ítalo Calvino, a manutenção de uma coleção, assim como de um diário, pode ser tomada como fruto de uma obscura agitação que tem como função “a necessidade de transformar o escorrer da

⁴⁷⁸ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgária. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.14.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p.245

⁴⁸⁰ CALVINO, Ítalo. *Coleção de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.12.

própria existência numa série de objetos salvos da dispersão, ou numa série de linhas escritas, cristalizadas fora do fluxo contínuo dos pensamentos”.⁴⁸¹

Assim como identifico, a partir da pesquisa empírica, que me colocou em contato com diversos velhos, muitos colecionadores, também chego àqueles que se dedicaram, em momentos de suas vidas, ao registro de suas histórias pessoais, em um formato bem parecido com o de um diário.

Mais uma vez, Walter Benjamin pode ser citado como alguém que, além de ser um colecionador, também escreveu um diário, editado somente em 1980, com o nome de *Diário de Moscou*. Segundo Gershom Scholem, no prefácio da obra, os relatos que foram publicados nesse livro constituem a única tentativa bem-sucedida de Benjamin de escrever nesse formato, visto que as suas demais iniciativas sempre foram interrompidas após as primeiras páginas.⁴⁸²

Ao se lançar nessa empreitada, Benjamin registra sua viagem, em caráter de formação (*Bildung*), a Moscou, entre o início de dezembro de 1926 e o final de janeiro de 1927. Censurado e contraindicado para a publicação pelo seu autor, como afirma Willi Bolle, o diário de Benjamin continha confissões íntimas e dúvidas políticas que não cabiam na crítica militante revolucionária que ele assumia naquele período e que o texto expõe em determinados momentos nos quais ele se dedica à descrição do vivido durante os dias de sua estada na Rússia Stalinista.⁴⁸³ No entanto, as linhas escritas parecem cumprir a função do diário aludida por Calvino, ou seja, a de cristalizar, fora do fluxo contínuo do pensamento, as conturbadas ideias de seu autor. Salta aos olhos, nesse texto, o caráter literário de inspiração poética e de inventário das ruas de Moscou, como demonstra Willi Bolle. Nesse diário, encontra-se, para além do fluxo contínuo do pensamento, que, naquela viagem, envolvia sua paixão por Asja Lacis (com quem fora encontrar-se em Moscou) e o contato com a *intelligentsia* russa, o início de um projeto de descrição fisionômica da metrópole moderna, nos termos de Bolle.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ CALVINO, Ítalo. *Coleção de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.13.

⁴⁸² BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴⁸³ BOLLE, Willi. Viagem a Moscou: o mito das revoluções. *Revista USP*, São Paulo, p.117-134, mar. /abr./mai. 1990.

⁴⁸⁴ *Ibidem*, p.129.

Para esse estudioso da obra de Benjamin, muitos dos elementos que comparecem no livro *Rua de mão única (ou contramão)*, em que a descrição da metrópole se coloca como uma tarefa para o autor, de algum modo, foram gestados⁴⁸⁵ ali em Moscou:

É que com o binômio *Diário de Moscou/Contramão*, se define o projeto do crítico-escritor no sentido de uma “fisionomia da metrópole moderna”, que ele continuará trabalhando até o fim de sua vida: uma montagem ou constelação que envolve tópicos como a cidade erotizada, a cidade como palco de revolta e de revolução, a cidade como espaço onde o *flâneur* contracena com a multidão, o labirinto das ruas representando o inconsciente social, que o autor-ator se propõe a decifrar.⁴⁸⁶

A própria coleção de brinquedos do autor foi privilegiada com a viagem de Benjamin à Rússia. Em diferentes trechos do relato do que foi vivido ali, o Benjamin colecionador vê-se às voltas com brinquedos e objetos de madeira que tanto o fascinavam:

11 de dezembro. [...] Olhamos vitrines na Petrovka. Uma loja maravilhosa de objetos de madeira atraiu minha atenção. Pedi e Asja

⁴⁸⁵ Foi possível verificar a antecipação de algumas temáticas na obra de Benjamin a partir dos seguintes exemplos: 1) Em Moscou, Walter Benjamin experimenta a sopa de beterraba, *Borscht*, que, posteriormente, será citada no seu texto “Omelete de amoras” e comporá o pequeno aforismo de mesmo nome – *Borscht* – ambos publicados, no Brasil, na coletânea denominada *Rua de mão única*, Obras escolhidas II, na parte intitulada “Imagens do pensamento”. No relato, contido no *Diário de Moscou*, dos acontecimentos de 9 de dezembro de 1926, encontra-se a descrição do almoço: “A comida estava excelente, sobretudo a sopa de beterraba” (BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.22). Ao encontrar essa apreciação pela sopa de beterraba, acredito ser possível entender melhor o próprio texto “Omelete de amoras”, analisado anteriormente, nesta tese. Como aponte, tal sopa retorna à escrita em um momento posterior ao vivido por Benjamin em Moscou, de forma recorrente, o que atesta a análise de Willi Bolle, de que muito do que Benjamin escreveria posteriormente a essa viagem já era uma presença no seu diário, talvez como um prenúncio. Mas, ao mesmo tempo, coloca em cena um Benjamin para quem a recuperação do passado (de contato amoroso com Asja Laci) não era dada a viver, a não ser parcialmente, através das lembranças, pois o recurso mágico mnemônico da sopa não restitui a totalidade dos sentimentos ali vivenciados. 2) Também já era uma tônica, no diário, a crítica à moradia burguesa, a partir de uma comparação entre o modo burguês europeu de habitar e a realidade das moradias russas engajadas no ideário revolucionário: “Mas é essencial para a decoração pequeno burguesa que seja completa: que as paredes estejam cobertas por quadros, o sofá por almofadas, as almofadas por capas, consoles por quinquilharias, as janelas por vidros coloridos. De tudo isto, conservaram-se apenas alguns itens aleatórios [Referindo-se à moradia que visita]. Nesses aposentos que se parecem com hospitais militares após a última inspeção, as pessoas só suportam a vida porque sua maneira de viver as aliena de seu ambiente doméstico. Vivem mais no escritório, no clube, na rua” (BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.35).

⁴⁸⁶ BOLLE, Willi. Viagem a Moscou: o mito das revoluções. *Revista USP*, São Paulo, p.129, mar./abr./mai. 1990.

me comprou um cachimbo minúsculo. Quero voltar lá depois para comprar brinquedos para Stefan e Daga [Stefan era o filho de Walter e Dora Benjamin; Daga, a filha de Asja Lacis]. Lá tem aqueles ovos russos que se encaixam uns nos outros, caixinhas que podem ser colocadas umas dentro das outras, animais entalhados em madeira bonita e macia.⁴⁸⁷

Atenta à reflexão até aqui desenvolvida, recentemente, descobri-me com certa inquietação diante de uma coleção de postais com fotografias de velhos que passei a adquirir antes mesmo de iniciar esta pesquisa. Essa coleção de postais, de fato, parece aproximar-se da inegável tentativa de preservação dos próprios velhos no torvelinho da vida metropolitana. A partir de uma grande identificação com os velhos à minha volta, deparei-me com o medo de que muitos deles, na sua fragilidade, se machucassem física e emocionalmente e, por isso, vi-me na tentativa de preservá-los da dispersão, mas, como admite Eliane Brum, ao analisar os sentimentos devotados aos seus pais, “[...] minha coluna vertebral estropiada mal dá conta de sustentar meu próprio peso”.⁴⁸⁸ Voltando à coleção, o estranhamento anunciado se relaciona com a predominância de senhores velhos em detrimento das senhoras, fato que pôde ser transposto ao universo da pesquisa.

Apesar de a feminização da velhice ser uma realidade, uma vez que as mulheres vivem mais do que os homens, no momento em que elegi os depoentes desta pesquisa, enfrentei dificuldades de encontrar, nos espaços coletivos atrelados às políticas públicas da Prefeitura de Belo Horizonte, velhos que estivessem dispostos a me prestar seu depoimento de vida. A ausência destes em formato de depoimentos veio fortalecendo a sua presença por meio da coleção mencionada.

Dentre os grupos de convivência de idosos dos quais me aproximei, foi possível perceber que a participação masculina é pequena. Os grupos são compostos, em sua maioria, por mulheres que se agregam em torno do desenvolvimento de atividades de convivência, socialização, lazer, esporte, arte e cultura. De acordo com um estudo realizado sobre o perfil dos idosos que frequentam esses grupos de convivência, tem-se o delineamento de uma feição demográfica na qual a maioria dos

⁴⁸⁷ BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.26.

⁴⁸⁸ BRUM, Eliane. Esses filhos perplexos diante da velhice dos pais. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/04/esses-filhos-perplexos-diante-da-velhice-dos-pais.html>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

participantes é do sexo feminino, sendo viúvas, com idade entre 65-74 anos, renda mensal de meio a um salário mínimo, escolaridade primária e situação domiciliar caracterizada pelo convívio com os familiares ou companheiros.⁴⁸⁹ Dona Jovelina, aqui já apresentada e com cujo depoimento já dialoguei, se enquadra perfeitamente nessa situação.

De acordo com esse estudo, algumas das justificativas levantadas para explicar a maior participação das mulheres nesses grupos relacionam-se com a persistência da viuvez entre as mulheres, enquanto os homens tendem a assumir novos casamentos, e também com a resistência masculina, após a aposentadoria, em encontrar novas atividades de cunho cultural, educacional ou lúdico.⁴⁹⁰ Acrescento a essas justificativas o retorno do homem ao mundo do trabalho após a aposentadoria e também a sua inserção em outras atividades coletivas que não se enquadram no rol das atividades desenvolvidas por esses grupos de convivência, por exemplo, as atividades relacionadas às representações trabalhistas de aposentados, através de associações.

Esse é o caso do Sr. Francisco, o único depoente masculino aqui apresentado. Desde que se aposentou como comerciário, nos últimos 25 anos, o Sr. Francisco divide a sua vida cotidianamente entre a família e os cargos de liderança que assumiu na ASCOAP.

O encontro com o Sr. Francisco também aconteceu por meio da ajuda de um intermediário, que nos colocou em contato no momento de realização da II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ocorrida no primeiro semestre de 2008. Ele participava da conferência representando a ASCOAP e me foi apresentado por uma das associadas da entidade com quem eu já mantinha um contato anterior. Nesse momento, combinamos os nossos próximos encontros, que passaram a acontecer na sede da ASCOAP, localizada na área central de Belo Horizonte, lugar que visitei várias vezes, até completar o processo de entrevistas

⁴⁸⁹ BORGES, Paula Lutiene de Castro e; BRETAS, Rose Procópio; AZEVEDO, Silvana Fernandes de; BARBOSA, Juliana Magalhães Machado. Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Caderno Saúde Pública* [online], Rio de Janeiro, v.24, n.12, p.2.798-2.808, dez.2008. (Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n12/08.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2012). O estudo em questão baseou-se em uma amostragem de grupos de convivência encontrados nas nove regionais de Belo Horizonte.

⁴⁹⁰ *Ibidem*, p.2.803.

exploratórias e definitivas. Nesse mesmo dia, conheci também a Dona Lydia Pires de Britto, atualmente com 78 anos, que assumiu um lugar importante nesse período de aproximação e de entendimento da história da associação e do envolvimento do Sr. Francisco com a mesma. Considero necessário ressaltar que o fato de ter me encontrado com o Sr. Francisco na Associação imprimiu outro tipo de relação com o entrevistado, diferente da que se estabeleceu com as demais depoentes, cujas entrevistas aconteceram em suas moradias. A proximidade alcançada com as outras depoentes não se efetivou plenamente com o Sr. Francisco. Acrescento a isso as questões ligadas à diferença de gênero que também exercem influência no estabelecimento desse tipo de aproximação.

Baseada no exemplo de Dona Lydia e do Sr. Francisco, tornou-se possível refletir sobre uma espécie de divisão entre aposentados do sexo masculino e do sexo feminino que atuaram ao longo da sua vida no comércio e que se aposentaram.

Para muitos homens, a inserção no movimento ligado às associações de aposentados representa um retorno às atividades sociais. Já para as mulheres, são os grupos de convivência que, muitas vezes, se encarregam desse papel. Analisando tais lugares de destino, torna-se compreensível o relato da Dona Lydia sobre a sua dificuldade para uma plena inserção na ASCOAP. Conforme seu depoimento, o espaço alcançado por ela na associação foi “aberto à broca”, algo que tem correspondência com o que atesta Guita Grin Debert, quando se refere às mulheres que participam de movimentos de aposentados: “Não é raro mulheres, que participam de programas e que têm interesse em questões políticas, acusarem o machismo no movimento dos aposentados, posto que nele as mulheres não têm voz.”⁴⁹¹

Foi também a partir do desenvolvimento de uma relação mais próxima com Dona Lydia que tive acesso à história institucional da associação, presente no livro organizado por ela mesma e editado pela associação.⁴⁹² Na maioria das gestões, ela desempenhou a função de secretária, e o próprio relato contido nessa publicação

⁴⁹¹ DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2004. p.177.

⁴⁹² BRITTO, Lydia Pires de. *Assim caminhou a ASCOAP: 21 anos - 1986/2007*. Belo Horizonte: ASCOAP, 2007.

não deixa escapulir o fato de que a sua participação assume quase sempre um lugar periférico, mesmo nas últimas gestões nas quais ocupou o lugar de vice-presidente. É com essa senhora que ainda mantenho contato na atualidade e é através dela que sempre tenho notícias do Sr. Francisco, que ainda atua como presidente da entidade. Na associação e no movimento dos aposentados, ele é conhecido como Sr. Moura e não abre mão da autoridade que a utilização do sobrenome lhe confere, para ser simplesmente um Francisco.

3.3.1 Depoimento: Francisco Afonso Moura (15/06/1926)

Migração para Belo Horizonte

EU NASCI EM 1926, em uma cidade que hoje se chama Pratápolis, naquele tempo chamava Arraial do Prata, que era distrito de São Sebastião do Paraíso, mas se emancipou no dia 1º de janeiro de 1944.

Eu cheguei a Belo Horizonte em 1944, dia 3 ou 4 de janeiro. Eu lembro bem porque houve a festa de emancipação da minha cidade, e eu vim embora pra cá. Lembro bem da festa, foi uma festa muito política. Mas meu destino não era Belo Horizonte, era Montes Claros.

O negócio é meio complicado... [referindo-se à história que permeia a vinda da sua família para Belo Horizonte]. Na infância, eu morei em Araguari, Triângulo Mineiro, onde meu pai era contador do Banco de Comércio e Indústria de Minas Gerais. Desde o período do primeiro ano da escola até os nove anos. Nós fomos para Araguari porque, no interior, em São Sebastião do Paraíso, onde meu pai tomô posse como contador na agência desse banco, tinha aquelas vaidades... o gerente mesmo não fazia nada, quem fazia tudo era o contador. As pessoas já diziam: "Ah, vai lá e pega o dinheiro emprestado para o seu negócio de café, com o Dito, no banco Comércio e Indústria". Na minha cidade, o que prevalece é o café, melhor café para exportação, do tipo ponto 6. Resultado, quando o gerente Aristides Barbosa (olha, já tô citando o nome dele), percebendo que tinha perdido o domínio político, transferiu o meu pai pra Araguari, para ele não ter influência lá dentro.

Depois houve necessidade dele voltá para a cidade de São Sebastião do Paraíso porque, ao criar a Agência Financiadora de Café do Banco Comércio e Indústria, meu pai foi designado a organizar a agência pra montar todo o esquema de financiamento, porque ele tava por dentro do assunto. Então, criou outro problema político, porque, quando ele voltô para São Sebastião do Paraíso, não cabia, dentro de uma agência pequenina, dois gerentes. Por isso, nós fomos transferidos pra Montes Claros.

Mas, chegando aqui em Belo Horizonte, o tesoureiro do banco morreu, então, meu pai assumiu o lugar dele até que fosse eleito um novo diretor. Como naquela época quem tinha poder de voto nas eleições eram os diretores, até eles decidirem quem seria o novo tesoureiro, houve uma pequena demora, e meu pai foi ficando... Com isso, minha mãe ficou sabendo como era a vida em Montes Claros, então, achou que não era uma cidade adequada para levar cinco crianças para morar, que lá não tinha tudo que precisava para a nossa educação. Isso pesou pra minha mãe, mas pesou também o que ela ouviu falar sobre as jogatinas, o excesso de prostituição, as condições de infraestrutura da cidade de Montes Claros, como, por exemplo, a energia elétrica. A luz acendia às 6 horas da tarde e às 10 horas da noite apagava, daí pra frente, era lampião ou vela. Isso tem que deixar bem claro, foi há 50 anos atrás [fala demoradamente, dando a dimensão da distância temporal dessa percepção], depois pensa que eu tô falando de hoje.

Naquela época, a gente vinha pela estrada de ferro [Companhia Mogiana de Estradas de Ferro] pra Guaxupé, chegava em Guaxupé meio-dia e meio, mais ou menos, e lá almoçava, e às 14 horas apanhava um trem que vinha de Sertãozinho, no estado de São Paulo, destinado a Jureia, nas margens do Rio Grande [Jureia-Município de Monte Belo, MG].⁴⁹³ Em Jureia que a gente pegava a Rede Mineira de Viação [Viação Férrea Centro-Oeste] com destino a Belo Horizonte. Saía às 5 horas da manhã, viajava, almoçava em Três Corações, saía de Três Corações na hora do almoço e chegava aqui no outro dia, às 10 horas da manhã.

Trabalho como comerciário

MEU PRIMEIRO EMPREGO no comércio foi no escritório da S&A Tecidos Campolina, uma firma atacadista de tecidos. Ela funcionava na Avenida Santos

⁴⁹³ “O ramal de Tuiuti, nome inicial do ramal da Mogiana que corria todo ele em território mineiro, teve sua origem na E. F. Muzambinho, adquirida pela Mogiana junto ao Governo daquele Estado em 30/07/1907, antes inclusive de a ferrovia ter suas obras iniciadas. Em 1913, a linha foi aberta de Guaxupé a Muzambinho, e, em 1914, chegava a Tuiuti, antigo nome da estação de Jureia, **onde se encontrava com a linha da Rede Mineira que vinha de Cruzeiro**, na Central do Brasil, no leste do Estado de São Paulo, e atravessava todo o sul do Estado de Minas Gerais. Em 1944, o ramal passou a se chamar ramal de Jureia. Em 7/11/1966, o ramal foi fechado definitivamente pela Mogiana, e os trilhos retirados alguns anos depois.” (Grifo meu). (Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/mmg/jureia.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2008).

Dumont, quase esquina com Rua São Paulo. Nessa época, Belo Horizonte era uma cidade muito tranquila e era considerada até cidade sanato... sanitária... dormitório... sanatório... [soletra as palavras até recordar o que, na época, dizia-se de Belo Horizonte], porque o clima era considerado muito bom pra quem tinha tuberculose. Então, concentrava muita gente em Belo Horizonte, e, lá na Avenida Santos Dumont, tinha muita pensão, e nas pensões ficavam as pessoas que vinha de fora pra fazê tratamento. Então era uma avenida muito tranquila, mas o pessoal tinha medo da avenida porque essa doença, naquela época, era muito perigosa, pegava mesmo, mas isso num influenciava nada na vida da gente que trabalhava ali.

Foi em 44 que eu comecei a trabalhar... a minha primeira carteira assinada foi em 1949, agosto de 49. Em 1951, eu perdi o meu pai e logo em seguida a minha mãe, e eu passei a ser arrimo de família.

Quando eu entrei pra essa firma, ela estava com um problema de comunicação com os viajantes, aquelas pessoas que eram representantes da firma nas cidades do interior de Minas Gerais. Então, tava com o problema da correspondência chegar no local, antes do viajante chegar pra poder alterar o preço, porque, naquela época, o preço num alterava como agora, hoje é um preço, amanhã outro. Naquela época, ficava um ano, dois ano, sem alterá preço. No tempo estável... no comércio, não tinha essa inflação que hoje existe. Mas, na venda do tecido, como era tecido por atacado, tinha aquelas padronagem, por exemplo, chita, padronagem 1, 2, 4, 5... tinha 10 padronagem. Quer dizer, vermelho claro, vermelho escuro, vermelho médio e por aí. Então, cada uma era numerada, e acabava essa aqui, e o vendedor não podia pedir. Por exemplo, acabô o número 3, mas o número 4 era mais ou menos igual, então, a gente procurava incentivá a venda do 4 pra substituir esse que acabô. Por isso a carta precisava orientá o vendedô viajante. Naquela época, era muito conhecido como caixeiro-viajante e cometa. Cometa porque ele passava rapidamente pela cidade, aquela passagem rápida, então apelidaram o caixeiro de cometa.

No tempo da guerra, alguns tecidos foram controlados pelo exército. Não era proibido vendê, só que tinha o controle do... por exemplo, cobertor São Vicente, era um cobertor mais visado porque era um cobertor muito barato, tinha uma ajuda indireta do governo para o preço cair, então, era restrita a venda, você chegava e

num podia comprar dois cobertor, três, tinha que explicá por que você queria três cobertores, isso era importantíssimo na época. Então, a venda tinha que ser controlada e quem controlava era o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O controle era feito aqui, no Edifício Acaiaca. Controlava zefir, cretone, só o cretone mais barato, não era o cretone chique caro, não. Zefir pra fazê colchão, tricoline pra fazê camisa. Me parece que era cinco ou sete tipos de tecido.

Depois eu fui trabalhar em outro comércio, que chamava Louças e Ferragens Paraíso LTDA. Ficava na Avenida Paraná, 187. A avenida, nessa época, era um paradeiro, nós ficávamos na porta contando as pessoas que passava, porque era parado, mas parado mesmo. Nessa firma, eu trabalhei 25, depois mais 15... 40 anos.

Nos anos depois de 1964, eu trabalhava nessa firma e existia um sindicato. Eu já era filiado ao sindicato, mas era mais ou menos escondido, porque o sindicato, naquela época, por motivos variados, os patrões, os empresários, não gostavam. Falô que era do sindicato, não dava emprego, porque achava que era pessoas que agitava, que na loja ficava falando: “Você não pode ganhá tanto”, “Você tem que ganhá isso”, “Você produz tal”. O sindicato não exercia esse papel. Ele exercia o que hoje chama de homologações, controlava quem manda embora injustamente, isso que era a função do sindicato na época, hoje ampliou mais, tem mais umas funções que não tinha na época.

Eu era sindicalizado, porque, na época, o dono da firma, por um pouco de vaidade, pra ser diferente dos outro, autorizô pra nós sindicalizar, mas de modo geral não podia ser sindicalizado, você perdia até o emprego quando sindicalizado. Nós tivemos problema, não com a nossa loja, que nós tínhamos autorização, mas não podia divulgar, fazer propaganda do sindicato lá dentro, nada disso.

Eu me aposentei trabalhando para essa mesma firma e ao mesmo tempo não me aposentei. Quando deu os 35 anos, eu aposentei, mas continuei a trabalhar, porque, naquela época, tinha o “pé na cova”. O que foi apelidado de “pé na cova” foi um incentivo de 20% que o governo dava pra gente pra não requerer a aposentadoria. Por exemplo, se minha aposentadoria fosse R\$ 500,00, ele dava 20%, quer dizer, dava R\$ 100,00 sobre os R\$ 500,00, pra gente não sair do trabalho. Quem aposentava ficava restrito a... fundo de garantia, não recebia PIS (Programa de

Integração Social), nada disso. Então, esse incentivo foi apelidado de “pé na cova”, porque a gente acabava esperando chegá a época de morrê pra aposentá. Quer dizer, é uma maldade... por isso que eu aposentei mas continuei trabalhando por muitos anos e recebendo pé na cova. Então eu trabalhei por mais cinco anos, pagando INPS.

Participação na ASCOAP

HÁ 22 ANOS, pela evolução da aposentadoria, houve necessidade de se organizá os aposentados. Resultado, surgiu a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas). Essa COBAP já vinha reunindo precariamente por estados. O volume de aposentado aumentô demais, o país tá envelhecendo, os aposentados, não aposentados, pessoas idosas, tá crescendo muito e a previsão é substancialmente nesse sentido.

Penalizando os aposentados, por exemplo, saiu para o salário mínimo um aumento, esse ano, de 9,21%, e para o aposentado, 5%, então, nós perdemos 4,21%, quer dizer, se toda vez que acontecer isso, nós formos perdendo, perdendo, daqui a pouquinho todo mundo tá ganhando um salário mínimo, porque... por incrível que pareça, a diferença pesa, e pesa muito. É por isso que saiu a organização, e nós organizamos no tripé: associação de base, federações e confederação. Esse tripé funciona como confederação, o órgão maior nosso. Depois vem a federação, dentro do estado, e a associação de base que é o apoio aos dois órgãos. A ASCOAP (Associação dos Comercários Aposentados e Pensionistas de Belo Horizonte) é uma associação de base. Esse pessoal todo aqui [mostra lista dos filiados da ASCOAP] é filiado à nossa associação. A nossa associação é filiada à federação, e a federação é filiada à COBAP. Nós não somos filiados à COBAP diretamente e, sim, indiretamente. E, com isso, a gente vem funcionando direitinho, mas agora vem o governo... e estamos enfrentando obstáculo. Alguns espertinhos aí, vou dizer assim, fundou o “Sindicato dos Aposentados e Pensionistas”. Sindicato significa pessoa da ativa, pessoa que tá trabalhando. Então, como o aposentado não trabalha, não é da ativa, isso, teoricamente, porque, na prática, muita gente aposentada tem que trabalhá. Resultado, manipularam de tal modo, que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) arrumô o Sindicato dos Aposentados e Pensionistas, da CUT. A Força

Sindical, com grande peso dentro do governo, também arrumou um, e outras mais associações e sindicatos. Foi com a criação desses sindicatos que eles puderam fazer uma Central, e esses sindicatos têm de ser vinculados a uma Central. Isso tá tirando nosso poder, porque o governo baixou umas normas, que quem tem acesso ao Ministério da Previdência Social são as Centrais. Quer dizer, as Centrais que podem falar com o Ministro, a Central que pode questionar, a Central que pode entrar na justiça, nós não. Então, nós vamos ter que tomar uma providência seríssima, que tá sendo agilizada. Mas isso tudo é bem complexo, porque você precisa, primeiro, de conhecer o movimento de 25 anos atrás, pra poder ter noção do que tá acontecendo hoje, porque, senão, não compreende, acha que é um disparate de idoso, e não é nada disso.

O movimento dos 147%

BOM, O MOVIMENTO dos 147%... vou fazer uma pausa, abrir um parêntese para falar desse movimento. No tempo do presidente Sarney, a inflação era galopante, então, o que aconteceu? Como era muito grande a inflação, o INPS, na época, chamava INPS, hoje chama INSS, eu sempre falo INPS porque fui acostumado lá atrás. Quando davam para nós um aumento de, vamos dizer assim, 10%, a inflação era de 40% ao mês. Acontece que essa diferença entre a inflação e o aumento que nos davam ia pro espaço. Então, nós fizemos um acordo com o ministro Antônio Brito. Fizemos a conta e chegou-se à conclusão que o aumento nosso em 12 meses deveria ser de 147,06%, porque eles disseram que só podiam pagar esse 147,06%, em 12 vezes. Então fizemos um acordo com ele, para a facilidade do governo, nós íamos ter um aumento de 15,2% mensais, linear. Quando chegasse no final, 15 x 12 daria 180%, seria, então, mais ou menos, uns 200% de aumento. Mas a inflação galopante, doida, dava uns 380%, só pra você ter noção. Então faltava uma diferença de mais ou menos 180%. Bom, o ministro Antônio Brito cumpriu tudo direitinho, pagou direitinho, mas, no final, no mês 11, que faltava um mês que ia se fazer a correção e para que no mês 12 tudo ficasse quitado, a negociação não foi cumprida. Aí, nós entramos na justiça. Acontece que, como ficava muito caro e o ganho seria certo, tinha que ser uma ação coletiva contra o INSS. Então o escritório que pegô a ação disse o seguinte: como é

que eles iam recebê isso da coletividade? Então, eles pediram R\$ 60.000 pra fazê essa ação, mas conduziu ela coletivamente. Resultado: ganhamos, mas não recebemos. Porque o governo nos chamou, botô numa mesa 12 pessoa sentada, o ministro da Previdência, já num era o Antônio Brito, era o Sérgio Cutolo dos Santos, e ele falou o seguinte: “Pra nós cumprirmos isso aqui, primeiro, só se vai atender aqueles que reclamaram; segundo, se todo mundo reclamar, a Previdência não aguenta, então, o que vai acontecê? Suas aposentadorias não terão um dia certo para ser paga, vocês podem receber dia 10 como podem receber dia 20, porque não tem dinheiro.” Até hoje tá lá parado, se pagá essa pendência pra nós, o INPS não garante pagá nossas aposentadoria em dia. Como é que nós vamos concordá com isso? Tirá da mesa de um trabalhado? Porque recebê o salário mínimo todo mês sem ter dia certo, como é que ele vai comprá as coisa? Como é que ele vai assumi compromisso? Como é que vai comprá remédio? Tá parado, e parado vai caducá, vai prescrevê. Então, foi esse impasse, você referiu especificamente sobre o 147%, então, estou falando especificamente sobre ele. Tá parado, nós ganhamo, mas nós não levamos e não vamos levá, porque nós não temos interesse de trazer problema para os aposentados no dia do recebimento.

Esse foi um movimento nacional, tiveram passeatas em Belo Horizonte. Eu cheguei a participar dessas passeatas. Muitas vezes nós paramos trânsito aqui na Praça Sete.

Brasília e Belo Horizonte

EU VOU MUITO a Brasília por causa do nosso movimento. A minha impressão da cidade... aí eu vou te falar dentro de um conceito pessoal, pra mim. Brasília é desumana. Brasília num há aquela amizade, aquele companheirismo que existe em tudo quanto é cidade, e no interior mais ainda. Porque você conhece Antônio, senta ali na praça e conversa com Antônio, você conhece o João, e por aí afora, tá sempre conversando com um, falando com outro. Brasília não existe isso, porque o centro administrativo é Brasília, mas o povo mora na periferia. Mora em Taguatinga, mora por ali afora, mora em Bandeirantes, o povo não mora em Brasília, os que mora em Brasília tem poder aquisitivo alto. Por exemplo, chega na sexta-feira,

você tem um colega que mora lá em Taguatinga, só na segunda-feira que vai ter notícia dele, o que acontecê com ele sábado e domingo, não tem notícia, porque não há aquele encontro, não existe o encontro que nós fazemos aqui, festa de aniversário, vai toda a família. Por que eles lá não fazem isso? Porque tudo é longe. O pessoal mora... a família, em si, num mora junto. A família que tem mãe, pai, avô, tio e tal, aquela parentada, tudo fora de Brasília. Lá não tem essa coisa de pai e mãe que mora junto, não.

Belo Horizonte é muito diferente, num fica muito longe de Brasília em muitas coisas, mas existe ainda agrupamento familiar, que não existe em Brasília, do ponto de vista pessoal.

Morar em Belo Horizonte

ATUALMENTE EU MORO no Alto dos Caiçaras, em uma casa. O ano em que mudei para lá é só fazendo as contas, vamos retroagir 32 anos, quanto que dá? Março de 1976.

O Alto dos Caiçaras era um bairro muito tranquilo, um bairro sem recurso nenhum, não tinha farmácia, padaria era difícil, era início de bairro, tava no começo, embora o bairro já existia há mais tempo. Por exemplo, nós temos a Rua Maria de Almeida, quem mora lá sabe que ela mudô, a rua era de chão de terra, depois teve pé-de-moleque, essas pedrinhas pequena, e hoje é asfaltada. E a maior parte do terreno lá era do Luciano, e o Luciano plantava eucalipto para caracterizá que aquele terreno era dele, tinha eucalipto pra tudo quanto era lado, tava tudo vinculado ao Luciano, e ele num vendia, ele tinha aquilo lá para... amanhã fazê loteamento, fazê isso, fazê aquilo.

E hoje é um bairro quase elitizado, porque ficô tudo muito caro, porque tá na mão de quem não precisa. Você vai lá, "ah, me vende esse lote", "ah, não, num vendo não". É pra renda, pra guardar pros filhos. O aluguel no bairro é caro quando comparado com outros bairro. Isso porque é perto da cidade, um bairro muito tranquilo, nós só perdemos um pouco da tranquilidade quando, isso é coisa perigosa... quando o ônibus e o metrô, a circulação, começou a sair de um bairro e ir para outro bairro. O nosso, infelizmente, saía do Alto Caiçara, um bairro pacato, e

terminava na boca da favela, na Serra. Ali tem uma favela brava, aquele pessoal da favela pegava o ônibus e vinha fazê os assalto, os roubo, lá no nosso bairro. Passô a ter muito roubo e hoje já caiu muito porque lá tem policiamento constante, então, eles num vão lá mais.

Mudei pra lá porque eu construí uma casa, fui construindo devagarzinho, levei dois ano construindo, e não justificava, a família cresceu e eu morava na Avenida Olegário Maciel, 575, em frente à... na época, oficina de bonde. Ali ficô muito restrito, embora o apartamento fosse três quartos, mas é apartamento, num tem área pra criança, embora, na época, tava todo mundo estudando.

Quando morava no centro, os meus filhos não tinham muitas formas de diversão. Divertimento, dentro do prédio, não se pode fazer isso, então eu entrei pro Jaraguá. Eu comprei uma cota no Jaraguá e nós íamos todos os domingos, todos os sábados, para o Jaraguá. Todo divertimento nosso era no Jaraguá. No centro, só foi complicando, criança num tem lugá pra brincá no centro.

Nessa época que morei no centro, esse já era mais movimentado. A diferença do centro para a época atual é muito grande, é uma diferença astronômica. A gente ficava na Avenida Paraná, na porta da firma, contando as pessoas que passava, numa hora passava 50 pessoa. Aqui [referindo-se à localização da ASCOAP], em menos de um minuto, de um segundo, passa 2.000 pessoa. A diferença é essa, enorme, não tem comparação. Todo mundo correndo, um corre pra frente, outro corre pra trás. É difícil compará.

Eu tenho neto de tudo quanto é tamanho. Tenho um com 18 ano. A forma de divertimento deles hoje para a época dos pais deles é grande, porque hoje tá prevalecendo, para os menino, muito a internet, a televisão, o que retém muito os menino em casa. Na época em que meus filhos era criança, a coisa era mais tranquila, uma menina pegava uma boneca, brincava. Hoje você num vê menina brincando de boneca mais.

Os meus netos não gostam de escutar as histórias da família. Ninguém tem paciência pra isso mais. Hoje você num consegue reuni os neto e conversá. Eles não têm curiosidade sobre os avós, sobre o que eu vivi. Eles num tão, como se diz na gíria, “tão nem aí”.

Construindo essa metrópole com os próprios recursos

QUANDO ME MUDEI pro Alto dos Caiçaras, a Avenida Catalão foi aberta e fazia ligação com a Pampulha, Bairro Ouro Preto, Castelo, principalmente com o Ouro Preto. Era uma avenida que foi aberta pela Prefeitura. Mas quando chegava ali na entrada da Rua Rosinha Sigaud pra entrada do Bairro Caiçara, tinha quatro casas – num era barracão não, eram casas – que fechava a avenida. E eles [os moradores] num queria sair de lá por causa que a Prefeitura ia indenizá, mas eles achavam que tava muito baixo o valor que a prefeitura pagava. Então, não saía de casa pra nada, sempre tinha gente dentro de casa, permanecia lá porque, senão, a Prefeitura podia ir e derrubá a casa. Quando a Prefeitura indeniza um imóvel, seu cálculo é baseado no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), num é no valor que ele vale. Se ele valer R\$ 500.000, ela quer pagar R\$ 100.000, porque você paga imposto de R\$ 100.000. A Rua Rosinha Sigaud vinha e, então, fechada ali, não tinha meio de abrir a avenida. A impossibilidade de abrir essa rua prejudicava muito o acesso a outros bairros. Então, na época, o pessoal do bairro, junto à Catalão, e o pessoal de mais longe, que tinha que ir lá na Pampulha, na represa, pra depois voltar pro Bairro Ouro Preto, organizamos, cotizamos e compramos as quatro casas, eu paguei R\$ 2.000, mais ou menos. A exigência que foi feita era a seguinte, os moradores das casas recebia o dinheiro na boca do caixa, mas tinha que entregá a casa. E nós fizemos, tinha no contrato, via Prefeitura, que eles podia levá o material. Então, numa semana, roubaram até os alicerces. Levaram alicerce, as portas, as janelas, a casa desapareceu, ficou só o terreno lá, até as árvores desapareceram, cortaram pra fazê lenha, muita mangueira, muita árvore, laranjeira. A Prefeitura na mesma hora veio, abriu a rua e asfaltô.

Isso não tem muito tempo não, eu moro lá há 32 anos, pode ter uns 25 anos, eu não sei data não.

Volta à cidade de origem

EU VOLTEI à minha cidade de origem há pouco tempo e aconteceu um caso engraçado. Com o passar dos anos, evidentemente que minha família

envelheceu, num foi só eu não. Fui pra visitá todos os parente, aí, um parente meu me disse: “Pra visitá todos os parente vamos para o cemitério, tá tudo lá.” Desde que perdi minha avó, que tinha uma ligação muito grande, perdi alguns tios, aí foi que eu passei praticamente a num ir lá mais, chega lá a gente é praticamente um estranho, num tem laços. Se encontra com um camarada lá de 10 anos, 20 anos, é bisneto de fulano. Quer dizer, existe o vínculo, evidentemente, familiar, mas meio longe.

Rotina em Belo Horizonte

EU NÃO DIRIJO mais. Dirigi muito tempo, mas agora não dirijo mais, num é por falta de capacidade, deixá claro, é porque eu preocupo muito com as pessoa que tá no volante, esquecendo que eu tô no volante. Então, só sai besteira, e pra besteira, pra que uma pessoa idosa fazendo besteira? Agora só ando de ônibus, e táxi de vez em quando.

Por questão de costume, porque sempre peguei serviço cedo, eu levanto muito cedo. Eu tenho o sono bom, de vez em quando meio agitado. Não tem horário certo para acordar, mas eu acordo muito cedo. Hoje, por exemplo, acordei às 4 horas da manhã e num dormi mais, mas tem dia também que acordo às 6 horas.

Aí eu venho pra cá... de manhã eu venho aqui todo dia, quando não estou viajando pelo movimento.

Nos fins de semana, fico muito em casa, num tô saindo não.

Eu gosto demais de ler, eu leio bem, leio jornal, sou muito curioso.

3.3.2 O saber da experiência

QUEM CONSTRUIU Tebas, a das sete portas?
 Nos livros vem o nome dos reis.
 Mas foram os reis que transportaram as pedras?
 Babilônia, tantas vezes destruída.
 Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
 Da Lima dourada moravam seus obreiros?
 No dia em que ficou pronta a Muralha da China para
 onde
 Foram os seus pedreiros? A grande Roma
 Está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu? Sobre
 quem
 Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
 Só tinha palácios
 Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
 Na noite em que o mar a engoliu
 Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias.
 Sozinho?
 César venceu os gauleses.
 Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
 Quando a sua armada se afundou, Filipe de Espanha
 Chorou. E ninguém mais?
 Frederico II ganhou a Guerra dos Sete Anos.
 Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
 Quem cozinhou os festins?
 Em cada década um grande homem.
 Quem pagava as despesas?

Tantas histórias.
 Quantas perguntas.⁴⁹⁴

(Bertold Brecht, "Perguntas de um operário letrado")

Marshall Berman, ao analisar a modernidade, desfere sua crítica contra Robert Moses, que, em sua opinião, foi, provavelmente, o maior criador de formas simbólicas da modernidade na cidade de Nova Iorque. Para fundamentar sua análise, Berman descreve como a abertura da Via Expressa Cross-Bronx cortou ao meio o Bairro do Bronx, onde morava, e se encarregou da sua destruição. A partir

⁴⁹⁴ BRECHT, Bertold. Perguntas de um operário letrado. Disponível em: <<http://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=173>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

dessa situação, demonstra, com riqueza de detalhes e de sentimentos, o que significou aquela perda para o menino que ele foi. No entanto, a meu ver, além dessas lembranças de destruição, o momento mais importante desse relato é aquele no qual o autor, a despeito de sua mágoa, consegue formular, para si, que a destruição do Bronx não poderia ser imputada apenas a um homem, mas que ela fazia parte de um contexto mais amplo, que se estendia para todos que nascem na tradição moderna – na qual *tudo que é sólido desmancha no ar* – em que o impulso de mudar foi plantado como condição para o moderno. Impulso do qual não era possível desviar-se.⁴⁹⁵

O resgate do processo de elaboração de Marshall Berman merece uma descrição mais detalhada. A revelação dessa verdade chega até Berman através do seu encontro com um antigo menino do Bronx, durante uma recepção acadêmica em que foram apresentados, na qual lhes foi possível relembrar as cercanias onde moravam. Apesar de terem em comum a infância nesse bairro, a diferença entre os dois fica cada vez mais explícita a partir da descrição que Marshall Berman faz de ambos, no que se refere às suas posições políticas de adultos: a do outro, envolvido com a criação de cenários para a guerra nuclear, e a dele próprio, típica de um pacifista. Diante da possibilidade de encontrar uma ressonância de seus sentimentos no Outro, Berman faz uma alusão à construção da via expressa e às consequências disso em suas vidas. Porém tal ressonância não existe, e a resposta do seu companheiro de recepção, seguida de uma risada, aponta para a existência de um imperativo moral do Bronx, que, potencializado pela ação de Robert Moses, levou-os a partir: “Você quer saber a moral do Bronx? Saia daqui, idiota, arranque-se!” – grita o convidado, no rosto de Berman.⁴⁹⁶

Pela primeira vez em minha vida fiquei pasmado em silêncio. Era a verdade brutal: eu deixara o Bronx, como ele o fizera e como todos havíamos sido educados a fazer, e agora, o Bronx estava em colapso não apenas devido a Robert Moses mas também devido a nós. [...] Por que a risada do futurólogo provocou em mim vontade de chorar? Ele ria daquilo que bateu em meu rosto como um dos fatos mais duros da

⁴⁹⁵ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.310-311.

⁴⁹⁶ *Ibidem*, p.311.

vida moderna: que a cisão de mentes e a ferida aberta nos corações dos homens e mulheres em movimento – como ele, como eu – eram justamente tão reais e profundas quanto os impulsos e os sonhos que nos fizeram partir.⁴⁹⁷

A descrição dessa tradição moderna, afeita ao mudar, ao migrar, ao desenraizar-se, também compõe o quadro da existência de muitos velhos e faz parte da vida de vários dos meus tios e tias, já bastante avançados em idade. Longe de suas raízes, encontram-se dispersos neste país de dimensão continental. A busca dos espaços de fronteira os levou, durante as décadas de 1980 e 1990, para áreas distantes, primeiro, para o Norte do Brasil e, em seguida, para o Centro-Oeste. Para lugares onde, segundo José de Souza Martins, a degradação do Outro⁴⁹⁸ não se limita apenas às lutas pela posse de terra. Uma vez (des)territorializados no Sudeste e (re)territorializados em lugares tão distantes, constroem novas sociabilidades, porém convivem dentro de suas novas vidas com o afastamento físico de quem se ama, fardo pesado demais para sua estrutura emocional de velho. Tal afastamento também os impossibilitou de estarem presentes no momento da partida final de irmãos, sobrinhos, afilhados e amigos. A experiência limiar da morte, que agrega a família em torno das histórias que envolvem quem parte e quem fica, também ficou mais pobre com essa ausência.

Como pesquisadora, interessou-me, particularmente, o peso que a separação, provocada por essa condição moderna, significa. E, por conseguinte, cheguei aos depoentes desta pesquisa, que também ousaram, de forma caricatural, ser modernos e, assim, vieram para Belo Horizonte, há muitos anos.

Ao afirmar que a migração para Belo Horizonte revela um caráter caricatural, tomo por base as formulações de José de Souza Martins, para quem o tema da modernidade está comprometido com o do progresso e, portanto, deve ser tomado como típico das sociedades ricas, sobretudo europeias.⁴⁹⁹ Segundo o autor, a modernidade latino-americana (e, especialmente, a brasileira) não pode ser

⁴⁹⁷ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.311.

⁴⁹⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴⁹⁹ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

entendida sem a discussão do hibridismo cultural e dos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social que aqui vigoram. Seu estudo deve pautar-se no reconhecimento de sua anomalia e inconclusividade, a partir de uma perspectiva que não se concentre apenas na identificação dos objetos e signos do moderno, porque a modernidade a eles não se restringe, muito embora eles sejam importantes na identificação do caráter não homogeneizante desse processo. Para Martins, a questão da modernidade no Brasil pode ser compreendida de forma mais clara a partir da investigação do modo como o moderno e os signos do moderno são incorporados pelo popular, em um movimento que demonstra nitidamente as dificuldades para que a modernidade e o que ela significa possam delinear uma realidade mais abrangente.⁵⁰⁰

Nesse sentido, identifico, no processo de migração dos velhos depoentes desta pesquisa, a busca por um enquadramento nas condições de vida consideradas típicas da modernidade, em virtude da difusão dos signos do moderno que a capital mineira representava, na ocasião de suas vindas para cá. No entanto, os descompassos existentes entre o imaginário que se produziu em diferentes lugares desse estado e do país, acerca da urbanidade da nova capital de Minas Gerais, enquanto cidade planejada, e as reais condições de reprodução da vida que se colocavam para os que aqui chegavam, na mesma ocasião que os velhos entrevistados, ou seja, entre 1940 e 1970, atestam o caráter inconcluso da nossa modernidade.

Para muitos dos migrantes que aqui desembarcaram de trem, por exemplo, favorecidos pela rede de ferrovias que atendia a antiga região Leste do país, à qual Minas Gerais pertencia, o impulso para migrar sofreu influência das representações da modernidade urbanística que orientou a construção da cidade. No entanto, para uma grande parcela destes, já não era possível ocupar as áreas planejadas, sobrando-lhes a área em expansão além dos limites da Avenida do Contorno, onde a cidade ainda estava em verdadeira construção.

⁵⁰⁰ MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.35.

As representações do moderno que compunham o traçado de Belo Horizonte funcionaram como um espelho para os que buscavam adentrar na modernidade e, desse modo, procuravam implementar, em seus bairros, não tão longínquos da área central, as conquistas materiais que julgavam sinônimo da condição moderna.

Não foi apenas de um ou dois velhos, entre os entrevistados e os não entrevistados, que ouvi a narrativa de episódios afeitos a alguma tarefa empreendida na construção da cidade a partir de seus pequenos recursos e com as suas próprias mãos. São relatos que revelam, muito comumente, desde a construção de suas casas próprias, até a abertura de ruas, a colocação de postes para a chegada da energia elétrica e a realização de mutirões para diferentes fins. Além desses relatos, consta também, em suas narrativas, a prática de se organizarem através de associações de moradores para reivindicarem as melhorias de seus bairros, a partir de abaixo-assinados. No período mencionado, a relação entre essas lideranças comunitárias e o Estado se dava, sobretudo, através da mediação de vereadores, que tinham, em determinadas localidades, seus “currais eleitorais”. Os abaixo-assinados, nesse contexto, eram endereçados aos vereadores que se encarregavam ou não de encaminhar suas demandas, por meio de uma política populista e clientelista.

Dentro dessa conjuntura, e, curiosamente, o relato do Sr. Francisco aponta para uma ação que até então não tinha composto o conjunto das narrativas encontradas, a saber, a compra de quatro casas por parte dos moradores do Bairro Caiçara,⁵⁰¹ com o apoio institucional da Prefeitura, para em seu lugar construir uma rua que facilitaria o acesso ao bairro.

⁵⁰¹ Como parte integrante da descrição do seu processo de mudança para o Bairro Caiçara, o Sr. Francisco faz menção a um expoente do ramo imobiliário em Belo Horizonte, o Sr. Antônio Luciano, que se tornou uma figura lendária da cidade. Dono de inúmeros lotes e prédios urbanos, além de proprietário de vários cinemas, nos anos de 1960, a sua atuação comparece na memória de outros velhos de modo muito semelhante. Segundo o velho Amadeo Luciano Lorenzato, cuja história de vida foi retratada no livro *Mundos e cores*, parte integrante do projeto “BH Para Jovens e Adultos”, quando ele se mudou para o Bairro Cabana do Pai Tomaz, em 1962, existia uma pendência entre a Prefeitura de Belo Horizonte e o Sr. Luciano. “Não sei como ficou resolvida a situação dos lotes entre o prefeito e o Luciano. Ele tinha invadido abusivamente, não era proprietário, dava golpes. Mandava plantar eucaliptos em terrenos vazios para aproveitar a madeira” (SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; SILVA, Regina Helena Alves da. (Orgs.). *Mundos e cores*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1997. p.24).

Ações anônimas desse tipo, que pouco figuram entre os relatos sobre a construção de Belo Horizonte e de outras cidades, remetem ao poema de Bertold Brecht, utilizado, inicialmente, “Perguntas de um operário letrado”, que aponta a importância dos trabalhadores anônimos. A presença dessa classe trabalhadora, anônima no seu ato de realizar a construção da cidade, demonstra o caráter não homogeneizante da modernidade e revela os ritmos desiguais de desenvolvimento mencionados anteriormente.

A realização das promessas democráticas da modernidade, que, segundo Martins, é realidade para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos,⁵⁰² são entendidas recorrentemente pelos seus signos mais elementares, dentre os quais a infraestrutura básica é um exemplo. Desse modo, a permanência da família do Sr. Francisco, em Belo Horizonte, exemplifica como tal entendimento se processa. A chegada do Sr. Francisco à capital mineira tinha um caráter transitório, uma vez que o destino do seu pai, que veio para cá transferido de São Sebastião do Paraíso pelo Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, era a cidade de Montes Claros. Mas, por influência de sua mãe, acabaram permanecendo em Belo Horizonte, pois, segundo o seu relato, ao tomar conhecimento do que encontraria no norte de Minas, ela avaliou que a cidade de Montes Claros não era adequada para morar com seus filhos:

Com isso minha mãe ficou sabendo como era a vida em Montes Claros, então, achou que não era uma cidade adequada para levar cinco crianças para morar, que lá não tinha tudo que precisava para a nossa educação. Isso pesou pra minha mãe, mas pesou também o que ela ouviu falar sobre as jogatinas, o excesso de prostituição, as condições de infraestrutura da cidade de Montes Claros, como, por exemplo, a energia elétrica. A luz acendia às 6 horas da tarde e às 10 horas da noite apagava, daí pra frente era lampião ou vela (Depoimento de Sr. Francisco).

O que a mãe do Sr. Francisco chamou de excesso de prostituição não deixa de ter correspondência com aquilo que comparece nos quadros das memórias de moradores velhos de Montes Claros. É desse modo, por exemplo, que o ilustre

⁵⁰² MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. p.20.

morador da cidade, João do Valle Maurício, deixa registrado, em um dos seus cinco livros, as lembranças sobre as ruas onde moravam as “mulheres-damas”, a chamada Zona, ou Rua da Perdição, ou Rua do Vai Quem Quer.⁵⁰³ Sua literatura histórica revela o passado de prostituição, cuja fama correu Minas afora, chegando, assim, à família do Sr. Francisco. Segundo João do Valle, “no passado perdido no mais para trás, aqui por nossas bandas, homem para ser homem, sem sobra de qualquer duvidação, tinha que ter amigação com mulher-dama”.⁵⁰⁴ Para o autor, o tempo relatado, de intensa prostituição, não é mais o tempo em que escreve suas memórias. Sua narrativa apresenta-o ainda criança, como alguém que observava essa atividade de longe, mas que gostava de perscrutar a “safadeza” dos adultos: “Estou contando como era por aqui, na ocasião em que andava de calça curta e pé no chão, pintando e bordando, na molecagem mais desenfreada, atormentando e infernando a vida das criaturas viventes na Rua de Baixo”.⁵⁰⁵

Dentre todos os signos do moderno, a iluminação elétrica talvez seja aquele que tem o maior apelo popular. Atendendo também a esse apelo, a família do entrevistado permaneceu em Belo Horizonte, uma vez que, em Montes Claros, esse serviço apresentava certa precariedade. O filósofo alemão Robert Kurz,⁵⁰⁶ ao tecer sua crítica à modernização da sociedade, revela o quanto, ainda hoje, a humanidade caminha ofuscada pelo clarão do iluminismo burguês, cedendo à evocação de suas inúmeras metáforas da luz, dentre as quais se pode citar a razão. Através da modernização, cuja iluminação é um atributo, a noite transformou-se em dia, permitindo ao capital avançar a jornada dos trabalhadores sobre o tempo noturno. Para Kurz, o ativismo da produção capitalista não tolera, em princípio, nenhum tempo que permaneça “escuro”, pois o tempo da escuridão é também o tempo do descanso, da passividade, da contemplação.⁵⁰⁷

Tal passividade, na análise de Jorge Larrosa, pode ser tomada como um estado de suspensão, necessário à realização da experiência. A partir dessa reflexão,

⁵⁰³ MAURÍCIO, João do Valle. *Janela do sobrado: memórias*. Montes Claros: Editora Arapuim, 1992.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p.141.

⁵⁰⁵ *Ibidem*, p.142.

⁵⁰⁶ KURZ, Robert. Escravos da luz sem misericórdia. *Folha de São Paulo*, 12/01/1997. Caderno Mais! Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/dire/texto.asp?texto=70au>>. Acesso em: 02 maio 2013.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, sem paginação.

torna-se possível adentrar no debate sobre o trabalho e a velhice, partindo da indagação dos motivos pelos quais os velhos, mesmo estando fora do tempo produtivo formal, condição que lhes oferece grandes oportunidades para a realização da experiência, muitas vezes, não assumem o posto de sujeitos da experiência.

De acordo com Larrosa, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, princípio básico da experiência, exige um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível no tempo corrido da vida moderna:

[...] requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.⁵⁰⁸

Sendo assim, quem, na nossa sociedade, mais do que os velhos, dispõe de tempo para se dedicar a todas as prerrogativas aludidas por Larrosa, a fim de vivenciar a experiência?

No entanto, algumas questões afastam os velhos dessa possibilidade, por exemplo, a que se efetiva a partir da realidade que se impõe sobre a vida de muitos deles, segundo a qual, sendo os mesmos incapazes de proverem a própria existência e os gastos com remédios, habitação e alimentação, a partir dos recursos recebidos através da aposentadoria, inserem-se novamente no mercado de trabalho, o que, na maioria das vezes, acontece por meio da inserção em atividades informais. Um exemplo desse tipo de inserção que tem crescido e que chama a atenção, nos grandes centros metropolitanos, é a de velhos que fazem o serviço de *office boy*. O *office old*, na verdade, apresenta, para a empresa, inúmeras vantagens sobre o *office boy* empregado até então, já que, além da informalidade no processo de contratação, ele também possui o benefício de não pagar passagem nos transportes coletivos e atendimento preferencial em diferentes estabelecimentos, como bancos, casas lotéricas, lojas de departamentos, o que agiliza muito a sua atuação.

⁵⁰⁸ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. p.24.

Mesmo sendo a aposentadoria, no Brasil, remunerada por um valor tão baixo, que impõe ao velho das camadas sociais empobrecidas a necessidade de se dedicarem novamente ao trabalho, segundo Andrea Lopes,⁵⁰⁹ diante “[...] do grau de miserabilidade e da instabilidade das famílias brasileiras, muitas vezes é a regularidade da aposentadoria de um ou de dois idosos que alimenta três gerações de uma mesma família”⁵¹⁰. Diante da miserabilidade generalizada, os idosos tendem a ser menos pobres que a população em geral, mesmo recebendo quantias tão pequenas. De acordo com a autora citada, essa realidade permite dizer que o idoso aposentado ganha *status* na família por uma via tão perversa quanto a que lhe rouba o *status*, qual seja, a saída do sistema produtivo.⁵¹¹

No entanto, a despeito da valorização apontada, o trabalho ainda aparece como uma imposição para os velhos, que se veem privados de sua atividade profissional. Aqueles que não retornaram ao mercado de trabalho e que devotaram toda a sua vida para o trabalho e pelo trabalho se sentem párias na sociedade, quando não podem mais exercer sua função produtiva.

Uma análise dessa realidade inquietaria um leitor principiante da obra de Karl Marx, para quem o trabalho não pode ser tomado como a satisfação de uma carência, mas somente como um meio para satisfazer necessidades que se encontram fora dele.⁵¹² Para Marx, o estranhamento do trabalho evidencia-se no fato de que, tão logo inexista coerção física ou de outra natureza qualquer, o trabalhador foge do trabalho como de uma peste.⁵¹³

No entanto, no caso dos velhos que, após a aposentadoria, não voltam a exercer algum tipo de trabalho e por isso se sentem acomodados, a estranheza do trabalho ainda persiste, uma vez que a coerção não cessa. Pois ela se realiza na forma de uma coerção moral, ancorada na ideia de que o não trabalho é um mal social. Essa percepção foi construída historicamente, e as posições contrárias não alcançam

⁵⁰⁹ LOPES, Andrea. Dependência, contratos sociais e qualidade de vida na velhice. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003. p.129-140. (Coleção Velhice e Sociedade).

⁵¹⁰ *Ibidem*, p.132.

⁵¹¹ LOPES, *loc. cit.*

⁵¹² MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004. p.83.

⁵¹³ MARX, *loc. cit.*

representatividade. As tentativas de restituição do sentido da vida buscam, invariavelmente, uma utilidade para a existência dos velhos.

Por que a oportunidade de usufruir o tempo como dádiva, enquanto possibilidade de interrupção, não é possível ao velho? Apontar as respostas para essa pergunta não é uma tarefa impossível, bastando, para isso, dizer que o tempo moderno é tempo produtivo, e, sendo assim, o velho não pode parar de produzir e consumir mercadorias. O crescimento da indústria do entretenimento alcança o velho nesse aspecto, apontando-lhe um circuito extenuante de possibilidades de divertimento. A opção para aqueles que não possuem o tempo colonizado pelo trabalho é a sua colonização pelo conhecimento, pela metalinguagem vivenciada nos passeios, nas viagens, nas atividades beneficentes que praticam. Em ambos os casos, depara-se com a interdição à experiência, à constituição do sujeito da experiência, visto que, de modos desiguais e diferentes, o tempo foi capturado nas tramas da valorização capitalista.

A trajetória de vida do Sr. Francisco revela um exemplo de como o velho inserido no mundo do trabalho encontra dificuldade de se desvencilhar dessa condição para se dedicar a atividades que se encontram fora de sua lógica constitutiva. Assim, ele retorna à ativa, assumindo um cargo de liderança em uma associação de aposentados do ramo comercial. É interessante observar o paradoxo que essa representação contém, uma vez que, ao se dedicar às atividades desenvolvidas pela associação, em prol dos aposentados, os seus dirigentes trabalham intensamente. O Sr. Francisco, desde a fundação da ASCOAP, assume cargos de liderança, o que totaliza quase 26 anos de trabalho à frente dessa associação. De segunda a sexta-feira, ele se dirige à sede da associação, como afirma em seu depoimento: “Hoje, por exemplo, acordei às 4 horas da manhã e num dormi mais, mas tem dia também que acordo às 6 horas. Aí eu venho pra cá.... de manhã eu venho aqui todo dia, quando não estou viajando pelo movimento”.

No entanto, ao mesmo tempo em que a inserção do Sr. Francisco no movimento de aposentados do comércio parece representar uma continuidade das imposições produtivas afeitas ao mundo do trabalho, foi possível identificar, na sua trajetória de vida, da qual as suas atividades na ASCOAP também fazem parte, a

constituição de um saber que se aproxima do saber da experiência, tal como formulado por Jorge Larrosa.

Assim como exposto anteriormente, para Larrosa, o sujeito da experiência é um ser passional. Porém essa definição não permite entendê-lo como alguém incapaz de ter conhecimento, de ter compromisso ou de exercer uma ação. Ao contrário, o sujeito passional, capaz de exercitar a experiência, tem sua própria força, e essa força se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de práxis.⁵¹⁴ Diferentemente do saber científico e do saber da informação, e de uma práxis distinta da que se apreende pela técnica e pelo trabalho, o saber da experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana.⁵¹⁵

É ancorada nesse tipo de saber que recupero a análise que o Sr. Francisco realiza sobre a cidade de Brasília, que, como ele faz questão de frisar, é elaborada a partir de “um conceito pessoal”, construído a partir de suas visitas à capital nacional, como parte das atribuições do movimento de aposentados.

Eu vou muito a Brasília por causa do nosso movimento. A minha impressão da cidade... aí eu vou te falar dentro de um conceito pessoal, pra mim. Brasília é desumana. Brasília num há aquela amizade, aquele companheirismo que existe em tudo quanto é cidade, e no interior mais ainda (Depoimento de Sr. Francisco).

Como fruto da percepção de sua condição de velho, cujo local de moradia também é uma metrópole, consegue constituir um saber individual, em que as diferenças dos espaços metropolitanos são explicitadas. Seu saber, intuitivo e construído ao longo de sua vida, reconhece o quanto a metrópole destrói as relações pessoais, parentais e familiares. Desse modo, revela, em seu depoimento, o quanto o processo de metropolização acarreta uma vivência fragmentadora da sociedade. Nesse contexto, Belo Horizonte, na sua concepção, ainda que parecida com Brasília em muitas coisas, se revela a ele como portadora de um aconchego semelhante ao do interior. Desse saber, o Sr. Francisco retira fundamentos para agregar os associados da ASCOAP, trazendo, para a práxis, sua experiência de velho.

⁵¹⁴ LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. p.26.

⁵¹⁵ LARROSA, *loc. cit.*

Jorge Larrosa não desenvolve uma discussão sobre a práxis vinculada a uma ação política, o que, no caso do Sr. Francisco, é muito evidente, mas se pode dizer que essa dimensão não deve ser desconsiderada. A sua clareza em relação às questões que envolvem a aposentadoria dos comerciários exemplifica bem como o saber da experiência pode subsidiar determinadas ações. Os estudos e pesquisas sobre o movimento que ficou conhecido como “Movimento dos 147%”, não apresentam a riqueza de detalhes que o relato do Sr. Francisco contém, resultado do seu saber da experiência de quem passou por esse movimento sendo tocado por ele.

3.4 A peça de costura que não fica pronta: Dona Alaíde

A opção por entrevistar a Dona Alaíde Silva resultou da iniciativa de verificar como os aspectos concernentes à metrópole são percebidos pelos velhos que se encontram impossibilitados de sair de casa. Acreditava ser possível encontrar, entre os velhos que têm suas vidas circunscritas à esfera do lar, uma representação do espaço urbano e de suas práticas constitutivas, construídas através da comparação entre aquilo que eles vivenciaram por um longo período de suas vidas e as informações que lhes chegam a partir do momento em que já não saem mais de casa.

Por ocasião das visitas e entrevistas, ocorridas em junho de 2008, Dona Alaíde estava com 95 anos e, como relata, em sua narrativa, saía muito raramente da sua moradia, localizada no Bairro Coração Eucarístico, em uma de suas ruas mais movimentadas.

O contato com as suas filhas, que me receberam e prepararam a mãe para minhas visitas, como se ela fosse realizar um passeio, aconteceu por intermédio e indicação da médica geriatra que cuidava de Dona Alaíde nessa ocasião. No entanto, ao aceitar essa indicação, não atentei para a informação relativa à capacidade de rememoração da futura entrevistada. Somente no momento em que propriamente realizei a primeira entrevista exploratória, tornou-se evidente o fato de que Dona Alaíde já não se recordava da sua trajetória de vida com a riqueza de detalhes que os demais entrevistados demonstraram. No entanto, já não era possível desistir dessa tarefa, pela expectativa que se criou em relação à sua realização e pelo compromisso de dar voz a esses velhos por meio desta pesquisa.

Nesse sentido, optei por realizar a transcrição e edição de sua entrevista em concordância com o pacto que, em um processo como esse, acaba-se firmando entre o pesquisador e seu objeto. Um objeto que, nesse caso, é entendido para além das visões que atribuem um tratamento “de coisa” ao sujeito. Porém sua entrevista, distinta das demais, receberá um tratamento diferenciado, pois não me deterei na tentativa de encontrar indícios ou possibilidades de realização da experiência a partir

da sua trajetória de vida, mas me dedicarei apenas à sua apresentação e à indicação de algumas temáticas que comparecem na sua narrativa.

Ao mesmo tempo em que encontrei lacunas na rememoração de Dona Alaíde, tornou-se fortemente demarcado, em sua fala, o quanto a sua memória foi influenciada pelo tempo de trabalho como costureira. Poderia sintetizar todo o seu depoimento com o título atribuído à sua primeira parte: “Memória do tempo do trabalho”. Essa é a tônica da sua entrevista, aquilo que a fragilidade da faculdade memorativa não deu conta de apagar. Mesmo nos momentos em que relata o período em que já morava em Belo Horizonte, em que não mais se dedicava a costurar para fora, como informa uma de suas filhas, repete a saga da produção dos paletós de tecido gabardine: “Aqui em Belo Horizonte cheguei a fazer paletó [...] então, eu costurei muito, não tinha tempo nem de dormi, porque tinha que interá pra noite, pra dá conta das costura” (Depoimento de Dona Alaíde).

Dona Alaíde, assim como muitos velhos que não mais realizam atividades que demandam a circulação na metrópole, recebe cuidados de profissionais especializados, que a visitam em sua própria casa. Apesar da informação fornecida pela sua filha, de que a fisioterapeuta que a atende se dedica a estimular sua memória, a definição da própria Dona Alaíde esclarece a qualidade desse contato, cuja função, pode-se dizer, se restringe aos aspectos fisiológicos. Segundo ela, a moça que realiza suas sessões de fisioterapia lhe conta histórias, mas ela não se demora no atendimento, pois tem de sair para atender outros pacientes. É interessante notar que Dona Alaíde usa, em sua fala, o termo “freguês” para designar os pacientes da fisioterapeuta, significante que herdou das suas relações de costureira. De acordo com ela: “A moça que vem fazer fisioterapia conta história pra mim, mas ela não demora muito não, ela tem que saí pra ir oiá outros freguês dela, outros doente.”

Valendo-me da proposição de Walter Benjamin, para quem a cura principia-se a partir das narrativas que o doente realiza ao seu médico, pode-se dizer que muitos dos males que acometem os velhos reclusos em suas casas poderiam ser tratados levando-se em conta o seu contato com aqueles que se dispusessem a escutá-los. Para tanto, o tratamento não pode ser pautado apenas na aplicação de um saber médico-clínico-farmacêutico e procedimental, como é o caso, por exemplo, de

atividades ligadas ao campo disciplinar da fisioterapia. Ao contrário disso, tem acento também na relação que se estabelece entre o paciente e esse tipo de profissional, mediada pela presença atenciosa, pelo carinho e pelo estabelecimento de uma narrativa.

A ausência do contato com aqueles que dispõem de tempo para escutar Dona Alaíde se estende para seus netos, filhos e conhecidos, os quais, inseridos na vida moderna e produtiva, têm seu tempo colonizado por outros afazeres. Tal fato não lhe passa despercebido: “Eu gosto de contá histórias, mas num tem tempo. Fico sentada aqui na cadeira, mas conversá sozinha? Aí é que tá! [risos] Conforme vem uma visita, a gente até lembra do passado, também ajuda a lembrá” (Depoimento de Dona Alaíde).

Apesar da debilidade de suas lembranças, uma temática que compareceu, em muitas das outras entrevistas, retorna à cena, por meio dessa lembrança fragmentada, a saber, a do trânsito metropolitano. Ao falar sobre isso, Dona Alaíde também remete à dimensão do perigo que foi abordada na narrativa de Dona Jovelina. Para Dona Alaíde: “Na cidade, perigoso é só o trânsito. Eu acho muito rápido, eu não saio, não ando. Quando vim pra cá, já era muito acumulado de carro. Hoje tá muito mais... não tem nem jeito do povo andá, só carro” (Depoimento de Dona Alaíde).

Longe do contato físico com essa realidade, Dona Alaíde tem acesso ao seu conteúdo através da televisão. De um modo inusitado, compara os carros com o gado bravo que enfrentou quando morava em Andrelândia, com a diferença de que o segundo era passível de ser domado: “Tá morrendo gente toda hora, todo dia [...] Eu vejo na televisão. O gado a gente corria e domava. Tinha umas vaca braba. Mas dos carro...” (Depoimento de Dona Alaíde).

O ofício de costureira destaca-se, em sua vida, em dois momentos distintos, o primeiro quando se valia dele para ajudar a sustentar a família e o segundo quando se dedica à produção de colchas de retalho para preencher o seu tempo. Algumas dessas colchas, que tive o prazer de conhecer, ora são de retalhos coloridos, apontando a vitalidade que Dona Alaíde ainda possui, ora são de fuxicos feitos um a um e arrematados manualmente, também de forma individual.

Em 2009, assim como Dona Jacinta, Dona Alaíde também terminou definitivamente o seu bordado, colocando o arremate final na sua própria peça de costura. Entre os muitos textos sobre velhice que li ao longo desta pesquisa, um deles, cuja fonte não consigo precisar, apresentava a vida humana como um grande bordado e apontava o fato de que é preciso perder o medo de envelhecer e de concluir a peça de bordado. Que saibamos concluir o nosso bordado com a mesma coragem, simplicidade, beleza, criatividade, honestidade... que Dona Alaíde e todos os outros velhos entrevistados apresentaram. Que ele seja bonito e que leve adiante enunciados que potencializem a sua continuidade histórica. Que seja recuperado como um conselho no sentido pleno da experiência.

3.4.1 Depoimento: Alaíde Silva (*1913 a †2009)

Memória do tempo do trabalho

EU NASCI EM Andrelândia, é perto de Belo Horizonte, prá lá de Belo Horizonte. Mas a minha vida foi, desde os quatro ano, de trabalho, porque, com quatro ano, eu já oiava a minha irmã que era menorzinha, eu brincava com ela pra mamãe podê trabaiá. A minha vida foi assim. Depois, quando eu tava com 22 ano, 21 mais ou meno, eu resolvi... eu ia casá, porque eu tinha um namorado, aí a mamãe morreu, aí eu fui tomá conta dos irmão e da casa, aí pronto, acabô. Eu namorei o moço sete ano. E, depois, o papai resolveu casá, eu falei: “Não, o senhô vai casá, mas eu quero casá primeiro”, aí caçô moda de arrumá o meu casamento.

Eu casei em Andrelândia mesmo. Lá tem um... num sei se você já ouviu falá, tem a Serra de Santo Antônio, porque lá apareceu um ser que parecia um santo e ficô com o nome de Serra de Santo Antônio. Então eu morava lá pertim e tinha muita festa lá na serra, a gente ia, era uma vida muito boa naquele tempo, da moçada.

Trabalhei muito, mas muito mesmo. Aqui, em Belo Horizonte, eu só fiz colcha de retalho, até onti eu costurei, porque eu não tô fazendo outras coisa, e meus pés assim dormente, mas eu acho que mexê com os pés lá na máquina, assim [faz o movimento utilizado para tocar o pedal], serve. Ajuda a posição dos pés. Tem dia que eu costuro umas três hora, outro dia costuro mais, outro dia num costuro quase nada, sem costurá eu não fico, porque as costura fica pedindo [risos]: “Vai emendá, porque tem que dá conta”. Eu gosto de costurá, eu acostumei na máquina mesmo.

Lá, em Andrelândia, quando eu morava lá e era sorteira e mesmo depois de casada, era um movimento muito grande na Semana Santa. Então, os alfaiate já num pegava mais os terno, aqueles intertelado, de gabardine, pra fazer, porque num dava conta. Então, eles sabia que eu fazia e mandava lá pra casa, me indicava e falava: “Você qué, vai lá na mulhê do Chiquim, que ela costura”. Aí eles [os clientes] ia pra lá pra nós fazê o paletó. Gabardine não é qualquer máquina que costura. Aí eu fiz muito terno, nessa Semana Santa, eu fiz 20 paletó de home. Eu não tinha tempo de

costurar pros filho, nem pra casa. Se tinha alguma coisa pra fazê, eu tinha que arrumá costureira para fazer por fora, porque eu não tinha tempo, era só os paletó dos home, porque eles ficavam em cima, porque as máquina fracazinha num costura esse pano, então, ninguém pegava pra fazê. Até hoje eu tenho essa máquina. Eu vou te mostrá ela, mas ela, coitada, já num quê furá nenhum pano não [risos], porque costurou muito, Nossa Senhora!

Fragmentos de lembranças com presença recorrente da temática do trabalho

O ANO CERTO, assim, que vim pra Belo Horizonte, não lembro, eu sabia tudo certinho, mas depois eu fui esquecendo. A idade atrapaia a gente mesmo [pede ajuda à filha, que revela o ano em que vieram para Belo Horizonte, ou seja, 1973].

Aqui, em Belo Horizonte, cheguei a fazer paletó, mas depois eu deixei, porque também os alfaiate perdêro o ofício deles. Eu pegava dos alfaiate, que ainda mandava as carças pra mim fazê, então, eu costurei muito, não tinha tempo nem de dormi, porque tinha que interá pra noite, pra dá conta das costura [a filha relata que, aqui, em Belo Horizonte, ela só chegou a fazer colchas de retalhos como distração e não mais como profissão].

Quando vim pra Belo Horizonte, a diferença pra Andrelândia foi grande, mas, pra mim, que não tinha tempo de saí, era só costurá, tanto fazia tá numa cidade como na outra. Mas a vida foi muito trabaiada.

Eu morei no Alto... esqueço o nome. Depois, o meu genro comprô uma casa aqui, aí quis que eu viesse pra cá também [referindo-se ao Bairro Coração Eucarístico].

Eu acho muito quieto o bairro. Depois, você vai ali oiá, num tem barulho, porque os carro passa lá mais longe, e aqui é muito sossegado, muito bom.

Eu fico em pé um pouquinho na varanda, pra vê se afirma as perna, mas num afirma [risos], a idade não deixa. É muito difícil, o que se há de fazê? A gente já perdeu mesmo, porque, quando tava nova, corria, fazia qualquer serviço, numa fazenda, por exemplo, não tinha nenhum tipo de serviço que eu não fizesse. De camarada, de empregada, de tudo que precisava fazê, porque eu era mesmo que sê

empregada, o que tinha que fazê, eu fazia... lidá com as criação brava, tudo era difícil, mas, graças a Deus, eu dei conta.

Saídas de casa

EU SAIO MUITO pouco de casa, agora num tem saído quase não, porque, de vez em quando, eu ainda saía, andava. Quando eu tava andano, eu fazia as caminhada, andava muito, ia passeá. Não passeava mais porque eu num tinha tempo, porque eu chegava em casa e tinha serviço demais pra fazê, as costura. Agora, ultimamente, não costuro, é só emendá os retaió, as colcha. Tem colcha no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Macaé, em São Paulo, num falando aqui em Belo Horizonte... às vez tô costurano, chega um pra comprá e encomenda. Tá pronto, quer, leva e encomenda outra. Então eu vendi muito, Nossa Senhora!

Eu saio de casa quando tem uma carona, que eu vô na casa do Valmir [filho]. E vou no médico.

Quando vou ao médico, eu reparo pouco, porque passa tudo, a gente de carro, passa correndo, num guarda nada não, num tem tempo. Mas o que eu pude guardar, o que eu pude apreciar, eu apreciei a minha vida inteira, mas... só no serviço, porque foi trabaiano que eu vivi a minha vida inteira.

Já fui na casa do meu filho... o Valdir ficô morano em Andrelândia. Ele ficô tomando conta lá, ele que ficô com a casa. Outros dois foram pro Rio, do Rio foi pra... ah, sei lá, eu esqueço o nome.

Perigos e dificuldade de morar em Belo Horizonte

TENHO OITO NETO. Até que não é muito não. Eles, de vez em quando, aparece, mas eles mora tudo longe.

Eu gosto quando os neto vem aqui. Eu gosto muito de recebê visita, a gente distrai, porque fica muito sozinho, elas num para, vão aqui, vão ali, pra fazê compra ou passeá [referindo-se às filhas que moram com ela]. E eu acabo ficando aqui, essa cadeira aqui, fica o dia inteiro aí. Quando vem uma pessoa de fora, quando vem uma pessoa e começa a conversá é tão bão, porque a gente distrai do passado, porque tano sozinho a gente começa lembrá dos perigo que a gente já passou. De

todo o serviço brabo que a gente tava fazendo, lidando com o gado bravo, é um perigo, não é?

Na cidade, perigoso é só o trânsito. Eu acho muito rápido, eu não saio, não ando. Quando vim pra cá, já era muito acumulado de carro. Hoje, tá muito mais... não tem nem jeito do povo andá, só carro. Tá morrendo gente toda hora, todo dia, coitado das pessoas que entra num carro e chega lá na frente, tá morrendo. Eu vejo na televisão. O gado a gente corria e domava. Tinha umas vaca braba. Mas dos carro...

A moça que vem fazer fisioterapia conta história pra mim, mas ela não demora muito não, ela tem que saí pra ir oiá outros freguês dela, outros doente. Ela vem duas vez na semana. Mas também ela chega, senta aqui, vem puxá os braço, as perna, pra vê se chega no lugá, mas num chega [relata a situação, sorrindo, e a filha acrescenta que a fisioterapeuta lhe estimula a memória].

Eu gosto de contá histórias, mas num tem tempo. Fico sentada aqui na cadeira, mas conversá sozinha? Aí é que tá! [risos] Conforme vem uma visita, a gente até lembra do passado, também ajuda a lembrá. Hoje, até que os parente não tá vindo mais. Tá todo mundo trabaiando. O mundo tá tão trapaiado, não é conforme antigamente. Antigamente, as pessoa encontrava mais... Muito mais, ia nas casa dos outro, a gente tinha visita a miúdo, hoje já não tem mais nada disso.

É... a vida dá tanta vorta. Nossa Senhora! Se a gente pensá tudo o que já viveu, tudo que já fiz. E hoje, num tenho vontade de saí, de encontrá os conhecido, num tem jeito, porque num anda mais. Sinto falta disso. Muita falta, eu chegava... nos domingo que eu num trabaiava, porque o domingo eu respeitei a vida inteira, pra fazer serviço... fazia a obrigação de casa, mas pegá uma costura e fazê, eu num fazia não, no domingo, aí tinha mais um tempinho e ainda saía e conversava com os vizinho, mas hoje tudo acabô, nem isso eu faço mais. Eu caio à toa. Tenho que andá de andadô e mesmo assim o andadô costuma ir e eu ir junto [risos].

O lugar já não importa

NO QUARO ALI, bate sol, mas nos outros não. Eu gosto de sentar e pegar sol.

Já fui muito em exposição aqui na Gameleira [apontando na direção correta em que se localiza o Expominas, na Avenida Amazonas].

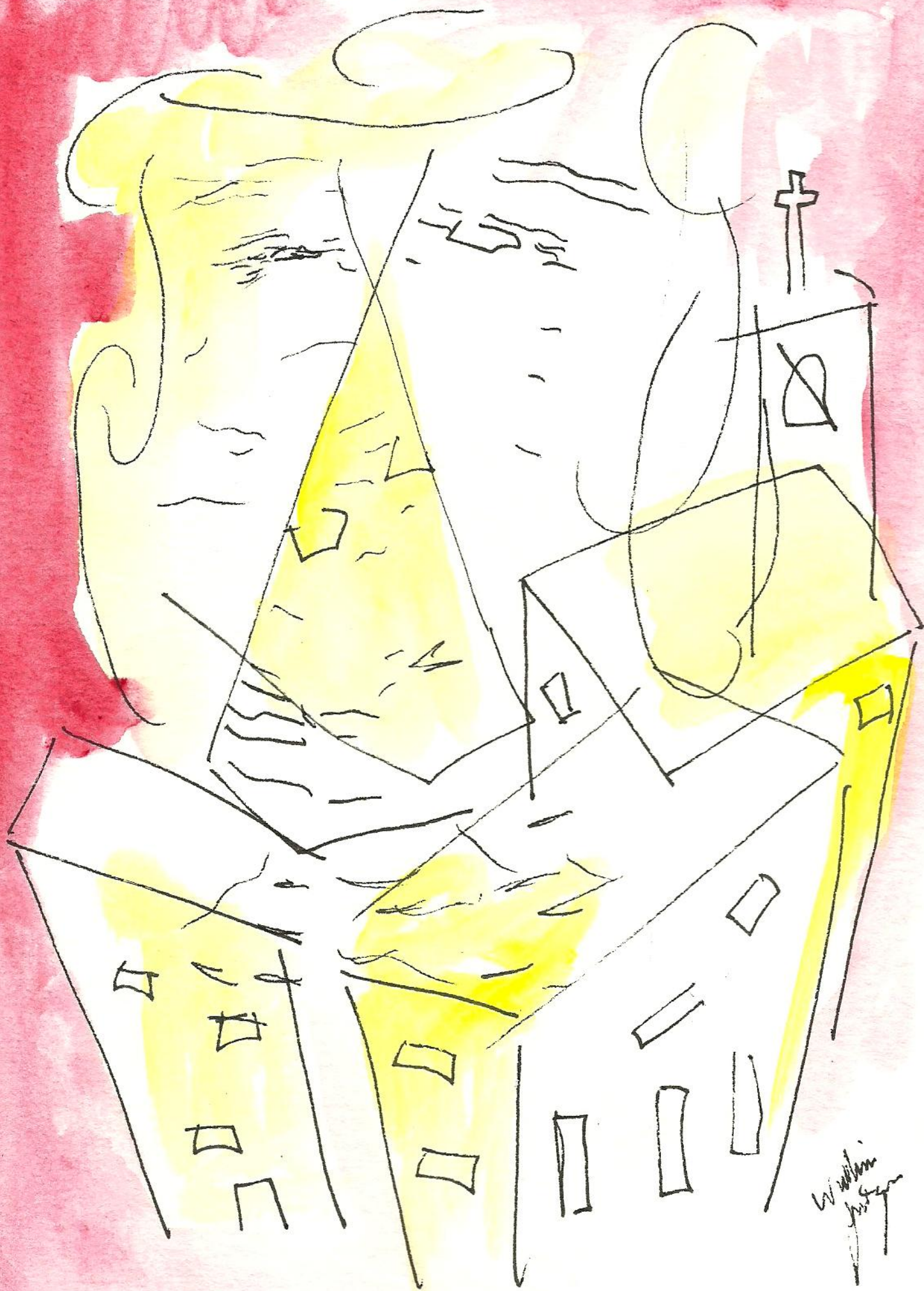
Aqui é um lugá que nem barulho tem [da varanda, onde me convidou a ir, olhando para a rua].

Eu gosto de morar aqui em Belo Horizonte, mas eu já não tenho jeito de sair, tem que ficá quieta aqui. Se fosse pra passeá, eu queria voltar pra Andrelândia. Se fosse pra morar, eu também aceitava, num tinha importância não, os lugá aqui, pra mim, é uma coisa só, tanto faz aqui como ali, é só enxergá prédio, já num anda mais.

Quando saio, vou de carro, entro na garagem e desço no lugar certo. De vez em quando, saio para um lugar mais longe. Quando a gente sai assim não aproveita o passeio, porque a gente não vai lá no canto vê como é que tá. Não dá pra vê como era tudo direito. Quando saio, fico com vontade de vortá logo pra casa. A gente cansa, as perna num ajuda pra firmá o corpo, porque como tá aqui [apoiada no batente da varanda], os braço ajuda a firmá as escadara, mas, quando sai e fica paradinho, paradinho, eu num gosto... Tudo já foi bom. Agora, o que eu acho que era bom era morrê, pra descansá e dá descanso os outros.

Eu ainda gosto de fazê o que eu ainda faço, costurá.

Vão lá ver as colchas!



William
H. H. H.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As referências e citações utilizadas, nestas considerações finais, não terão espaço nas notas de rodapé como tiveram até aqui, mas poderão ser encontradas nas referências bibliográficas que virão a seguir. Essa opção faz parte do aprendizado adquirido ao longo do processo de pesquisa, a exemplo de Walter Benjamin, que compreende as citações como parte do método de elaboração do pensamento e como algo que extrapola o limite daquilo que poderia ser definido como seu. De modo similar ao que Luis Antônio Baptista defende, as citações, nessa fase de encerramento, objetivam “sujar” a assepsia da minha autoria, mesmo porque, como autora, em muitos momentos, eu me perdi e me reencontrei na enunciação de tantas outras vozes.

Valendo-me da menção à estrutura da escrita benjaminiana, encontro o suporte necessário para a realização de uma primeira consideração final, que se situa exatamente na confirmação do caráter constelar do pensamento de Walter Benjamin. Para Georg Otte, embora Benjamin mantenha uma linearidade gráfica no seu texto, ele exige do seu leitor um elevado grau de atenção para que não lhe escapem as interligações verticais existentes no interior da sua produção. Em lugar de uma cômoda sequência que apresenta um início-meio-fim, o leitor, mergulhado no meio dos acontecimentos (*in media res*), encontra um “mosaico” de reflexões cuja ligação não é feita através da junção textual-linear, mas por meio de uma rede de conexões intra ou intertextuais.

Assim como nesse processo relacionado aos textos de Benjamin, em que as condições para o diálogo com suas obras exigem a atenção às conexões que elas estabelecem entre si, ao longo de toda a construção desta tese, foi necessário um grande esforço para não deixar que se dissipassem as possibilidades analíticas que se apresentaram verticalmente às elaborações teóricas realizadas. Ao refletir sobre diferentes aspectos afeitos à velhice, para citar um dos temas centrais da pesquisa — que não mantém uma relação tão direta com a literatura benjaminiana, como é o caso da temática da experiência — a obra de Walter Benjamin apontou caminhos para

realização de diferentes análises que tocavam, transversalmente, esse tema principal. Em determinados momentos, a reflexão teórica decorrente do mergulho na obra do autor se deu como uma exigência, interrompendo o fluxo linear do pensamento, ou o encadeamento lógico do texto, o que me levou a utilizar, recorrentemente, o recurso semântico de dizer, retomando, voltando, recuperando... para realizar o percurso de volta ao tema em desenvolvimento. A meu ver, esse exercício de elaboração teórica, portador de inúmeros recursos metafóricos e evocações a citações externas, provenientes de diferentes campos disciplinares, constitui um dos ganhos conceituais e processuais desta tese, que objetivou também contribuir para a aproximação em curso desse teórico das discussões afeitas ao próprio campo temático e conceitual da Geografia.

Valendo-me de um dos muitos conceitos que foram tomados emprestados do arcabouço teórico utilizado, situo este momento final como uma das experiências limiarias (*Schwellenerfahrungen*). A realização de uma tese, em muitos momentos, se enquadra plenamente na definição de limiar (*Schwelle*), que, em Benjamin, indica o movimento, a ultrapassagem, a transição. A ultrapassagem que se exige, nesse momento, é a de deixar o umbral, a soleira da pesquisa, e assumir uma práxis no que se refere à relação com os velhos desta metrópole. O que foi aprendido está para muito além das reflexões aqui sistematizadas, mas tem correspondência com o real que se dispôs no momento desta travessia, de vários anos de pesquisa e que, em alguma medida, não pôde ser demonstrado ou mensurado na sua íntegra.

Iniciei o meu processo de reflexão acadêmica sobre a velhice a partir do contato com uma obra específica, o livro de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, que foi amplamente citado ao longo desta tese. O livro em questão revelou-se a mim como um clássico, atendendo a muitas das formulações de Ítalo Calvino para definir os clássicos. Para muitos que o leram e o amaram, assim como eu, o livro de Ecléa Bosi é um daqueles tipos de livros aos quais não podemos ser indiferentes e que servem para nos definir. Desse modo, assim como a sua autora se definiu enquanto alguém que se aproximava do seu objeto por também vivenciar o início da sua própria velhice, termino esta pesquisa experimentando um processo de

identificação com esse período da vida, como alguém que o vislumbra em um futuro não mais tão distante assim.

Marilena Chauí, ao apresentar a obra citada, ressalta o trabalho de Ecléa Bosi. Mas, ao fazer isso, não se refere à obra em si como um trabalho, mas ao labor empreendido na sua escrita. Avalia que, assim como os depoentes da pesquisa que deu origem ao livro de Ecléa trabalharam durante toda a sua vida, a própria autora também trabalhou, ao dar voz e ao analisar as histórias de vida dessa parcela da classe trabalhadora brasileira.

De um modo semelhante, entendo que, ao realizar esta pesquisa e buscar encontrar, entre os velhos que participaram dela, os rastros de uma experiência na metrópole moderna, eu também vivi a experiência.

Assim, esta pesquisa constituiu uma experiência para mim em um sentido bem próximo daquilo que foi definido enquanto tal, a partir da teoria benjaminiana, ou seja, a *Erfahrung*, pois, ao realizá-la, coloquei-me na condição de alguém que destinou um tempo de sua vida a escutar os velhos, criando um terreno comum para essas narrativas na minha própria existência. Além de escutar as histórias que me foram narradas, envolvi-me na tentativa de recontar tais histórias, levando-as adiante como conselhos ou sugestões aos que possivelmente terão acesso a elas. Ao fazer isso, tornei-me também uma narradora. A minha posição de ouvinte, por intermédio desses narradores, foi dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado, assegurando, com esta escrita, a sua reprodução.

Segundo Walter Benjamin, no ensaio “O narrador”, nada facilita mais a memorização das narrativas do que a naturalidade com que elas são proferidas. Desse modo, quanto maior a naturalidade com que o narrador renunciar às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia. Valendo-me dessa proposição, aventurei-me a elaborar uma segunda consideração final para esta tese, que aponta a necessidade de que os velhos sejam escutados no mais irrisório de suas vidas cotidianas, quando, despreziosa e naturalmente, revelarão histórias que poderão ser fixadas na memória dos ouvintes, convidando-os, um dia, a recontá-las. Portanto,

faz-se necessário escutar os velhos nas ruas, nas lanchonetes, nos ônibus, nos mercados, nas praças, em suas casas, ou mesmo nos leitos que se encontram encerrados... em todos os espaços da metrópole onde estiverem dispostos a estabelecer diálogos. Com certeza, muitos deles só esperam um pequeno sinal para realizarem essa troca de palavras, cujos enunciados, mesmo sendo resultantes de trajetórias diferenciadas temporalmente, revelam inúmeras possibilidades de aprendizado.

Ciente dessa necessidade, passei a realizar um exercício diário de aproximação dos velhos com os quais me deparo cotidianamente, na tentativa de verificar o quanto eles estão abertos à realização das trocas narrativas anunciadas anteriormente. Surpreendi-me com diferentes tipos de respostas. Por exemplo, ao cumprimentar um senhor, dentro de um ônibus, com a frase “Boa tarde!”, característica da enunciação cujo objetivo é o estabelecimento de uma comunhão fática, nos termos de Émile Benveniste, fui interpretada com surpresa. Ele avaliou que eu estava querendo licença para assentar-me ao seu lado, cujo local estava vazio. Ficou ainda mais surpreso quando expliquei que apenas o estava cumprimentando, pois pretendia passar para a outra parte do ônibus. Em outra ocasião, apenas sorri para uma senhora que entrou na lanchonete onde comia uma deliciosa torta holandesa. Ela voltou-se para mim e, com as faces rosadas, de um *blush* bem marcado, interrogou-me sobre o que eu comia. Disse a ela o que era, e ela, permanecendo ao meu lado, encomendou uma fatia de torta do mesmo sabor, atitude que nos possibilitou trocar minutos preciosos de uma conversa agradável.

Os dois encontros mencionados são apenas uma parte pequena do que passei a experimentar desde que me dediquei a andar com passos mais lentos, a encorajar, com o olhar, as senhoras, nas suas travessias perigosas das grandes ruas de Belo Horizonte, a cumprimentar os velhos com amabilidade e vagarosidade. Alguns foram rudes, porque, mesmo quando eram jovens, agiam desse modo, ou porque, desacostumados a serem notados amavelmente, devolvem as grosserias que já sofreram; outros sorriram e agradeceram a gentileza, e ainda existiram aqueles que se abriram tão desarmadamente ao meu contato, que me deixaram preocupada com a sua falta de “maldade” e com a conseqüente abertura aos possíveis oportunismos.

Aprender a dar passos mais lentos aproximou-me da velhice no seu caminhar pela cidade. Dessa enunciação do espaço, como ensina Michel de Certeau, originou-se uma escuta para a oralidade desses caminhantes lentos e do seu saber da experiência. Se a compressão do tempo e do espaço é uma realidade na metrópole moderna, estar atento a essa morosidade enunciativa, na minha percepção, constitui a abertura para a realização da experiência. Portanto, enquanto existir a possibilidade de o sujeito se enunciar, pelo seu andar, pelo seu falar, pelo seu fazer, a experiência será possível. Ela não deve ser pensada como um fim em si mesmo, pois não tem caráter teleológico e não se presta à superação do desencantamento com que a modernidade se apresenta.

No final do mês de janeiro de 2013, houve um dia em que se apagaram, para sempre, os olhos do meu amado pai. Muito envolvida com a temática desta tese, esperei que a sua partida fosse portadora de uma grande revelação, tal como ocorre na teoria, em que os moribundos, no limiar entre a vida e a morte, transmitem o legado àqueles que estão à sua volta. Mas nenhum conselho foi emitido por ele nos seus momentos finais. Procurei, nos últimos dias da sua vida, ficar ao lado dele, segurando as suas mãos, na esperança de que isso o fizesse se sentir amado, menos sozinho e pronto para partir.

Esperei por uma revelação que só fui compreender que não viria nos dois meses seguintes à sua partida. Só após a sua morte, pelo seu estar longe, foi-me possível entender que a revelação que esperava dessa experiência limiar não é uma prerrogativa da morte de todos os velhos. A transmissão da experiência, nessa relação, fez-se presente pela convivência. O conselho, o exemplo, era a sua própria vida vivida e não as palavras proferidas nesse final. Apesar de reconhecer a necessidade de estar com os velhos no momento de sua desdita, entendi que é na convivência diária que se tece o solo comum onde a experiência pode ser transmitida. Isso reforçou a ideia de que a experiência deve ser buscada cotidianamente, em relações cujos laços podem ser avaliados como duradouros ou não.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *Walter Benjamin e o tempo da grande indústria*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vo102_atg2.htm>. Acesso em: 21 jun. 2006.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Carlos Drummond de Andrade: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AUN, Marta Pinheiro. *No lar sem coroa: o tempo invadido, a informação rarefeita (estudo da relação das empregadas domésticas com a informação e a leitura)*. 1993. 137f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BAITZ, Ricardo. A implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.84, p.31, 2006.

BANDEIRA, Manuel. *Manuel Bandeira: poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

BAPTISTA, Luis Antônio. Tartarugas e vira-latas em movimento: políticas de mobilidade na cidade. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra.

(Orgs.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. v.720, p.56-79.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História média. 2.ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. p.250-251.

BARRETO, Maria Letícia Fonseca. *Velhice, fantasia e realidade social*. 1988. 350f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. *Velhice na contemporaneidade*. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.13-23. (Família, geração e cultura).

BARTHES, Roland. “Malogramos sempre ao falar do que amamos”. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELO HORIZONTE. Plano de reabilitação do hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2007. CD ROM.

BENJAMIN, Walter. *A imagem de Proust*. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.36-49. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama trágico alemão*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Obras escolhidas, v.3).

BENJAMIN, Walter. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.114-119. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história: Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. p.85-90.

BENJAMIN, Walter. Flâneur. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.33-65. (Obras escolhidas, v.3).

BENJAMIN, Walter. Habitar sem vestígios. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.266-267. (Obras escolhidas, v.2).

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. Manhã de inverno. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.83-84. (Obras escolhidas, v.2).

BENJAMIN, Walter. Omelete de amoras. In: BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.219-220. (Obras escolhidas, v.2).

BENJAMIN, Walter. Paris do segundo império. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3).

BENJAMIN, Walter. Passagens. In: BOLLE, Willi; MATOS, Olgaria. (Orgs.). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas, v.2).

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.103-149. (Obras escolhidas, v.3).

BENJAMIN, Walter. Sobre el lenguaje em general y sobre el language de los homens. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre el programa de la filosofia futura y otros ensayos*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1970. p.139-153.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.222-232. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN. O narrador, considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.197-221. (Obras escolhidas, v.1). 1987.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERCOVICH, Alícia Maria. Características regionais da população idosa no Brasil. *Revista brasileira de estudos populacionais*, Campinas, n.10, p.125-143, 1993.

BERENSTEIN, Paola Jacques. Experiência errática. *Redobra (Revista Dobra)*, Salvador, v.9, p.192-204, 2012.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura de modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHTRANS. Disponível em: <<http://docs.google.com/folder/d/0B-BXs7X6Jn1ZVJOVV84TW91ZIE/edit?docId=0B-OBXs7X6Jn1SHFJdjJBQ3FoZTA>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BLUMER, Maria Lúcia. (Trad.). *Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989.

BOLLE, Willi. Viagem a Moscou: o mito das revoluções. *Revista USP*, São Paulo, p.117-134, mar. /abr./mai. 1990.

BORGES, Jorge Luís. A testemunha. In: *Poemas escolhidos*. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1985. p.39-40.

BORGES, Jorge Luís. Cuaderno San Martin. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974. p. 88-89.

BORGES, Jorge Luís. *História da eternidade*. São Paulo: Globo, 1999. (Obras completas, v.I).

BORGES, Paula Lutiene de Castro e; BRETAS, Rose Procópio; AZEVEDO, Silvana Fernandes de; BARBOSA, Juliana Magalhães Machado. Perfil dos idosos frequentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Caderno Saúde Pública* [online], Rio de Janeiro, v.24, n.12, p.2.798-2.808, dez.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n12/08.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2012.

BOSI, Alfredo. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=86&sid=168>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.59-67.

BRASÍLIA. Senado Federal. Parecer nº 1301. Relator: Comissão Diretora. 23 set. 2003. Disponível em: <http://www.diap.org.br/agencia/anexos/Red_final>. Estatuto Idoso.pdf. Acesso em: 29 nov. 2003.

BRECHT, Bertold. Perguntas de um operário letrado. Disponível em: <<http://www.luso-poemas.net/modules/news03/article.php?storyid=173>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

BRITTO, Lydia Pires de. *Assim caminhou a ASCOAP: 21 anos - 1986/2007*. Belo Horizonte: ASCOAP, 2007.

BRONNER, Stephen Eric. Recuperando os fragmentos: sobre o materialismo messiânico de Walter Benjamin. In: BRONNER, Stephen Eric. *Da teoria crítica e seus teóricos*. Campinas: Papirus, 1997. p.157-188.

BRUM, Eliane. Esses filhos perplexos diante da velhice dos pais. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/04/esses-filhos-perplexos-diante-da-velhice-dos-pais.html>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUCHENHORST, Ralph. El ensueño del mapa integral: Benjamin y la ciudad híbrida. In: BUCHENHORST, Ralph; VEDDA, Miguel. (Eds.). *Observaciones urbanas: Walter Benjamin y las nuevas ciudades*. Buenos Aires: Gorla, 2008. p.131-144. (Tensiones del pensamiento, 4).

BUENO, Aparecida de Fátima. A história do rei egípcio em sucessivas vozes: Heródoto, Montaigne e Walter Benjamin. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v.1, n.1, p.80-88, 2001.

CAIAFA, Janice. *Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A implosão da vida pública moderna In: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Ed. 34, 2000. p.301-340.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Ed. 34, 2000.

CALVINO, Ítalo. *Coleção de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4401>. Acesso em: 30 abr. 2013.

CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COLLOMB, Michel. Limiares, aprendizagem e promessa em *Infância em Berlim por volta de 1900*. In: OTTE, Georg. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.113-126.

CORREA, Mariele Rodrigues. *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice, terceira idade*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CUNHA, Eneida Leal. Narrar ou morrer: sobre vivências do sistema penitenciário brasileiro. *Semear*, Rio de Janeiro, v.1, n.7, p.209-222, 2002.

CURITIBANICE. Você já atropelou um velho hoje? Disponível em: <<http://curitibanice.blogspot.com.br/2013/04/voce-ja-atropelou-um-velho-hoje.html>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

DAMIANI, Amélia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000. p.28.

DAMIANI, Amélia Luisa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Orgs). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.118-131.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). *A geografia na sala de aula*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.50-61.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que desejamos. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.83, p.57-90, dez. 2006. p.79.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2004.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção Leitura, escrita e oralidade).

DIAS JÚNIOR, Cláudio Santiago; COSTA, Carolina Souza. *O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_81.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ELIAS, Nobert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Adriana Angélica. *Limites e possibilidades da educação ambiental no conhecimento sobre a metropolização: um estudo a partir do Projeto Manuelzão*. 2002. 145f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FERREIRA, Fabiane Ribeiro. *Envelhecimento e urbanização: o papel da vizinhança na funcionalidade do idoso da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2010. 114f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Evolução urbana e demográfica do envelhecimento em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n.4, p.71-82, maio 2001.

FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Sônia Maria de. Prefácio à edição brasileira. In: THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.14-19.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FREUD, Sigmund. *A negativa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.293-300. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XIX).

FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneio (1908)*. Rio de Janeiro: Imago, 1970, p.135-143 (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.IX).

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998. CD-ROM.

FREUD, Sigmund. *O mecanismo psíquico do esquecimento*. In: Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998. v.III.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1998.

FREUD, Sigmund. *Sobre a transitoriedade*. Disponível em: <<http://www.freudiana.com.br/destaques-home/sobre-transitoriedade.html>>. Acesso em: 31 jun. 2012.

FREUD, Sigmund. *Um distúrbio de memória na Acrópole*. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986. p.291-303. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XXII).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.7-19. (Obras escolhidas, v.1).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. (Coleção Estudos, v.142).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.46, n.112, p.183-190, dez. 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.59-81.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história e testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.49-57.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rumor das distâncias atravessadas. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.145-161.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (Orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p.12-26. (Coleção Humanitas).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.27-38. (Coleção Humanitas).

GARBER, Klaus; GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Por que o mundo todo nos detalhes do cotidiano? *Revista USP*, São Paulo, n.15, p.38-47, set./out./nov. 1992.

GINZBURG, Jaime. Graciliano Ramos: infância e violência. *Expressão*, Santa Maria, v.1, p.129-132, jan./jun. 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HEMINGWAY, Ernest. *O velho e o mar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Maria Teresinha; RASIA, José Miguel. Rituais fúnebres em memórias de velhos. *Horizonte*, Belo Horizonte, v.9, n.24, p.1.113-1.130, dez. 2011.

ILLICH, Ivan. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

IRMÃS de Santa Zita. *Santa Zita: a serva fiel*. Belo Horizonte: Editora da Divina Misericórdia, s.d. Disponível em: <<http://www.paginaoriental.com/santos/zita2704.htm>>. Acesso em: 10 maio 2008.

ISQUIERDO, Ivan Antônio. Esquecer é tão bom quanto lembrar. *Revista Época Nacional*. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/comunicacao/ass-imp/clipping/1999/jan99/jan2599.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2004.

JANZ, Rolf-Peter. Ausente e presente: sobre o paradoxo da aura e do vestígio. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (Coleção Humanitas).

JOBIM, Antônio Carlos Brasileiro de Almeida. *Querida*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/tomjobim/ml_querida.htm>. Acesso em: 02 jan. 2013.

KANT, Immanuel. *Textos pré-críticos*. Porto-Portugal: Res-Editora, 1983.

KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: o marxismo da melancolia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KURZ, Robert. Escravos da luz sem misericórdia. *Folha de São Paulo*, 12/01/1997. Caderno Mais! Disponível em: <<http://www.nossacasa.net/dire/texto.asp?texto=70au>>. Acesso em: 02 maio 2013.

LAGES, Susana Kampff. *Walter Benjamin: tradução e melancolia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

LAMARCA, Gabriela; VETTORE, Mario. *O envelhecimento da população brasileira: a nova transição demográfica*. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2012/07/o-envelhecimento-da-populacao-brasileira-a-nova-transicao-demografica/>>. Acesso em: 30 abr. 2013

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

LARROSA, Jorge Bondía. Aprender de ouvido. In: LARROSA, Jorge. *Linguagem e educação depois de Babel*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.33-46. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

LEAL, Bruno. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera. (Orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.19-27.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins (do original: *Espace et politique*). Paris: Éditions Anthropos, 1972.

LEFEBVRE, Henri. *Hegel, Marx, Nietzsche*. Ou o reino das sombras. Póvoa de Varzim: Ulisséia, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Introducción al estudio del habitat de pabellón. In: LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4.ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. p.151-172.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Transmissão da experiência: o estranho na narrativa. *Trivium*, v.1, p.25-38, 2009. Disponível em: <<http://www.uva.br/trivium/edicao1/artigos-tematicos/7-transmissao-da-experiencia-na-narrativa.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2011.

LEVI, Primo. *A trégua*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LIMA, Ana Paula. Idosos aprendem a ler e escrever em asilo em BH. *Hoje em Dia*, dez. 2006, sem paginação.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda *et al.* Tendências em dez anos das condições de saúde de idosos brasileiros: evidências da pesquisa nacional por amostra de domicílios (1998, 2003, 2008). *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.9, v.16, p.3.689-3.696, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n9/a06v16n9.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. 9.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

LOPES, Andrea. Dependência, contratos sociais e qualidade de vida na velhice. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*. Campinas: Editora Alínea, 2003. p.129-140. (Coleção Velhice e Sociedade).

LÖWY, Michael. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1990.

LÖWY, Michael. Le marxisme romantique. *M (mensuel, marxisme, mouvement)*, Paris, n.50, p.6-8, dez. 1991.

LUDD, Ned. (Org.). *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. 2.ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

MARTINS, José de Souza Freitas. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p.51-80.

MARTINS, José de Souza Freitas. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza Freitas. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza Freitas. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 2002.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. *A caminho da rua: o encontro com as redes de assistência e a formação de laços sociais entre moradores de rua em Belo Horizonte*. 2001. 217f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASSAGLI, Sérgio Roberto. O homem da multidão e o flâneur no conto “O homem da multidão” de Edgar Allan Poe. *Terra Roxa e Outras Terras*, v.12, p.57, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2013.

MATOS, Olgária Chaim Féres. *O Iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MAURÍCIO, João do Valle. *Janela do sobrado: memórias*. Montes Claros: Editora Arapuim, 1992.

MAYRINK, Geraldo (Ed.). *Histórias da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2000.

MITROVITCH, Caroline. *Experiência e formação em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

MUCIDA, Ângela. Entrevista: Sexualidade madura. *Estado de Minas*, Caderno Especial Bem Viver. 2 mai. 2007.

MUSEU Histórico Abílio Barreto. *Álbum MHAB*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2002. p.6-7. Edição 2.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce homo: como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Companhia de Bolso).

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. (Coleção Linguagem e Cultura, v.31).

OLIVEIRA, Silvana Pessôa de. Narrar? Não mais... In: OTTE, Georg; OLIVEIRA, Silvana Pessôa de. (Orgs.). *Mosaico crítico: ensaios sobre literatura contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica/Núcleos de Estudos Latino-Americanos (NELAM-FALE), 1999. p.43-46.

OTTE, Georg. *Linha, choque e mônada: tempo e espaço na obra tardia de Walter Benjamin*. 1994. 277f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada: Letras) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

OTTE, Georg; VOLPE, Mirian Lúcia. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. *Fragmentos*, Florianópolis, n.18, p.35-47, jan./jun. 2000.

OTTE, Georg. *Mito e experiência em Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin*. Disponível em: <http://georg.otte.sites.uol.com.br/publicacoes/BenjaminNietzsche.htm>. Acesso em: 10 fev. 2006.

OTTE, Georg. Vestígios da experiência e índices da modernidade. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p.61-85. (Coleção Humanitas).

PAULA, Márcia Luiza Gonçalves de. A rede pública de instituições de longa permanência para idosos em Belo Horizonte - elementos do financiamento e do atendimento. *Pensar BH, Política Social*, Belo Horizonte, n.13, p.19-23, set./nov. 2005. (Edição Especial Idosos).

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: MORAES, Myriam; BARROS, Lins de. (Orgs.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.69-84.

PERES, Urania Tourino. *Depressão e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREZ, Léa Freitas. Dois olhares sobre o urbano: Max Weber e Escola de Chicago. *Revista Veritas*, Porto Alegre, n.39, p.621-637, dez. 1994.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998. (Coleção Prismas).

PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. Belo Horizonte ou o estigma da cidade moderna. *Varia História*, Belo Horizonte, n.18, p.61-66, set. 1997.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: PLATÃO. *Diálogos III: (socráticos): Fedro (ou do belo); Eutífron (ou da religiosidade); Apologia de Sócrates; Críton (ou do dever); Fédon (ou da alma)*. Bauru: EDIPRO, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v.6, p.2-13, 2010.

PRA Frente Brasil. Composição de Miguel Gustavo. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/116/pra-frente-brasil-copa-do-mundo-e-ditadura-no-brasil.html>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PRESSLER, Günter Karl. *Benjamin, Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005: um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.

RENNÓ, Rosângela. *Rosângela Rennó: depoimento*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, A. Medina *et al.* *Antologia da Literatura Brasileira: textos comentados*. São Paulo: Marco, 1979. v.2.

ROSA, João Guimarães. *Ave palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p.32-37.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: 2001.

ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim: corpo de baile*. 11.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SARAMAGO, José. Discurso proferido por José Saramago ao receber o Nobel de Literatura em 1998. Disponível em: <http://bu.furb.br/sarauEletronico/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=28>. Acesso em: 30 jul. 2013.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. *Siete ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. *Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir de estudo do bairro do Limão*. 2003. 453f. Tese (Livre-docência em Ciências Humanas: Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEABRA, Odette de Carvalho Lima. De cidade a metrópole. *Revista Geografares*, n.9, p.49-79, jul./dez. 2011.

SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. A fala do indizível. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime. (Orgs.). *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (Coleção Humanitas).

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura do trauma. *Cult*, São Paulo, v.23, p.40-47, 01 jun. 1999. Disponível em: <http://acd.ufrj.br/pacc/z/rever/4/ensaios/seligmann.htm>. Acesso em: 12 out. 2005.

SILVA, Edson Rosa da. Da impossibilidade de cantar e de contar: um olhar benjaminiano sobre a literatura. *Alcohol and Alcoholism*, Rio de Janeiro, v.10, p.93-106, 2004.

SILVA, Regina Helena Alves da; JÚNIOR, Adair Carvalhais; MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. *Trabalhando com fontes históricas*. Belo Horizonte: SEE, 1998. (Módulo Didático para o 2º Ciclo do Ensino Fundamental).

SILVA, Regina Helena Alves da. Voz da periferia. In: II CONGRESSO Virtual de Antropologia e Arqueologia, 2000, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: Naya Editora, 2000. v.1. p.1-15. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Regina_Helena_Alves_da_Silva.htm. Acesso em: 10 jun. 2008.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; SILVA, Regina Helena Alves da. (Orgs.). *Mundos e cores*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1997.

SIMMEL, Goerg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Guilherme Otávio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.13-28.

SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986.

SONTAG, Susan. Sob o signo de Saturno. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre/São Paulo: L&PM, 1986. p.85-103.

SONTAG, Susan. *Diante do dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1981.

TATIT, Luiz. *O cancionista*. São Paulo: Edusp, 1996.

TEIXEIRA, César Mota. *Narração, dialogismo e carnavalização: uma leitura de "A hora da estrela"*, de Clarice Lispector. 2007. 269f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

VAINER, Carlos. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. *Travessia*, São Paulo, ano 13, n.36, p.15-32, jan.-abr. 2000.

VELHO, Guilherme Otávio. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

VIEIRA, Rosana Figueiredo. *Identidade arquivada: vida e morte nas práticas asilares*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

ZAMBRANO, Maria. *Claros del bosque*. Barcelona: Seix Barral, 1977.

ZIMERMAN, Guite I. *Velhice: aspectos biopsicossociais*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Pelo presente termo particular de autorização de uso de imagem,
 _____, nacionalidade
 _____, estado civil _____, profissão
 _____, CPF _____, portador da Cédula de
 Identidade (RG) nº. _____, emitida pelo _____, domiciliado e
 residente na cidade de _____, rua (av.)

autoriza à pesquisadora Adriana Angélica Ferreira, pessoa física, inscrita no CPF sob nº
 _____, situada na _____

o uso de sua imagem, em decorrência da participação em: pesquisa desenvolvida no
 Doutorado em Geografia, no Programa de Pós-Graduação, do Instituto de Geociências, da
 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

TIPO DE TRABALHO: artigo (); dissertação (); livro (); monografia (); tese ();
 outros (): _____.

O presente instrumento particular de Autorização é celebrado a título gratuito, em caráter
 definitivo, irretratável e irrevogável, obrigando as partes por si e por seus sucessores, a
 qualquer título, a respeitarem integralmente os termos e condições estipuladas no presente
 instrumento.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2008.

 Assinatura do Cedente

APÊNDICE B - CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

CEDENTE: _____
 nacionalidade _____, estado civil _____, profissão
 _____, CPF _____, portador da Cédula de
 Identidade (RG) nº. _____, emitida pelo _____, domiciliado e
 residente na cidade de _____, rua (av.)
 _____.

CESSIONÁRIO: Pesquisadora do Doutorado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação,
 do Instituto de Geociências, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

OBJETO: Entrevista gravada exclusivamente para subsídio à elaboração de pesquisa
 acadêmica.

TIPO DE TRABALHO: artigo (); dissertação (); livro (); monografia (); tese ();
 outros (): _____.

DO USO: Declaro ceder sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e
 financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e
 documental que prestei à pesquisadora Adriana Angélica Ferreira, na cidade de Belo
 Horizonte, em ___/___/___, em um total de _____ horas gravadas.

A pesquisadora, Adriana Angélica Ferreira, fica, conseqüentemente, autorizada a utilizar,
 publicar e disponibilizar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento no
 todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para
 fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2008.

 Assinatura do Depoente/Cedente